



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

Contas de Gestão

Exercício de 2010



SÉRGIO CABRAL

Governador

Período 01/01/2010 a 31/12/2010

RENATO AUGUSTO ZAGALLO VILLELA DOS SANTOS

Secretário de Estado de Fazenda

FRANCISCO PEREIRA IGLESIAS

Contador-Geral do Estado

LEONEL CARVALHO PEREIRA

Superintendente de Análise e Relatórios Gerenciais

LUIS ALFREDO RIBEIRO

Superintendente de Tecnologia da Informação Contábil

DAVID LOPES DE SOUZA

Superintendente de Normas Técnicas

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	11
1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	12
1.2 ENTIDADES EM LIQUIDAÇÃO	13
1.3 PUBLICAÇÕES DA CONTADORIA-GERAL	14
1.3.1 EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	14
1.3.2 ATOS NORMATIVOS DA CGE	15
2. PANORAMA ECONÔMICO	17
2.1 ECONOMIA BRASILEIRA	17
2.2 ECONOMIA FLUMINENSE	19
3. ORÇAMENTO	25
3.1 ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL	25
3.1.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	28
3.1.1.1 DOS CRÉDITOS ADICIONAIS	28
3.1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	30
3.1.2.1 RECEITAS CORRENTES	31
3.1.2.1.1 RECEITA TRIBUTÁRIA	32
3.1.2.1.1.1 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – ICMS	34
3.1.2.1.1.2 ADICIONAL DE ICMS – FECF (LEI Nº 4.056/2002)	37
3.1.2.1.1.3 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – IPVA	39
3.1.2.1.1.4 TAXAS	41
3.1.2.1.1.5 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO “CAUSA MORTIS” E POR DOAÇÃO, DE QUAISQUER BENS E DIREITOS – ITD	42
3.1.2.1.2 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	43
3.1.2.1.3 RECEITA PATRIMONIAL	46
3.1.2.1.4 RECEITA DE SERVIÇOS	48
3.1.2.1.5 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51
3.1.2.1.6 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52
3.1.2.2 RECEITAS DE CAPITAL	53
3.1.2.2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	54
3.1.2.2.2 ALIENAÇÕES DE BENS	55
3.1.2.2.3 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	55
3.1.2.2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	55
3.1.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	55
3.1.3.1 DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	56
3.1.3.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER, CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA	68

3.1.3.3 COMPARATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA	71
3.1.3.3.1 DESPESAS CORRENTES	72
3.1.3.3.1.1 PESSOAL E ENCARGOS	73
3.1.3.3.1.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA.....	74
3.1.3.3.1.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75
3.1.3.3.2 DESPESAS DE CAPITAL.....	78
3.1.3.3.2.1 INVESTIMENTOS	79
3.1.3.3.2.2 INVERSÕES FINANCEIRAS.....	81
3.1.3.3.2.3 AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA	81
3.1.4 RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS.....	82
3.1.5 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	85
3.1.5.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO POR CATEGORIA ECONÔMICA	87
3.1.6 RESULTADO PRIMÁRIO	88
3.2 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS	89
3.2.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.....	91
3.2.2 FONTES DE FINANCIAMENTO.....	92
3.2.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	92
3.2.3.1 DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO E PROGRAMA DE TRABALHO NAS EMPRESAS ESTATAIS	93
3.2.3.1.1 COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUA E ESGOTOS – CEDAE	93
3.2.3.1.2 IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	94
4. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – FUNDEB.....	97
4.1 COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.....	97
4.2 DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	98
4.2.1 RECURSOS DO FUNDEB, TRANSFERIDOS AOS MUNICÍPIOS E AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	99
4.2.2 RESULTADO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO FUNDEB/RJ.....	100
4.2.3 DAS DESPESAS DO FUNDEB	101
4.2.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB.....	101
5. FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS – FECP	104
5.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR FUNÇÃO	104
5.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO	105
5.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR GRUPO DE DESPESA.....	107
5.4 DOS LIMITES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FECP	108
5.4.1 DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.....	108
5.4.2 DA APLICAÇÃO NO FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FEHIS	109
5.5 EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR.....	111

6. FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RJ - RIOPREVIDÊNCIA	113
6.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO RIOPREVIDÊNCIA	113
6.2 RECEITAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS	115
6.2.1 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	116
6.2.2 RECEITAS PATRIMONIAIS	117
6.2.3 OUTRAS RECEITAS CORRENTES.....	118
6.2.4 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO / FUNDES	119
6.3 DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS	120
6.3.1 DESPESAS COM PESSOAL PRÓPRIO E ENCARGOS	120
6.3.2 PREVIDÊNCIA SOCIAL	121
6.3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	122
6.4 RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	123
6.5 BALANÇO PREVIDENCIAL	123
6.5.1 NOTA TÉCNICA ATUARIAL DO RPPS	126
7. ROYALTIES DO PETRÓLEO	138
7.1 PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS	138
7.2 DESEMPENHO DOS ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS EM 2010	139
7.3 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DOS ROYALTIES	141
8. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS	145
8.1 FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FAPERJ	145
8.2 FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO – FECAM.....	148
8.2.1 TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC.	151
8.3 APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS AÇÕES DE SAÚDE	153
8.4 APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO SISTEMA EDUCACIONAL	157
9. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	163
9.1 COMENTÁRIOS.....	163
9.2 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO	165
9.2.1 ANEXO DE METAS FISCAIS	165
9.2.1.1 RESULTADO PRIMÁRIO	165
9.2.1.1.1 RESULTADO PRIMÁRIO A PREÇOS CORRENTES	166
9.2.1.2 MONTANTE DA DÍVIDA E RESULTADO NOMINAL	166
9.2.1.2.1 A PREÇOS CORRENTES	166
9.2.1.2.2 A PREÇOS CONSTANTES	167
9.3 METAS BIMESTRAIS.....	167
9.3.1 CUMPRIMENTO AO ARTIGO 13 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	169
9.3.1.1 CUMPRIMENTO AO ARTIGO 58 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF	172
9.4 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	177

9.4.1 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	178
9.4.2 DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL	181
9.4.3 DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES.....	183
9.4.4 DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	184
9.4.5 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA	185
9.4.6 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR.....	186
9.5 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO	187
9.5.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	189
9.5.2 DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	190
9.5.3 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	191
9.5.4 DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO	192
9.5.5 DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL	193
9.5.6 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	195
9.5.7 DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS.....	196
9.6 RESUMO DAS PUBLICAÇÕES DOS ANEXOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF NO DIÁRIO OFICIAL DO ERJ	197
10. BALANÇO GERAL	199
11. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	202
11.1 RECEITAS	202
11.2 DESPESAS	203
11.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	204
11.4 ANÁLISE DOS QUOCIENTES	205
11.4.1 QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA.....	206
11.4.2 QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA	206
11.4.3 QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO.....	207
11.4.4 QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	208
12. BALANÇO FINANCEIRO	210
12.1 RECEITAS	212
12.2 DESPESAS	212
12.3 DISPONIBILIDADES.....	212
12.4 ANÁLISE DOS QUOCIENTES	214
12.4.1 QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	215
12.4.2 QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE	215
12.4.3 QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL.....	216
12.4.4 QUOCIENTE DA EXECUÇÃO EXTRAORÇAMENTÁRIA.....	217
12.4.5 QUOCIENTE DE RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	217

12.4.6 QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS	218
13. BALANÇO PATRIMONIAL	220
13.1 ATIVO FINANCEIRO	223
13.1.1 ATIVO DISPONÍVEL	224
13.1.2 ATIVO REALIZÁVEL	225
13.2 ATIVO PERMANENTE	225
13.2.1 BENS DO ESTADO	226
13.2.1.1 BENS IMÓVEIS	226
13.2.1.2 BENS MÓVEIS	227
13.2.1.3 BENS INTANGÍVEIS	228
13.2.2 CRÉDITOS DO ESTADO	228
13.2.2.1 TÍTULOS E VALORES	228
13.2.2.1.1 CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOIRO - CFT'S	229
13.2.2.1.2 DIREITO SOBRE CONCESSÕES	230
13.2.2.1.3 OUTROS TÍTULOS E VALORES	231
13.2.2.2 CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	231
13.2.2.2.1 – ROYALTIES DO PETRÓLEO A RECEBER	232
13.2.2.2.2 – FLUXO DO FUNDES – DECRETO N.º 40.155/2006	232
13.2.2.2.3 - CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOIRO - CFT'S PERMUTADOS– CURTO PRAZO	232
13.2.2.2.4 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	232
13.2.2.3 RECURSOS A RECEBER DO ESTADO	233
13.2.2.4 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	233
13.2.2.5 VALORES A RECEBER	234
13.2.2.6 DIVERSOS RESPONSÁVEIS	234
13.2.2.7 CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS	235
13.2.2.8 CRÉDITOS EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA	236
13.2.2.9 CRÉDITOS POR ASSUNÇÃO DA DÍVIDA	236
13.2.2.10 DÍVIDA ATIVA	237
13.2.3 VALORES DO ESTADO	238
13.2.3.1 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	239
13.3 PASSIVO FINANCEIRO	241
13.3.1 DÍVIDA FLUTUANTE	242
13.3.1.1 RESTOS A PAGAR	242
13.3.1.2 SENTENÇAS JUDICIAIS	244
13.3.1.3 DEPÓSITOS	245
13.4 PASSIVO PERMANENTE	246
13.4.1 DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA	246

13.4.2 DÍVIDA CONSOLIDADA – EXERCÍCIO DE 2010	247
13.4.2.1 DÍVIDA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	247
13.4.2.2 DÍVIDA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	249
13.4.3 OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	253
13.4.3.1 PROVISÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	253
13.4.3.2 PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	254
13.4.3.3 OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	254
13.4.3.3.1 CESSÃO DE DIREITOS – ROYALTIES DO PETRÓLEO	255
13.4.3.3.2 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	255
13.4.3.3.3 CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO FEDERAL – PERMUTADOS	255
13.5 SALDO PATRIMONIAL	256
13.6 ANÁLISE DOS QUOCIENTES	257
13.6.1 QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	257
13.6.2 QUOCIENTES DA SITUAÇÃO PERMANENTE E RESULTADO PATRIMONIAL.....	258
13.6.3 QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO I E II.....	259
13.6.4 QUOCIENTE DO DISPÊNDIO DA DÍVIDA	260
14. SISTEMA DE COMPENSAÇÃO	262
15. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	264
15.1 RESULTADO DAS VARIAÇÕES.....	265
15.2 RESULTADO PATRIMONIAL	266
15.3 ANÁLISE DOS QUOCIENTES	267
15.3.1 QUOCIENTE DA MUTAÇÃO PATRIMONIAL.....	267
15.3.2 QUOCIENTE DAS VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	268
15.3.3 - QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	269
16. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	271
17. CONFORMIDADE DIÁRIA E CONTÁBIL	275
17.1 CONFORMIDADE DIÁRIA	275
17.2 CONFORMIDADE CONTÁBIL	275
18. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO DECRETO DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO	277
19. IMPLEMENTAÇÕES E APRIMORAMENTOS NO EXERCÍCIO	282
19.1 NO SIAFEM:.....	282
19.2 NO SIG:	283
20. A CONTADORIA-GERAL DO ESTADO NO PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS.....	285
20.1 INTRODUÇÃO	285
20.2 O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA NO BRASIL	285
20.3 A CONVERGÊNCIA NA ÁREA PÚBLICA.....	286
20.4 A CONTADORIA GERAL DO ESTADO NO PROCESSO DE CONVERGÊNCIA	287

20.5 CONCLUSÃO.....	287
21. GLOSSÁRIO.....	290
22. EQUIPE DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO – CGE.....	310
23. RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES.....	313
24. CONSIDERAÇÕES FINAIS	317

01 – Apresentação



1. APRESENTAÇÃO

Atendendo à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que “estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”, e, ainda, ao determinado pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro em seu Artigo 145, inciso XIII, que estabelece a competência “privativamente ao Governador do Estado” e o prazo para a entrega à Assembléia Legislativa “dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa, as contas referentes ao exercício anterior”, nós, da Contadoria-Geral do Estado, cumprindo nossa atribuição de elaborar esta prestação de contas, conforme o disposto no inciso XI, artigo 2º, do Decreto Lei nº 10, de 15/03/1975, mantido pelo Art. 292, da Lei nº 287, de 14/02/1979 e, colocando em prática os princípios de boa governança corporativa no setor público, em especial o da Transparência, que consiste em transmitir, às partes interessadas, a confiança no processo de tomada de decisão e nas ações de gestão como também assegurar que os corpos dirigentes são responsáveis na gestão dos recursos e interesses públicos, apresentamos as Contas de Gestão do Excelentíssimo Senhor Governador, referentes ao exercício de 2010, com informações e conteúdo que atendem à Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF, e à Lei Estadual nº 287/79.

Com o objetivo de tornar transparente e de fácil acesso para todos os cidadãos, divulgamos, por meio eletrônico, a Gestão Fiscal do Governo do Estado, através de textos simplificados, tabelas e gráficos, assim como a publicação detalhada de todos os demonstrativos, atendendo ao preceito da ampla publicidade e ao que determina a Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mesmo com a certeza de termos evidenciado, claramente, os índices e metas constitucionais nas áreas de Saúde e Educação, neste quarto e último ano da gestão 2007 – 2010 do Governo do Estado, ressaltamos que cumprimos todos os índices, inclusive no Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM, e Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. No que tange às metas fiscais definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, não houve cumprimento do Resultado Nominal, como também do Resultado Primário.

Os limites da LRF relativos às Operações de Crédito, Garantias de Valores, Dívida e Despesa com Pessoal também foram obedecidos. O resultado da execução orçamentária registrou um déficit de R\$ R\$ 229.199 mil, já considerando as exclusões das receitas e despesas intraorçamentárias.

Acrescentamos, ainda, que no exercício de 2009 o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF foi aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, e as metas definidas para o ano de 2010 foram plenamente alcançadas, conforme certificação da missão da equipe técnica do Tesouro Nacional.”

Finalmente, encaminhamos estas Contas em obediência à legislação já citada, elaboradas dentro de todas as normas legais e dentro do prazo previsto, para que sejam “submetidas ao Poder Legislativo, com Parecer Prévio do Tribunal de Contas” (§ 1º, Art.81, Lei nº 4.320), e disponibilizadas a todos aqueles que de alguma forma procurem informações sobre a situação orçamentária, financeira, patrimonial e econômica do Estado do Rio de Janeiro. Temos convicção de que retratamos fielmente o exercício financeiro findo, o qual marcou o quarto e último ano do primeiro mandato do Excelentíssimo Senhor Sérgio Cabral à frente do governo deste Estado. Ao concluirmos, e por fim encaminharmos a presente Prestação, nós o fazemos com o orgulho e firmeza do trabalho realizado sem economia de esforços. E, nossa recompensa reside na constatação de termos atingido, e até superado, as principais metas as quais nos propusemos.

Esta Prestação de Contas é composta de 13 volumes conforme a seguir:

- ❑ VOLUME 01 Relatório Gerencial
- ❑ VOLUME 02 Balanços e Demais Relatórios Gerenciais
- ❑ VOLUME 03 Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal
- ❑ VOLUME 04 Execuções Orçamentárias de Despesa por Poder
- ❑ VOLUME 05 Execuções Orçamentárias e Outros Demonstrativos por Tipo de Administração
- ❑ VOLUME 06 Demonstrativos de Créditos Adicionais e Demonstrativos das Alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD
- ❑ VOLUME 07 Outros Ofícios dos Órgãos e Entidades Encaminhados à CGE em Atendimento ao Art. 11, do Decreto Nº 42.129, de 19/11/2009
- ❑ VOLUME 08 Boletim de Transparência Fiscal - 6º Bimestre 2008/2009
- ❑ VOLUME 09 Determinações do TCE/RJ
- ❑ VOLUME 10 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB – Relatório e Parecer do Conselho Estadual
- ❑ VOLUME 10.1 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB
- ❑ VOLUME 11 Relatório das Ações Finalísticas Realizadas em 2009

1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do Governo é composta pelos Órgãos do Poder Executivo, e no exercício de 2010 apresentou-se conforme a seguir:

QUADRO 01 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
Estado do Rio de Janeiro - 2010

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – 56 ENTIDADES VINCULADAS			
22 ÓRGÃOS	17 AUTARQUIAS	18 FUNDAÇÕES	05 EMPRESAS	18 SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
Casa Civil - CC	DETRAN/AGETRANSP/ AGENERSA / LOTERJ/ PRODERJ/PROCON	-	IO/ SERVE	-
Assessoria das Empresas em Liquidação - AEL	-	-	-	BERJ / BD-RIO / METRO / CTC/ DIVERJ FLUMITRENS / CELF
Governo – SEGOV	-	-	-	-
Planejamento e Gestão – SEPLAG	RIOPREVIDÊNCIA *	CEPERJ	-	-
Fazenda – SEFAZ	-	-	-	-
Desenvolv. Econ., Energia, Indústria e Serv. - SEDEIS	JUCERJA / DRM / IPEM	-	-	CODIN / AGFRJ
Obras – SEOBRAS	IEEA	DER	EMOP	CEDAE
Segurança - SESEG	RIOSEGURANÇA	-	-	-
Administração Penitenciária - SEAP	-	FSC	-	-
Saúde e Defesa Civil - SESDEC	IASERJ	-	-	IVB
Educação – SEEDUC	-	DEGASE UENF/CECERJ/ FENORTE / UERJ / FAETEC / FAPERJ	-	-
Ciência e Tecnologia – SECT	-	-	-	-
Habitação – SEH	ITERJ	-	-	CEHAB
Transportes – SETRANS	DETRO	-	-	RIOTRILHOS / CENTRAL / CODERTE
Ambiente – SEA	INEA	-	-	-
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA	-	FIPERJ	EMATER / PESAGRO	CASERJ / CEASA
Trabalho e Renda - SETRAB	-	-	-	-
Cultura – SEC	-	FTM / FUNARJ / FMIS / FCFB	-	-
Assistência Soc. e Direitos Humanos - SEASDH	-	FLXIII / FIA	-	-
Turismo, Esporte e Lazer - SETE	SUDERJ	FUGAP	-	TURISRIO
Procuradoria Geral do Estado - PGE	-	-	-	-
Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE	-	-	-	-

1.2 ENTIDADES EM LIQUIDAÇÃO

Conforme informações da Assessoria das Empresas em Liquidação do Gabinete Civil encontram-se em processo de liquidação, as seguintes unidades:

QUADRO 02 - ENTIDADES EM LIQUIDAÇÃO
Estado do Rio de Janeiro - 2010

EMPRESA	LIQUIDANTE	PERÍODO
SERVE - Empresa Estadual de Viação	José Luis de Paiva Durão	01/01/2010 a 31/12/2010
CTC – Cia. de Transportes Coletivos	Clovis Gelbcke de Mattos	01/01/2010 a 31/12/2010
DIVERJ – Distrib. de Títulos e Val. Mobiliários do E.R.J.	Valkir Garcia Gama	01/01/2010 a 31/12/2010
BD-RIO – Banco de Desenvolvimento do E.R.J.	Ricardo Micheloni da Silva	01/01/2010 a 31/12/2010
CELF – Centrais Elétricas Fluminense S/A	Marcelo de Queiroz Pimentel	01/01/2010 a 31/12/2010
BERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro	Paulo de Tarso C. C. de Oliveira	01/01/2010 a 31/12/2010
FLUMITRENS – Cia. Fluminense de Trens Urbanos	Antônio Marques Ribeiro Filho	01/01/2010 a 31/12/2010
METRÔ – Cia. do Metropolitano do RJ	Carlos de Araújo Resende	01/01/2010 a 31/12/2010

1.3 PUBLICAÇÕES DA CONTADORIA-GERAL

Em cumprimento aos preceitos da legislação financeira, esta Contadoria-Geral do Estado – CGE dá publicidade aos seus atos através do Diário Oficial do Estado e da Internet, no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, onde disponibiliza, periodicamente, as Execuções Orçamentárias de Receita e Despesa e demais Demonstrativos e Relatórios pertinentes. E ainda no exercício de sua competência, elencada no Regimento Interno da SEFAZ, expede atos normativos visando procedimentos para adequados registros contábeis dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual.

1.3.1 EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Contadoria-Geral do Estado publica mensalmente, com base no parágrafo 3º, do artigo 209, da Constituição Estadual e no artigo 52, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF, as Execuções Orçamentárias da Receita e Despesa da Administração Direta e Indireta; as Execuções Orçamentárias relativas aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e o Demonstrativo das Receitas e Despesas do Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP, instituído pelo Decreto Estadual nº 32.646, de 08 de janeiro de 2003.

A seguir, relacionamos o calendário das referidas publicações realizadas em 2010.

QUADRO 03 - CALENDÁRIOS DE PUBLICAÇÕES
Estado do Rio de Janeiro - 2010

MÊS	RELATÓRIO		
	EXEC. ORÇAMENTÁRIA	FUNDEB	FECP
Janeiro	23/3/2010	23/3/2010	23/3/2010
Fevereiro	25/3/2010	25/3/2010	25/3/2010
Março	28/4/2010	28/4/2010	28/4/2010
Abril	20/5/2010	20/5/2010	20/05 repub.24/05
Maiο	22/6/2010	22/6/2010	22/6/2010
Junho	26/7/2010	26/7/2010	26/7/2010
Julho	24/8/2010	24/8/2010	24/8/2010
Agosto	22/9/2010	22/9/2010	22/9/2010
Setembro	21/10/2010	21/10/2010	21/10/2010
Outubro	23/11/2010	23/11/2010	23/11/2010
Novembro	22/12/2010	22/12/2010	22/12/2010
Dezembro	28/1/2011	28/1/2011	28/1/2011

1.3.2 ATOS NORMATIVOS DA CGE

Em destaque os atos normativos expedidos pela Contadoria-Geral do Estado no Exercício de 2010.

QUADRO 04 - PORTARIAS
Estado do Rio de Janeiro - 2010

Nº	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
140	9/2/2010	APROVA AS INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009.
141	10/2/2010	ESTABELECE CONTA CONTÁBIL PARA REGISTRO DO SALDO DOS VALORES LIBERADOS EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 11.429, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006.
142	19/3/2010	IMPLANTA NO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A TRANSAÇÃO "DL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
143	29/4/2010	INCLUI NO DOCUMENTO NOTA DE EMPENHO – NE DO SIAFEM/RJ, O CAMPO PARA TIPIIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
144	11/5/2010	ALTERA A PORTARIA CGE Nº 132, DE 30/05/08, SEU ANEXO II E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
145	14/5/2010	CONSTITUI COMISSÃO P/ LEVANTAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA À DISPOSIÇÃO DOS SETORES DE CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
146	14/7/2010	ALTERA OS PROCEDIMENTOS DE CONTABILIZAÇÃO PARA RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

QUADRO 05 - CIRCULARES
Estado do Rio de Janeiro - 2010

Nº	DATA	ASSUNTO
01	3/3/2010	PORTARIA CGE Nº 136 – 07/07/2009
02	13/8/2010	CONVITE PARA PALESTRA "A CONTADORIA GERAL DO ESTADO NO PROCESSO DE CONVERGÊNCIA"
03	29/9/2010	CONVITE WORKSOP " A NOVA CONTABILIDADE E CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
04	16/11/2010	CONVITE PARA REUNIÃO REFERENTE AO DECRETO 42.682 – ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2010

02 – Panorama Econômico

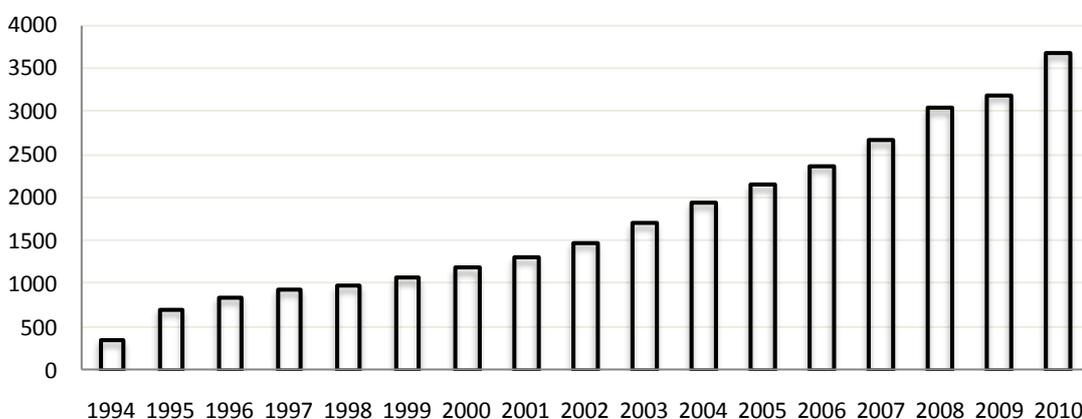


2. PANORAMA ECONÔMICO

2.1 ECONOMIA BRASILEIRA

A economia nacional mostrou em 2010 franca recuperação dos efeitos decorrentes da crise financeira internacional, iniciada no último trimestre de 2008. O Produto Interno Bruto (PIB) alcançou R\$ 3,67 bilhões, implicando elevação de 7,5% em relação a 2009, beneficiado pela baixa base de comparação do ano anterior.

PIB Brasil 1994 - 2010 (em Bilhões R\$)



Fonte: IBGE

O PIB per capita (divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano) alcançou R\$ 19.016, após ter registrado crescimento de 6,5% em relação a 2009. Na década encerrada em 2010, o PIB per capita registrou crescimento anual médio de 2,4%, acima da média dos anos 90, quando cresceu, em média, 1,1% ao ano.

Classes de atividade no valor adicionado a preços básicos e componentes do PIB pela ótica da despesa (Valores Correntes R\$ Milhões)

Especificação	2009	2010
Agropecuária	166.705	180.831
Indústria	696.611	841.024
Serviços	1.877.417	2.113.788
Valor Adicionado a Preços Básicos	2.740.733	3.135.643
Impostos sobre produtos	444.392	539.321
PIB a preços de mercado	3.185.125	3.674.964
Despesa do Consumo das Famílias	1.966.492	2.226.056
Despesa do Consumo do Governo	694.597	778.013
Formação de Capital Fixo	539.757	677.013
Variação de Estoques	(13.941)	29.551
Exportações de Bens e Serviços	354.235	409.868
Importações de Bens e Serviços	(356.015)	(446.386)

Fonte: IBGE, Resultados calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais

De acordo com os dados coletados pelo IBGE, a expansão do PIB resultou do aumento de 6,7% do Valor Adicionado a preços básicos e do crescimento de 12,5% nos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (6,5%), Indústria (10,1%) e Serviços (5,4%).

Do ponto de vista da oferta, o crescimento do setor primário (Agropecuária) foi de 6,5% em 2010 devido ao aumento de produção de várias culturas importantes da lavoura brasileira, a saber: soja (20,2%), trigo (20,1%), café (17,6%), milho (9,4%), cana (5,7%) e laranja (4,1%).

Na Indústria, cujo crescimento alcançou 10,1%, o destaque foi o setor extrativo mineral (15,7%), seguido pela construção civil (11,6%). O setor de transformação cresceu 9,7%, enquanto que as atividades de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana obtiveram expansão de 7,8%.

O setor de serviços cresceu 5,4%. Os destaques foram as atividades de intermediação financeira e seguros e o comércio, ambas com crescimento de 10,7%. O crescimento da população empregada e da massa real de salários, ao lado da expansão do crédito ao consumo, sustentaram um crescimento das vendas. Por fim, transporte, armazenagem e correio cresceram 8,9%, seguido por serviços de informação (3,8%), outros serviços (3,6%), administração, saúde e educação pública (2,3%) e serviços imobiliários e aluguel (1,7%).

Sob a ótica da demanda, os dados do IBGE indicaram o crescimento de 7% na despesa de consumo das famílias em 2010. A formação bruta de capital fixo, por sua vez, cresceu 21,8%, maior taxa acumulada em quatro trimestres da série iniciada em 1996. Já a despesa do consumo da administração pública elevou-se em 3,3%.

No âmbito do setor externo, as exportações obtiveram crescimento de 11,5%, e as importações se expandiram em 36,2%. Obviamente, a valorização cambial ocorrida entre 2009 e 2010 contribuiu para tal conjuntura (a taxa de câmbio - medida pela média anual das taxas de câmbio R\$/US\$ de compra e venda - variou de 2,00 para 1,76).

A taxa de investimento no ano de 2010 foi de 18,4% do PIB, superior à taxa referente ao ano anterior (16,9%). Já a taxa de poupança alcançou 16,5% do PIB contra 14,7% no ano anterior. Estes indicadores evidenciam sobremaneira a necessidade de financiamento externo do país.

Com relação aos esforços fiscais do governo federal em 2010, os dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) indicaram um superávit primário de 2,78% do PIB (+R\$ 101,6 bilhões), resultado abaixo da meta (3,1%), estipulada pelo próprio governo federal. O resultado ainda deriva de políticas empreendidas com o objetivo de mitigar os efeitos da crise financeira internacional, bem como de aumento dos gastos ocorrido no último ano do governo anterior.

O país pagou, em 2010, 195,36 bilhões em juros da dívida, mas terminou o ano com um déficit nominal (que já leva em conta os juros) de R\$ 93,67 bilhões. O déficit nominal em 2010 foi equivalente a 2,56% do PIB, abaixo do de 2009, quando as despesas excederam a receita em um valor equivalente a 3,34% do PIB.

Entretanto, vale ressaltar, o mau desempenho das contas não impediu que a dívida líquida do setor público brasileiro caísse de 42,8% do PIB no final de 2009 para 40,4% do PIB em dezembro. Essa redução foi possível graças ao forte crescimento do PIB em 2010.

A valorização de 4,6% na moeda nacional - na comparação com 2009 - acarretou efeitos perversos no saldo comercial brasileiro. Desde 2008, o saldo comercial brasileiro tem se apresentado em níveis bastante inferiores aos níveis de 2006 e 2007. Em 2010, resultado foi positivo em US\$ 20,26 bilhões, que, se comparado nominalmente a 2007, representa queda de 49,38%.

No que diz respeito à elevação dos preços, o IGP-DI desenvolveu trajetória explosiva ao longo de 2010, alcançando 11,3%. Também com relação ao IPCA, índice utilizado pelo governo federal como parâmetro das metas de inflação, houve crescimento acentuado, atingindo 5,91%.

**TABELA 001 - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2006/2010**

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010
Superávit Primário – Gov. Federal (% PIB)	4,32	3,98	4,07	2,06	2,78
DLSP (% PIB)*	44,7	42,8	35,8	42,8	40,5
SELIC*	15,08	11,25	13,75	8,75	12,25
IPCA	3,1	4,46	4,93	4,31	5,91
Saldo Comercial (US\$ Bilhões)	46,07	40,03	24,74	25,34	20,26
Câmbio Nominal (R\$/US\$)*	2,14	1,77	2,33	1,74	1,66
IGP-DI*	3,8	7,9	9,11	-1,44	11,3

*Final de período.

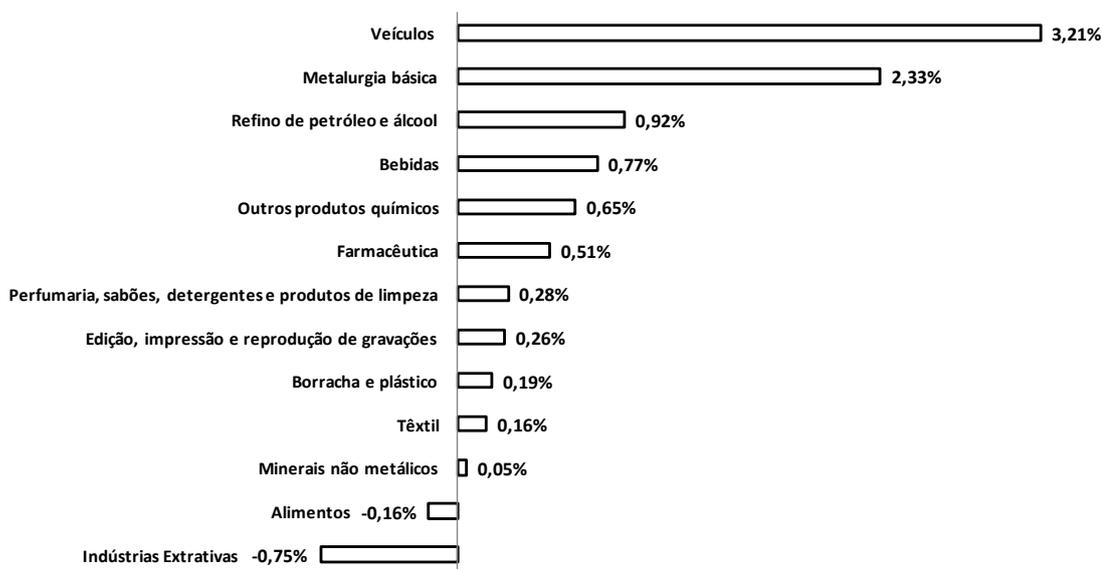
Para 2011, as perspectivas de crescimento da economia nacional apresentam-se favoráveis. Segundo as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB brasileiro deve se elevar em 4,5% neste ano; enquanto as expectativas do mercado, do Boletim Fiscal, do Banco Central do Brasil, de 11 de março de 2010, projetam o crescimento de 4,10%.

2.2 ECONOMIA FLUMINENSE

O desempenho industrial total da economia fluminense registrou, em 2010, crescimento de 8,4%, maior avanço dos últimos oito anos. Esse bom desempenho da atividade fabril no Rio de Janeiro contrasta com o resultado do ano anterior, quando nove dos doze segmentos da Indústria Transformação

investigados recuaram. Para efeito de comparação, em 2010, apenas um desses setores sofreu queda na produção: o setor de alimentos com uma ligeira queda (- 0,16%).

Composição Setorial do Crescimento Industrial Fluminense - 2010



Fonte: IBGE

Os dados coletados pelo IBGE indicam que o setor de veículos automotores foi o principal responsável pelo crescimento da indústria fluminense em 2010 (+3,21%), em decorrência principalmente dos incentivos fiscais concedidos e a expansão da massa salarial e do crédito. Tais determinantes impulsionaram o setor automotivo fluminense em 45,7%. A Metalurgia básica (com participação de +2,33% no total) teve, no ano, avanço que remontou 22,6%, por conta tanto da alavancagem da indústria automobilística quanto da construção civil. Outros setores relevantes foram Refino de petróleo e álcool e bebidas, que tiveram participação de 0,92% e 0,77% do total do crescimento industrial fluminense, por conta do crescimento de, respectivamente, 7,3% e 10,8% no ano.

Na comparação agregada com relação a 2009, os dados indicam que a indústria extrativa, que crescera 10,5% no ano anterior, reverteu sua tendência em 2010, apresentando queda de 0,75%. Entretanto, tal resultado não implicou perda de arrecadação para o Estado do Rio de Janeiro, uma vez que a cobrança de ICMS do petróleo ocorre no destino e não na origem da produção.

A indústria de transformação, em contrapartida, que deteve desempenho amplamente desfavorável em 2009 (-7,3%), recuperou-se em 2010, atingindo crescimento de 7,67%.

O cenário econômico de 2010 caracterizou-se, portanto, por ampla recuperação da economia fluminense. Segundo os dados da SECEX/BACEN, citados pela FIRJAN, as exportações elevaram-se em 48,10% no Estado do Rio de Janeiro: US\$ 20,02 bilhões contra US\$ 13,51 bilhões, em 2009. As importações, por sua vez, elevaram-se 14,28% (US\$ 16,66 bilhões contra US\$ 11,64 bilhões, no ano anterior). Com isso, o saldo comercial fluminense elevou-se em 79,09%, atingindo US\$ 3,358 bilhões, em 2010.

TABELA 002 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL
Comparativo – Estado do Rio de Janeiro – 2006/2010

ATIVIDADES INDUSTRIAIS	VARIÇÃO (%)				
	2006	2007	2008	2009	2010
Indústria Extrativa	5,03	-2,39	5,3	10,5	-0,75
Indústria de Transformação	1,18	3,21	0,59	-7,3	7,67
Veículos automotores	-4,13	23,78	15,8	-14,8	3,21
Edição, impressão e reprodução de gravações	10,17	5,12	5,81	-8,1	0,26
Minerais não metálicos	-0,25	4,11	4,74	-15,7	0,05
Outros produtos químicos	1,99	8,99	4,44	-15	0,65
Borracha e plástico	-2,05	13,91	1,03	-2,8	0,19
Alimentos	11,04	-6,6	-0,16	-7,7	-0,16
Refino de petróleo e álcool	-2,45	-3,21	-0,41	-2,6	0,92
Têxtil	-7,44	-10,39	-1,43	-17,4	0,16
Bebidas	5,1	5,15	-3,45	9,9	0,77
Metalurgia básica	-4,62	12,69	-5,29	-14,2	2,33
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	-7,72	10,71	-8,2	5,5	0,28
Farmacêutica	5,1	-15,18	-9,05	5,8	0,51
INDÚSTRIA GERAL	1,91	2,11	1,48	-3,8	8,42

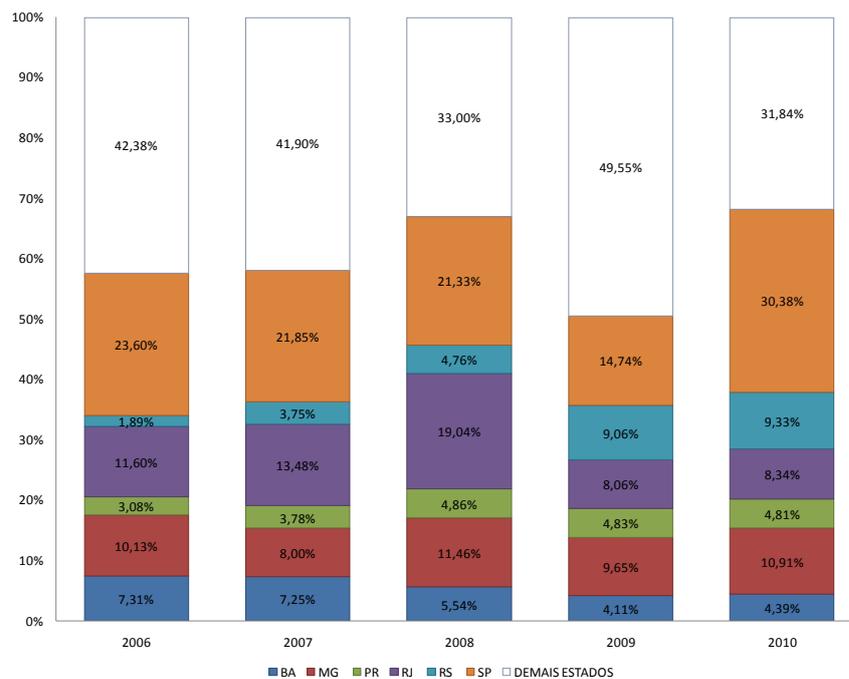
A conservação das políticas contracíclicas implantadas pelo Governo Federal, ainda em 2009, no primeiro semestre de 2010, provocou efeitos negativos no resultado das contas públicas fluminenses, embora o Estado tenha melhorado o desempenho fiscal em relação a 2009.

Como se sabe, houve no âmbito da União, grande esforço para desoneração da atividade produtiva, que implicou redução na arrecadação federal e, conseqüentemente, para o Estado do Rio de Janeiro. Tal fato, por si só, já seria suficiente para prejudicar o desempenho das contas. No entanto, como houve crescimento exacerbado dos gastos em investimento, que atingiu R\$ 5.165,74 milhões em 2010 (+82,9% em relação a 2009), principalmente por conta das contrapartidas estaduais ao PAC, o superávit primário do Estado foi bastante reduzido.

O exame dos dados referentes aos resultados primários (receitas não financeiras subtraídas das despesas não financeiras) obtidos nos último anos permite aferir que o Estado do Rio de Janeiro vem contribuindo desde 2007 com o governo central na missão de manter o equilíbrio macroeconômico do país.

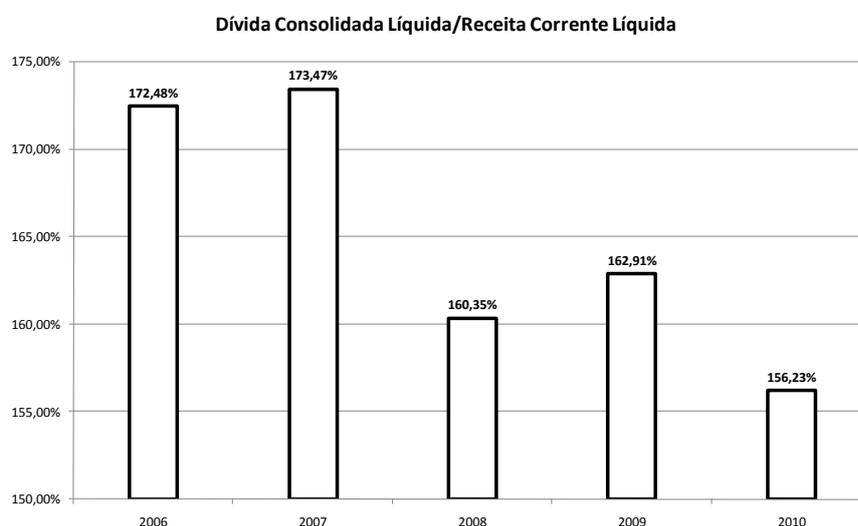
Em 2010, o Estado do Rio de Janeiro recuperou parcialmente sua participação no resultado primário consolidado da esfera estadual. É de se esperar que tal recuperação não se dê de forma plena e nem que o patamar de 2008 seja recuperado. Isto porque o ritmo de investimentos estaduais tem crescido muito por conta dos eventos internacionais que serão sediados no Estado em 2014 e 2016, bem como por conta do PAC.

PARTICIPAÇÃO DE ESTADOS SELECIONADOS NO RESULTADO PRIMÁRIO CONSOLIDADO NA ESFERA ESTADUAL

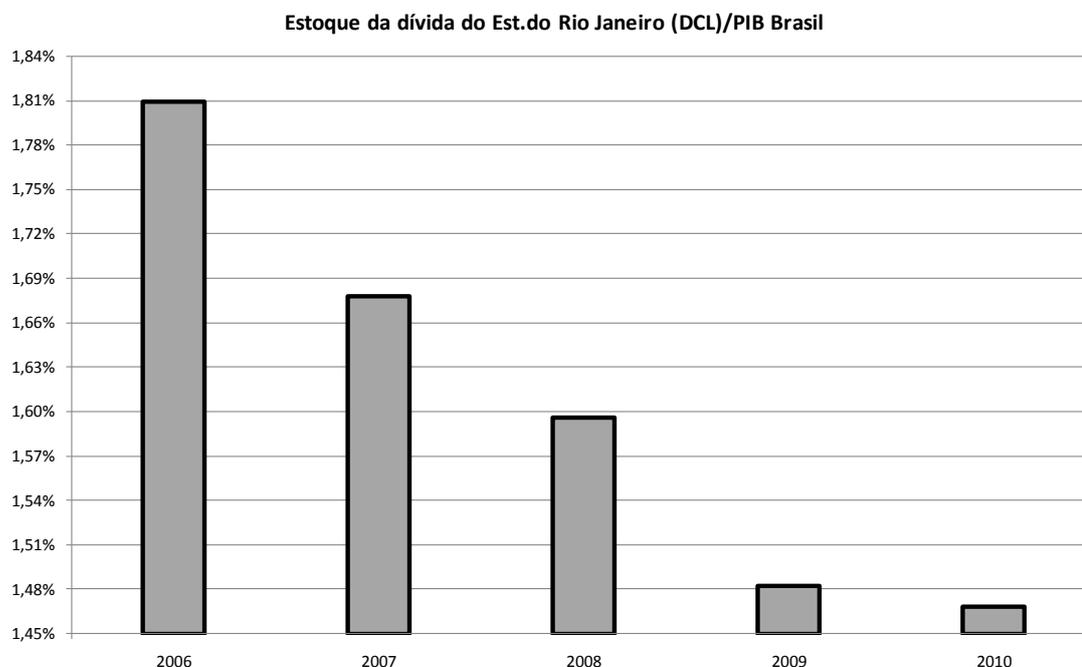


Fontes: BCB; STN; Secretarias de Fazenda dos Estados (para dados de 2010)

Em contrapartida, percebe-se facilmente que o Estado tem feito grande esforço para dar conta de um dos principais “deveres de casa”: a redução da dívida consolidada. Uma boa alternativa para se medir a eficiência da dívida consiste na verificação do quociente entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL). Os dados indicam que a relação caiu 4,10% entre 2010 e o ano anterior.



A relação entre o estoque da dívida estadual (medida pelo conceito de “Dívida Consolidada Líquida”) e o PIB nacional é um importante indicador neste sentido. Além da gestão austera e responsável da dívida estadual, houve redução significativa do estoque da dívida fluminense, em decorrência do enquadramento da CEDAE como empresa não dependente, de acordo com o previsto pela LRF, pelo rigoroso pagamento do serviço da dívida e pela deflação observada no indexador IGP-DI.



Dentro deste contexto, as perspectivas para 2011 são positivas, tanto em nível de gestão fiscal quanto por conta dos investimentos previstos para o Estado, em parceria com o Governo Federal. Esses investimentos possivelmente irão gerar reflexos significativos no emprego e na renda fluminenses, que deverão estar afinados com as previsões positivas para a economia nacional.

As projeções para 2011 apontam que a economia brasileira seguirá crescendo (4,5%, segundo o Banco Central) acima da média dos países centrais (3,6%, de acordo com o FMI). Nesse sentido, pode-se esperar o aumento dos gastos com serviços e rendas, bem como o avanço das importações, o que tenderia a aprofundar ainda mais o déficit em Conta Corrente (US\$ 69 bilhões – de acordo com a expectativa do Banco Central).

Por outro lado, essa mesma perspectiva de avanço da economia doméstica, aliada ao diferencial dos juros brasileiros, atrai grande volume de investimentos estrangeiros, que cobririam o déficit em Conta Corrente, garantindo a estabilidade externa. Cabe ressaltar, que o País deve incentivar os investimentos produtivos (Diretos) uma vez que os investimentos em carteira são extremamente voláteis.

03 – Orçamento



3. ORÇAMENTO

O orçamento do Estado do Rio de Janeiro, para o exercício de 2010, foi aprovado pela Lei nº 5.632, de 04 de janeiro de 2010 (Lei Orçamentária Anual – LOA), que dispõe em seu Capítulo I sobre a estimativa da receita e a fixação da despesa compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, conforme transcrito:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2010, nos termos do § 5º do art. 209 da Constituição Estadual e o disposto na Lei Estadual nº 5.497, de 07 de julho de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2010, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Estado e seus fundos, órgãos e entidades da Administração Estadual direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os fundos, órgãos e entidades vinculadas da Administração Estadual direta e indireta, bem como as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; e

III - o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente detém a maioria do capital social com direito a voto.

3.1 ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

O art. 2º da LOA – 2010, dispõe sobre a receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social no montante de R\$ 47.403.409.302,00 (quarenta e sete bilhões, quatrocentos e três milhões, quatrocentos e nove mil, trezentos e dois reais), sendo o mesmo valor da despesa total fixada, em conformidade com o art. 4º da mesma Lei.

O montante previsto para as receitas foi assim distribuído: R\$ 39.070.395.836,00 (trinta e nove bilhões, setenta milhões, trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e trinta e seis reais) para o Orçamento Fiscal e R\$ 8.333.013.466 (oito bilhões, trezentos e trinta e três milhões, treze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais), para o Orçamento da Seguridade Social. Já para a despesa total fixada ocorreu o seguinte desdobramento: R\$ 33.567.283.547,00 (trinta e três bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões, duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e quarenta e sete reais) para o Orçamento Fiscal, R\$ 11.861.200.462,00 (onze bilhões, oitocentos e sessenta e um milhões, duzentos mil, quatrocentos e

sessenta e dois reais) para o Orçamento da Seguridade Social e R\$ 1.974.925.293,00 (um bilhão, novecentos e setenta e quatro milhões, novecentos e vinte e cinco mil, duzentos e noventa e três reais) correspondentes ao Refinanciamento da Dívida Pública Estadual, constante no Orçamento Fiscal.

Destacamos que, está incluído no total da receita e da despesa, a parcela de 1.782.724.079,00 (um bilhão, setecentos e oitenta e dois milhões, setecentos e vinte e quatro mil e setenta e nove reais) referente à receita e à despesa intra-orçamentárias.

Não foram incluídas no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social – 2010, a Imprensa Oficial – IO e a Companhia de Águas e Esgotos – CEDAE, consideradas empresas não dependentes, de acordo com o entendimento do disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 –, em especial no seu art. 2º, inciso III, combinado com o art. 2º, inciso II, da Resolução 43, DOU de 21.12.2001 e republicada no DOU de 10.4.2002.

Destacamos que, a fim de oferecer melhor entendimento sobre a execução do orçamento estadual no exercício de 2010, utilizamos o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/RJ, o Sistema de Informações Gerenciais – SIG, e ainda extraímos informações relevantes do BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL, uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, que busca dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções dos gastos, possibilitando avaliar a efetividade e eficiência na aplicação dos mesmos, e se está atendendo aos objetivos do governo e da sociedade. O Boletim é disponibilizado para consulta no sítio <http://www.sefaz.rj.gov.br>, e sua frequência bimestral espelha-se no calendário da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referida nos artigos 8ª e 9ª da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF 101/2000).

A tabela a seguir demonstra as receitas estimadas e as despesas fixadas conforme os Anexos I e II da LOA de 2010:

TABELA 003 - ORÇAMENTO AUTORIZADO (Lei nº 5.632, de 04 de janeiro de 2010)
Estado do Rio de Janeiro - 2010

R\$ 1,00

ANEXO I - RESUMO GERAL DA RECEITA			
ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES
Receitas Correntes	43.745.129.681	31.012.045.640	12.733.084.041
Receita Tributária	26.867.009.139	25.741.450.693	1.125.558.446
Receitas de Contribuições	940.663.368	-	940.663.368
Receita Patrimonial	7.456.360.898	2.741.418.097	4.714.942.801
Receita Agropecuária	180.034	-	180.034
Receita Industrial	1.438.448	-	1.438.448
Receita de Serviços	313.253.809	3.293.342	309.960.467
Transferências Correntes	5.247.539.543	1.899.448.121	3.348.091.422
Outras Receitas Correntes	1.179.603.588	612.257.360	567.346.228
Receitas Intra-Orçament. Contribuições	1.513.752.261	-	1.513.752.261
Rec. Intra-Orçamentária Transf. Correntes	211.150.566	-	211.150.566
Outras Rec. Intra-Orçamentárias Correntes	14.178.027	14.178.027	-
Receitas de Capital	3.658.279.621	1.855.585.980	1.802.693.641
Operações de Crédito	1.855.585.980	1.855.585.980	-
Alienações de Bens	100.048.000	-	100.048.000
Amortizações de Empréstimos	138.242.853	-	138.242.853
Transferências de Capital	1.520.759.563	-	1.520.759.563
Rec. Intra-Orçament. Transf. Capital	43.643.225	-	43.643.225
Total Geral	47.403.409.302	32.867.631.620	14.535.777.682
ANEXO II - RESUMO GERAL DA DESPESA			
ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES
Despesas Correntes	41.162.511.119	28.668.870.685	12.493.640.434
Pessoal e Encargos Sociais	10.922.805.787	9.006.564.977	1.916.240.810
Pess Enc Soc-Intra-Orçamentárias	1.504.799.294	1.188.445.569	316.353.725
Outras Despesas Correntes	19.221.963.397	15.703.491.163	3.518.472.234
Outras Despesas Corr - Inativos e Pension	6.605.305.651	117.883.039	6.487.422.612
Outras Desp Corr-Intra-Orçamentárias	254.793.791	-	254.793.791
Juros e Encargos da Dívida	2.652.843.199	2.652.485.937	357.262
Despesas de Capital	6.240.598.183	4.198.460.935	2.042.137.248
Investimentos	4.946.248.756	2.990.801.687	1.955.447.069
Inversões Financeiras	120.108.857	34.521.416	85.587.441
Amortização da Dívida	1.174.240.570	1.173.137.832	1.102.738
Reserva de Contingência	300.000	300.000	-
Total Geral	47.403.409.302	32.867.631.620	14.535.777.682
Despesas Intra-Orçamentárias	1.759.593.085	1.188.445.569	571.147.516
Receitas Intra-Orçamentárias	1.768.546.052	-	1.768.546.052

Os recursos previstos para os Órgãos dos Poderes, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual e Fundos Especiais, decorrentes do Orçamento Consolidado do Estado para o exercício de 2010, constam em demonstrativos publicados na Lei nº 5.632/2010.

3.1.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O resultado das alterações orçamentárias ocorridas no exercício de 2010 e resumidas na tabela a seguir, elevou a despesa inicialmente fixada na lei orçamentária em R\$ 7.639.259 mil, representando um acréscimo de 16,12%, superior ao verificado no ano anterior (4,87%).

O resultado excedente na dotação final, em 2010, adveio das revisões nas estimativas de Receita em função da melhora contínua da estrutura de arrecadação estadual, além de outras receitas captadas para programas estratégicos de governo, vide BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL – 6º BIMESTRE 2010 (Fls. 41).

Segue o resumo das alterações ocorridas no orçamento no exercício de 2010:

TABELA 004 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM.%
Despesa Fixada	43.497.629	100,00%	47.403.409	100,00%	8,98%
Créditos Suplementares	8.043.073	18,49%	14.792.615	31,21%	83,92%
Créditos Especiais	20.000	0,05%	-	0,00%	-100,00%
Créditos Extraordinarios	12.000	0,03%	-	0,00%	-100,00%
Anulações/ Cancelamento de Dotações	(5.956.871)	-13,69%	(7.153.356)	-15,09%	20,09%
DESPESA ATUALIZADA	45.615.831	104,87%	55.042.668	116,12%	20,67%

Fonte: SIAFEM/RJ

3.1.1.1 DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

A Lei nº 5.632, de 04/01/2010 – Lei Orçamentária Anual - LOA, no seu artigo 5º, assim dispõe sobre as autorizações para a abertura de créditos orçamentários:

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares..., mediante a utilização de recursos decorrentes de:

a) cancelamento de recursos fixados nesta Lei, até o limite de 25% do total da despesa, por transposição, remanejamento ou transferência integral ou parcial de dotações, inclusive entre unidades orçamentárias distintas, criando, se necessário, os grupos de despesa relativos a “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, respeitadas as disposições constitucionais e os termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

- b) excesso de arrecadação, eventualmente apurado durante o exercício financeiro;
- c) superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- d) operações de crédito autorizadas e/ou contratadas durante o exercício;
- e) dotações consignadas à reserva de contingência;
- f) recursos colocados à disposição do Estado pela União ou outras entidades nacionais ou estrangeiras, observada a destinação prevista no instrumento respectivo.

Parágrafo Único - os Poderes Judiciário e Legislativo, o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ficam autorizados a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de dotações, dentro de suas respectivas unidades orçamentárias, no mesmo limite previsto na alínea "a" deste artigo, exceto em dotações consignadas a despesas com pessoal e encargos.

No ano de 2010 foram abertos créditos adicionais do tipo suplementar no montante de R\$ 14.792.615 mil, representando 31,21% do orçamento inicial da despesa do Estado.

A origem dos recursos utilizados para abertura de créditos adicionais, no período de janeiro a dezembro de 2010, e ainda as anulações/cancelamentos são demonstradas na tabela a seguir:

**TABELA 005 - FONTE DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

R\$ Mil		
DESCRIÇÃO	VALOR	PART. %
Orçamento Inicial (1)	47.403.409	100,00%
Total dos Créditos Adicionais (2=3+4+5)	14.792.615	31,21%
Créditos Suplementares (3)	14.792.615	100,00%
Excesso de Arrecadação do Tesouro	5.141.928	34,76%
Superávit Financeiro	1.217.977	8,23%
Anulação Parcial ou Total de Dotação	7.140.878	48,27%
Operação de Crédito	210.968	1,43%
Destinação Específica	-	0,00%
Transferências de Convênio p/ o Estado	295.890	2,00%
Transf. da União	784.975	5,31%
Créditos Especiais (4)	-	0,00%
Anulação Parcial ou Total de Dotação	-	0,00%
Créditos Extraordinários (5)	-	0,00%
Crédito Adic. Extr. Aberto do Exercício	-	0,00%
Crédito Adic. Extr. Reaberto do Exercício	-	0,00%
Alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa (6)	(7.153.356)	-15,09%
Acréscimo	844.165	-11,80%
Redução	(844.165)	11,80%
Anulações/ Cancelamentos	(7.153.356)	100,00%
Orçamento Atualizado (7= 1+2+6)	55.042.668	116,12%

A seguir, apresenta-se quadro elaborado com objetivo de verificar se a abertura dos créditos suplementares, provenientes de transposição, remanejamento ou transferência integral ou parcial de

dotações, atendeu ao limite estabelecido na alínea “a”, artigo 5º da LOA. Cabendo registrar, que desde o exercício de 2009 não são computadas nesse demonstrativo as exceções previstas no Art. 6º da LOA, em função dos créditos adicionais a partir daquele ano serem liberados por modalidade de aplicação, sem o detalhamento das despesas:

TABELA 006 - LIMITE PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES
Estado do Rio de Janeiro - 2010

R\$ Mil	
ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
Orçamento Inicial	47.403.409
(+) Créditos Abertos com Recursos de Excesso de Arrecadação	5.141.928
Base de Cálculo	52.545.337
Limite para abertura de Créditos Suplementares por Cancelamento de Recursos (25% da Base de Cálculo)	13.136.334
Créditos Suplementares por Anulação Parcial ou Total de Dotações	7.140.878
Total dos Créditos Suplementares Abertos Excluídas as Exceções Legais	7.140.878

De acordo com os valores apresentados anteriormente, conclui-se que foi observado o dispositivo legal, ou seja, os créditos suplementares abertos no exercício de 2010, por anulação parcial ou total de dotações, encontram-se amparados por autorização legislativa.

3.1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

A arrecadação total do conjunto das receitas do Estado do Rio de Janeiro no exercício de 2010, deduzido o montante de R\$ 2.008.070 mil relativos às Receitas Intra-orçamentárias, foi de R\$ 48.806.071 mil, valor este superior em R\$ 8.214.977 mil ao registrado no ano anterior, correspondendo a uma evolução de 20,24%, motivada principalmente pelas Receitas Correntes, que, em virtude do seu bom desempenho, representaram 95,41% da participação de toda a receita estadual, com destaque nesta categoria econômica para as receitas tributárias (59,60%), que constituem a maior fonte de recursos do Estado.

O acréscimo de 6,98% resultante do confronto entre a receita total arrecadada e a prevista para o exercício, foi motivado, principalmente, pelas receitas correntes que superaram as expectativas de arrecadação em 10,85%, conforme observado na tabela a seguir:

TABELA 007 - RECEITA ARRECADADA ACUMULADA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2009				2010				2009/2010	
	PREVISÃO	ARRECAD.	PART. %	VAR. ARREC/PREV	PREVISÃO	ARRECAD.	PART. %	VAR. ARREC/PREV	VAR. NOM %	VAR. REAL %
Receitas Correntes	38.885.219	39.100.494	96,33%	0,55%	42.006.049	46.563.869	95,41%	10,85%	19,09%	11,70%
Tributária	23.985.580	24.884.732	61,31%	3,75%	26.867.009	29.086.555	59,60%	8,26%	16,89%	9,63%
Contribuições	857.280	905.214	2,23%	5,59%	940.663	1.040.247	2,13%	10,59%	14,92%	7,79%
Patrimonial	7.561.407	6.778.109	16,70%	-10,36%	7.456.361	8.609.317	17,64%	15,46%	27,02%	19,14%
Agropecuária	191	174	0,00%	-8,81%	180	163	0,00%	-9,49%	-6,41%	-12,22%
Industrial	1.569	4.428	0,01%	182,21%	1.438	214	0,00%	-85,12%	-95,16%	-95,46%
Serviços	852.371	313.421	0,77%	-63,23%	313.254	344.213	0,71%	9,88%	9,82%	3,01%
Transf. Correntes	4.798.683	4.598.379	11,33%	-4,17%	5.247.540	5.121.300	10,49%	-2,41%	11,37%	4,46%
Outras Rec. Correntes	828.138	1.616.037	3,98%	95,14%	1.179.604	2.361.858	4,84%	100,22%	46,15%	37,09%
Receitas de Capital	3.057.323	1.490.599	3,67%	-51,24%	3.614.636	2.242.202	4,59%	-37,97%	50,42%	41,09%
Operações de Crédito	611.610	274.809	0,68%	-55,07%	1.855.586	1.295.237	2,65%	-30,20%	371,32%	342,09%
Alienações de Bens	1.000.235	448.091	1,10%	-55,20%	100.048	45.992	0,09%	-54,03%	-89,74%	-90,37%
Amort. Empréstimos	68.547	140.813	0,35%	105,43%	138.243	148.826	0,30%	7,66%	5,69%	-0,87%
Transf. de Capital	1.370.543	626.689	1,54%	-54,27%	1.520.760	741.949	1,52%	-51,21%	18,39%	11,05%
Outras Rec. de Capital	6.388	198	0,00%	-96,90%	-	10.199	0,02%	0,00%	0,00%	4728,06%
Total Geral	41.942.542	40.591.094	100,00%	-3,22%	45.620.685	48.806.071	100,00%	6,98%	20,24%	12,78%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Varição real a partir de 2010 apurada pelo IPC-DI/RJ

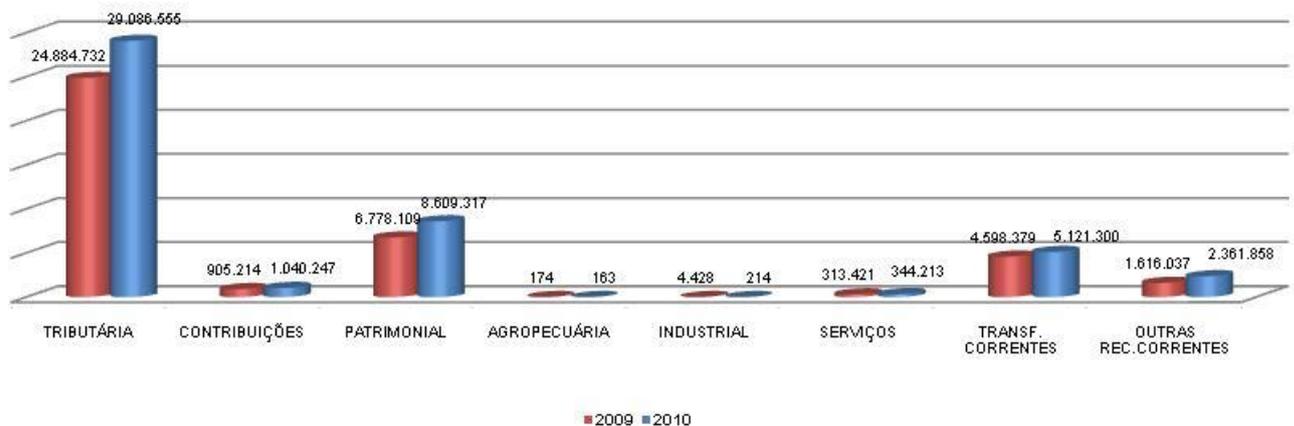
3.1.2.1 RECEITAS CORRENTES

Conforme indicado na tabela anterior esse grupo representa a principal categoria econômica na matriz das receitas estaduais. No ano de 2010, as Receitas Correntes participaram com 95,41%, das Receitas Orçamentárias Arrecadadas pelo Estado, correspondentes à R\$ 46.563.869 mil, e, conforme já mencionado no item 3.2, contribuíram de forma significativa para o resultado final alcançado. Comparando com o exercício anterior, observa-se uma evolução na ordem de R\$ 7.463.375 mil, que em termos percentuais representa uma variação nominal de 19,09%.

O resultado obtido pelas Receitas Correntes deve-se, principalmente, à evolução da Receita Tributária, que teve a participação em 59,60% do total arrecadado pelo Estado, registrando, em comparação com o ano anterior, um aumento de 16,89%, correspondentes a R\$ 4.201.823 mil, e ainda à Receita Patrimonial, com uma variação positiva de 27,02%, representando um incremento de R\$ 1.831.208 mil. As Receitas Agropecuárias e Industriais com decréscimos de 6,41% e 95,16%, respectivamente, não influenciaram em termos monetários o resultado obtido nesse grupo.

Segue gráfico ilustrativo do resultado apresentado pelas Receitas Correntes nos exercícios de 2009 e 2010:

COMPARATIVO DAS RECEITAS CORRENTES ARRECADADAS (R\$ MIL)
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010



3.1.2.1.1 RECEITA TRIBUTÁRIA

A fim de uma abordagem mais analítica dos impostos administrados pela SEFAZ foram utilizadas, neste subitem e nos demais concernentes à receita tributária, informações constantes do relatório RECEITA TRIBUTÁRIA – Evolução dos principais tributos estaduais por atividades e setores econômicos elaborado pela Subsecretaria de Receita, disponível no site <http://www.sefaz.rj.gov.br>.

Para os demonstrativos da arrecadação do ICMS por setor econômico e do Adicional do ICMS – FECF por setor econômico, denominação utilizada nos anos anteriores, a partir de 2010, a Superintendência de Arrecadação, Cadastro e Informações Econômico-Fiscais – SUACIEF/ SEFAZ, passou a utilizar o detalhamento da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE para a elaboração de seus relatórios.

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas –CNAE é usada com o objetivo de padronizar os códigos de identificação das unidades produtivas do país nos cadastros e registros da administração pública nas três esferas de governo, em especial na área tributária, contribuindo para a melhoria da qualidade dos sistemas de informações que dão suporte às ações do Estado, possibilitando, ainda, a maior articulação intersistemas.

A receita tributária, cuja composição encontra-se detalhada na tabela seguinte, é oriunda da cobrança dos tributos pagos pela sociedade, incidentes sobre suas atividades, suas rendas e seus benefícios diretos e imediatos recebidos.

Em comparação com o exercício anterior, as receitas tributárias tiveram, em termos nominais, uma variação positiva de 16,89%, atingindo um aumento de R\$ 4.201.823 mil, motivado principalmente pelo crescimento da arrecadação do ICMS, tributo de maior peso na receita estadual, e que, em 2010, atingindo 76,06% do total das receitas tributárias, gerando recursos que somaram R\$ 22.113.234 mil.

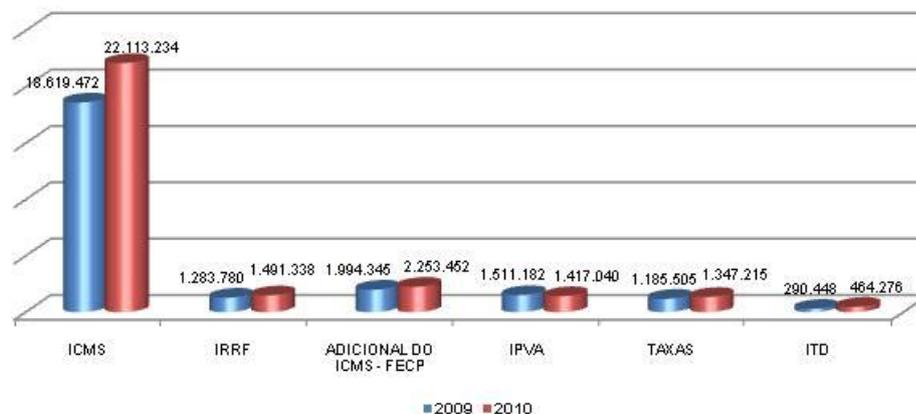
Observamos, ainda, a variação nominal de 59,85% obtida na receita do ITD, em relação ao ano anterior, correspondentes a um acréscimo na ordem de R\$ 173.828 mil, em função do Convênio celebrado com a Receita Federal do Brasil para o cruzamento das informações sobre doações, principalmente em dinheiro, declaradas no Imposto de Renda de Pessoa Física, entretanto, o resultado obtido não influenciou em termos monetários no total das receitas tributárias.

TABELA 008 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
ICMS	18.619.472	74,82%	22.113.234	76,03%	18,76%
IRRF	1.283.780	5,16%	1.491.338	5,13%	16,17%
Adicional do ICMS - FECPE	1.994.345	8,01%	2.253.452	7,75%	12,99%
IPVA	1.511.182	6,07%	1.417.040	4,87%	-6,23%
TAXAS	1.185.505	4,76%	1.347.215	4,63%	13,64%
ITD	290.448	1,17%	464.276	1,60%	59,85%
TOTAL	24.884.732	100,00%	29.086.555	100,00%	16,89%

MATRIZ DA RECEITA TRIBUTÁRIA (R\$ MIL)
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010



Evolução da Arrecadação dos Tributos Estaduais em 2010

No ano de 2010, ingressou nos cofres públicos o montante de R\$ 27.595.217 mil, produto da arrecadação das receitas tributárias de ICMS, Adicional do ICMS, ITD e IPVA, e ainda de taxas de natureza tributária. Este grupo apresentou um crescimento nominal de 16,92%, em relação ao mesmo período de 2009, conforme demonstrado a seguir:

TABELA 009 - ARRECADAÇÃO GERAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS
Comparativo Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

MÊS	ARRECADAÇÃO MENSAL		VAR NOM.%	VAR. REAL
	2009	2010		
Jan	2.207.610	2.556.481	15,80%	8,62%
Fev	2.014.768	2.215.869	9,98%	3,16%
Mar	1.961.341	2.239.140	14,16%	7,08%
Abr	2.167.568	2.311.812	6,65%	0,04%
Mai	1.657.604	2.704.906	63,18%	53,06%
Jun	1.745.401	2.070.710	18,64%	11,28%
Jul	1.704.335	2.042.844	19,86%	12,43%
Ago	1.704.659	2.108.769	23,71%	16,03%
Set	1.827.928	2.212.324	21,03%	13,52%
Out	1.888.250	2.203.748	16,71%	9,47%
Nov	2.094.513	2.311.170	10,34%	3,50%
Dez	2.626.971	2.617.444	-0,36%	-6,54%
TOTAL	23.600.950	27.595.217	16,92%	9,67%

Fonte: PPREVIN/SUAR/SEFAZ

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - ICM e ITBI fatos geradores ocorridos até 28/03/1989

2 - Não incluídas a taxa de Incêndio e taxas do Detran

3 - Não incluída - Dívida Ativa Tributária

Valores apurados com base na data de recolhimento, e não no repasse financeiro

Variação real apurada pelo IPC-DI/RJ

Para a análise do comportamento das receitas tributárias estaduais, especialmente o ICMS e o IPVA, deve-se considerar a consequência da variação sazonal, que pode, por vezes, não indicar os movimentos reais da arrecadação entre períodos.

3.1.2.1.1 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – ICMS

Dentre os impostos administrados pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, o ICMS (não considerando a parcela "adicional do ICMS" relativa ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais - FECSP) representa o mais importante tributo do Estado (vide Tabela 08). A arrecadação acumulada deste imposto no exercício em referência somou R\$ 22.113.234 mil, sendo superior ao exercício de 2009 em R\$ 3.493.762 mil (18,76%), em termos nominais. O crescimento, em termos reais, foi de 12,33%.

As variações mostradas na tabela a seguir indicam que a arrecadação no decorrer do exercício de 2010 apresentou um melhor desempenho que no ano anterior. Nos meses de maio e agosto, refletindo a dinâmica da arrecadação dos principais tributos do Estado, foram verificadas as mais altas variações do ano, alcançando no acumulado do segundo quadrimestre uma evolução de 20,24% (R\$ 2.395.125 mil).

TABELA 010 - ARRECADAÇÃO DO ICMS
Comparativo Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

MÊS	ARRECADAÇÃO MENSAL				ARRECADAÇÃO ACUMULADA			
	2009	2010	VAR. NOM %	VAR. REAL %	2009	2010	VAR. NOM %	VAR. REAL %
Jan	1.652.716	1.964.384	18,86%	15,20%	1.652.716	1.964.384	18,86%	15,20%
Fev	1.483.744	1.697.593	14,41%	10,23%	3.136.460	3.661.977	16,76%	12,85%
Mar	1.500.256	1.756.526	17,08%	4,86%	4.636.717	5.418.503	16,86%	10,15%
Abr	1.524.344	1.768.490	16,02%	9,88%	6.161.061	7.186.994	16,65%	10,09%
Mai	1.366.225	1.755.327	28,48%	21,71%	7.527.287	8.942.321	18,80%	12,16%
Jun	1.455.091	1.762.805	21,15%	15,13%	8.982.378	10.705.126	19,18%	12,63%
Jul	1.423.967	1.740.193	22,21%	16,51%	10.406.346	12.445.320	19,59%	13,15%
Ago	1.427.346	1.783.497	24,95%	19,13%	11.833.692	14.228.817	20,24%	13,87%
Set	1.564.572	1.912.231	22,22%	16,25%	13.398.264	16.141.048	20,47%	14,14%
Out	1.616.574	1.882.729	16,46%	10,35%	15.014.838	18.023.778	20,04%	13,74%
Nov	1.812.231	2.009.381	10,88%	4,50%	16.827.070	20.033.159	19,05%	12,76%
Dez	1.792.401	2.080.074	16,05%	8,19%	18.619.472	22.113.234	18,76%	12,33%

NOTAS EXPLICATIVAS:

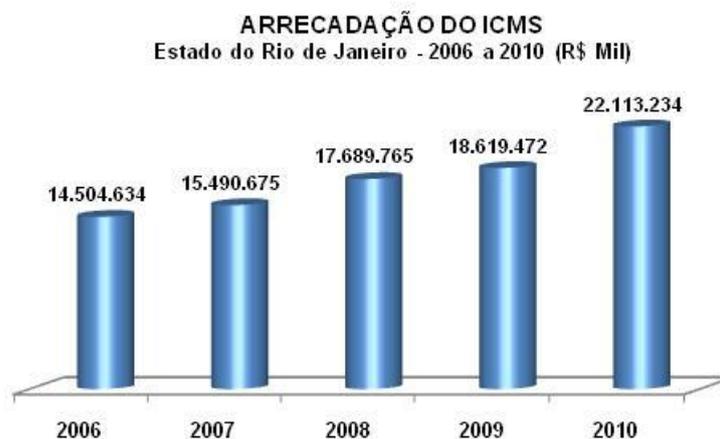
Valores apurados com base na data de recolhimento, e não na do repasse financeiro

A partir de março de 2006, valores apurados com base na data do pagamento

Varição real apurada pelo IPC-RJ (FGV)

Fonte: PREVIN / SUAR / SEFAZ

Pela análise da evolução da arrecadação do ICMS, apresentada no gráfico a seguir, pode-se constatar uma trajetória contínua de crescimento a partir do exercício de 2006.



Evolução do ICMS por Seção

Como podemos observar na próxima tabela, assim como ocorreu em exercícios anteriores, a arrecadação do ICMS, por seção, em 2010, apresentou comportamento diverso. As seções – “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” (30,67%), “Indústrias de transformação” (28,74%) e informações e comunicação (18,23%) – atingiram juntas o montante de R\$ 16.674.940 mil

do total arrecadado. Em termos nominais, as maiores contribuições para o acréscimo da receita, no montante de R\$ 3.455.317 mil, ficaram por conta, principalmente, das seguintes seções: Saúde humana e serviços sociais, com evolução de 249,61%, correspondentes à R\$ 1.796 mil, administração pública, defesa e seguridade social, com acréscimo de 55,76%, representando em termos monetários o valor de R\$ 55.785 mil, e a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com uma variação positiva de 41,61%, que elevou em R\$ 1.627 mil a sua arrecadação.

TABELA 011 - COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DO ICMS POR SEÇÃO (CNAE)
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

Divisão		Seções CNAE 2.0 - subclasses	2009 (A)	PART. %	2010 (B)	PART. %	VAR. NOM. %	VAR. REAL (B/A)
A	- 01 .. 03	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3.910.832,60	0,02%	5.538.021,17	0,03%	41,61%	34,18
B	- 05 .. 09	Indústrias extrativas	720.398.782,82	3,92%	871.993.366,32	3,99%	21,04%	15,00
C	- 10 .. 33	Indústrias de transformação	5.454.970.507,10	29,66%	6.279.080.963,66	28,74%	15,11%	9,50
D	- 35	Eletricidade e gás	2.890.427.381,68	15,72%	3.233.445.871,03	14,80%	11,87%	6,45
E	- 36 .. 39	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	7.508.838,54	0,04%	7.715.057,00	0,04%	2,75%	-2,78
F	- 41 .. 43	Construção	78.339.988,20	0,43%	66.720.528,51	0,31%	-14,83%	-18,97
G	- 45 .. 47	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	5.009.966.363,31	27,24%	6.699.747.209,27	30,67%	33,73%	27,25
H	- 49 .. 53	Transporte, armazenagem e correio	502.353.185,71	2,73%	487.866.623,33	2,23%	-2,88%	-7,58
I	- 55 .. 56	Alojamento e alimentação	170.560.566,79	0,93%	217.468.876,48	1,00%	27,50%	21,26
J	- 58 .. 63	Informação e comunicação	3.353.526.427,07	18,23%	3.696.111.967,09	16,92%	10,22%	4,79
K	- 64 .. 66	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	707.304,14	0,00%	650.130,82	0,00%	-8,08%	-12,74
L	- 68	Atividades imobiliárias	17.090,79	0,00%	14.119,21	0,00%	-17,39%	-22,21
M	- 69 .. 75	Atividades profissionais, científicas e técnicas	40.158.163,90	0,22%	48.015.305,73	0,22%	19,57%	13,93
N	- 77 .. 82	Atividades administrativas e serviços complementares	29.574.867,87	0,16%	34.830.994,17	0,16%	17,77%	12,12
O	- 84	Administração pública, defesa e seguridade social	100.039.322,97	0,54%	155.824.236,44	0,71%	55,76%	48,08
P	- 85	Educação	369.251,67	0,00%	523.957,78	0,00%	41,90%	34,96
Q	- 86 .. 88	Saúde humana e serviços sociais	719.674,93	0,00%	2.516.080,68	0,01%	249,61%	229,87
R	- 90 .. 93	Artes, cultura, esporte e recreação	1.106.120,13	0,01%	1.058.192,96	0,00%	-4,33%	-8,95
S	- 94 .. 96	Outras atividades de serviços	27.785.590,19	0,15%	38.635.994,29	0,18%	39,05%	32,06
T	- 97	Serviços domésticos	621,83	0,00%	-	0,00%	-100,00%	-100,00
U	- 99	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-
TOTAL			18.392.440.882,24	100,00%	21.847.757.495,94	100,00%	18,79%	13,00

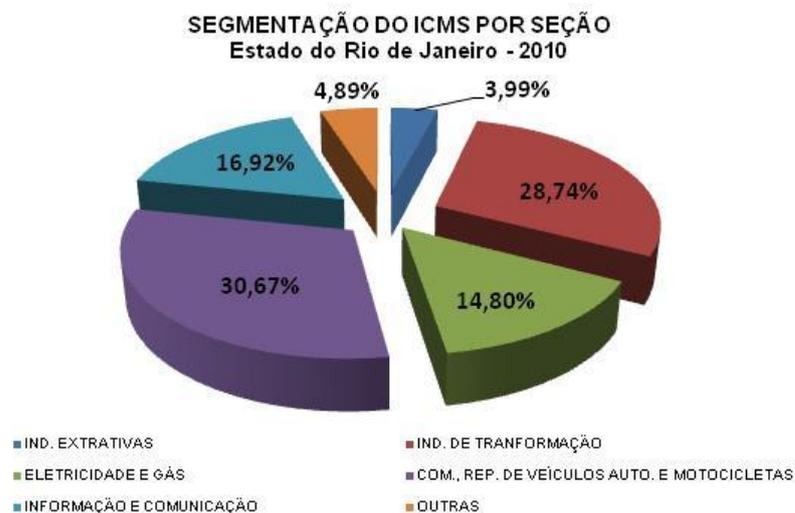
NOTAS EXPLICATIVAS :

Não incluídas Dívida Ativa, Multa e Mora

Valores apurados com base na data de recolhimento, e não na do repasse financeiro

Fonte : PREVIN / SUACIEF / SEFAZ

Segue gráfico ilustrativo referente à arrecadação do ICMS por seção:



3.1.2.1.1.2 ADICIONAL DE ICMS – FECP (LEI Nº 4.056/2002)

As receitas arrecadadas provenientes do adicional do ICMS – Fundo Estadual de Combate à Pobreza e as Desigualdades Sociais – FECP registraram de janeiro a dezembro de 2010 o montante de R\$ 2.253.451 mil, atingindo, em termos nominais, um aumento total de R\$ 259.106 mil (12,99%) em relação ao ano anterior.

Conforme se observa na tabela a seguir, as maiores variações da arrecadação para o FECP, em relação a igual período do último ano, ocorreram nos meses de Janeiro (18,43%) e Maio (22,80%), guardando relação com a arrecadação do ICMS.

TABELA 012 - ARRECADAÇÃO MENSAL DO ADICIONAL DE ICMS - FECP
Comparativo Anual - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

MÊS	ARRECADAÇÃO MENSAL			ARRECADAÇÃO ACUMULADA			
	2009	2010	VAR. NOM. %	2009	2010	VAR. NOM. %	VAR. REAL
Jan	171.766	203.414	18,43%	171.766	203.414	18,43%	11,08%
Fev	166.596	179.234	7,59%	338.362	382.648	13,09%	6,07%
Mar	163.637	184.601	12,81%	501.999	567.249	13,00%	5,99%
Abr	170.677	183.305	7,40%	672.676	750.554	11,58%	4,66%
Mai	155.730	191.237	22,80%	828.406	941.792	13,69%	6,63%
Jun	159.595	177.645	11,31%	988.001	1.119.436	13,30%	6,27%
Jul	153.806	178.504	16,06%	1.141.807	1.297.941	13,67%	6,62%
Ago	154.853	179.763	16,09%	1.296.660	1.477.704	13,96%	6,89%
Set	163.724	192.039	17,29%	1.460.384	1.669.742	14,34%	7,24%
Out	169.382	192.102	13,41%	1.629.766	1.861.844	14,24%	7,15%
Nov	182.020	197.351	8,42%	1.811.786	2.059.196	13,66%	6,61%
Dez	182.559	194.256	6,41%	1.994.345	2.253.451	12,99%	5,98%

NOTAS EXPLICATIVAS:

Valores apurados com base na data de recolhimento, e não na do repasse financeiro

Variação real a partir de 2010 apurada pelo IPC-DI/RJ

Fonte : PREVIN / SUAR / SEFAZ

Evolução do FECP

No gráfico a seguir pode-se visualizar a relação de crescimento da arrecadação do FECP entre os exercícios de 2009 e 2010, observando que guarda conformidade com o desempenho da receita do ICMS no mesmo período.



Evolução do FECP por Seção

A tabela a seguir, demonstra a arrecadação do adicional de ICMS relativo ao FECP nos anos de 2009 e 2010, por seção, revelando crescimento total desta receita em 18,63%. Em relação ao período passado, as seções que apresentaram maior participação nesta receita foram as de informação e comunicação (33,26%), eletricidade e gás (22,35%), comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (20,38%), indústrias de transformação (19,98%). Em termos reais e nominais, a seção saúde humana e serviços sociais e indústrias extrativas foram as que mais se sobressaíram. Em contraposição aparece a seção artes, cultura, esporte e recreação com queda nominal de 32,53%.

Cabendo ressaltar, que o demonstrativo a seguir, elaborado a partir de 2010, somente considera as seções pertencentes ao Cadastro Nacional das Atividades Econômicas – CNAE, o que ocasionou uma divergência com o anteriormente apresentado, conforme comentários do item 3.1.2.1.1.

TABELA 013 - ARRECADAÇÃO ACUMULADA DO ICMS - FECP POR SEÇÃO (CNAE)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

Divisão		Seções CNAE 2.0 - subclasses	2009 (A)	PART. %	2010 (B)	PART. %	VAR. NOM. %	VAR. REAL %
A	- 01 .. 03	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	93.494,32	0,00%	99.104,77	0,00%	6,00%	0,85
B	- 05 .. 09	Indústrias extrativas	26.107.004,98	1,38%	46.103.569,50	2,05%	76,59%	68,25
C	- 10 .. 33	Indústrias de transformação	307.883.568,14	16,22%	449.875.102,30	19,98%	46,12%	38,91
D	- 35	Eletricidade e gás	470.651.097,94	24,79%	503.328.020,34	22,35%	6,94%	1,84
E	- 36 .. 39	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	350.911,28	0,02%	597.663,21	0,03%	70,32%	61,61
F	- 41 .. 43	Construção	5.479.188,44	0,29%	3.992.466,00	0,18%	-27,13%	-30,37
G	- 45 .. 47	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	357.495.840,03	18,83%	458.887.171,13	20,38%	28,36%	22,09
H	- 49 .. 53	Transporte, armazenagem e correio	24.638.429,73	1,30%	19.767.802,11	0,88%	-19,77%	-23,54
I	- 55 .. 56	Alojamento e alimentação	2.659.654,33	0,14%	3.257.871,51	0,14%	22,49%	16,48
J	- 58 .. 63	Informação e comunicação	687.912.374,32	36,24%	749.082.786,97	33,26%	8,89%	3,57
K	- 64 .. 66	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	110.011,27	0,01%	90.242,92	0,00%	-17,97%	-21,99
L	- 68	Atividades imobiliárias	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-
M	- 69 .. 75	Atividades profissionais, científicas e técnicas	3.154.191,61	0,17%	3.525.844,29	0,16%	11,78%	6,37
N	- 77 .. 82	Atividades administrativas e serviços complementares	1.664.720,18	0,09%	2.901.735,79	0,13%	74,31%	65,79
O	- 84	Administração pública, defesa e seguridade social	8.576.888,01	0,45%	8.141.529,98	0,36%	-5,08%	-9,75
P	- 85	Educação	30.078,55	0,00%	34.991,54	0,00%	16,33%	10,87
Q	- 86 .. 88	Saúde humana e serviços sociais	37.641,02	0,00%	71.608,39	0,00%	90,24%	78,61
R	- 90 .. 93	Artes, cultura, esporte e recreação	77.810,13	0,00%	52.501,07	0,00%	-32,53%	-35,16
S	- 94 .. 96	Outras atividades de serviços	1.464.414,77	0,08%	2.252.557,67	0,10%	53,82%	45,60
T	- 97	Serviços domésticos	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-
U	- 99	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	-
TOTAL			1.898.387.319,05	100,00%	2.252.062.569,49	100,00%	18,63%	12,86

NOTAS EXPLICATIVAS :

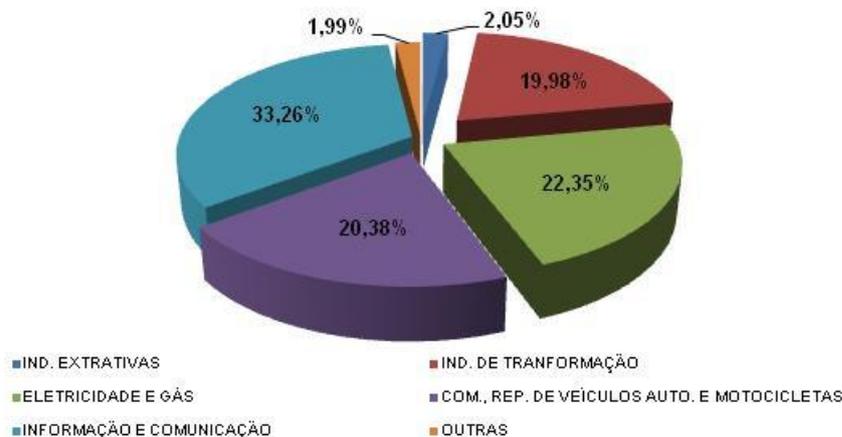
Não incluídas Dívida Ativa, Multa e Mora

Valores apurados com base na data de recolhimento, e não na do repasse financeiro

Fonte : PREVIN / SUACIEF / SEFAZ

Segue gráfico ilustrativo da arrecadação do Adicional de ICMS – FECP no exercício de 2010:

ARRECAÇÃO DO ADICIONAL DO ICMS - FECP
Estado do Rio de Janeiro - 2010



3.1.2.1.1.3 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – IPVA

O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, instituído pela Lei nº. 2.877, de 22 de dezembro de 1997, é cobrado anualmente pelo Estado e tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie: automóveis, ônibus, micro-ônibus, caminhões, motocicletas, ciclomotores, tratores, jet-skis, barcos, lanchas, aviões de esporte e lazer.

O IPVA gerou no ano de 2010 uma arrecadação de R\$ 1.417.040 mil, inferior em R\$ 94.142 mil a registrada em 2009, correspondente a um decréscimo de 6,23%, em termos nominais.

Conforme tabela a seguir, observa-se redução real da receita durante o exercício de 2010, com exceção dos meses de maio e dezembro, cujo resultado foi superior ao verificado no mesmo período do ano anterior. Cabendo lembrar, quanto à sazonalidade na arrecadação desta receita para efeito de análise. O imposto é recolhido em cota única ou em até três parcelas mensais, iguais e sucessivas, nos quatro primeiros meses do exercício. Desta forma, verifica-se que somente o 1º quadrimestre, atingiu, aproximadamente, 70,00% do total arrecadado, correspondentes ao montante de R\$ 1.004.144 mil.

TABELA 014 - ARRECADAÇÃO DO IPVA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

MÊS	2009 (A)	2010 (B)	DIFERENÇA (B-A)	VAR. NOM. %	VAR. REAL
Jan	347.213	341.658	(5.555)	-1,60%	-7,70%
Fev	323.239	302.329	(20.910)	-6,47%	-12,27%
Mar	250.084	233.525	(16.559)	-6,62%	-12,41%
Abr	132.303	126.631	(5.672)	-4,29%	-10,22%
Mai	89.389	92.166	2.777	3,11%	-3,29%
Jun	73.006	60.314	(12.692)	-17,38%	-22,51%
Jul	68.582	57.924	(10.658)	-15,54%	-20,78%
Ago	56.508	50.953	(5.556)	-9,83%	-15,42%
Set	48.728	41.786	(6.942)	-14,25%	-19,57%
Out	48.125	33.539	(14.586)	-30,31%	-34,63%
Nov	34.897	31.704	(3.193)	-9,15%	-14,78%
Dez	39.108	44.511	5.403	13,82%	6,76%
TOTAL	1.511.182	1.417.040	(94.142)	-6,23%	-12,05%

NOTAS EXPLICATIVAS:

Não incluídas Dívida Ativa, Multa e Mora

Valores apurados com base na data do recolhimento, e não na do repasse financeiro

Varição real a partir de 2010 apurada pelo IPC-DI/RJ

Fonte: PREVIN / SUAR / SEFAZ

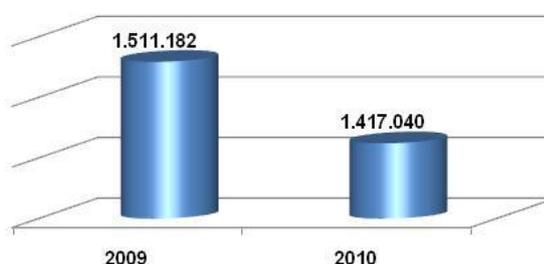
Observamos, ainda, que a variação nominal de 13,82% apresentada no mês de dezembro de 2010, é reflexo da reclassificação contábil do montante de R\$ 11.544 mil, anteriormente contabilizado como sendo cota-parte do Estado sobre o IPVA para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, referente ao período de janeiro a agosto do exercício em análise.

Evolução do IPVA

O resultado insatisfatório na arrecadação deste tributo, que se constitui uma das mais importantes receitas de origem tributária, está associado à redução no preço médio dos automóveis da Tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) de 2010 frente a 2009, como também pela redução da alíquota para carros bicompostíveis (Flex) de 4% para 3%, em conformidade com a Lei (E) n.º 5.635, de 05 de janeiro de 2010. (vide Boletim de Transparência Fiscal – 6º Bimestre de 2010).

Segue a ilustração comparativa da arrecadação do IPVA nos exercícios de 2009 e 2010:

ARRECADAÇÃO IPVA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010 (R\$ Mil)



3.1.2.1.1.4 TAXAS

A Tabela a seguir apresenta as receitas arrecadadas provenientes das Taxas, no exercício de 2010, no montante de R\$ 1.347.215 mil, valor este superior em R\$ 161.710 mil ao registrado no ano anterior, correspondendo a uma evolução de 13,64%. Deste total apresentado, R\$ 1.063.426 mil (78,94%) referem-se às Taxas pela Prestação de Serviços, sendo 36,59% (R\$ 389.128 mil) oriundas dos serviços de trânsito prestados pelo DETRAN-RJ.

TABELA 015 - ARRECADAÇÃO DE TAXAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil					
MÊS	2009 (A)	2010 (B)	DIFERENÇA (B-A)	VAR. NOM. %	VAR. REAL
Jan	112.789	129.824	17.035	15,10%	7,96%
Fev	123.409	129.091	5.682	4,60%	-1,88%
Mar	176.070	209.854	33.784	19,19%	11,79%
Abr	94.851	113.374	18.523	19,53%	12,11%
Mai	87.034	104.286	17.252	19,82%	12,39%
Jun	88.996	90.412	1.416	1,59%	-4,71%
Jul	93.317	96.289	2.972	3,18%	-3,22%
Ago	82.009	98.577	16.568	20,20%	12,75%
Set	86.138	90.779	4.641	5,39%	-1,15%
Out	82.715	84.776	2.061	2,49%	-3,87%
Nov	72.802	98.161	25.359	34,83%	26,47%
Dez	85.375	101.791	16.416	19,23%	11,83%
TOTAL	1.185.505	1.347.215	161.710	13,64%	6,59%

Fonte: SIG

Varição real a partir de 2010 apurada pelo IPC-DI/RJ

Segue gráfico ilustrado da arrecadação das Taxas nos exercícios de 2009 e 2010.



3.1.2.1.1.5 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO “CAUSA MORTIS” E POR DOAÇÃO, DE QUAISQUER BENS E DIREITOS – ITD

O ITD é o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e por Doação de Quaisquer Bens e Direitos, e como o próprio nome sugere, incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de doação ou morte. Em conformidade com o inciso I, artigo 155, da Constituição Federal, foi instituído no Estado do Rio de Janeiro por meio da Lei nº. 1.427, de 13 de Fevereiro de 1989, que assim dispõe em seu artigo 1º sobre o fato gerador:

“Art. 1º - O Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e por Doação, de quaisquer Bens ou Direitos, tem como fato gerador:

I - a transmissão da propriedade ou domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil;

II - a transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia e as servidões prediais;

III - a transmissão de títulos, créditos, ações, quotas, valores e outros bens móveis de qualquer natureza, bem como os direitos a eles relativos;

IV - a aquisição de bem ou direito em excesso pelo herdeiro ou cônjuge meeiro, na partilha, em sucessão causa-mortis ou em dissolução de sociedade conjugal.”

Evolução do ITD

Conforme se verifica na tabela a seguir, a arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITD, em 2010, somente apresentou variação negativa nos meses de fevereiro, junho e agosto, com uma evolução significativa no decorrer do exercício, principalmente nos meses de abril (414,72%) e novembro (177,48%), resultando em acréscimos na ordem de R\$ 59,85% em relação ao ano anterior. Esse crescimento reflete a continuidade da automação de processos adotada desde 2009, bem como pelo Convênio celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Receita Federal do Brasil, cujo resultado permite o cruzamento de informações sobre doações, em especial as doações em dinheiro, declaradas no Imposto de Renda Pessoa Física. A partir destes dados foi possível convocar mais de 15 mil contribuintes a verificar suas declarações e regularizar sua situação na eventualidade de terem doado ou se beneficiado de doações sem a devida quitação do ITD correspondente.

Adicionalmente, conforme comentado no Boletim de Transparência Fiscal relativo ao sexto bimestre de 2010 deve-se destacar o advento do Programa de Refinanciamento de Impostos Devidos – REFIS estadual, que promoveu descontos nas quitações à vista de dívidas de ITD, e como também através de compensação de créditos com precatórios. Em ambos os casos (pagamento ou compensação com

precatórios de créditos inscritos em Dívida Ativa) podem ocorrer parcelamentos de até (sessenta) meses.

TABELA 016 - ARRECADAÇÃO DO ITD
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

MÊS	2009 (A)	2010 (B)	DIFERENÇA (B-A)	VAR. NOM. %
Jan	13.824	21.257	7.433	53,77%
Fev	20.833	16.991	(3.842)	-18,44%
Mar	22.056	26.648	4.592	20,82%
Abr	17.882	92.040	74.159	414,72%
Mai	20.746	51.461	30.715	148,05%
Jun	27.515	23.586	(3.929)	-14,28%
Jul	27.212	30.331	3.119	11,46%
Ago	36.878	30.667	(6.211)	-16,84%
Set	24.761	33.396	8.635	34,88%
Out	22.964	31.495	8.531	37,15%
Nov	23.621	65.543	41.923	177,48%
Dez	32.157	40.860	8.703	27,06%
TOTAL	290.448	464.276	173.828	59,85%

3.1.2.1.2 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

São formadas por recursos provenientes de contribuições com destinação específica, previstas no artigo 149 da Constituição Federal, e instituídas pelo Estado como instrumento de atuação nas respectivas áreas. O referido texto legal refere-se a três espécies de contribuições: sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

Este grupo compreende as receitas resultantes da retenção das contribuições sociais dos servidores ativos e inativos dos diversos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e ainda as dos pensionistas civis e militares.

Em relação ao ano anterior apresentou uma variação positiva de 14,92%, correspondente a acréscimos na ordem de R\$ 135.033 mil, motivado em parte pela expansão dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais decorrentes de aumentos salariais e contratações.

TABELA 017 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES POR RUBRICA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Contribuição de Servidor Ativo Civil	601.793	66,48%	681.825	65,54%	13,3%
Contribuição de Servidor Ativo Militar	96.734	10,69%	110.636	10,64%	14,4%
Contribuição de Servidor Inativo Civil	149.087	16,47%	175.782	16,90%	17,9%
Contribuição de Servidor Inativo Militar	6.322	0,70%	7.661	0,74%	21,2%
Contribuição de Pensionistas	43.598	4,82%	59.685	5,74%	36,9%
Outras Contribuições Previdenciárias	7.680	0,85%	4.659	0,45%	-39,3%
TOTAL	905.214	100,00%	1.040.247	100,00%	14,92%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Como podemos observar, o conjunto das receitas de contribuições teve grau de participação diverso na arrecadação de 2010.

No gráfico a seguir podemos visualizar a evolução das receitas objeto desta análise:

RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO POR RUBRICA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010 (R\$ Mil)



No intuito de controlar a execução orçamentária e financeira por Poderes, a Contadoria-Geral do Estado editou a Portaria CGE nº 108, de 21/06/05, criando, no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/RJ, unidades gestoras vinculadas à UG 123400 – RIOPREVIDÊNCIA. Abaixo demonstramos as receitas de contribuições de ativos, inativos e pensionistas, segregadas por Poder:

TABELA 018 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO DE ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS POR PODER
Estado do Rio de Janeiro - 2010

Em Reais

DESCRIÇÃO	ATIVO	PART. %	INATIVOS/ PENSIONISTAS	PART. %	TOTAL	PART. %
123400 - RIOPREVIDÊNCIA	130.467,46	0,02%	-	0,00%	130.467,46	0,01%
123401 - ALERJ	12.825.882,18	1,62%	13.123.999,94	5,40%	25.949.882,12	2,51%
123402 - TCE	24.529.981,23	3,10%	21.894.512,61	9,01%	46.424.493,84	4,48%
123403 - Tribunal de Justiça	153.271.246,77	19,34%	60.318.244,35	24,81%	213.589.491,12	20,62%
123404 - Poder Executivo	563.356.404,59	71,09%	128.903.107,69	53,02%	692.259.512,28	66,85%
123410 - Ministério Público	38.346.538,57	4,84%	18.888.121,56	7,77%	57.234.660,13	5,53%
TOTAL	792.460.520,80	100,00%	243.127.986,15	100,00%	1.035.588.506,95	100,00%

NOTA EXPLICATIVA:

* A totalidade das pensões pagas pelo RPPS está agrupada na UG 123404 - Poder Executivo

Fonte: SIAFEM/RJ

De acordo com a tabela anterior, podemos observar que, no tocante à participação do total das receitas de contribuições, os poderes que mais contribuíram foram: Executivo (66,85%) e o Tribunal de Justiça (20,62%), que somaram juntos recursos de R\$ 905.849 mil (87,47%).

Com o objetivo de demonstrar a evolução das receitas de contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas por Poder, segue abaixo o comparativo entre os exercícios de 2009 e 2010:

TABELA 019 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO DO PESSOAL ATIVO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

Em Reais

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
RIOPREVIDÊNCIA	-	0,00%	130.467,46	0,02%	0,00%
ALERJ	13.537.594,49	1,94%	12.825.882,18	1,62%	-5,26%
TCE	24.872.876,56	3,56%	24.529.981,23	3,10%	-1,38%
T.J.	148.307.902,67	21,23%	153.271.246,77	19,34%	3,35%
Executivo	476.202.753,06	68,17%	563.356.404,59	71,09%	18,30%
MP	35.605.548,34	5,10%	38.346.538,57	4,84%	7,70%
TOTAL	698.526.675,12	100,00%	792.460.520,80	100,00%	13,45%

Fonte: SIAFEM/RJ

TABELA 020 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO DO PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

Em Reais

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
ALERJ	11.972.416,63	6,02%	13.123.999,94	5,40%	9,62%
TCE	18.928.852,07	9,51%	21.894.512,61	9,01%	15,67%
T.J.	51.460.238,79	25,86%	60.318.244,35	24,81%	17,21%
Executivo	101.750.811,62	51,13%	128.903.107,69	53,02%	26,69%
MP	14.894.381,28	7,48%	18.888.121,56	7,77%	26,81%
TOTAL	199.006.700,39	100,00%	243.127.986,15	100,00%	22,17%

Fonte: SIAFEM/RJ

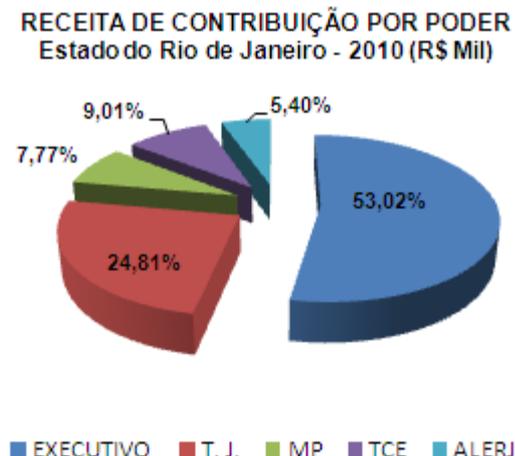
Analisando as tabelas anteriores, podemos tecer, dentre outros os seguintes comentários:

Os acréscimos verificados nas receitas de contribuições do pessoal ativo (13,45%) e inativo/pensionista (22,17%), em relação ao ano anterior, foram motivados, principalmente, pelas respectivas variações positivas, de 18,30% e 26,69%, ocorridas nas contribuições de cada categoria do Poder Executivo.

Em relação ao saldo de R\$ 130 mil apresentado na UG-123400 – RIOPREVIDÊNCIA, sem correspondência no ano anterior, cabe informar que, o montante de R\$ 6 mil, refere-se a registros de contribuição de servidores ativos em função da Rotina CNRC/ SUNOT/ CGE n.º 006/2010, cujo teor trata da contribuição efetuada pelos órgãos não integrantes do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, e o restante no total de R\$ 124 mil, deve-se a outras receitas do Regime Próprio de Previdência Social.

As contribuições dos servidores inativos e pensionistas apresentaram variação positiva em todos os poderes, tendo se destacado o Poder Executivo (26,69%) e o Ministério Público (26,81%).

Segue ilustração gráfica da receita de contribuições por Poder:



3.1.2.1.3 RECEITA PATRIMONIAL

As Receitas Patrimoniais representam o ingresso proveniente de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.

No exercício de 2010, essas receitas somaram o montante de R\$ 8.609.317 mil, e participaram 17,64% das Receitas Correntes, e em relação ao ano anterior apresentou uma expansão de 27,02%, motivada

pele crescimento de 74,59% verificado na receita de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás, conforme indicado na tabela a seguir:

TABELA 021 - RECEITA PATRIMONIAL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	Em Reais
					VAR. NOM%
Royalties e Participação Especial	4.890.990	72,16%	6.421.839	74,59%	31,30%
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT's	1.331.495	19,64%	1.540.302	17,89%	15,68%
Remuneração de Depósitos Bancários	402.805	5,94%	479.133	5,57%	18,95%
Outras Receitas Patrimoniais	152.819	2,25%	168.044	1,95%	9,96%
TOTAL	6.778.109	100,00%	8.609.317	100,00%	27,02%

Fonte: SIAFEM/RJ

Segue ilustração gráfica da arrecadação das receitas patrimoniais em 2010:



Neste grupo os Royalties participaram com 74,59% do total das receitas, em virtude do aumento de 31,30 % em comparação ao ano anterior, que foi justificado no início deste item, e será abordado com maior ênfase no capítulo 07 deste relatório.

Destaca-se, também, a receita dos Certificados Financeiros do Tesouro – CFT's, que representou 17,89% do total das receitas patrimoniais, e gerou o montante de R\$ 1.540.302 mil, tendo uma variação positiva de 15,68%, em comparação ao ano anterior. Esta receita tem características finitas, pois possui tendência ao esgotamento no tempo, e convencionalmente incluída entre as receitas correntes, é resultado de uma operação com o Tesouro Nacional estabelecida em 1999, pela qual o Estado obteve ativos financeiros do Tesouro (os CFTs) contra a troca de um fluxo de pagamentos respaldados pela receita dos royalties, que se estende até 2014.

Segue o demonstrativo da evolução da Receita de CFT's no período de 2001 a 2010:

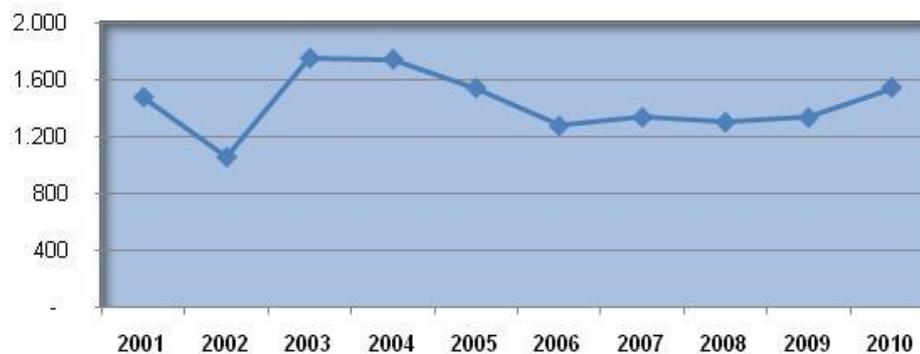
TABELA 022 - RECEITA DE CFT's
Estado do Rio de Janeiro - 2001 a 2010

EXERCÍCIOS	Em Reais	
	ARRECADAÇÃO	%
2001	1.473.371.686,00	0,00%
2002	1.056.185.224,44	-28,32%
2003	1.744.483.893,37	65,17%
2004	1.737.239.399,48	-0,42%
2005	1.537.954.057,19	-11,47%
2006	1.272.183.193,96	-17,28%
2007	1.332.945.727,60	4,78%
2008	1.299.303.596,20	-2,52%
2009	1.331.495.023,11	2,48%
2010	1.540.301.963,60	15,68%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Segue a representação gráfica:

SÉRIE HISTÓRICA DA RECEITA DE CFT's
Estado do Rio de Janeiro - 2001 a 2010 (Milhões)



3.1.2.1.4 RECEITA DE SERVIÇOS

No exercício de 2010, a Receita de Serviços registrou o montante de R\$ 344.213 mil, conforme demonstrado na tabela a seguir:

TABELA 023 - RECEITA DE SERVIÇOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Serviços Comerciais	5.388	1,72%	13.146	3,82%	143,98%
Serviços Financeiros	31.676	10,11%	33.434	9,71%	5,55%
Serviços de Transporte	28.499	9,09%	21.010	6,10%	-26,28%
Serviços de Saúde	66.315	21,16%	58.607	17,03%	-11,62%
Serviços de Processamentos de Dados	67.122	21,42%	79.917	23,22%	19,06%
Serviços de Inspeção e Fiscalização	26.730	8,53%	33.462	9,72%	25,19%
Serviços de Registro do Comércio	32.794	10,46%	37.604	10,92%	14,67%
Serviços de Consultoria, Assist. Técnica e Análise de Proj.	15.731	5,02%	15.820	4,60%	0,57%
Serviços Educacionais	15.613	4,98%	19.539	5,68%	25,14%
Outras Receitas de Serviços	23.553	7,51%	31.674	9,20%	34,48%
TOTAL	313.421	100,00%	344.213	100,00%	9,82%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Segue a representação gráfica:



Comparando com o mesmo período do exercício anterior, a Receita de Serviços apresentou um crescimento de 9,82%, motivado, principalmente, pelas receitas oriundas dos serviços de processamento de dados que participaram com 23,22% e pelas receitas de serviços de saúde com 17,03%.

A receita de serviços de saúde, mesmo apresentando uma variação negativa de 11,62%, participou com 17,03% do total arrecadado nesta rubrica. A variação verificada foi ocasionada, majoritariamente, pela redução em 13,72% da receita de serviços hospitalares.

A receita de “Serviços Comerciais”, apresentou um incremento na ordem de R\$ 7.758 mil (143,98%). Esta expansão justifica-se, basicamente, pelo aumento de R\$ 3.587 mil da receita de serviços de comercialização de medicamento, sendo sua maioria, contabilizada pelo Fundo Estadual de Saúde, como sendo proveniente da venda de medicamentos do programa Farmácia Popular.

O conjunto de Outras Receitas de Serviços (9,20%), embora com uma participação não tão significativa quanto às demais, apresentou uma variação nominal de 34,48%, enquanto que o item "Serviços de Transporte", compondo 6,10% do total das Receitas de Serviços, fecha o período de 2010 com uma variação negativa de 26,28%, em função da redução do subitem “Outros Serviços de Transporte” em 73,90%.

3.1.2.1.5 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Em 2010, os recursos financeiros oriundos das Transferências Correntes totalizaram R\$ 5.121.300 mil. O comportamento desse grupo de receitas superou em 11,37% o resultado do exercício anterior, obtendo um aumento de R\$ 522.921 mil, influenciado, principalmente, pelas transferências do FUNDEB, que teve uma participação de 42,83% sobre o total desta receita ao final de 2010.

TABELA 024 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR NOM. %
FUNDEB	1.904.120	41,41%	2.193.244	42,83%	15,18%
FPE	691.407	15,04%	745.214	14,55%	7,78%
Convênios	166.127	3,61%	145.812	2,85%	-12,23%
IPI EXP.	447.515	9,73%	581.533	11,36%	29,95%
Salário Educação	272.220	5,92%	299.309	5,84%	9,95%
LEI-Kandir	85.776	1,87%	85.776	1,67%	0,00%
CIDE	49.108	1,07%	90.443	1,77%	84,17%
SUS	807.945	17,57%	590.564	11,53%	-26,91%
Outras Transf. Correntes	174.161	3,79%	389.404	7,60%	123,59%
TOTAL	4.598.379	100,00%	5.121.300	100,00%	11,37%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Os comentários a seguir são apresentados com base na tabela anterior, e ainda, pelas informações extraídas do Boletim de Transparência Fiscal – Exercício 2010:

- A receita de transferências do FUNDEB, no exercício de 2010, superou a do ano anterior em R\$ 289.124 mil, apresentando uma variação nominal de 15,18%. Este aumento está relacionado diretamente com o aumento na arrecadação de receitas tributárias, e será tratado com maiores detalhes em tópico específico deste Relatório (Item 4).
- A arrecadação relativa ao Sistema Único de Saúde – SUS sofreu uma retração de 26,91% em relação ao resultado do exercício de 2009, motivada pela adoção da Gestão Plena de recursos do SUS repassadas aos municípios. A idéia é que ao longo de três ou quatro anos progressivamente, um número cada vez maior de municípios se habilite à Gestão Plena de Saúde a gerir seus recursos da área de saúde em seus hospitais e clínicas, sem necessitar do intermédio do Estado, ou seja, um número cada vez maior de municípios tem sido habilitado a receber os recursos do SUS diretamente da União (vide Boletim de Transparência Fiscal 2º bimestre de 2010).
- As receitas de Transferências do IPI e FPE apresentaram um acréscimo respectivamente de 29,95% e 7,78% em comparação ao ano anterior. Essa evolução decorre do aumento da arrecadação base da União para aquelas transferências em relação a 2009.

Cabe registrar, que a base de 2009 havia sido reduzida devido à política fiscal expansionista da União, que reduziu as alíquotas do IPI de produtos de setores econômicos mais dinâmicos, visando auxiliar a economia brasileira no enfrentamento da crise internacional, conforme explanado pela Subsecretaria de Política Fiscal e pela Subsecretaria de Finanças na edição do quinto bimestre do Boletim de Transparência Fiscal.

- A transferência referente à Contribuição sobre a Intervenção no Domínio Público – CIDE, apesar da baixa participação no total arrecadado nesse grupo (1,77%), vale destacar que esta receita apresentou resultado positivo em 2010, superando o arrecadado no ano anterior em 84,17%, em virtude do aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, conforme Decreto (F) n.º 6.875, de 08 de junho de 2009.

3.1.2.1.6 OUTRAS RECEITAS CORRENTES

As “Outras Receitas Correntes” em 2010, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, apresentaram uma variação nominal de 46,15%, correspondentes a um aumento de R\$ 745.821 mil, motivada principalmente pela evolução de 60,31% das receitas da Dívida Ativa, reflexo da adoção do reforço na cobrança dos créditos tributários realizada pela Subsecretaria de Receita Estadual.

TABELA 025 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Multas e Mora Tributária	242.748	15,02%	555.477	23,52%	128,83%
Outras Multas/Mora	64.325	3,98%	74.527	3,16%	15,86%
Indenizações e Restituições	113.257	7,01%	561.425	23,77%	395,71%
Dívida Ativa	409.842	25,36%	657.008	27,82%	60,31%
Bilhetes Lotéricos	164.389	10,17%	131.640	5,57%	-19,92%
Depósitos Judiciais Lei (F) 11.429/09	167.418	10,36%	4.649	0,20%	-97,22%
Demais Receitas	454.059	28,10%	377.133	15,97%	-16,94%
TOTAL	1.616.037	100,00%	2.361.858	100,00%	46,15%

Fonte: SIAFEM/SIG

A receita de “Indenizações e Restituições” apresentou um crescimento de 395,71% em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal incremento foi motivado, sobretudo, em função da transferência de recursos da conta garantidora “B” para a conta única do Estado, quando da celebração do nono termo aditivo ao contrato de abertura de contas, nomeação de agente fiduciário e outros pactos, firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Caixa Econômica Federal.

A arrecadação da “Dívida Ativa” apresentou um aumento de 60,31% ao final do exercício de 2010. O crescimento se deve, em grande parte, à regularização de débitos de contribuintes junto ao Tesouro Estadual, em função do Programa de Refinanciamento de Impostos Devidos – REFIS estadual.

O Programa de Refinanciamento de Impostos Devidos – REFIS estadual foi instituído com o advento da Lei (E) n.º 5.647, de 18 de janeiro de 2010, e estabeleceu descontos em juros e multas para quitação a vista da dívida e regras para a compensação de créditos inscritos em “Dívida Ativa” com precatórios vencidos. Em ambos os casos (pagamento ou compensação com precatórios de inscritos em Dívida Ativa) podem ocorrer parcelamentos de até 60 meses. O REFIS além de provocar a variação ativa de 60,31% obtida na receita relativa à “Dívida Ativa”, alavancou em 128,83% as receitas de “Multas e Mora Tributária”.

A receita oriunda do convênio entre o Tribunal de Justiça e o Banco do Brasil para recebimento de depósitos judiciais, apresentou uma redução de 97,22% (R\$ 162.769 mil). Esta redução esta relacionada com o uso das receitas de depósitos judiciais no último bimestre do ano passado; o que não ocorreu neste ano, seguindo o determinado na lei nº 11.429/06, conforme Boletim de Transparência Fiscal – 6º Bimestre de 2010.

3.1.2.2 RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital têm em sua composição as fontes de recursos que geram contrapartida passiva, como aumento da dívida, diminuição de patrimônio ou mudança de natureza patrimonial. No exercício de 2010, esta categoria econômica representou 4,59% da arrecadação total do Estado. Ao comparar com o mesmo período do ano anterior, observa-se uma evolução de 50,42%, significando um aumento na ordem de R\$ 751.603 mil na arrecadação desta receita, conforme demonstrado na tabela a seguir:

TABELA 026 - RECEITA DE CAPITAL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Operações de Crédito	274.809	18,44%	1.295.237	57,77%	371,32%
Alienações de Bens	448.091	30,06%	45.992	2,05%	-89,74%
Amort. Empréstimos	140.813	9,45%	148.826	6,64%	5,69%
Transferência de Capital	626.689	42,04%	741.949	33,09%	18,39%
Outras Rec. de Capital	198	0,01%	10.199	0,45%	5047,36%
TOTAL	1.490.599	100,00%	2.242.202	100,00%	50,42%

Fonte: SIAFEM/SIG

3.1.2.2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

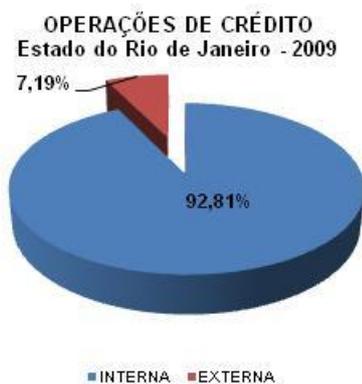
As Operações de Crédito no exercício de 2010 registraram o montante de R\$ 1.295.237 mil, atingindo em termos nominais 371,32%, em relação ao ano anterior, gerando um aumento de R\$ 1.020.428 mil.

TABELA 027 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO SEGUNDO PROGRAMAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Operações de Crédito Internas	255.043	92,81%	361.921	27,94%	41,91%
Programas de Governo	255.043	100,00%	361.921	100,00%	41,91%
Operações de Crédito Externas	19.765	7,19%	933.316	72,06%	4622,02%
Programas de Transporte	19.765	100,00%	46.916	5,03%	137,37%
Demais Op. de Crédito Externas de Programas de Governo	-	0,00%	886.400	94,97%	0,00%
TOTAL DA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	274.809	100,00%	1.295.237	100,00%	371,32%

O saldo consignado nesta conta compõe-se de valores referentes às Operações de Crédito Internas (27,97%), com R\$ 361.921 mil, que em sua maioria decorre do Programa de Apoio ao Financiamento das Contrapartidas do PAC – Caixa PAC, destinados à Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS, e às Operações de Crédito Externas, que geraram recursos adicionais de R\$ 933.316 mil, oriundos principalmente do contrato de empréstimo firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinados ao Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentabilidade Fiscal do Estado – PRODEF.

Segue a representação gráfica:



3.1.2.2 ALIENAÇÕES DE BENS

No exercício de 2010, as receitas provenientes da “Alienação de Bens” sofreram uma retração de 89,74% em comparação com exercício anterior, participando apenas com 2,05% do total da receita de capital realizada no período em análise. Salientamos que a participação de 30,06% obtida no ano de 2009, deve-se, em sua maioria, a cessão de direitos pelo Estado do Rio de Janeiro ao Banco do Brasil S/A, de parte da indenização devida do petróleo, relacionada ao campo de Marlim, entre 2002 e 2006, no montante de R\$ 447 milhões.

3.1.2.2.3 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO

As receitas arrecadadas provenientes de Amortização de Empréstimos registraram no exercício de 2010, o montante de R\$ 148.826 mil, atingindo em termos nominais, um aumento de R\$ 8.013 mil (5,69%) em relação ao ano anterior.

3.1.2.2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As Transferências de Capital, no exercício de 2010, atingiram o montante de R\$ 741.949 mil, superior ao ano anterior em R\$ 115.260 mil (18,39%), que, segundo o Boletim de Transparência Fiscal, originou-se pela execução de obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, concentradas na área de urbanização com o Arco Rodoviário Metropolitano e urbanização da Rocinha, bem como pelo convênio celebrado com a União para obras emergenciais de recuperação de vias em São Gonçalo.

3.1.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Considerando que o primeiro estágio da despesa consiste no ato emanado de autoridade competente que cria, para o Estado, obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, destacamos que a base dos nossos comentários foi efetuada pelo empenho da despesa pública. A fim de evitar a duplicidade orçamentária, excluímos as despesas intraorçamentárias dos comentários deste item.

Durante o exercício de 2010, o Estado do Rio de Janeiro empenhou despesas no montante de R\$ 49.028.269 mil, excedendo em 18,48% o resultado apresentado ao final do exercício anterior. Diferentemente de 2009, neste ano o cenário que se desenhava no início do exercício não exigiu contingenciamento de recursos no orçamento estadual. Os créditos orçamentários foram

disponibilizados aos órgãos para atender à implementação das ações planejadas e, ao final do exercício, a despesa realizada atingiu 92,48% da dotação atualizada, desempenho semelhante ao de 2009, vide informação do Boletim de Transparência Fiscal, 6º Bimestre do exercício de 2010. Foram liquidadas despesas no valor de R\$ 48.676.076 mil, equivalentes a 99,28% da despesa empenhada, e efetuados pagamentos no total de R\$ 46.527.597 mil, que atingiram a 95,59% do montante da despesa liquidada.

TABELA 028 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Despesa Atualizada	43.916.444	100,00%	53.015.060	100,00%	20,72%
Despesa Empenhada	41.382.770	94,23%	49.028.269	92,48%	18,48%
Despesa Liquidada	40.980.970	93,32%	48.676.076	91,82%	18,78%
Despesa Paga	38.597.066	87,89%	46.527.597	87,76%	20,55%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

3.1.3.1 DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Para fins de planejamento, programação e orçamentação ocorre o agrupamento das ações do governo, em caráter programático, em grandes áreas de sua atuação. Compreende assim as funções, que representam o maior nível de agregação das ações do governo. Na estrutura do Estado do Rio de Janeiro estão definidas 28 funções de governo, para as quais foram destinados, no exercício de 2010, mediante empenhos, recursos da ordem de R\$ 49.028.269 mil.

A seguir demonstramos o comparativo dos recursos aplicados por função, entre os exercícios de 2009 e 2010, onde podemos identificar a área de alocação dos mesmos.

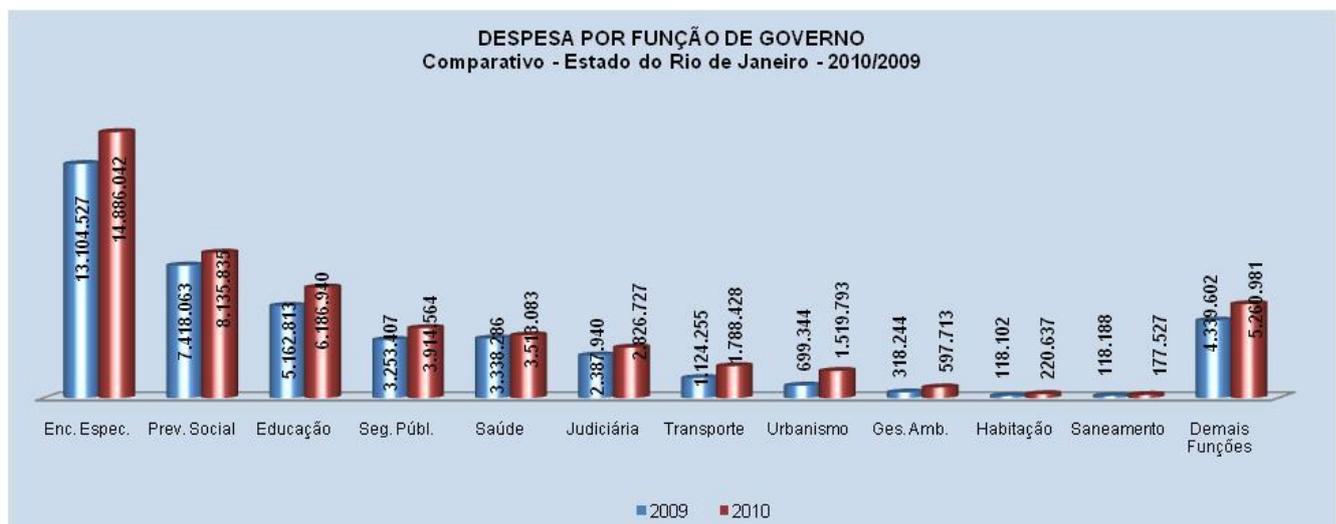


TABELA 029 - DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

FUNÇÃO DE GOVERNO		2009		2010		VAR. NOM%
Nº	DESCRIÇÃO	DESPESA EMPENHADA	PART. %	DESPESA EMPENHADA	PART. %	
01	Legislativa	824.187	1,99%	853.000	1,74%	3,50%
02	Judiciária	2.387.940	5,77%	2.826.727	5,77%	18,38%
03	Essencial à Justiça	1.086.868	2,63%	1.338.203	2,73%	23,12%
04	Administração	1.099.537	2,66%	1.406.650	2,87%	27,93%
06	Segurança Pública	3.253.407	7,86%	3.914.564	7,98%	20,32%
08	Assistência Social	194.662	0,47%	218.898	0,45%	12,45%
09	Previdência Social	7.418.063	17,93%	8.135.835	16,59%	9,68%
10	Saúde	3.338.286	8,07%	3.513.083	7,17%	5,24%
11	Trabalho	28.920	0,07%	40.172	0,08%	38,91%
12	Educação	5.162.813	12,48%	6.186.940	12,62%	19,84%
13	Cultura	130.761	0,32%	163.590	0,33%	25,11%
14	Direitos da Cidadania	160.886	0,39%	220.729	0,45%	37,20%
15	Urbanismo	699.344	1,69%	1.519.793	3,10%	117,32%
16	Habitação	118.102	0,29%	220.637	0,45%	86,82%
17	Saneamento	118.188	0,29%	177.527	0,36%	50,21%
18	Gestão Ambiental	318.244	0,77%	597.713	1,22%	87,82%
19	Ciência e Tecnologia	156.386	0,38%	195.318	0,40%	24,89%
20	Agricultura	108.212	0,26%	176.490	0,36%	63,10%
21	Organização Agrária	5.423	0,01%	6.312	0,01%	16,40%
22	Indústria	157.259	0,38%	133.073	0,27%	-15,38%
23	Comércio e Serviços	221.269	0,53%	236.461	0,48%	6,87%
24	Comunicações	97.245	0,23%	174.131	0,36%	79,06%
26	Transporte	1.124.255	2,72%	1.788.428	3,65%	59,08%
27	Desporto e Lazer	67.988	0,16%	97.955	0,20%	44,08%
28	Encargos Especiais	13.104.527	31,67%	14.886.042	30,36%	13,59%
TOTAL		41.382.770	100,00%	49.028.269	100,00%	18,48%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Seguem os comentários específicos sobre a evolução das despesas nas funções descritas na Tabela anterior, com base nos gastos envolvidos em seus projetos/atividades, e não nos programas de governo, pois alguns destes estão definidos para mais de um setor de atuação governamental.

Os programas constituem-se em instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido através da execução dos projetos e atividades constantes das ações que o compõem.

Função 28 – Encargos Especiais

TABELA 031 - FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

PROJETO / ATIVIDADE		2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
CODIGO	DESCRIÇÃO					
0001	Encargos com a União	1.636.337	12,49%	1.489.822	10,01%	-8,95%
0002	Programação a Cargo dos Municípios	5.871.746	44,81%	6.958.430	46,74%	18,51%
0003	Gestão da Dívida Interna-Refinanciada	1.970.444	15,04%	2.053.408	13,79%	4,21%
0004	Gestão da Dívida Interna-Serviços	1.273.220	9,72%	1.264.110	8,49%	-0,72%
0005	Gestão da Dívida Externa-Serviços	176.520	1,35%	140.640	0,94%	-20,33%
0007	Contribuições Obrigatórias	269.651	2,06%	321.351	2,16%	19,17%
2173	Restituição de Indébitos	1.133	0,01%	1.338	0,01%	18,11%
2675	Transferências ao FUNDEB	1.894.917	14,46%	2.193.244	14,73%	15,74%
2765	Restituições Recursos de Terceiros	10.560	0,08%	463.699	3,11%	4291,21%
TOTAL		13.104.527	100,00%	14.886.042	100,00%	13,59%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

A execução da função “Encargos Especiais” correspondeu ao montante de R\$ 14.886.042 mil, representando 30,36% do total das despesas aplicadas pelo Estado do Rio de Janeiro em 2010, com acréscimos de 13,59% em relação ao mesmo período do exercício de 2009.

De acordo com a tabela anterior, observamos a predominância dos gastos na atividade “Programação a Cargos dos Municípios”, que representou 46,74% do total dos gastos na função Encargos Especiais, e excedeu em 18,51% o resultado do ano anterior. Em seguida aparecem as despesas de Transferências ao FUNDEB alcançando 14,73% do total, superior em 15,74% ao ano anterior, e as despesas referentes à Gestão da Dívida Interna-Refinanciada com gastos de R\$ 2.053.408 mil, excedendo em 4,21% o ano de 2009.

O dispêndio relativo à Gestão da Dívida Externa-Serviços apresentou um decréscimo de 20,33% quando comparado ao exercício anterior, o mesmo ocorrendo com os Encargos com a União e a Gestão da Dívida Interna-Serviços que apresentaram redução respectivamente de 8,95% e 0,72%.

Função 09 – Previdência Social

TABELA 032 - FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL (POR PROJETO/ATIVIDADE)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

PROG.	PROJETO/ ATIVIDADE		2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM.%
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO					
0002	2010	Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	415	0,01%	1.832	0,02%	341,30%
0002	2016	Manut Ativid Operacionais / Administrativas	7.131	0,10%	11.654	0,14%	63,41%
0002	2194	Gestão de Investimentos do RIOPREVIDÊNCIA	-	0,00%	303	0,00%	0,00%
0002	2467	Despesas Obrigatórias	270.017	3,64%	79.208	0,97%	-70,67%
0002	2660	Pessoal e Encargos Sociais	17.913	0,24%	24.224	0,30%	35,23%
0002	8021	Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	4.577	0,06%	4.051	0,05%	-11,49%
0002	8035	Recomposição da Conta B	215.520	2,91%	99.300	1,22%	-53,93%
0035	4045	Encargos com Inativos - TCE-RJ	248.921	3,36%	259.260	3,19%	4,15%
0035	4047	Encargos com Inativos - ALERJ	198.486	2,68%	194.000	2,38%	-2,26%
0035	4048	Encargos com Inativos - MP	227.095	3,06%	254.037	3,12%	11,86%
0035	4050	Encargos com Inativos - TJ	812.811	10,96%	879.863	10,81%	8,25%
0035	4127	Encargos c/Inativos-Demais Áreas Admin Estadu	882.243	11,89%	960.554	11,81%	8,88%
0035	4135	Encargos com Inativos - Área de Seg Pública	1.648.054	22,22%	1.839.212	22,61%	11,60%
0035	4141	Encargos com Inativos - Área de Educação	1.382.988	18,64%	1.666.908	20,49%	20,53%
0035	4146	Encargos com Inativos - Área de Saúde	97.200	1,31%	99.210	1,22%	2,07%
0035	4199	Encargos com Inativos - Área de Saneamento	20.716	0,28%	22.701	0,28%	9,58%
0035	4200	Encargos c/Pensões e Benef Previdenciários	1.378.096	18,58%	1.717.689	21,11%	24,64%
0036	1188	Avaliação, Reforma e Modernização dos Imóveis	5.879	0,08%	21.831	0,27%	271,34%
TOTAL			7.418.063	100,00%	8.135.835	100,00%	9,68%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

No exercício de 2010, foram realizadas despesas, na Função Previdência Social, no montante de R\$ 8.135.835 mil, que representa 16,59% do total empenhado pelo Estado. Em relação ao período anterior, verifica-se um acréscimo de 9,68%, correspondentes a R\$ 717.773 mil.

De acordo com a tabela anterior, dos gastos efetuados nesta função, destacam-se as ações com Encargos com Inativos nas áreas de Segurança Pública (22,61%) e Educação (20,49%), que somadas alcançaram o montante de R\$ 3.506.120 mil.

Função 12 – Educação
**TABELA 033 - FUNÇÃO EDUCAÇÃO (POR PROGRAMA DE GOVERNO)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

PROGRAMA DE GOVERNO		R\$ Mil				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM.%
0000	Encargos Especiais do Estado	1.383.468	26,80%	1.756.234	28,39%	26,94%
0002	Gestão Administrativa	700.260	13,56%	2.801.057	45,27%	300,00%
0034	Recrutamento, Seleção, Desenvolv de Pessoas	11.087	0,21%	12.321	0,20%	11,13%
0050	Gestão Escolar	188.846	3,66%	195.444	3,16%	3,49%
0093	Atenção à Saúde	-	0,00%	36.774	0,59%	0,00%
0121	Expansão e Melhoria da Educação Profissional	236.977	4,59%	94.748	1,53%	-60,02%
0122	Ensino, Pesquisa e Extensão da UERJ	113.374	2,20%	135.181	2,18%	19,23%
0123	Ensino, Pesquisa e Extensão da UENF	8.219	0,16%	21.836	0,35%	165,68%
0124	Educação à Distância	5.209	0,10%	8.728	0,14%	67,55%
0125	Divulgação Científica	296	0,01%	-	0,00%	-100,00%
0126	Ampliação da Cap Inst p/ Realiz Pesq Univ RJ	39.571	0,77%	45.243	0,73%	14,33%
0127	Pesquisa Rio	88.775	1,72%	106.365	1,72%	19,81%
0128	Capacitação para Pesquisa	68.989	1,34%	69.785	1,13%	0,00%
0150	Escola Inclusiva	21.662	0,42%	27.605	0,45%	27,44%
0152	Manut, Operação e Desenvolv da Rede de Ensino	1.955.298	37,87%	566.095	9,15%	-71,05%
0153	Educação para Inclusão Social	24.268	0,47%	55.689	0,90%	129,47%
0157	Expansão, Reforma e Repar da Rede de Ensino	211.023	4,09%	64.617	1,04%	-69,38%
0158	Modernização Operac e Tecnológica da SEEDUC	72.646	1,41%	79.694	1,29%	9,70%
0161	Isenção de Pagmento nos Transport Coletivos	32.846	0,64%	107.216	1,73%	0,00%
0165	Ensino, Pesquisa e Extensão da UEZO	-	0,00%	2.307	0,04%	0,00%
TOTAL		5.162.813	100,00%	6.186.940	100,00%	19,84%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Em 2010, o dispêndio total na função Educação, atingiu o montante de R\$ 6.186,940 mil, representando 12,62% do total das despesas empenhadas, e apresentou acréscimos de 19,84% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Pelos dados apresentados na tabela anterior, verifica-se que os gastos com as ações Encargos Especiais e Gestão Administrativa atingiram o montante de R\$ 4.557.290 mil, correspondentes a 73,66% das despesas realizadas nesta função, e quando comparados a igual período passado apresentaram juntos uma evolução na ordem de 326,94%.

O fato que contribuiu para o aumento verificado nestes programas foi o incremento das despesas com grupo de pessoal, e está concentrado na própria SEEDUC, por conta do grande contingente de professores. Reafirmando o compromisso de valorização dos profissionais da área da educação, foi concedida no último bimestre, gratificação extraordinária de R\$ 500,00 a 50.949 professores regentes de turma, 9.476 servidores extraclasse e 14.065 funcionários de apoio. (vide Boletim de Transparência Fiscal – 6º Bimestre/2010, pág. 51).

Cabe destacar, que os Programas 123 - Ensino, Pesquisa e Extensão da UENF e 153 - Educação para Inclusão Social, tiveram um aumento, respectivamente, de 165,68% e 129,47%, em comparação ao ano anterior. Dos recursos aplicados, equivalentes a 38,52% couberam às despesas com investimentos, correspondendo ao valor de R\$ 29.863 mil, apresentando uma variação nominal de 3888,04% em relação ao ano anterior. Parte deste incremento é decorrente dos investimentos realizados pelo DEGASE, com reformas na Unidade do Prédio de Administração Central e do Centro de Tratamento

para Dependências Químicas. Na FAETEC, o aumento (+R\$ 13,4 milhões) concentrou-se na ampliação e reforma dos Centros Tecnológicos Profissionalizantes – CETEPs e dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) vide Boletim de Transparência Fiscal – 5º Bimestre/2010.

Função 06 – Segurança

TABELA 034 - FUNÇÃO SEGURANÇA (POR PROGRAMA DE GOVERNO)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

PROGRAMA DE GOVERNO		R\$ Mil				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
0002	Gestão Administrativa	2.341.777	71,98%	2.852.839	72,88%	21,82%
0064	Modernização dos Serv. Operac. do DETRAN	311.146	9,56%	309.383	7,90%	-0,57%
0089	Sistema Penitenciário Estruturado	123.780	3,80%	182.874	4,67%	47,74%
0091	Prevenção e Combate ao Crime	121.378	3,73%	139.702	3,57%	15,10%
0098	Prev. de Advers. e Prest. de Socorro	136.292	4,19%	121.694	3,11%	-10,71%
0147	Gestão Inst. da Segurança Pública	132.401	4,07%	217.436	5,55%	64,22%
	Demais Programas	86.633	2,66%	90.637	2,32%	4,62%
TOTAL		3.253.407	100,00%	3.914.564	100,00%	20,32%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Os investimentos na área de segurança pública em 2010, no valor de R\$ 3.914.564 mil, representando 7,98% do total das despesas empenhadas nesta função, excederam em R\$ 661.157 mil (20,32%) os valores aplicados em igual período do exercício anterior.

Observa-se que, dos recursos aplicados, 72,88 % foram destinados para o programa Gestão Administrativa e 27,12% para as atividades e projetos finalísticos.

Seguem os gastos realizados na função segurança, por projetos e atividades:

TABELA 035 - FUNÇÃO SEGURANÇA (POR PROJETO/ATIVIDADE)
Estado do Rio de Janeiro - 2010

PROG.	PROJETO / ATIVIDADE		R\$ Mil	
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2010	PART. %
0002	2016	Manut Ativid Operacionais / Administrativas	132.872	3,39%
0002	2660	Pessoal e Encargos Sociais	2.622.264	66,99%
0002	8021	Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	70.653	1,80%
		Outros	27.049	0,69%
0064	4111	Ativid Operacionais de Registro de Veículos	182.257	4,66%
0064	4119	Identificação Civil	54.705	1,40%
0064	4120	Habilitação de Motoristas	56.455	1,44%
		Outros	15.966	0,41%
0089	1581	Constr, Implant e Ref Unid Sist Penitenciário	15.252	0,39%
0089	2169	Atendim à Saúde dos Internos do Sist Penit	6.734	0,17%
0089	2487	Alimentação dos Apenados e Custodiados	160.152	4,09%
		Outros	736	0,02%
0091	1230	Modernização Operacional da Polícia Militar	2.504	0,06%
0091	2485	Atividades Operacionais da PCERJ	66.942	1,71%
0091	2673	Atividades Operac da Pol Militar	68.256	1,74%
		Outros	2.001	0,05%
0098	1177	Ampl, Moderniz e Reeq Defesa Civil e CBMERJ	54.456	1,39%
0098	2177	Defesa Civil e CBMERJ Prevenindo e Salvando	67.238	1,72%
0147	1678	Gestão Integrada das Frotas da PCERJ e PMERJ	95.434	2,44%
0147	2087	Mod e Operac Sistem de Saúde da PMERJ	14.331	0,37%
0147	2325	Gerenciamento das Instituições Policiais	36.263	0,93%
0147	2326	Gerenciamento e Operacionaliz Ações PCERJ e PMERJ	44.489	1,14%
		Outros	26.919	0,69%
		Outros Projetos	90.637	2,32%
TOTAL			3.914.564	100,00%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Pelos dados apresentados na tabela anterior verifica-se que os gastos com pessoal e encargos sociais atingiram o montante de R\$ 2.622.264 mil, perfazendo 66,99% das despesas realizadas na Função Segurança. Do total destes recursos, destacam-se diversas ações de valorização profissional tais como concessão de reajustes e gratificações, além da realização de concursos para fortalecimento do quadro de pessoal.

Quanto aos projetos/atividades finalísticos executados (33,01%), cabe destacar a aplicação dos recursos com renovações de frota da PCERJ e PMERJ, aquisição de veículos e helicópteros blindados para a Polícia Militar e Civil e outros equipamentos necessários às ações policiais, além da implantação de 13 Unidades de Polícia Pacificadora – UPP, unidades integrantes da estrutura da Polícia Militar, formadas por uma tropa especializada e tecnicamente preparada e adaptada para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e à manutenção da ordem pública nas comunidades carentes. (Vide Boletim de Transparência Fiscal – 5º Bimestre/2010).

Função 10 – Saúde

**TABELA 036 - FUNÇÃO SAÚDE (POR PROGRAMA DE GOVERNO)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

PROGRAMA DE GOVERNO		R\$ Mil				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM.%
0000	Encargos Especiais do Estado	86.427	2,59%	96.525	2,75%	11,68%
0002	Gestão Administrativa	869.300	26,04%	965.868	27,49%	11,11%
0089	Execução Penal Estruturada	2.692	0,08%	3.994	0,11%	48,38%
0093	Atenção à Saúde	1.185.018	35,50%	1.266.492	36,05%	6,88%
0094	Promoção e Vigilância em Saúde	70.384	2,11%	75.920	2,16%	7,87%
0096	Organiz, Gestão e Fortalecimento do SUS/RJ	419.531	12,57%	405.352	11,54%	-3,38%
0097	Assistência Farmacêutica	377.118	11,30%	368.290	10,48%	-2,34%
0098	Prevenção de Adversidades e Prest de Socorro	268.095	8,03%	262.445	7,47%	-2,11%
0110	Proteção Social Especial de Assist Social	7.776	0,23%	9.414	0,27%	21,06%
0111	Prog de Segurança Alimentar e Nutricional	48.845	1,46%	53.471	1,52%	9,47%
0112	Promoção e Proteção da Criança e Adolescente	3.102	0,09%	5.313	0,15%	71,27%
TOTAL		3.338.286	100,00%	3.513.083	100,00%	5,24%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

A Função Saúde em 2010 recebeu investimentos de R\$ 3.513.083 mil, representando 7,17% do total das despesas empenhadas pelo Estado no exercício de 2010, e excedeu em R\$ 174.797 mil (5,24%), o montante aplicado em igual período do exercício anterior.

O programa 0093 – Atenção à Saúde apresentou a maior participação, com 36,05%, correspondentes a gastos no total de R\$ 1.266.492 mil, sendo neste valor incluído as ações com Implementação das UPAS 24 horas, apresentando um incremento de 171,80%, em relação ao ano anterior, em virtude da construção de 17 novas UPAS em 2010, sendo 3 (três) sob a gestão estadual e 14 (catorze) sob gestão municipal. Vide Boletim de Transparência Fiscal – 5º Bimestre/2010

Em seguida, verifica-se a predominância do Programa Gestão Administrativa, que representou 27,49% do total executado na função, e excedeu em 11,11% o resultado do ano anterior.

Não podemos deixar de comentar ainda, sobre o Programa Organização, Gestão e Fortalecimento do SUS/RJ, que representou 11,54% do total dos recursos aplicados. Destes, 30,69% referem-se às atividades de Apoio aos Hospitais do Interior – PAHI, através do qual são transferidos recursos a diversos municípios, visando aumentar a eficiência e a resolutividade dos serviços prestados, paralelamente às ações desenvolvidas pelo Sistema Único de Saúde, para fortalecer a saúde no interior do Estado. No âmbito desta atividade o crescimento em relação a 2009 foi de 192,97%. (Vide Boletim de Transparência Fiscal – 6º Bimestre/2010, pág 54).

Função 02 – Judiciária

**TABELA 037 - FUNÇÃO JUDICIÁRIA (POR PROGRAMA DE GOVERNO)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

PROGRAMA DE GOVERNO		2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Código	DESCRIÇÃO					
140	Gestão Administrat. do Poder Judiciário	1.790.528	74,98%	1.904.615	67,38%	6,37%
141	Melhoria da Prestação Jurisdicional	591.808	24,78%	917.057	32,44%	54,96%
142	Modernização da EMERJ	5.604	0,23%	5.055	0,18%	-9,80%
TOTAL		2.387.940	100,00%	2.826.727	100,00%	18,38%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Os recursos aplicados no exercício de 2010 na Função Judiciária alcançaram o montante de R\$ 2.826.727 mil, representando 5,77% das despesas empenhadas pelo Estado, e excederam em 18,38% os gastos realizados no mesmo período do ano anterior. Em termos de participação na despesa total empenhada, a Função Judiciária em 2010 atingiu o mesmo resultado apresentado em 2009 (5,77%).

Prosseguindo, verifica-se que 67,38%, correspondentes ao montante de R\$ 1.904.615 mil, foi aplicado no programa Gestão Administrativa, apresentando uma variação nominal de 6,37% em relação ao exercício passado.

Seguem os gastos realizados na Função Judiciária, por projetos e atividades:

**TABELA 038 - FUNÇÃO JUDICIÁRIA (POR PROJETO/ ATIVIDADE)
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

PROJETO / ATIVIDADE		2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
CÓDIGO	DESCRIÇÃO					
1647	Edificação, Implantação e recup física TJ	70.285	2,94%	185.935	6,58%	164,54%
1648	Modernização da Infra-estrutura Operacional	19.825	0,83%	73.506	2,60%	270,77%
2004	Operacionalização do Processamento Judiciário	329.357	13,79%	472.330	16,71%	43,41%
2008	Pessoal e Encargos Sociais - TJ	1.588.187	66,51%	1.820.072	64,39%	14,60%
2295	Operacionalização da prestação jurisdicional	169.592	7,10%	181.499	6,42%	7,02%
2771	Encargos com Precat Judiciais - P Judiciário	1.261	0,05%	31.412	1,11%	2391,55%
	Outros Projetos / Atividades	209.433	8,77%	61.973	2,19%	-70,41%
TOTAL		2.387.940	100,00%	2.826.727	100,00%	18,38%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

De acordo com a tabela anterior, observamos a predominância dos gastos na atividade “Pessoal e Encargos Sociais do TJ”, que representaram 64,39% do total dos recursos aplicados nesta função, e excederam em 14,60% o resultado do ano anterior. Esse aumento ocorreu por conta de reajustes salariais concedidos a partir de julho de 2010. (Vide Boletim de Transparência Fiscal – 6º Bimestre/2010, pág. 45).

Em seguida temos as despesas efetuadas na atividade Operacionalização do Processamento Judiciário no valor de R\$ 472.330 mil (17,08%),

Cabe destacar, que as atividades com Modernização da Infra-estrutura Operacional e Edificação, Implantação e Recuperação Física do TJ, excederam, respectivamente, em 270,77% e 164,54% as despesas realizadas no ano anterior. O incremento no montante de aproximadamente R\$ 169.330 deu-se em virtude dos recursos aplicados às despesas com investimentos, destinados a edificações de um modo geral, inclusive implantação de unidades em municípios fluminenses e recuperação física do imóvel do Tribunal de Justiça. (Vide Boletim de Transparência Fiscal – 6º Bimestre/2010, pág 49).

Função 26 – Transporte

**TABELA 039 - FUNÇÃO TRANSPORTE (POR PROGRAMA DE GOVERNO)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

PROGRAMA DE GOVERNO		2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Código	DESCRIÇÃO					
0002	Gestão Administrativa	297.538	26,47%	336.411	18,81%	13,06%
0015	Ampliação do Sistema Rodoviário Pavimentado	144.099	12,82%	785.097	43,90%	444,83%
0017	Saneamento Básico e Urbanizaç Municípios ERJ	105.400	9,38%	251.972	14,09%	139,06%
0101	Bilhete Único	-	0,00%	202.594	11,33%	0,00%
0154	Reestrut. do Sistema Transporte sobre Trilhos	958	0,09%	176.411	9,86%	18307,08%
0016	Restauração e Conservação do Sist Rodoviário	319.559	28,42%	-	0,00%	-100,00%
	Demais Programas	256.700	22,83%	35.942	2,01%	-86,00%
TOTAL		1.124.255	100,00%	1.788.428	100,00%	59,08%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Os recursos aplicados em 2010, na função Transporte, atingiram o montante de R\$ 1.788.428 mil, representando 3,65% do total das despesas empenhadas pelo Estado, e apresentaram acréscimos de 59,08% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Pelos dados constantes da tabela anterior verifica-se que o programa Ampliação do Sistema Rodoviário Pavimentado, com gastos no montante de R\$ 785.097 mil, atingiu 43,90% das despesas realizadas nesta função. E em comparação ao ano anterior, apresentou uma variação de 444,83%. Esta elevação ocorreu devido ao incremento de R\$ 403.526 mil aplicados na melhoria de rodovias, rodovias vicinais e obras de arte. (Vide Boletim de Transparência Fiscal – 6º Bimestre/2010, pág. 48).

Em prosseguimento, com os programas finalísticos, observamos que o Saneamento Básico e Urbanização dos Municípios ERJ obtiveram uma participação de 14,09%, correspondente a gastos no montante de R\$ 251.972 mil, relacionados, em sua maioria, a obras em rodovias estaduais, superando em 139,06% o resultado apresentado ao fim do ano anterior.

O programa de Reestruturação do Sistema de Transporte sobre Trilhos apresentou um aumento de R\$ 175.452 mil (18307,08%), em comparação ao ano anterior. Uma das ações desses recursos foi a Implantação de Novas Linhas Metroviárias, como por exemplo, a Linha 4 do metrô, projeto não contemplado no exercício passado. (Vide Boletim de Transparência Fiscal – 6º Bimestre/2010, pág. 48).

É importante também comentar sobre o Programa Bilhete Único, com capacidade de reduzir diretamente os custos de transporte do trabalhador e, conseqüentemente, desonerar a folha de pagamentos do empregador. O Bilhete Único já abrange 20 municípios de Estado do Rio de Janeiro e atende cerca de dois milhões de pessoas. De acordo com dados da Secretaria Estadual de Transporte, no exercício de 2010, o Estado já gastou R\$202.594 mil com o subsídio. (Vide Boletim de Transparência Fiscal – 6º Bimestre/2010, pág. 65).

Função 15 – Urbanismo

**TABELA 040 - FUNÇÃO URBANISMO (POR PROGRAMA DE GOVERNO)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

R\$ Mil

PROGRAMA DE GOVERNO		2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Código	DESCRIÇÃO					
0002	Gestão Administrativa	16.393	2,34%	20.717	1,36%	26,38%
0011	Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	24.659	3,53%	610.623	40,18%	2376,24%
0012	Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	55.432	7,93%	-	0,00%	-100,00%
0163	Programa de Aceleração do Crescimento-PAC RJ	602.861	86,20%	888.452	58,46%	47,37%
TOTAL		699.344	100,00%	1.519.793	100,00%	117,32%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Os investimentos em Urbanismo, no exercício de 2010, atingiram o montante de R\$ 1.519.793 mil, e excederam em R\$ 820.449 mil (117,32%) os valores aplicados em igual período do exercício anterior. A expressiva evolução existente concentra-se à grande execução nos Programas de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (R\$ 610.623 mil) e, sobretudo ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC RJ (R\$ 888.452 mil).

Conforme se verifica na tabela anterior, 40,16% dos recursos aplicados na Função Urbanismo couberam às ações do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – PADEM, que excederam em 2.376,24% as obras executadas no exercício anterior.

As obras realizadas para a execução do Projeto de Aceleração do Crescimento na área de infraestrutura Urbana resultaram em uma participação de 58,46% na Função Urbanismo, apresentando um aumento de 47,37% em relação ao mesmo período do ano passado (+R\$ 285.591 mil). Dos recursos aplicados, 40,64% referem-se à Urbanização do Complexo do Alemão (R\$ 361.066 mil), 23,28% ao Arco Rodoviário Metropolitano (+ R\$ 206.838 mil) e 18,11% à Urbanização da Rocinha (+ R\$ 54.535 mil).

Apesar da dificuldade inicial em função dos diversos entraves relacionados às desapropriações e ao remanejamento de cerca de 25 mil pessoas, os projetos na comunidade da Rocinha já apresentam o melhor índice de liquidação na área de infra-estrutura urbana, com relação a previsão para 2010 (45,97%). Isso reflete a melhoria no andamento das obras na região, onde até o 4º bimestre foram entregues um Complexo Esportivo, um Complexo de Atendimento à Saúde (que abrange uma Unidade de Pronto Atendimento, um Centro de Saúde da família e um Centro de Atenção Psicossocial) e, mais recentemente foi concluída a construção da passarela que liga a comunidade ao Complexo Esportivo. (Vide Boletim de Transparência Fiscal – 5º Bimestre/2010).

Função 18 – Gestão Ambiental

**TABELA 041 - FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL (POR PROGRAMA DE GOVERNO)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

PROGRAMA DE GOVERNO		R\$ Mil				
Código	DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
0002	Gestão Administrativa	91.602	28,78%	123.787	20,71%	35,14%
0075	Modernização do Sist Est do Meio Ambiente	12.406	3,90%	44.953	7,52%	262,36%
0078	Gestão de Rec Hídricos e Contr de Inundações	179.555	56,42%	54.622	9,14%	-69,58%
0082	Preservação da Biodiversidade e Gestão de UCs	816	0,26%	19.657	3,29%	2309,83%
0143	Programa de Despoluição da Baía de Sepetiba	-	0,00%	20.800	3,48%	0,00%
0145	Controle e Monitoramento Ambiental	20.283	6,37%	15.033	2,52%	-25,88%
0162	Pacto pelo Saneamento	-	0,00%	29.634	4,96%	0,00%
0163	Programa de Aceleração do Crescimento-PAC RJ	-	0,00%	288.306	48,23%	0,00%
	Demais Programas	13.583	4,27%	922	0,15%	-93,21%
TOTAL		318.244	100,00%	597.713	100,00%	87,82%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

A execução da função “Gestão Ambiental” correspondeu ao montante de R\$ 597.713 mil, apresentando acréscimos de 87,82% em relação ao mesmo período do ano anterior. O fato que contribuiu para o aumento verificado foi a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que

representou 48,23% (R\$ 288.306 mil), diferentemente do ano anterior, quando não houve definição deste programa para a referida função.

Os gastos com a Gestão Administrativa no montante de R\$ 123.787 mil resultaram em uma participação de 20,71% no total da despesa empenhada nesta função, apresentando uma variação nominal de 35,14%.

Das obras realizadas por meio do PAC, nesta função, aproximadamente R\$ 173.017 mil (60,01%) couberam às despesas com o Projeto Iguaçu, que tem como objetivo reduzir significativamente as enchentes que castigam a Baixada Fluminense, abrange vários municípios, envolvendo intervenções para melhoria da macro e mesodrenagem das bacias dos três rios, com a recuperação das áreas marginais e instalação de parques de orla, plantio de vegetação ciliar, reflorestamento de áreas de nascentes, preservação de áreas para amortecimento de cheias (áreas-pulmão), renaturalização de cursos d'água, desobstrução e substituição de pontes e travessias, realocação de moradias, além de outras medidas complementares relacionadas ao disciplinamento do uso do solo, coleta de lixo e outros. Em 2010, foi realizado um conjunto de obras nos bairros Lote XV, Parque Amorim e Vale do Ipê, em Belford Roxo, e Pilar, em Duque de Caxias, entre as quais uma estação de bombeamento. Além da estação de bombeamento, foram entregues três pontes no canal do Outeiro; a dragagem de 10 quilômetros do Rio Iguaçu e as obras de recuperação do polder do Pilar, que praticamente submergiu com as chuvas do verão passado. Vide Site <http://www.inea.rj.gov.br>

O Programa 0082 – Preservação da Biodiversidade e Gestão, com execução no montante de R\$ 19.657 mil, correspondente a uma participação de 3,29%, apresentou uma variação nominal expressiva de 2309,83%, significando um aumento de investimentos na ordem de R\$ 18.841 mil, em relação ao ano anterior. Cabendo destacar, dentre suas ações, os gastos com Materialização de Eco Limites (71,27%).

Função 16 – Habitação

**TABELA 042 - FUNÇÃO HABITAÇÃO (POR PROGRAMA DE GOVERNO)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

PROGRAMA DE GOVERNO		R\$ Mil				
Código	DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
0002	Gestão Administrativa	41.025	34,74%	57.188	25,92%	39,40%
0013	Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano	11.716	9,92%	-	0,00%	-100,00%
0051	Produção, Ampl e Melh de Habitação Popular	54.692	46,31%	141.655	64,20%	159,01%
0053	Urb,Regulariz e Integr Assent e Prod de Habit	1.105	0,94%	700	0,32%	-36,68%
0078	Gestão de Rec Hídricos e Contr de Inundações	9.564	8,10%	-	0,00%	0,00%
0163	Programa de Aceleração do Crescimento-PAC RJ	-	0,00%	21.095	9,56%	0,00%
TOTAL		118.102	100,00%	220.637	100,00%	86,82%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

As despesas realizadas na função “Habitação” somaram a importância de R\$ 220.637 mil, apresentando acréscimos de 86,82% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Foi gasto o montante de R\$ 57.188 mil em ações compreendidas no programa Gestão Administrativa, que resultou em uma participação de 25,92% no total das despesas empenhadas na Função. Em termos nominais, embora com uma participação inferior a do exercício anterior, apresentou uma variação positiva de 39,40 %“(R\$ 16.063 mil).

Houve predominância dos gastos no programa Produção, Ampliação e Melhoria de Habitação Popular, que utilizou 64,20% (R\$ 220.637 mil) dos recursos aplicados na Função, e excederam em 159,01% (R\$141.655 mil) o resultado do ano anterior. Sendo que 79,44% dos gastos efetuados neste programa referem-se às ações no âmbito da Recuperação e Melhorias em Conjuntos Habitacionais (R\$ 112.524 mil), que objetivam aprimorar a condição de vida da população residente. Cerca de 80 conjuntos estão sendo reformados. (Vide Boletim de Transparência Fiscal – 5º Bimestre/2010).

Cabe destacar, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC RJ, com investimentos no total de R\$ 21.095 mil (9,56%), sendo 70,09% (R\$ 14.785 mil) destes utilizados em ações de Urbanização do Morro do Preventório - PAC-RJ, para construção de 248 Unidades Habitacionais no Município de Niterói, e 29,59% (R\$ 6.241 mil) destinados às ações do Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí- PAC-RJ.

Função 17 – Saneamento

TABELA 043 - FUNÇÃO SANEAMENTO (POR PROJETO/ATIVIDADE)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

PROG.	PROJETO/ATIVIDADE		2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM.%
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO					
0002	2010	Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	1.274	1,08%	-	0,00%	-100,00%
0002	2016	Manut Ativid Operacionais / Administrativas	6.476	5,48%	-	0,00%	-100,00%
0011	1305	Saneamento em Pequenas Localidades	11.505	9,73%	14.278	8,04%	24,11%
0018	1197	Saneam nas Bacias da Baía de Guanabara-FECAM	-	0,00%	26.348	14,84%	0,00%
0019	1198	Esgotamento Sanitário da Zona Oeste - FECAM	-	0,00%	64.591	36,38%	0,00%
0022	6064	Operação de Sistemas de Águas e Esgotos	1.769	1,50%	-	0,00%	-100,00%
0156	1667	Desenvolviment do Turismo ERJ - PRODETUR - RJ	-	0,00%	2.172	1,22%	0,00%
0163	1606	Saneam Entorno Baía de GB e RMRJ-PAC-RJ	8.954	7,58%	8.480	4,78%	0,00%
0163	1607	Abast Água Baixada Flu e S Gonçalo - PAC-RJ	86.283	73,00%	49.005	27,60%	-43,20%
0163	1608	Parque de Tratamento Água do Guandu - PAC-RJ	1.928	1,63%	2.107	1,19%	9,30%
0163	1612	Ampl Abast Água Barra/Recr/Jacarepaguá-PAC-RJ	-	0,00%	10.545	5,94%	0,00%
TOTAL			118.188	100,00%	177.527	100,00%	50,21%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

As despesas realizadas na função Saneamento somaram R\$ 177.527 mil, excedendo em 50,21% quando comparado ao exercício de 2009.

Do total dos recursos aplicados nesta função, destacam-se as ações com Esgotamento Sanitário da Zona Oeste – FECAM, no valor de R\$ 64.591 mil (36,38%), onde foi construída uma Estação Elevatória de Esgotos no Bairro Recreio, um novo sistema de esgotamento sanitário.

Em seguida aparecem as despesas com o Abastecimento de Água na Baixada Fluminense e em São Gonçalo, no valor de R\$ 49.005 mil (27,60%), ações essas integrantes do PAC.

Demais Funções

A seguir são apresentadas as demais funções não comentadas nos itens anteriores, e que juntas atingiram 10,73% do total das despesas empenhadas pelo Estado do RJ em 2010, sendo totalizadas por programas de governo:

**TABELA 044 - DEMAIS FUNÇÕES (POR PROGRAMA DE GOVERNO)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM %
Gestão Administrativa*	3.452.876	79,57%	4.079.852	77,55%	18,16%
Programas Finalísticos	886.725	20,43%	1.181.129	22,45%	33,20%
TOTAL	4.339.602	100,00%	5.260.981	100,00%	21,23%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

* Corresponde aos Programas "Gestão Administrativa" de todos os poderes, com exceção do Judiciário, que encontra-se definido na própria Função Judiciária.

De acordo com a tabela anterior, observamos a maior participação para o programa Gestão Administrativa (77,55%). Entretanto, os programas finalísticos, obtiveram a maior variação, em termos nominais (33,20%).

3.1.3.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PODER, CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA

A tabela abaixo demonstra a execução das despesas por Poder, sendo separadas por categoria econômica e grupo de despesa, com as respectivas dotações atualizadas, valores empenhados e liquidados. Podemos, ainda, avaliar o percentual da despesa liquidada em relação à dotação atual e, também, o quanto representou, percentualmente, a despesa liquidada em relação à despesa empenhada.

**TABELA 045 - EXECUÇÃO DA DESPESA (POR PODER)
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	DESPESA EMPENHADA	PART. %	DESPESA LIQUIDADADA	PART. %	DESP.LIQ / DESP. EMP %
PODER EXECUTIVO	44.631.512	91,03%	44.434.199	91,29%	99,56%
1 Despesas Correntes	38.445.006	86,14%	38.360.170	86,33%	99,78%
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	8.255.486	21,47%	8.252.444	21,51%	99,96%
1.2 Juros e Encargos da Dívida	2.334.211	6,07%	2.334.211	6,08%	100,00%
1.3 Outras Despesas Correntes	27.855.309	72,45%	27.773.515	72,40%	99,71%
2 Despesas de Capital	6.186.506	13,86%	6.074.029	13,67%	98,18%
2.4 Investimentos	4.836.923	78,19%	4.734.034	77,94%	97,87%
2.5 Inversões Financeiras	121.815	1,97%	112.227	1,85%	92,13%
2.6 Amortização da Dívida	1.227.768	19,85%	1.227.768	20,21%	100,00%
9.0 Reserva de Contingência	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
PODER LEGISLATIVO	853.000	1,74%	844.421	1,73%	98,99%
1 Despesas Correntes	847.832	99,39%	840.837	99,58%	99,17%
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	740.608	87,35%	737.918	87,76%	99,64%
1.3 Outras Despesas Correntes	107.224	12,65%	102.919	12,24%	95,99%
2 Despesas de Capital	5.168	0,61%	3.584	0,42%	69,35%
2.4 Investimentos	5.168	100,00%	3.584	100,00%	69,35%
2.5 Inversões Financeiras	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
PODER JUDICIÁRIO	2.835.664	5,78%	2.703.680	5,55%	95,35%
1 Despesas Correntes	2.521.825	88,93%	2.425.661	89,72%	96,19%
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	1.860.164	73,76%	1.860.164	76,69%	100,00%
1.3 Outras Despesas Correntes	661.660	26,24%	565.497	23,31%	85,47%
2 Despesas de Capital	313.839	11,07%	278.018	10,28%	88,59%
2.4 Investimentos	313.839	100,00%	278.018	100,00%	88,59%
2.5 Inversões Financeiras	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
MINISTÉRIO PÚBLICO	708.093	1,44%	693.777	1,43%	97,98%
1 Despesas Correntes	694.917	98,14%	683.817	98,56%	98,40%
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	540.873	77,83%	540.340	79,02%	99,90%
1.3 Outras Despesas Correntes	154.044	22,17%	143.477	20,98%	93,14%
2 Despesas de Capital	13.176	1,86%	9.960	1,44%	75,59%
2.4 Investimentos	9.811	74,46%	6.594	66,21%	67,22%
2.5 Inversões Financeiras	3.365	25,54%	3.365	33,79%	100,00%
TOTAL PODERES	49.028.269	100,00%	48.676.076	100,00%	99,28%
1 Despesas Correntes	42.509.580	86,70%	42.310.485	86,92%	99,53%
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	11.397.132	26,81%	11.390.866	26,92%	99,95%
1.2 Juros e Encargos da Dívida	2.334.211	5,49%	2.334.211	5,52%	100,00%
1.3 Outras Despesas Correntes	28.778.237	67,70%	28.585.409	67,56%	99,33%
2 Despesas de Capital	6.518.690	13,30%	6.365.591	13,08%	97,65%
2.4 Investimentos	5.165.741	79,25%	5.022.231	78,90%	97,22%
2.5 Inversões Financeiras	125.180	1,92%	115.592	1,82%	92,34%
2.6 Amortização da Dívida	1.227.768	18,83%	1.227.768	19,29%	100,00%
9.0 Reserva de Contingência	-	0,00%	-	0,00%	0,00%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

OBS. : 1º) Não foram consideradas as Despesas Intra-orçamentárias e as Despesas das Empresas não dependentes;

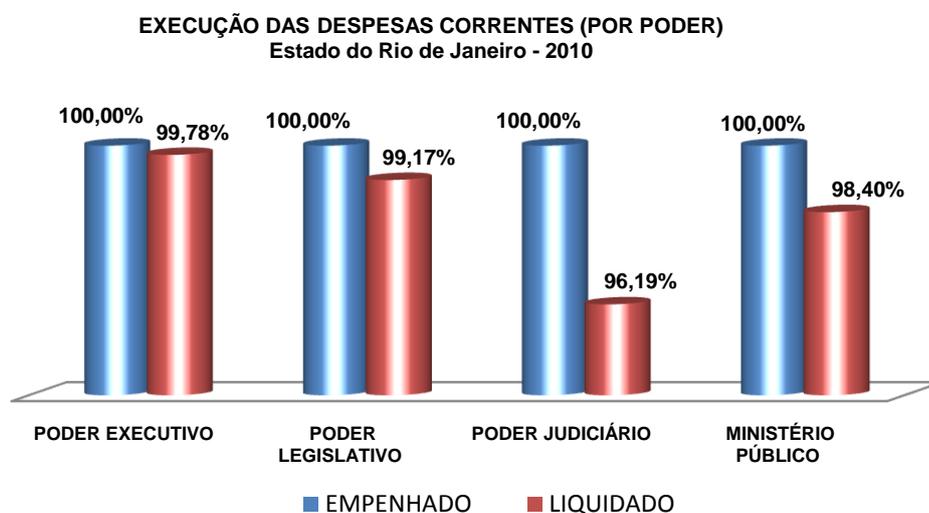
Na análise das informações apresentadas anteriormente, ressaltamos que:

- Ao analisar o comportamento da despesa orçamentária executada pelos Poderes no exercício de 2010, verifica-se que o gasto total foi de R\$ 49.028.269 mil, com a liquidação de 99,28% desse valor.

- A maior participação da despesa sobre o total empenhado coube ao Poder Executivo com 91,03%, correspondentes ao montante de R\$ 44.631.512 mil, sendo que deste valor o percentual de 86,14% foi aplicado nas Despesas Correntes. O Ministério Público apresentou a menor participação (1,44%), com gastos no total de R\$ 708.093 mil.
- Observa-se que, em termos proporcionais, a aplicação de recursos tanto em despesas correntes (86,14%) quanto em despesas de capital (13,86%), pelo Poder Executivo, refletiu no total geral da execução do Estado, que apresentou, respectivamente, 86,70% e 13,30%.
- A participação da despesa de capital no total empenhado pelos Poderes resultou em percentuais diversos, cabendo o maior resultado para o Executivo (13,86%) e ao Legislativo o menor (0,61%).
- Em relação ao total liquidado, verificamos que o Ministério Público foi o que alcançou o menor índice, com 1,43%, enquanto que o Executivo, com o maior percentual, liquidou 91,29% dos valores comprometidos.

Os dados indicados na tabela anterior demonstram o equilíbrio alcançado na relação entre as despesas empenhadas e liquidadas, por todos os Poderes, ao final do exercício de 2010, e evidencia que o Estado vem cumprindo com suas obrigações.

Seguem gráficos ilustrativos da relação entre as despesas empenhadas e liquidadas pelos Poderes, por categoria econômica:



EXECUÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL (POR PODER)
Estado do Rio de Janeiro - 2010



3.1.3.3 COMPARATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA

Em 2010, a despesa empenhada alcançou o montante de R\$ 49.028.269 mil, apresentando uma evolução de 18,48% em relação ao exercício anterior. Foram liquidadas despesas no total de R\$ 48.676.076 mil, resultando em uma variação positiva de 18,78%, em comparação ao ano de 2009.

Segue tabela comparativa:

TABELA 046 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS (POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009		2010		VAR % EMP.	VAR % LIQ.
	EMPENHADO	LIQUIDADO	EMPENHADO	LIQUIDADO		
Despesas Correntes	37.292.929	37.046.036	42.509.580	42.310.485	13,99%	14,21%
Pessoal e Encargos	9.751.023	9.734.390	11.397.132	11.390.866	16,88%	17,02%
Juros e Encargos	2.293.140	2.293.140	2.334.211	2.334.211	1,79%	1,79%
Outras Despesas Correntes	25.248.766	25.018.506	28.778.237	28.585.409	13,98%	14,26%
Despesas de Capital	4.089.841	3.934.934	6.518.690	6.365.591	59,39%	61,77%
Investimentos	2.736.537	2.586.576	5.165.741	5.022.231	88,77%	94,17%
Inversões Financeiras	130.351	125.406	125.180	115.592	-3,97%	-7,83%
Amortização da Dívida	1.222.952	1.222.952	1.227.768	1.227.768	0,39%	0,39%
	41.382.770	40.980.970	49.028.269	48.676.076	18,48%	18,78%

Fonte: SIAFEM-RJSIG

O comentário sobre os grupos de despesas apresentados na tabela anterior será efetuado, a seguir, em tópicos específicos.

3.1.3.3.1 DESPESAS CORRENTES

Nas Despesas Correntes estão agrupados os vários detalhamentos pertinentes às despesas de custeio das entidades do setor público e aos custos de manutenção de suas atividades, tais como os referentes aos vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, à compra de matérias primas e bens de consumo, aos serviços de terceiros e outros. Em 2010, esta categoria econômica agregou 86,70% das despesas empenhadas pelo Estado, atingindo o montante de R\$ 42.509.580 mil.

A categoria econômica das Despesas Correntes compreende três grupos de natureza de despesa que, por sua vez, agregam elementos com as mesmas características do objeto de gasto, conforme relacionados a seguir:

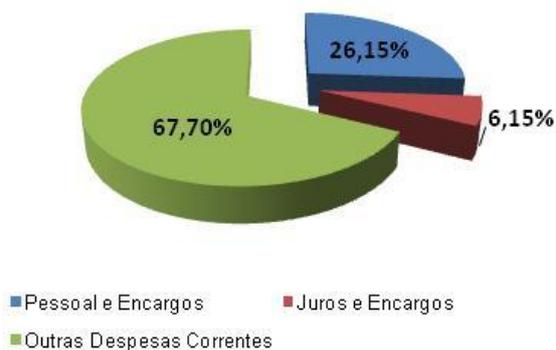
- 1 – Pessoal e Encargos Sociais;
- 2 – Juros e Encargos da Dívida;
- 3 – Outras Despesas Correntes.

TABELA 047 - DESPESAS CORRENTES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

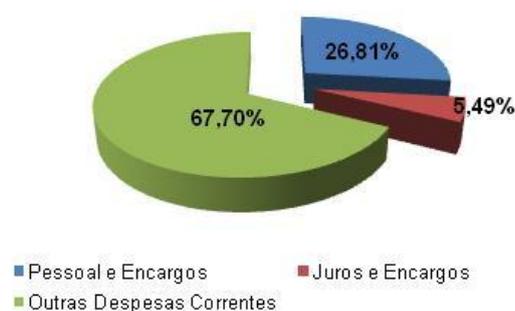
DESCRIÇÃO	2009		PART. %	2010		VAR. NOM. %
	EMPENHADO			EMPENHADO		
Despesas Correntes	37.292.929	100,00%		42.509.580	100,00%	13,99%
Pessoal e Encargos	9.751.023	26,15%		11.397.132	26,81%	16,88%
Juros e Encargos	2.293.140	6,15%		2.334.211	5,49%	1,79%
Outras Despesas Correntes	25.248.766	67,70%		28.778.237	67,70%	13,98%

Os gráficos a seguir demonstram a participação percentual de cada um dos grupos na composição das Despesas Correntes em 2009 e 2010:

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES
Estado do Rio de Janeiro - 2009



COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES
Estado do Rio de Janeiro - 2010



3.1.3.3.1.1 PESSOAL E ENCARGOS

Destacamos, que as despesas classificadas no elemento 319113 - Obrigações Patronais, na modalidade de aplicação 91, foram excluídas do montante do grupo de Pessoal e Encargos a fim de evitarmos a dupla contagem. Este tópico será melhor abordado no item 3.4 – Receitas e Despesas Intra-orçamentária deste relatório.

Demonstrada à metodologia utilizada, observa-se, na tabela a seguir, que, em 2010, o valor dos gastos com pessoal e encargos sociais atingiu o montante de R\$ 11.397.132 mil, o que na comparação com o mesmo período do ano anterior apresenta um crescimento nominal de 16,88%, equivalente a R\$ 1.646.109 mil.

TABELA 048 - PESSOAL E ENCARGOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM %
	EMPENHADO		EMPENHADO		
Venc.Fixos e Outras Desp.Var.	8.500.763	87,18%	9.906.295	86,92%	16,53%
Outras Desp.Pessoal	1.250.259	12,82%	1.490.837	13,08%	19,24%
TOTAL	9.751.023	100,00%	11.397.132	100,00%	16,88%

Fonte: SIAFEM/SIG

De acordo com a tabela anterior, podemos observar que em 2010 as despesas com pessoal ativo (Vencimentos fixos e outras despesas variáveis de pessoal), somadas atingiram o montante de R\$ 9.906.295 mil (86,92%), e apresentaram um acréscimo de 16,53% em relação ao ano anterior.

Conforme divulgado no Boletim de Transparência Fiscal do 6º Bimestre, a variação das despesas com pessoal ativo reflete as correções salariais concedidas a todos os Poderes, extensivo aos inativos e pensionistas. No Executivo, o incremento foi de 19,5% (+ R\$ 1,35 bilhões). Na área fazendária esse incremento se dá por conta do Pagamento da Prestação Pecuniária – PPE a servidores do quadro de fiscalização. Os demais Poderes cresceram 10,1% (+R\$299,26 milhões) em relação ao ano anterior, também por conta reajustes salariais de 5% a partir de setembro, além da concessão de Adicional de Qualificação, benefício criado pela Lei 5769/2010 para servidores da ALERJ e TCE.

3.1.3.3.1.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Neste grupo estão registradas as despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

Em 2010, o Estado do Rio de Janeiro empenhou o montante de R\$ 2.334.211 mil, o que significa um desembolso a maior em 1,79% (R\$ 41.071 mil) quando comparado com o ano anterior.

TABELA 049 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR.
	EMPENHADO		EMPENHADO		NOM %
Juros sobre a Dívida por Contrato	3.161	0,14%	4.196	0,18%	32,76%
Outros Encargos Sobre Dívida p/Contrato	2.289.980	99,86%	2.330.014	99,82%	1,75%
TOTAL	2.293.140	100,00%	2.334.211	100,00%	1,79%

R\$ Mil

Para uma análise apurada da movimentação de pagamento do Estado do Rio de Janeiro no que se refere ao serviço da dívida, é prudente acrescentar as obrigações pagas relativas às despesas com amortização da dívida estadual, no montante de R\$ 1.227.768 mil, classificadas em Despesas de Capital nas contas do grupo 3.4.6.9.0.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS, comentada no item 3.1.3.5.3 deste Relatório, pois o fluxo das amortizações e pagamentos de juros pode provocar distorções na análise comparativa entre períodos. Nesta análise, apura-se que o Estado, em 2010, empenhou despesas referentes ao Serviço da Dívida em um montante de R\$ 3.561.979 mil, o que representou uma variação nominal positiva de 1,31% em comparação com o ano anterior, conforme demonstrado a seguir:

TABELA 050 - SERVIÇO DA DÍVIDA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR.
	EMPENHADO		EMPENHADO		NOM %
Juros e Encargos da Dívida	2.293.140	65,22%	2.334.211	65,53%	1,79%
Amortização	1.222.952	34,78%	1.227.768	34,47%	0,39%
TOTAL	3.516.092	100,00%	3.561.979	100,00%	1,31%

R\$ Mil

Fonte: SIAFEM

O gráfico a seguir, apresenta o dispêndio efetuado pelo Estado para honrar seus compromissos com o serviço financeiro da dívida nos exercícios de 2009 e 2010. Nota-se que a evolução desta despesa está atrelada ao comportamento da receita do Estado, já que grande parte do serviço da dívida tem como

limitador de pagamento 13% (treze por cento) da Receita Líquida Real, conforme estabelecido no artigo 6º, inciso II da Resolução Federal nº 78, de 1º de julho de 1998.



3.1.3.3.1.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

No que tange às outras despesas correntes, em 2010, o Estado do Rio de Janeiro empenhou o montante de R\$ 28.778.237 mil, que excedeu em 14,37% o resultado do ano anterior, correspondendo a um incremento de R\$ 3.529.471 mil, refletindo principalmente as transferências aos municípios e aos Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica, que juntos evoluíram 48,12% (+R\$ 2.353.207), em relação ao ano anterior. Conforme Boletim de Transparência Fiscal 6º Bimestre de 2010, o aumento verificado nas Outras Despesas Correntes foi impulsionado pelo empenho do Governo do Estado em algumas áreas prioritárias. Nos serviços de transportes as despesas com custeio aumentaram (+84,4%), em especial na Implementação e Operacionalização do Bilhete Único a partir de 2010 que representou um gasto de R\$ 202,40 milhões; Educação (+28,5%), sobretudo nos projetos de Apoio a Estudantes e Pesquisadores (+R\$69,78 milhões) e Nutrição Escolar (+R\$69,96 milhões); na Saúde (+26,66%), foram direcionados ao projeto de Assistência Pré-Hospitalar e Ambulatorial (+R\$551,24 milhões), em função da expansão da oferta de serviços, 41 UPAS já em funcionamento. (vide Boletim de Transparência Fiscal 6º Bimestre).

Na tabela a seguir segue a composição dos gastos realizados:

TABELA 051 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM %
	EMPENHADO		EMPENHADO		
Transferências à União	1.636.337	6,48%	1.489.822	5,18%	-8,95%
Transferências a Municípios	5.960.791	23,61%	7.169.069	24,91%	20,27%
Transf. a Inst. Privada S/ Fins Lucrativos	623.181	2,47%	11.593	0,04%	-98,14%
Transf. a Inst. Privada C/ Fins Lucrativos	2.577	0,01%	22.269	0,08%	764,22%
Transf. a Inst. Multigovernamentais	3.278.385	12,98%	3.949.478	13,72%	20,47%
Aposentadorias e Pensões	6.902.496	27,34%	7.882.428	27,39%	14,20%
Material de Consumo	1.022.055	4,05%	786.351	2,73%	-23,06%
Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.110.790	16,28%	5.255.719	18,26%	27,85%
Obrigações Tributárias e Contributivas	343.147	1,36%	389.022	1,35%	13,37%
Setenças Judiciais	355.208	1,41%	155.259	0,54%	-56,29%
Demais Despesas	1.013.799	4,02%	1.667.228	5,79%	64,45%
TOTAL	25.248.766	100,00%	28.778.237	100,00%	13,98%

Para uma análise mais qualificada desta categoria de despesa verificamos a necessidade de separá-la em três subgrupos, devido às características totalmente distintas dos elementos que a compõem. No primeiro, estão as Despesas com Transferências, cujas dotações não correspondem à contraprestação de bens ou serviços destinados a outros entes de direito público ou privado. Em segundo, as despesas referentes às Aposentadorias e Pensões pagas pelo RIOPREVIDÊNCIA, e por fim as Despesas de Custeio, que são aquelas associadas à manutenção e às atividades finalísticas do Estado.

Despesas com Transferências

Pela tabela a seguir, verifica-se que as despesas com transferências atingiram em 2010 o montante de R\$ 12.642.230 mil, demonstrando um gasto superior em 9,92% ao realizado no exercício anterior. Estas despesas têm como característica uma forte vinculação orçamentária.

TABELA 052 - TRANSFERÊNCIAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM %
	EMPENHADO		EMPENHADO		
Transferências à União	1.636.337	15,04%	1.489.822	11,78%	-8,95%
Contribuições à Municípios	91.264	0,84%	249.315	1,97%	173,18%
Distribuição Constitucional ou Legal	5.869.527	53,94%	6.919.754	54,74%	17,89%
Transferências ao FUNDEB	3.277.386	30,12%	3.949.478	31,24%	20,51%
Demais Transferências	6.331	0,06%	33.861	0,27%	434,85%
TOTAL	10.880.845	100,00%	12.642.230	100,00%	16,19%

As Transferências com Distribuições Constitucionais ou Legais registraram em 2010, uma participação correspondente a 54,74% no grupo das Transferências. A evolução destas despesas está diretamente vinculada ao resultado do desempenho da arrecadação da receita.

Os encargos com transferências à União, a título de indenizações e restituições, compoem 11,78% das Despesas com Transferências, estão relacionados com a renegociação da dívida pública estadual em 1999. Neste acordo, o Estado do Rio de Janeiro antecipou o pagamento de 20% do valor da dívida, a fim de se beneficiar de um abatimento sobre o principal e a redução da taxa de juros incidente, que passou de 9% ao ano para 6% ao ano. Os recursos provenientes da antecipação da dívida foram frutos de uma operação de securitização dos royalties do petróleo. Desta forma, as despesas denominadas indenizações e restituições são os pagamentos da securitização dos royalties realizados naquele ano.

Cabe destacar, que em função de alteração no Classificador de Receitas e Despesas para o exercício de 2010, as despesas referentes às Transferências ao PREVI – BANERJ, foram definidas na Modalidade de Aplicação 90 – Aplicações Diretas, no elemento de despesa 339041 – Contribuições, diferentemente do exercício anterior, quando integraram a conta Transferências. Desta forma, a fim de comparabilidade, excluimos, em 2009, das Transferências, o saldo referente às despesas com PREV-BANERJ e acrescentamos ao saldo de 2009 das Contribuições, em Despesas de Custeio.

As Demais Transferências no valor de R\$ 33.862 mil referem-se às despesas com subvenções sociais e contribuições, sendo que R\$ 22.268 mil (65,76%) correspondem a gastos efetuados pela FAPERJ.

Aposentadoria e Reformas e Pensões

As despesas com Aposentadoria e Reformas e Pensões, em 2010, atingiram o montante de R\$ 7.882.428 mil, e apresentaram um acréscimo de 14,20% em relação ao ano anterior.

TABELA 053 - APOSENTADORIAS E PENSÕES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM %
	EMPENHADO		EMPENHADO		
Aposentadorias e Reformas	5.518.491	79,95%	6.165.468	78,22%	11,72%
Pensões	1.384.006	20,05%	1.716.960	21,78%	24,06%
TOTAL	6.902.496	100,00%	7.882.428	100,00%	14,20%

R\$ Mil

Despesas de Custeio

Em 2010, foram realizadas Despesas de Custeio no total de R\$ 8.253.580 mil, correspondendo a 28,68% do grupo das Outras Despesas Correntes, e em relação a 2009 apresentaram um crescimento na ordem de R\$ 1.408.580 mil (20,58%). O fato que contribuiu para o aumento verificado nesta despesa foi o item Outros Serviços de Terceiros - PJ (R\$ 5.255.719 mil), que se refere a diferentes gastos necessários à manutenção de órgãos e entidades estaduais, dentre eles, merecendo destaque: energia elétrica, asseio e higiene, serviços de vigilância e policiamento, educação, saúde e auxílio financeiro a estudantes e pesquisadores.

TABELA 054 - DESPESAS DE CUSTEIO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro -2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM %
	EMPENHADO		EMPENHADO		
Outros Serviços de Terceiros - PJ	4.110.790	55,06%	5.255.719	63,68%	27,85%
Material de Consumo	1.022.055	13,69%	786.351	9,53%	-23,06%
Contribuições	620.560	8,31%	618.385	7,49%	-0,35%
Obrigações Tributárias e Contributivas	343.147	4,60%	389.022	4,71%	13,37%
Indeniza e restitu	264.025	3,54%	164.435	1,99%	-37,72%
Sentenças Judiciais	355.208	4,76%	155.259	1,88%	-56,29%
Despesas Exer. Anter	86.004	1,15%	113.995	1,38%	32,55%
Outras	663.636	8,89%	770.412	9,33%	16,09%
TOTAL	7.465.425	100,00%	8.253.580	100,00%	10,56%

Conforme comentado anteriormente, neste Relatório, as despesas com Transferências ao PREVI – BANERJ, em 2009, integraram o grupo Transferências, e para o exercício de 2010 foram definidas no Classificador de Receitas e Despesas na Modalidade de Aplicação 90 – Aplicações Diretas e no elemento de despesa 339041 – Contribuições. Desta forma, a fim de comparabilidade, acrescentamos ao saldo das Contribuições do exercício de 2009 o valor de R\$ 620.425 mil. Do montante de R\$ 618.385 mil apresentado em Contribuições em 2010, o valor de R\$ 617.322 mil referem-se às despesas com o PREVI-BANERJ. Assim, verifica-se que houve uma redução de 0,35% em relação aos gastos efetuados em 2009 em Contribuições.

3.1.3.3.2 DESPESAS DE CAPITAL

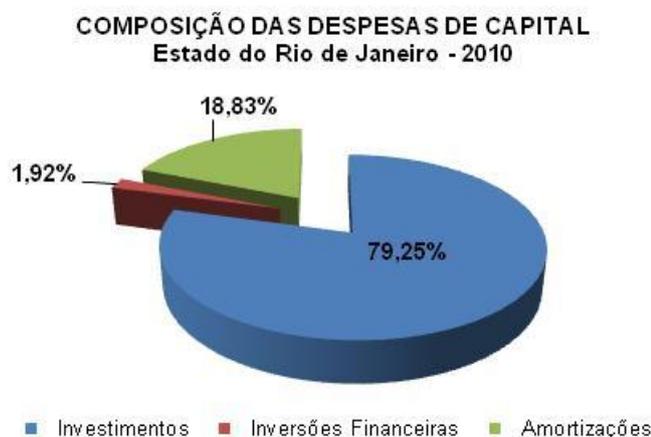
Classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. Compreendem as contas desdobradas em Transferências e Aplicações Diretas, de Despesas de Investimentos, Inversões Financeiras, Amortizações das Dívidas Interna e Externa e outras Despesas de Capital. No exercício de 2010, as Despesas de Capital atingiram o montante de R\$ 6.518.690 mil, apresentando um acréscimo de 59,39% (R\$ 2.428.849 mil) em relação ao ano anterior.

TABELA 055 - DESPESAS DE CAPITAL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM.%
	EMPENHADO		EMPENHADO		
Despesas de Capital	4.089.841	100,00%	6.518.690	100,00%	59,39%
Investimentos	2.736.537	66,91%	5.165.741	79,25%	88,77%
Inversões Financeiras	130.351	3,19%	125.180	1,92%	-3,97%
Amortizações	1.222.952	29,90%	1.227.768	18,83%	0,39%

R\$ Mil

O gráfico, a seguir, demonstra a participação percentual de cada um dos elementos da Despesa de Capital empenhada no período de janeiro a dezembro de 2010:



3.1.3.3.2.1 INVESTIMENTOS

Os Investimentos correspondem às dotações para planejamento e execução de obras e suas derivações, inclusive aquelas destinadas à aquisição de imóveis novos. Dessa forma o investimento público é fundamental para o crescimento sustentado da economia. Sem a infra-estrutura e a prestação de serviços públicos adequados, o Estado perde a competitividade na atração de novos investimentos privados, que são importantes geradores de renda e emprego para a população.

No exercício de 2010, as Despesas de Investimentos atingiram o montante de R\$ 5.165.741 mil, apresentando um acréscimo de 88,77% (+R\$ 2.429.204 mil) em relação ao ano anterior. A expressiva evolução neste grupo está ligada à grande execução em diversas funções do Estado, as quais abrangem uma ampla gama de projetos, sobretudo aqueles que se referem às obras do Programa de Aceleração do Crescimento.

TABELA 056 - DESPESAS DE CAPITAL - INVESTIMENTOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	R\$ Mil
	EMPENHADO		EMPENHADO		VAR. NOM.%
Obras e Instalações	1.913.955	69,94%	3.419.531	66,20%	78,66%
Equip. e Material Permanente	496.950	18,16%	583.241	11,29%	17,36%
Indenizações e Restituições	38.930	1,42%	283.674	5,49%	628,68%
Auxílios e Contribuições	116.541	4,26%	141.457	2,74%	21,38%
Outros Serv Terc.-Pess.Jurídica	50.529	1,85%	517.842	10,02%	924,84%
Despesas de Exercícios Anteriores	11.598	0,42%	78.090	1,51%	573,28%
Serviços de Consultorias	20.693	0,76%	42.612	0,82%	105,92%
Sentenças Judiciais	24.249	0,89%	7.904	0,15%	-67,41%
Demais Investimentos	63.091	2,31%	91.392	1,77%	44,86%
TOTAL	2.736.537	100,00%	5.165.741	100,00%	88,77%

Conforme se observa na tabela anterior, a maior parcela dos investimentos de 2010 está concentrada no item Obras e Instalações (66,20%), no valor de R\$ 3.419.531 mil. Destes 33,41% (R\$ 1.142.446 mil), referem-se às despesas na área de Urbanismo, com gastos na construção do Arco Rodoviário Metropolitano e na Urbanização da Rocinha. Em seguida aparecem os investimentos com Transporte, representando 26,42% (R\$ 903.571 mil) do total destinado a obras e instalações. Parte destes recursos (R\$ 107.062 mil), foi gasto na Implantação da Estação General Osório (Linha 4 do metrô).

Em seguida, aparecem os gastos com Equipamentos e Material Permanente, com 11,29% (R\$ 583.241 mil) dos recursos destinados a este grupo de despesa. A maior parte destes recursos foi aplicada na área da Segurança Pública, com renovações de frota da PCERJ e PMERJ, aquisição de veículos e helicópteros blindados para a Polícia Militar e Civil e outros equipamentos necessários às ações policiais.

Cabe destacar a variação expressiva de 924,84% (+ R\$ 467.313 mil) do item auxílios e contribuições, Esta elevação ocorreu devido ao incremento nas contribuições do Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios – PADEM.

O gráfico, a seguir, ilustra o total de recursos aplicados em despesas de investimentos em 2009 e 2010.



3.1.3.3.2 INVERSÕES FINANCEIRAS

As Inversões Financeiras correspondem às dotações destinadas à aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e à constituição ou aumento do capital de empresas.

As Inversões Financeiras totalizaram em 2010, o montante de R\$ 125.180 mil, cujos principais componentes foram às despesas relacionadas às concessões de empréstimos e financiamentos e à aquisição de bens móveis e imóveis, que somadas atingiram o montante de R\$ 125.179 mil, representando juntas 99,99% do total das Inversões Financeiras. Os gastos com constituição ou aumento de capital consumiram apenas 0,01% do grupo.

TABELA 057 - INVERSÕES FINANCEIRAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM.%
	EMPENHADO		EMPENHADO		
Aquisição de Bens Móveis e Imóveis	42.653	32,721%	17.549	14,019%	-58,86%
Constituição ou Aumento de Capital de Empresa	20	0,015%	1	0,001%	-94,02%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	87.679	67,264%	107.630	85,980%	22,75%
TOTAL	130.351	100,00%	125.180	100,00%	-3,97%

A variação negativa de 3,97%, representando redução dos gastos em R\$ 5.171 mil, em comparação ao ano anterior, deve-se principalmente, às despesas com Aquisição de Bens Móveis e Imóveis que sofreram decréscimos na ordem de 58,86% (R\$ 25.103 mil). Quanto à constituição e aumento de capital de empresa, embora tenha apresentado uma variação negativa de 94,02%, em termos monetários, não influenciou o resultado obtido.

3.1.3.3.2.3 AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA

Neste grupo estão incluídas as despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária. Até o final de 2010 as despesas com amortização da dívida pública estadual totalizaram o montante de R\$ 1.227.768 mil, registrando uma evolução de 0,39% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado na tabela a seguir:

TABELA 058 - AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR.
	EMPENHADO		EMPENHADO		NOM.%
Principal da Dívida Contratual Resgatado	1.222.952	100,00%	1.227.768	100,00%	0,39%
TOTAL	1.222.952	100,00%	1.227.768	100,00%	0,39%

R\$ Mil

Conforme já mencionado no item 3.3.3.1.2, para a comparação, entre períodos, dos valores executados relativos a juros e amortizações devem-se somar ambas as despesas em razão do perfil da dívida estadual, que torna a análise individual destas despesas inconsistente. A evolução está diretamente correlacionada à receita do Estado, em função da dívida do Estado com a União, regida pela Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que fixa um teto de 13% da Receita Líquida Real para pagamentos com serviço desta dívida.

3.1.4 RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

As receitas intra-orçamentárias constituem contrapartida das despesas realizadas na Modalidade de Aplicação “91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social”, incluídas na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 688, de 14 de outubro de 2005. Desta forma, na consolidação das contas públicas, estas despesas e receitas poderão ser identificadas, de modo que se anulem os efeitos das duplas contagens decorrentes de sua inclusão no orçamento.

Considerando dentre outras necessidades, aprimorar os critérios de reconhecimento de despesas e receitas e uniformizar a classificação das despesas e receitas orçamentárias, em âmbito nacional, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria de Orçamento Federal, editaram a Portaria Conjunta nº 3, de 14 de outubro de 2008, que aprovou os Manuais de Receita Nacional e de Despesa Nacional e deu outras providências. Com vigência a contar na data de sua publicação, 16/10/2009, estabeleceu a aplicação de seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2009, inclusive quanto à elaboração do respectivo projeto de lei orçamentária.

Segundo o referido Manual, as receitas intra-orçamentárias serão classificadas como correntes e de capital. Serão correntes, quando a receita de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e seguridade social, decorrerem do fornecimento de materiais, bens e serviços, recebimentos de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, e se o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo. Da mesma forma as receitas intra-orçamentárias de capital são as derivadas

da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Embora, adotamos por critério mencionar sobre a atualização da classificação orçamentária da receita e despesa, as classificações intra-orçamentárias não constituem novas categorias econômicas de receita. Essas têm a mesma função da receita original, diferenciando-se apenas pelo fato de destinarem-se ao registro de receitas provenientes de órgãos pertencentes ao mesmo orçamento. Por isso, não há necessidade de atualização dos códigos das naturezas de receita intra-orçamentárias.

A Lei nº. 5.632/2010 – LOA/2010 estabeleceu no parágrafo único do art. 2º o valor de R\$1.782.724 mil para a receita intra-orçamentária, cabendo o mesmo valor para a despesa intra-orçamentária, conforme parágrafo 2º do art. 4º da mesma Lei.

Apresentamos, na tabela a seguir, a Execução das Receitas Intra-orçamentárias, em 2010:

**TABELA 059 - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO	Em Reais				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.458.571.765	92,39%	1.836.117.503	91,44%	25,88%
Rec. Intra-orçamentária Tributária	19.661	0,00%	24.249	0,00%	23,34%
Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	19.661	0,00%	19.972	0,00%	1,58%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	-	0,00%	4.277	0,00%	0,00%
Rec. Intra-orçamentária de Contribuição	1.388.409.654	87,95%	1.598.795.365	79,62%	15,15%
Contribuições Previdenciárias do RPPS	1.388.409.654	87,95%	1.598.795.365	79,62%	15,15%
Rec. Intra-orçamentária Patrimonial	358.013	0,02%	2.419.977	0,12%	575,95%
Aluguéis de Imóveis Urbanos	245.016	0,02%	251.850	0,01%	2,79%
Outras Receitas de Aluguéis	112.997	0,01%	12.000	0,00%	-89,38%
Rec. Intra-orçamentária de Concessões e Permissões	-	0,00%	2.156.127	0,11%	0,00%
Rec. Intra-orçamentária de Serviços	3.995.918	0,25%	6.695.569	0,33%	67,56%
Serviços de Processamento de Dados	-	0,00%	84.548	0,00%	0,00%
Outros Serviços	3.995.918	0,25%	6.611.021	0,33%	65,44%
Rec. Intra-orçamentária de Transf. Correntes	62.564.255	3,96%	219.406.866	10,93%	250,69%
Transferências de Convênios com o DETRAN	59.564.255	3,77%	115.536.014	5,75%	93,97%
Outras Transf. de Convênios dos Estados	3.000.000	0,19%	103.870.852	5,17%	3362,36%
Outras Rec. Intra-orçamentárias Correntes	3.224.264	0,20%	8.775.477	0,44%	172,17%
Ressarcimento de Pessoal Cedido - (Seg. Pública)	3.216.655	0,20%	8.288.292	0,41%	157,67%
Ressarcimento de Pessoal Cedido - (Demais Áreas)	7.609	0,00%	487.185	0,02%	6302,55%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	120.093.692	7,61%	171.952.946	8,56%	43,18%
Rec. Intra-orçamentária de Transf. de Capital	120.093.692	7,61%	171.952.946	8,56%	43,18%
Transferências de Convênios com o DETRAN	105.093.692	6,66%	156.170.343	7,78%	48,60%
Outras Transferências de Convênio	15.000.000	0,95%	15.782.603	0,79%	5,22%
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.578.665.457	100,00%	2.008.070.449	100,00%	27,20%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Conforme demonstrado na tabela anterior, as receitas intra-orçamentárias em 2010 excederam em R\$ 429.405 mil (27,20%) o resultado do exercício anterior. Tal incremento foi impulsionado, basicamente, pelas receitas intra-orçamentárias correntes, que participaram com 91,44% do total das receitas intra-orçamentárias arrecadadas.

As receitas intra-orçamentárias Tributárias apresentaram um acréscimo de 23,34% (R\$ 4.588) em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelas receitas intra-orçamentárias pela “Prestação de Serviços de Trânsito.

Outra receita intra-orçamentária que apresentou uma evolução significativa foi à receita oriunda de “Concessões e Permissões”, cujo resultado foi 575,95%. Cabe registrar que, deste aumento, R\$ 2.156.127, é referente ao contrato de permissão de uso do 13º andar do Terminal Garagem Menezes Cortes, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE e a Defensoria Pública.

As receitas intra-orçamentárias de Transferências Correntes participaram com 10,93% do total arrecadado, que em termos monetários representam o montante de R\$ 219.406.866, tendo se destacado as receitas de “Outras Transferências de Convênios dos Estados” que apresentaram uma variação nominal de 3362,36%, motivada pelo convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESEG e o Tribunal de Justiça.

As despesas intra-orçamentárias executadas no exercício de 2010 somaram o valor de R\$ 1.974.115.037, apresentando um aumento de 17,53%, em comparação com o mesmo período do ano anterior, conforme pode ser constatado na tabela a seguir:

**TABELA 060 - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO	Em Reais				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.679.625.397	100,00%	1.974.115.036	100,00%	17,53%
Pessoal e Encargos	1.437.107.092	85,56%	1.572.985.506	79,68%	9,45%
Obrigações Patronais	1.419.339.923	84,50%	1.558.771.380	78,96%	9,82%
Despesas de Exercícios Anteriores	294.128	0,02%	7.944.915	0,40%	2601,18%
Ressarcimento Despesas de Pessoal Requisitado	17.473.042	1,04%	6.269.210	0,32%	-64,12%
Outras Despesas Correntes	242.518.304	14,44%	401.129.530	20,32%	65,40%
Material de Consumo	251.185	0,01%	-	0,00%	-100,00%
Outros Serviços de Terceiros - PJ	235.237.448	14,01%	400.401.818	20,28%	70,21%
Despesas de Exercícios Anteriores	7.029.672	0,42%	727.712	0,04%	-89,65%
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.679.625.397	100,00%	1.974.115.036	100,00%	17,53%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

O aumento obtido nas despesas intra-orçamentárias foi motivado, majoritariamente, pelas despesas com pessoal e encargos sociais, cuja participação foi de 79,68%, apresentando, ainda, uma variação nominal de 9,45%. Podemos destacar as despesas intraorçamentárias com Despesas de Exercícios Anteriores, que apresentaram um acréscimo de 2601,18%, em função do pagamento de despesas de exercícios anteriores relativas a obrigações patronais.

As outras despesas correntes – intraorçamentárias – apresentaram uma evolução de 65,40%, em termos nominais, em virtude do aumento de 70,21% (R\$ 165.164.370) das despesas com “Outros Serviços de Terceiros – PJ”, referentes aos convênios pactuados entre o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, entre o DETRAN/RJ e a Secretaria de Estado de Segurança Pública e entre a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e o DETRAN/RJ.

A arrecadação do Estado entre Órgãos/Entidades, em 2010, no montante de R\$ 2008.070 mil, em confronto com as despesas intra-orçamentárias empenhadas no total de R\$ 1.974.115 mil resultou em um superávit orçamentário no valor de R\$ 33.955 mil.

3.1.5 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Com base na despesa empenhada, verifica-se que o Resultado Orçamentário foi deficitário em R\$ 222.199 mil, representando uma diminuição de 71,93% em relação ao mesmo período de 2009, que reflete a variação positiva de 20,24% nas receitas totais, contra o percentual de 18,48% apresentado nas despesas totais, conforme Tabela a seguir:

TABELA 061 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO POR CATEGORIA E SUBCATEGORIA ECONÔMICA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007 a 2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2007	PART. %	2008	PART. %	2009	PART. %	2010	PART. %	2010/2009 VAR. NOM. %
Receita Corrente	32.711.220	98,92%	38.525.658	98,66%	39.100.494	96,33%	46.563.869	95,41%	19,09%
Tributária	20.183.601	61,70%	22.920.743	59,49%	24.884.732	63,64%	29.086.555	62,47%	16,89%
Contribuições	875.500	2,68%	858.377	2,23%	905.214	2,32%	1.040.247	2,23%	14,92%
Patrimonial	6.300.637	19,26%	8.577.864	22,27%	6.778.109	17,34%	8.609.317	18,49%	27,02%
Agropecuária	42	0,00%	43	0,00%	174	0,00%	163	0,00%	-6,41%
Industrial	1.895	0,01%	1.325	0,00%	4.428	0,01%	214	0,00%	-95,16%
Serviços	686.770	2,10%	775.845	2,01%	313.421	0,80%	344.213	0,74%	9,82%
Transf. Correntes	3.158.786	9,66%	4.187.090	10,87%	4.598.379	11,76%	5.121.300	11,00%	11,37%
Outras Rec. Correntes	1.503.990	4,60%	1.204.371	3,13%	1.616.037	4,13%	2.361.858	5,07%	46,15%
Receita de Capital	358.444	1,08%	523.638	1,34%	1.490.599	3,67%	2.242.202	4,59%	50,42%
Operações de Crédito	163.674	45,66%	175.610	33,54%	274.809	18,44%	1.295.237	57,77%	371,32%
Alienações de Bens	768	0,21%	1.547	0,30%	448.091	30,06%	45.992	2,05%	-89,74%
Amort. de Empréstimos	99.260	27,69%	93.608	17,88%	140.813	9,45%	148.826	6,64%	5,69%
Transf. Capital	94.505	26,37%	248.443	47,45%	626.689	42,04%	741.949	33,09%	18,39%
Outras Rec Capital	236	0,07%	4.430	0,85%	198	0,01%	10.199	0,45%	5047,36%
RECEITA GERAL	33.069.664	100,00%	39.049.296	100,00%	40.591.094	100,00%	48.806.071	100,00%	20,24%

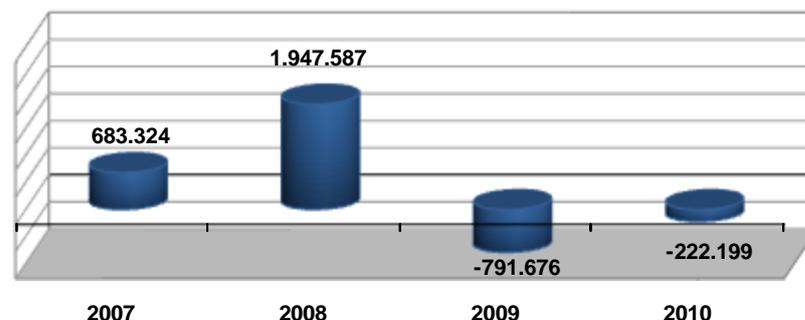
DESCRIÇÃO	2007	PART. %	2008	PART. %	2009	PART. %	2010	PART. %	2010/2009 VAR. NOM. %
Despesas Correntes	30.201.522	93,25%	34.475.162	92,92%	37.292.929	90,12%	42.509.580	86,70%	13,99%
Pessoal e Encargos Sociais	7.926.587	26,25%	8.773.931	25,45%	9.751.023	26,15%	11.397.132	26,81%	16,88%
Juros e Enc. da Dívida	2.142.482	7,09%	2.265.542	6,57%	2.293.140	6,15%	2.334.211	5,49%	1,79%
Outras Desp. Correntes	20.132.453	66,66%	23.435.688	67,98%	25.248.766	67,70%	28.778.237	67,70%	13,98%
Despesa de Capital	2.184.817	6,75%	2.626.548	7,08%	4.089.841	9,88%	6.518.690	13,30%	59,39%
Investimentos	1.293.536	59,21%	1.627.912	61,98%	2.736.537	66,91%	5.165.741	79,25%	88,77%
Inversões Financeiras	66.652	3,05%	129.364	4,93%	130.351	3,19%	125.180	1,92%	-3,97%
Amortização da Dívida	824.630	37,74%	869.271	33,10%	1.222.952	29,90%	1.227.768	18,83%	0,39%
Reserva de Contingência	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	1.227.768	18,83%	0,00%
DESPESA TOTAL	32.386.340	100,00%	37.101.710	100,00%	41.382.770	100,00%	49.028.269	100,00%	18,48%

Resultado Corrente	2.509.698	-	4.050.497	-	1.807.565	-	4.054.289	-	
Resultado de Capital	(1.826.374)	-	(2.102.910)	-	(2.599.242)	-	(4.276.488)	-	
Resultado Orçamentário	683.324	-	1.947.587	-	(791.676)	-	(222.199)	-	

O gráfico, a seguir, ilustra a trajetória dos resultados orçamentários nos exercícios de 2007 a 2010:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007 a 2010

(R\$ mil)



3.1.5.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO POR CATEGORIA ECONÔMICA

A análise do resultado orçamentário, distinguindo-se as receitas e despesas correntes e de capital, permite avaliar a capacidade do Estado de financiar seus gastos por meio de receitas correntes. A existência de uma poupança corrente é condição necessária para conciliar maior autonomia para realização de investimentos prioritários com equilíbrio fiscal.

Conforme demonstrado na tabela anterior, em 2010, assim como já ocorrera no ano anterior, o Estado apresentou um superávit corrente contra um déficit de capital. A ocorrência de déficit de capital não é necessariamente um problema, inclusive espera-se que isso ocorra. Além de não existir nenhuma obrigatoriedade de que despesas de capital sejam financiadas por receitas de capital, não é desejável que o financiamento se dê através de recursos descontínuos, como a receita de alienação de bens e de operações de crédito. O relevante é que a poupança corrente seja capaz de financiar as despesas de capital.

O Resultado Corrente obtido em 2010 foi superavitário em R\$ 4.054.289 mil, e apresentou um acréscimo de R\$ 2.246.724 mil (124,30%) em relação ao alcançado no exercício anterior. As receitas correntes no total de R\$ 46.563.869 mil, com a contribuição, principalmente, das Receitas Tributárias, no montante de R\$ 29.086.555 mil, conseguiram absorver as Despesas Correntes no total de R\$ 42.509.580 mil, cuja maior participação neste grupo coube ao conjunto das “Outras Despesas Correntes” (67,70%) seguida pelas despesas de “Pessoal e Encargos” (26,81%).

Apesar da queda expressiva nas Receitas Industriais (-95,16%), em função do decréscimo da receita da produção de animal e derivados, não influenciou no resultado corrente alcançado.

Em relação às Despesas Correntes, destacam-se as despesas com “Pessoal e Encargos”, que tiveram uma variação de 16,88% ao final do exercício de 2010, refletindo assim as novas contratações de funcionários efetivos realizadas por diversos órgãos e os aumentos concedidos aos demais poderes. As Outras Despesas Correntes aumentaram em 13,98% quando comparadas ao exercício anterior. As despesas com Juros e Encargos da Dívida (1,79%) no acumulado do ano não influenciaram no resultado corrente alcançado.

O Resultado de Capital, em 2010, apresentou um déficit de R\$ 4.276.488 mil, superior em R\$ 1.677.246 mil ao apurado no exercício de 2009, significando que as Receitas de Capital não foram suficientes para cobrir as Despesas de Capital conforme mencionado inicialmente.

Os gastos verificados em 2010 nas Despesas de Capital, no que tange aos Investimentos (79,25%) influenciaram de maneira expressiva no resultado apurado. As despesas com investimentos atingiram o

montante de R\$ 5.165.741 mil, superando em R\$ 2.429.204 mil (+88,77%) o registrado no mesmo período do ano anterior.

Desta forma conclui-se que, em 2010, o superávit corrente (R\$ 4.054.289 mil) não foi suficiente para cobrir o déficit de capital (R\$ 4.276.488 mil) acarretando um Resultado Orçamentário deficitário de R\$ 222.199 mil.

3.1.6 RESULTADO PRIMÁRIO

Por definição, o resultado primário representa a diferença entre as receitas e despesas primárias (Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária). Possibilita ao Estado aferir o impacto da política fiscal, antes dos pagamentos de juros. O déficit/superávit primário mede como as ações correntes melhoram ou pioram o endividamento líquido do setor público e é importante para avaliar a sustentabilidade da política fiscal.

A elaboração do cálculo do resultado primário, portanto, permite-nos identificar quais são as despesas do Governo, sem considerar os gastos financeiros com as dívidas interna e externa. Para fazer frente ao serviço da dívida, o Governo precisaria ter superávit primário, ou seja, gastar menos do que arrecada, o que garantiria sobra de recursos para abater dívidas ou pagar encargos. A meta para o resultado primário para o exercício de 2010 foi de R\$ 1.422.640 mil.

A tabela a seguir apresenta o Resultado Primário comparativo de 2007 a 2010:

TABELA 062 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
Estado do Rio de Janeiro - 2007 a 2010

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	VAR. NOM. %
	RECEITA ARRECADADA	RECEITA ARRECADADA	RECEITA ARRECADADA	RECEITA ARRECADADA	
Total da Receitas	33.069.664	39.049.296	40.591.094	48.806.071	20,24%
(-) Aplicações Financ.	288.469	500.172	501.891	542.609	8,11%
(-) Operações de Crédito	163.674	175.610	274.809	1.295.237	371,32%
(-) Alienações de Bens	768	1.547	448.091	45.992	-89,74%
(-) Amortiz. de Emprést.	99.260	93.608	140.813	148.826	5,69%
Deduções da Receita	552.172	770.937	1.365.603	2.032.664	48,85%
Receitas Não Financeiras	32.517.492	38.278.359	39.225.491	46.773.407	19,24%

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	VAR. NOM. %
	DESPESA EMPENHADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA EMPENHADA	
Total das Despesas	32.169.592	37.101.710	41.382.770	49.028.269	18,48%
(-) Juros e Enc. da Dívida	2.142.482	2.265.542	2.293.140	2.334.211	1,79%
(-) Emprést. E Financiam.	52.420	58.333	87.679	107.630	22,75%
(-) Amortização da Dívida	840.630	869.271	1.222.952	1.227.768	0,39%
Deduções da Despesa	3.035.532	3.193.146	3.603.771	3.669.609	1,83%
Despesas não Financeiras	29.366.807	33.908.564	37.778.999	45.358.660	20,06%
Resultado Primário	3.150.685	4.369.795	1.446.492	1.414.747	-2,19%
Meta Fixada na LDO	2.034.376	1.748.780	1.780.326	1.422.640	

Fonte: SIAFEM / SIG

O Estado do Rio de Janeiro, com base nas despesas empenhadas obteve, em 2010, um resultado primário superavitário no valor de R\$ 1.414.747 mil, o qual ficou abaixo do valor de R\$ 1.446.492 mil, apurado no mesmo período de 2009, correspondendo a um decréscimo de 2,19%, motivado principalmente pela variação das despesas não financeiras em 20,06%, inferior ao crescimento de 19,24% das receitas não financeiras.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do resultado primário nos últimos quatro anos, demonstrando que em 2007 e 2008, houve resultado superior à meta prevista, e os exercícios de 2009 e 2010 apresentaram queda, em decorrência de fatores econômicos ocorridos no período em questão, como a contração no valor das receitas de royalties e participações especiais referentes à produção de petróleo e gás recebido pelo Estado, e o aumento nas despesas com investimentos, conforme informações do Boletim de Transparência Fiscal 6º Bimestre de 2010.

Segue gráfico ilustrativo do resultado primário nos exercícios de 2007 a 2010:



3.2 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS

Este item da Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado trata da execução, referente ao exercício de 2010, do Orçamento de Investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente detém a maioria do capital social com direito a voto, sobre o qual dispõe o inciso III do artigo 1º da Lei nº 5632 de 04 de janeiro de 2010 – Lei Orçamentária Anual – LOA, nos termos do § 5º

do art. 209 da Constituição Estadual e art. 5º da Lei nº 5497, de 07 de julho de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentária.

A Lei Orçamentária Anual 2010, em seu Capítulo III, art. 9º fixou a despesa para o Orçamento de Investimento no montante de R\$ 584.656.033, e, para a cobertura da mesma, foram estimadas, no art. 10, da mesma Lei, as fontes de receita em igual valor.

O Orçamento de Investimento referente a 2010, com dotações aprovadas para as 02 (duas) empresas estatais independentes — Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE e Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro — é detalhado na LOA, para efeito de programação orçamentária, nos seguintes níveis:

- Função – representando o maior nível de agregação das áreas de despesas que são realizadas pelo Setor público e guardam relação com a estrutura organizacional estadual.
- Subfunção – constituem parte das funções, podendo ser combinada com diferente função.
- Programa – se constituem em instrumentos de organização de ação governamental voltados para o alcance dos objetivos estabelecidos.
- Projetos e atividades – que são os meios pelos quais as unidades orçamentárias executam as ações direcionadas para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa

Constam ainda, na LOA 2010, as fontes de financiamento dos investimentos, com a especificação de suas origens.

A tabela a seguir demonstra as fontes de receitas estimadas e as despesas fixadas para o Orçamento de Investimento, com base nos respectivos Anexos da LOA 2010:

**TABELA 063 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (Lei nº 5.632 de 04 de janeiro de 2010)
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

R\$

FONTES DE FINANCIAMENTO			
ESPECIFICAÇÃO	CEDAE	IO	TOTAL
6.0.0.0.00.00 Recursos de Capital			
6.1.0.0.00.00 Recursos Próprios	371.866.316	24.767.004	396.633.320
6.1.1.0.00.00 Geração Própria	371.866.316	24.767.004	396.633.320
6.2.0.0.00.00 Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	-	-	-
6.2.1.0.00.00 Tesouro	-	-	-
6.2.2.0.00.00 Controladora	-	-	-
6.3.0.0.00.00 Operações de Crédito	188.022.713	-	188.022.713
6.3.1.0.00.00 Internas	188.022.713	-	188.022.713
6.3.2.0.00.00 Externas	-	-	-
6.4.0.0.00.00 Outros Recursos de Longo Prazo	-	-	-
6.4.1.0.00.00 Controladora	-	-	-
6.4.2.0.00.00 Estatais	-	-	-
6.4.3.0.00.00 Outras Fontes	-	-	-
TOTAL GERAL	559.889.029	24.767.004	584.656.033
DESPESA FIXADA			
1. Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR		
Programa			
0002 Programa de Gestão Administrativa	7.478.931		
0021 Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário no Interior	140.844.158		
0022 Gestão Corporativa	156.326.589		
0167 Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário da Região Metropolitana do RJ	254.239.351		
0168 Saneamento Básico em Municípios	1.000.000		
TOTAL	559.889.029		
2. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - IO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR		
Programa			
0002 Programa de Gestão Administrativa	1.179.214		
0065 Divulgação de Atos e Fatos Oficiais e Particulares	23.587.790		
TOTAL	24.767.004		
TOTAL GERAL	584.656.033		

Cabe informar, que o valor inicial constante da Lei Orçamentária para o Programa 0021 - Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário no Interior, em R\$ 140.844.158,00, difere do registrado contabilmente em R\$ 2,00, o que se confirma nos demonstrativos seguintes.

3.2.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Em 2010, não houve abertura de créditos adicionais para o Orçamento de Investimento, ocorrendo cancelamentos de dotações em R\$ 107.425.610,00, e em virtude destas alterações a Dotação Final atingiu o montante de R\$ 477.230.421,00, o que significou um decréscimo de 18,37% em relação à dotação inicial.

Do total dos cancelamentos de dotações, R\$ 101.925.610,00 (94,88%) destinavam-se à CEDAE e R\$ 5.500.000,00 (5,12%) à Imprensa Oficial, conforme segue:

TABELA 064 - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
Orçamento de Investimento - Estado do Rio de Janeiro - 2010

DESCRIÇÃO	CEDAE	IO	TOTAL
Despesa Fixada	559.889.027	24.767.004	584.656.031
Créditos Suplementares	-	-	-
Anulação/Cancelamento de Dotações	(101.925.610)	(5.500.000)	(107.425.610)
Despesa Atualizada	457.963.417	19.267.004	477.230.421

R\$

3.2.2 FONTES DE FINANCIAMENTO

As fontes de recursos previstas para o financiamento das ações integrantes do Orçamento de Investimentos 2010 foram decorrentes da geração de recursos próprios e de Operações de Crédito, em consonância ao estabelecido no art.10 da Lei nº. 5632 /2010 – Lei Orçamentária Anual.

A totalidade dos investimentos em 2010 foi financiada com recursos de geração própria. Não houve captação de recursos por meio de Operações de Crédito. Em relação à dotação final, os recursos de geração própria apresentaram uma participação de 60,60%, e obtiveram quanto à realização um desempenho de 29,16%, que representa também o resultado consolidado no exercício.

TABELA 065 - FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS
Orçamento de Investimento - Estado do Rio de Janeiro - 2010

FONTES DE FINANCIAMENTO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	PART. %	ACRÉSCIMOS/ DEDUÇÕES (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	PART. %	REALIZADO ANUAL (D)	DESEMP. % (D/C)
Geração Própria	396.633.318	67,84%	(107.425.610)	289.207.708	60,60%	84.330.213	29,16%
CEDAE	371.866.314	63,60%	(101.925.610)	269.940.704	56,56%	69.006.447	25,56%
Imprensa Oficial	24.767.004	4,24%	(5.500.000)	19.267.004	4,04%	15.323.766	79,53%
Operações de Crédito de Longo Prazo	188.022.713	32,16%	-	188.022.713	39,40%	-	0,00%
Internas	188.022.713	32,16%	-	188.022.713	39,40%	-	0,00%
CEDAE	188.022.713	32,16%	-	188.022.713	39,40%	-	0,00%
TOTAL	584.656.031	100,00%	(107.425.610)	477.230.421	100,00%	84.330.213	29,16%

Fonte: SIAFEM/RJ - SIG

3.2.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Considerando a alteração do orçamento inicial da despesa para o montante de R\$ 477.230.421,00, as empresas estatais consignadas no Orçamento de Investimento – 2010, do Estado do Rio de Janeiro realizaram investimentos no valor total de R\$ 84.330.213,00, ou seja, 17,67% do valor previsto e aprovado para o exercício.

TABELA 066 - EXECUÇÃO DA DESPESA
Orçamento de Investimento - Estado do Rio de Janeiro - 2010

EMPRESAS	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DESPESA ATUALIZADA (B)	PART. %	VARIAÇÃO (C = B/A)	DESPESA EMPENHADA (D)	VARIAÇÃO (E = D/B)	DESPESA LIQUIDADADA (F)	VARIAÇÃO (G = F/D)	DESPESA PAGA (H)	VARIAÇÃO (I = H/F)
CEDAE	559.889.027	457.963.417	95,96%	81,80%	69.006.447	81,83%	46.439.394	67,30%	45.933.936	98,91%
Imprensa Oficial	24.767.004	19.267.004	4,04%	77,79%	15.323.765	18,17%	15.323.765	100,00%	13.576.456	88,60%
TOTAL	584.656.031	477.230.421	100,00%	81,63%	84.330.212	17,67%	61.763.159	73,24%	59.510.392	96,35%

Fonte: SIAFEM/RJ - SIG

A demonstração dos valores consolidados por empresas nos permite observar, em termos percentuais, a relação individual das mesmas no processo da execução orçamentária no exercício de 2010.

Pela tabela anterior, verifica-se que não houve uma estabilidade no comportamento da realização da despesa pelas empresas, visto que a CEDAE, empresa para a qual foram destinados 95,96% das dotações do Orçamento de Investimento, executou 15,07% do seu orçamento, e não se aproximou do resultado de 79,49% obtido pela Imprensa Oficial do ERJ.

Os demais índices obtidos da relação entre a despesa liquidada e a despesa empenhada (100,00%) e a despesa paga com a liquidada (88,60%), também demonstram que a Imprensa Oficial do ERJ alcançou maior equilíbrio na execução orçamentária dos investimentos realizados.

3.2.3.1 DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO E PROGRAMA DE TRABALHO NAS EMPRESAS ESTATAIS

O Orçamento de Investimento aprovado pela Lei Orçamentária Anual 2010 concentrou 95,96% das dotações orçamentárias na Função 17 – Saneamento, correspondentes ao montante de R\$ 457.963.417,00 para aplicações em ações da CEDAE, e 4,04%, equivalentes ao total de R\$ 19.267.004 reais, na Função 22 – Indústria, com ações voltadas para a Imprensa Oficial do ERJ.

A seguir apresentamos os demonstrativos dos investimentos das empresas estatais realizados no exercício de 2010, por programa de governo e programa de trabalho, a fim de identificar a área de alocação dos mesmos:

3.2.3.1.1 COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUA E ESGOTOS – CEDAE

Constituída oficialmente em 01 de agosto de 1975, apesar do Decreto-Lei N° 39 datar de 24 de março de 1975, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE é oriunda da Empresa de Águas do Estado da Guanabara (CEDAG), da Empresa de Saneamento da Guanabara (ESAG) e da Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (SANERJ). A CEDAE passou a operar e manter a

captação, tratamento, adução, distribuição das redes de águas e coleta, transporte, tratamento e destino final dos esgotos gerado dos municípios conveniados do Estado do Rio de Janeiro.

O Orçamento de Investimento aprovado para 2010, a CEDAE, previa gastos no montante de R\$ 559.889.027,00, que, com as alterações orçamentárias ocorridas atingiu ao final do exercício o valor de R\$ 457.963.417,00.

TABELA 067 - EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO, PROGRAMA E PROGRAMA DE TRABALHO
Orçamento de Investimento - CEDAE - Estado do Rio de Janeiro - 2010

Em Reais

Compahia de Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE						
Função 17 - Saneamento						
PROG.	TÍTULO DO PROGRAMA	TÍTULO DO PROG. DE TRABALHO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	PART. %	REAL./PREV.
0002	Gestão Administrativa	Manut. Ativid. Oper./ Adm	7.478.931	2.656.515	3,85%	35,52%
0021	Abast. Água Esg. Sanit. no Interior	Implant. e Ampl. Sist. de San. no Int.	140.844.156	6.792.014	9,84%	4,82%
0022	Gestão Corporativa	Política Instit. de Meio Amb. CEDAE	9.435.250	-	0,00%	0,00%
0022	Gestão Corporativa	Opera. de Sist. de Águas e Esg.	97.891.339	51.486.091	74,61%	52,60%
0167	Abast. de Água e Esg. San. RMRJ	Saneam. Bacias Ent. Baía de Guanabara	1.000.000	-	0,00%	0,00%
0167	Abast. de Água e Esg. San. RMRJ	Melh. das Praias Lagoas do Mun do RJ	35.748.400	5.334.828	7,73%	14,92%
0167	Abast. de Água e Esg. San. RMRJ	Ampl e Melh no Abast. Água da RMRJ	130.440.341	-	0,00%	0,00%
0167	Abast. de Água e Esg. San. RMRJ	Esg. Sanit. Barra, Recreio e Jacarep.	1.000.000	-	0,00%	0,00%
0167	Abast. de Água e Esg. San. RMRJ	Ampl e Mel. Op. Sist. Guandu e Imun. - Lar.	33.125.000	2.737.000	3,97%	8,26%
0168	Saneamento Básico em Munic.	Proj. de Exec. Estrat. Em Saneamento	1.000.000	-	0,00%	0,00%
TOTAL			457.963.417	69.006.447	100,00%	15,07%

Fonte: SIAFEM/RJ - SIG

A CEDAE, durante o exercício de 2010, realizou investimentos na ordem de R\$ 69.006.447, equivalentes a 15.07% da dotação atual, dos quais R\$ 51.486.091,00 (74,61%), foram aplicados em ações voltadas para a “Operação de Sistemas de Água e Esgoto”.

As ações consignadas no Orçamento de Investimento da CEDAE não foram desenvolvidas em sua totalidade. O maior índice de realização de investimento em relação à respectiva dotação prevista coube à ação “Operação de Sistemas de Água e Esgoto”, com 52,60%, cabendo a menor realização para “Implantação e Ampliação dos Sistemas de Saneamento no Interior, que resultou em 4,82%.

3.2.3.1.2 IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro é a empresa de serviços gráficos do Governo do Estado responsável pela publicação do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (D.O.). A autenticidade dos atos oficiais, no entanto, é só uma das atribuições da empresa, que assume como meta a prestação de serviços à sociedade e a democratização da informação.

O Orçamento de Investimentos de 2010, aprovado pela LOA para a Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, previa gastos no montante de R\$ 24.767.004,00, e, após as alterações orçamentárias ocorridas, atingiu, ao final do exercício, o valor de R\$ 19.267.004,00. Desse valor foi executado pela empresa o montante de R\$ 15.323.766 reais, correspondentes a 79,53%.

TABELA 068 - EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO, PROGRAMA E PROGRAMA DE TRABALHO
Orçamento de Investimento - Imprensa Oficial - Estado do Rio de Janeiro - 2010

Em Reais

Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - IO						
Função 22 - Indústria						
PROG.	TIT PROGRAMA	TIT PROG TRABALHO	DOT.ATUAL	EMPENHADO	PART.%	REAL. / PREV.
0002	Gestão Administrativa	Manut. Ativid Oper. / Adm.	1.179.214	33.427	0,22%	2,83%
0065	Divulg. de Atos Oficiais e Partic.	Prod. de Serv. e Publ. em Geral	550.000	3.400	0,02%	0,62%
0065	Divulg. de Atos Oficiais e Partic.	Moder. e Reequip. da Imprensa Oficial	17.537.790	15.286.939	99,76%	87,17%
TOTAL			19.267.004	15.323.766	100,00%	79,53%

Fonte: SIAFEM/RJ - SIG

Os investimentos previstos para serem realizados pela Imprensa Oficial do ERJ em 2010 foram definidos em três ações conforme tabela anterior. Cabe destacar, o Projeto Modernização e Reequipamento da Imprensa Oficial, que teve um orçamento atualizado de R\$ 17.537.790 reais, representando 99,76% do orçamento total da empresa, e cuja execução atingiu o montante de R\$ 15.286.939 reais, resultando em um índice de 87,17% na relação entre o realizado e o previsto. As demais ações apresentaram um índice de realização inferior a 5%.

04 - FUNDEB



4. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006, o FUNDEB está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020.

A regulamentação do FUNDEB deu-se através de medida provisória (M.P. n.º 339/2006), publicada no DOU em 29/12/06, a qual foi convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 que especifica as receitas que comporão o FUNDEB.

4.1 COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

O Fundo é composto, na quase totalidade, por recursos dos próprios Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo constituído, a partir de 2009, de 20% (vinte por cento) das receitas dos seguintes impostos:

TABELA 69 - COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB
Estado do Rio de Janeiro - 2010

IMPOSTO	BASE LEGAL
ITCMD - Imposto de Transmissão sobre Causa Mortis e doação de quaisquer bens ou direito (Estadual)	Art. 155, I, - CF
ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (Estado)	Art. 155, II, - CF
IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (Estadual)	Art. 155, III, - CF
ITR - Imposto sobre Propriedade Territorial (participação municipal)	Art. 158, II, - CF
IPVA (participação municipal)	Art. 158, III, - CF
ICMS (participação municipal)	Art. 158, IV, - CF
FPE (Estado)	Art. 159, I, "a", - CF
FPM (Município)	Art. 159, I, "b", - CF
IPlexp (participação estadual)	Art. 159, II - CF
IPlexp (participação municipal)	Art. 159, II c/c LC nº 61/89, art. 5º CF
ICMS (desoneração de exportações)	Lei Compl. 87/96

No exercício de 2010, atendendo à decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado no processo TCE/RJ nº 113.447-6/2004; ao pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado no processo nº E-14/000.555/2009; e à Nota Técnica SEFAZ/SUPOF nº 14 de 11/05/2010, o Governador Sérgio Cabral autorizou, através do Decreto nº 42.516 de 16/06/2010, o pagamento das multas e dos acréscimos moratórios incidentes sobre o ICMS e o IPVA relativos à arrecadação estadual do período 2004 a 2009 aos municípios fluminenses.

De acordo com o citado Decreto, o pagamento referente aos exercícios de 2004 a 2009, se dará em prestações mensais sucessivas e iguais atualizadas pela UFIR-RJ ao longo de cinco anos (de julho de 2010 a junho de 2015). Para os valores devidos a partir do exercício de 2010, os pagamentos seriam feitos em julho/2010 para as parcelas de janeiro a abril de 2010, e em agosto/2010 para as de maio a julho, e a partir de agosto o pagamento se dará de acordo com o fluxo mensal da arrecadação de multas e juros de ICMS e IPVA.

Em 2010, o SIAFEM registra os seguintes valores:

**TABELA 70 - ARRECADAÇÃO DE JUROS E MULTAS DE ICMS E IPVA - FUNDEB
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

Em Reais	
DESCRIÇÃO	VALOR
33340.81.08 - Distrib. Const. Legal de Receita Multas e Juros de Mora - ICMS	73.127.211,74
33340.81.10 - Distrib. Const. Legal de Receita Multas e Juros de Mora - IPVA	32.199.857,26
33340.92.02 - Juros e Multa ICMS e IPVA - anos 2004 a 2009	38.676.084,24
TOTAL	144.003.153,24

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

4.2 DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do Fundo devem ser totalmente utilizados durante o exercício em que forem creditados, porém conforme estabelecido no art. 21, § 2º da Lei 11.494/2007, até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta do Fundo, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º da citada Lei, poderão ser utilizados no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Tendo em vista a obrigatoriedade de utilizar os recursos do Fundo dentro do exercício em que forem creditados, levando-se ainda em consideração que os recursos são distribuídos com base em estatísticas que apontam o valor mínimo necessário por aluno para que o objetivo do Fundo seja

alcançado dentro do exercício financeiro, não é recomendável o comprometimento do orçamento do ano seguinte com despesas realizadas no exercício anterior, sem recursos disponíveis.

4.2.1 RECURSOS DO FUNDEB, TRANSFERIDOS AOS MUNICÍPIOS E AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O montante dos recursos destinados ao Fundo, no exercício de 2010, alcançou o valor de R\$ 5.537.124.431,75 (cinco bilhões, quinhentos e trinta e sete milhões, cento e vinte quatro mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos), sendo a distribuição realizada da seguinte forma:

TABELA 71 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB
Estado do Rio de Janeiro - 2010

TRANSFERÊNCIAS	VALOR	PART. %
Municípios do ERJ	3.343.880.439,80	60,39%
Estado do RJ	2.193.243.991,97	39,61%
TOTAL	5.537.124.431,77	100,00%

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB



Ao se confrontar o valor referente à cota estadual apresentado na tabela anterior, correspondente ao saldo da conta 4.1.7.2.4.01.00 – Transferência de Recursos do FUNDEB, da UG 180.100 – SEE, com o apurado por meio dos extratos da Distribuição de Arrecadação Federal (DAF), disponível no Sistema de Informações Banco do Brasil (SISBB), verificou-se que os mesmos apresentam consonância entre si.

TABELA 72 - ORIGEM DOS RECURSOS DO FUNDEB
Estado do Rio de Janeiro - 2010

R\$	
IMPOSTO DE ORIGEM	VALOR
ITR	386.034,72
IPVA	114.065.192,22
ITCMD	36.775.715,44
IPI-EXP	46.057.708,97
ICMS EST	1.805.656.225,85
FPE	59.021.315,57
FPM	122.223.790,94
LEI87/96	9.058.008,26
TOTAL	2.193.243.991,97

4.2.2 RESULTADO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO FUNDEB/RJ

O Estado do Rio de Janeiro no período de janeiro a dezembro de 2010 contribuiu com o montante de R\$ 3.933.318.439,99 (R\$ 3.286.589.400,66 em 2009), retornando para o Estado R\$ 2.193.243.991,97 (R\$ 1.904.120.175,17 em 2009), ocasionando uma perda para o Tesouro do Estado de R\$ 1.740.074.448,02 (R\$ 1.382.469.225,49 em 2009). Comparativamente ao mesmo período do ano anterior houve um aumento na perda do FUNDEB na ordem de 25,87%.

A tabela a seguir nos permite uma melhor visualização dessas perdas:

TABELA 73 - RESULTADO DO ESTADO - FUNDEB/RJ
Estado do Rio de Janeiro - 2010

R\$			
DESCRIÇÃO	2009	2010	VAR. NOM. %
Contribuição do Estado	3.286.589.400,66	3.933.318.439,99	19,68%
Participação	1.904.120.175,17	2.193.243.991,97	15,18%
Perda do Estado	1.382.469.225,49	1.740.074.448,02	25,87%



4.2.3 DAS DESPESAS DO FUNDEB

Os recursos do FUNDEB devem ser utilizados em ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica, indistintamente entre níveis e modalidades, no exercício financeiro em que ocorrer os seus créditos. Demonstramos a seguir a composição das despesas realizadas com recursos do FUNDEB no exercício de 2010:

TABELA 74 - DESPESAS DO FUNDEB
Estado do Rio de Janeiro - 2010

			Em Reais
SUBFUNÇÃO	PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA EMPENHADA	PART. %
Administração Geral	Pessoal e Encargos Sociais da Educação Básica	1.995.231.675,94	90,06%
Administração Geral	Apoio aos Serviços Educacionais	118.047.119,84	5,33%
Administração Geral	Modernização Operacional para Gestão Escolar	11.236.488,19	0,51%
Administração Geral	Aperfeiçoamento e Modernização do Ensino Público	6.926.905,13	0,31%
Administração Geral	Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	41.997.200,00	1,90%
Assist. à Criança e ao Adolesc.	Transporte Escolar	18.354.296,38	0,83%
Ensino Médio	Constr, Implant e Reform de Unid Educacionais	5.988.810,81	0,27%
Ensino Médio	Modernizaç e Reequip de Unid Educacionais	17.705.398,09	0,80%
TOTAL		2.215.487.894,38	100,00%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

O demonstrativo revela que 90,06% das despesas liquidadas com recursos da Fonte 15 – FUNDEB foram realizadas com despesas de pessoal e encargos da educação básica. Constata-se desta forma, que o governo do Estado do Rio de Janeiro cumpriu o mandamento do artigo 22, da Lei Federal n.º 11.494/2007, que dispõe que, no mínimo 60% dos recursos anuais totais do FUNDEB devem ser destinados para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Este percentual evidencia um aumento em relação ao exercício de 2009, onde 78,33% das despesas liquidadas com recursos da fonte 15 foram destinadas a gastos com pessoal e encargos da educação básica.

4.2.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB

Ao analisar os extratos bancários da Conta Banco do Brasil S/A n.º 001.22349.583391, referentes ao FUNDEB, verificou-se que a mesma apresentava um saldo, em 31/12/09, de R\$ 157.179.448,01.

Durante o exercício foi recebido, a título de Cota-Parte Estadual, o montante de R\$ 2.193.243.991,97 e como rendimento de Aplicação Financeira, R\$ 25.634.542,60.

Os pagamentos efetuados no exercício alcançaram o montante de R\$ 2.120.376.517,18 conforme evidenciado no Sistema de Informações Gerenciais – SIG.

Assim, o total disponível em 31/12/10, constante no extrato bancário encaminhado, e demonstrado no Relatório do Conselho Estadual, foi de R\$ 148.978.123,54, conforme demonstrado a seguir:

TABELA 075 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEB
Estado do Rio de Janeiro - 2010

Em Reais

Saldo do exercício anterior c/c 001-BB 22349-583391	157.179.448,01
Transferências de Recursos do FUNDEB	2.193.243.991,97
Receita de Remun. de Depósitos Bancários de Rec. Vinculados - FUNDEB	25.634.542,60
Pagamentos realizados com fonte 15 - FUNDEB	(2.227.079.859,04)
Saldo em 31/12/2010 c/c 001-BB 22349-583391	148.978.123,54

05 – FECP



5. FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS – FECF

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais foi instituído pela Lei Estadual nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Estadual nº 4.086, de 13 de março de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 32.646, de 08 de janeiro de 2003, com fundamento na Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, e com o novo regulamento instituído pelo Decreto nº. 33.123, de 05 de maio de 2003.

O FECF é arrecadado a partir do adicional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com objetivos definidos, por lei, na aplicação de ações suplementares nas áreas de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço da renda familiar, saneamento e outros programas de relevante interesse social, com o propósito da redução da pobreza e das desigualdades sociais.

A tabela a seguir, demonstra o comparativo das contribuições para o FECF nos exercícios de 2009 e 2010:

TABELA 076 - DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES AO FECF
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

RECEITA POR SUB - ALINEA	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Adicional do ICMS - Lei n.º 4.056/02 - FECF	1.994.345.063,45	99,54%	2.253.451.910,50	99,33%	12,99%
Multas (Lei Estadual n.º 1.650/90) - Adicional do ICMS - Lei n.º 4.056/02	2.710.632,11	0,14%	1.629.066,87	0,07%	-39,90%
Demais Multas e Juros de Mora do Adicional do ICMS - Lei n.º 4.056/02	5.472.034,62	0,27%	9.753.549,80	0,43%	78,24%
Multas (Lei Estadual n.º 1.650/90) - da Dívida Ativa - Adicional do ICMS - Lei n.º 4.056/02	233.438,51	0,01%	319.290,45	0,01%	36,78%
Demais Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - Adicional do ICMS - Lei n.º 4.056/02	156.385,91	0,01%	267.400,59	0,01%	70,99%
Receita da Dívida Ativa do Adicionaldo ICMS - Lei n.º 4.056/02	557.694,36	0,03%	3.184.741,40	0,14%	471,05%
TOTAL	2.003.475.248,96	100,00%	2.268.605.959,61	100,00%	13,23%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Em comparação com o exercício anterior as contribuições para o FECF em 2010 cresceram em R\$ 265.131 mil, correspondentes a 13,23%, percentual este que reflete principalmente a variação nominal de 12,99%, verificada na receita relativa ao adicional do ICMS.

5.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR FUNÇÃO

A tabela a seguir, indica que, na comparação com o ano passado, a aplicação de recursos do FECF aumentou em 17,42%, cabendo destacar que 85,43% dos gastos foram destinados às funções Saúde (64,90%) e Educação (20,53%). O índice de execução na Função Saúde aumentou em 8,60%, tendo participado com 64,90% (R\$ 1.517.805 mil) do total das despesas executadas com fonte de recursos do

Fundo. Quanto à função Educação que, semelhante ao ano anterior, obteve o segundo lugar como beneficiária das despesas do FECP, apresentou uma expansão de 63,42%, que em termos monetários representa o montante de R\$ 186.301mil.

Com exceção da Função Saneamento, que não foi objeto de aplicação de recursos do FECP em 2010, todas as Funções constantes do demonstrativo participaram na execução das despesas do Fundo, assim como no exercício anterior.

**TABELA 077 - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DO FECP (POR FUNÇÃO DE GOVERNO)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

FUNÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	R\$
					VAR. NOM. %
08 - Assistência Social	78.411.859,05	3,94%	102.577.737,17	4,39%	30,82%
10 - Saúde	1.397.547.932,89	70,17%	1.517.805.475,13	64,90%	8,60%
12 - Educação	293.736.511,85	14,75%	480.037.201,08	20,53%	63,42%
14 - Direitos da Cidadania	5.869.096,03	0,29%	7.163.891,63	0,31%	22,06%
15 - Urbanismo	157.069.419,34	7,89%	87.879.411,39	3,76%	-44,05%
16 - Habitação	54.841.125,94	2,75%	140.939.067,75	6,03%	157,00%
17 - Saneamento	3.647.708,53	0,18%	-	0,00%	-100,00%
21 - Organização Agrária	629.963,33	0,03%	2.326.912,32	0,10%	269,37%
TOTAL	1.991.753.616,96	100,00%	2.338.729.696,47	100,00%	17,42%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

5.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO

Com a finalidade de demonstrar maiores informações acerca da aplicação dos recursos pertencentes ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP, apresentamos, na tabela a seguir, as despesas empenhadas por Programa de Governo.

**TABELA 078 - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DO FECP (POR PROGRAMA DE GOVERNO)
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

PROGRAMA		R\$	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	PART. %
0002 -	Gestão Administrativa	349.032.265,11	14,92%
0011 -	Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	256.990,68	0,01%
0013 -	Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano	468.050,00	0,02%
0018 -	Implant Água/Esgoto Bacias Contrib à Baía GB	-	0,00%
0020 -	Ampl Melh das Condiç de Abastec Água da RMRJ	-	0,00%
0021 -	Atendimento Demanda de Saneamento no Interior	-	0,00%
0050 -	Gestão Escolar	119.501.898,95	5,11%
0051 -	Produção, Ampl e Melh de Habitação Popular	132.757.748,84	5,68%
0052 -	Nossa Terra	2.326.912,32	0,10%
0053 -	Urb,Regulariz e Integr Assent e Prod de Habit	84.106,00	0,00%
0093 -	Atenção à Saúde	729.858.009,41	31,21%
0094 -	Promoção e Vigilância em Saúde	604.625,84	0,03%
0096 -	Organiz, Gestão e Fortalecimento do SUS/RJ	87.576.680,00	3,74%
0097 -	Assistência Farmacêutica	181.361.142,65	7,75%
0098 -	Prevenção de Adversidades e Prest de Socorro	235.927.294,08	10,09%
0109 -	Progr de Prot Social Básica de Assist Social	6.292.295,76	0,27%
0110 -	Proteção Social Especial de Assist Social	38.321.199,29	1,64%
0111 -	Prog de Segurança Alimentar e Nutricional	50.603.630,71	2,16%
0112 -	Promoção e Proteção da Criança e Adolescente	45.440.339,83	1,94%
0114 -	PAC Social e Geração de Renda	18.524.862,75	0,79%
0115 -	Prom e Def Direitos Humanos e da Cidadania	7.163.891,63	0,31%
0118 -	Atendimento Social à População Adulta	8.651.353,29	0,37%
0121 -	Expansão e Melhoria da Educação Profissional	39.937.506,79	1,71%
0122 -	Ensino, Pesquisa e Extensão da UERJ	20.442.144,30	0,87%
0123 -	Ensino, Pesquisa e Extensão da UENF	200.000,00	0,01%
0124 -	Educação à Distância	1.988.012,62	0,09%
0150 -	Escola Inclusiva	11.900.623,29	0,51%
0152 -	Manut, Operação e Desenvolv da Rede de Ensino	24.525.157,13	1,05%
0153 -	Educação para Inclusão Social	9.752.656,37	0,42%
0157 -	Expansão, Reforma e Repar da Rede de Ensino	11.841.507,59	0,51%
0158 -	Modernização Operac e Tecnológica da SEEDUC	60.449.282,73	2,58%
0161 -	Iseção de Pagmento nos Transport Coletivos	48.206.536,85	2,06%
0163 -	Programa de Aceleração do Crescimento-PAC RJ	94.732.971,66	4,05%
TOTAL		2.338.729.696,47	100,00%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

O maior volume de gastos (31,21%), realizados pelo FECP, coube ao programa “Atenção à Saúde”, onde 65,81% foram voltados para serviços de terceiros prestados por pessoa jurídica, que contemplou, entre outras, as seguintes ações: assistência à saúde, preparo e distribuição de alimentação, asseio e higiene, conservação de bens imóveis, apoio administrativo, técnico e operacional; e vigilância e policiamento.

Em seguida, consumindo 14,92% (R\$ 349.032 mil) do total, observamos o programa “Gestão Administrativa”, sendo aplicados 52,61% em “Pessoal e Encargos” e o restante (47,39%) em “Outras Despesas Correntes”.

O programa “Prevenção de Adversidades e Prestação de Socorro” participou com a parcela de 10,09%, no total das despesas executadas pelo FECP, compreendendo, em sua maioria (99,55%), os valores relativos à “Pessoal e Encargos Sociais” do total gasto neste programa de governo.

5.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR GRUPO DE DESPESA

Na tabela a seguir, podemos visualizar as despesas executadas pelo FECP por grupo de despesa. Verificamos, ainda, que o grupo “Outras Despesas Correntes” participou com 64,62%, em seguida surge às despesas com “Pessoal e Encargos Sociais” com 17,89% e com 17,04% as despesas com “Investimentos”.

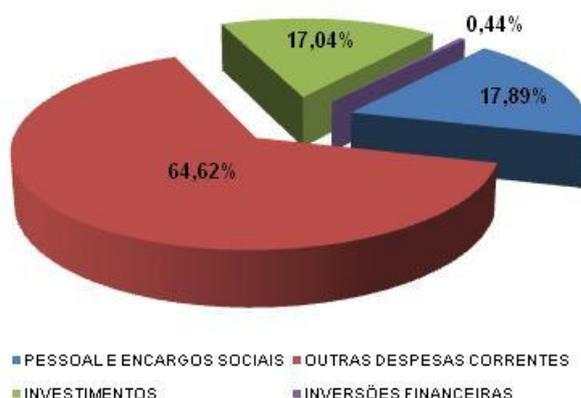
Ao analisarmos as variações nominais incorridas nos grupos de despesa, constatamos que o grupo “Outras Despesas Correntes” apresentou a maior variação (23,92%), seguida pelo grupo “Investimentos” com 11,98%. Nota-se, também, uma variação negativa de 32,71% ocorrida no grupo “Inversões Financeiras”. No mais, o total das despesas executadas pelo Fundo apresentou uma expansão de 17,42%, em comparação com o ano anterior, impulsionada, sobretudo, pelas “Outras Despesas Correntes”, visto que a mesma apresentou um crescimento monetário de R\$ 346.976 mil.

TABELA 079 - COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DO FECP (POR GRUPO DE DESPESA)
Estado do Rio de Janeiro - 2010

GRUPO DESPESA	2009		2010		VAR. NOM. %
	EMPENHADO	PART. %	EMPENHADO	PART. %	
Pessoal e Encargos Sociais	400.815.945,75	20,12%	418.497.447,84	17,89%	4,41%
Outras Despesas Correntes	1.219.551.828,36	61,23%	1.511.271.052,86	64,62%	23,92%
Investimentos	355.924.842,85	17,87%	398.557.895,77	17,04%	11,98%
Inversões Financeiras	15.461.000,00	0,78%	10.403.300,00	0,44%	-32,71%
TOTAL	1.991.753.616,96	100,00%	2.338.729.696,47	100,00%	17,42%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

COMPOSIÇÃO DOS GASTOS REALIZADOS PELO FECP
Estado do Rio de Janeiro



5.4 DOS LIMITES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FECP

5.4.1 DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

A Lei Complementar Estadual n.º 120, de 28 de dezembro de 2007, acrescentou o § 4º ao artigo 3º da Lei Estadual n.º 4.056, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a utilização dos recursos do FECP em despesas com pessoal, limitando-as em 20% do total existente no orçamento anual.

Conforme pode ser verificado na tabela a seguir, as despesas com pessoal e encargos realizadas com a fonte de recursos provenientes do Fundo de Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP não excederam o limite estabelecido através da Lei Complementar n.º 120, de 28 de dezembro de 2007.

TABELA 080 - DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS - FECP
Estado do Rio de Janeiro - 2010

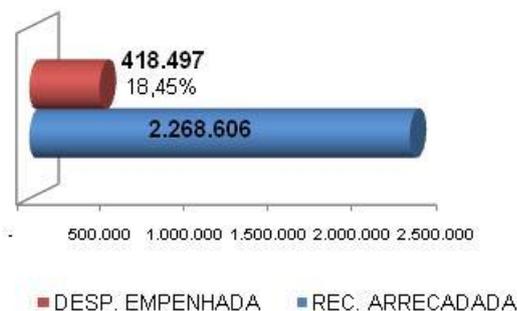
Em Reais		
RECEITAS DO FECP	PREVISTA	ARRECADADA
Contribuições ao FECP	2.172.329.890,00	2.268.605.959,61
DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS	EMPENHADO	PART. %
Pensões	3.853,15	0,00%
Contratação Por Tempo Determinado	50.448.352,03	12,05%
Salário Família	40.380,64	0,01%
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	93.753.700,76	22,40%
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pess Militar	178.230.524,35	42,59%
Obrigações Patronais	8.411.855,08	2,01%
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	34.735.776,53	8,30%
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	52.873.005,30	12,63%
TOTAL DAS DESPESAS	418.497.447,84	100,00%
% em Relação a Receita Prevista	19,26%	-
% em Relação a Receita Arrecadada	18,45%	-

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Como podemos visualizar na tabela anterior, as despesas com “Pessoal e Encargos Sociais” executadas pelo Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP, no exercício de 2010, atingiram o montante de R\$ 418.497 mil, e ao compararmos o total das despesas com as receitas realizadas pelo Fundo, verificamos que o percentual de aplicação neste grupo de despesa foi de 18,45%, estando assim em consonância com o disposto na Lei Complementar n.º 120, de 28 de dezembro de 2007.

Abaixo podemos visualizar graficamente o percentual de realização das despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”, comparando-as com o montante das receitas previstas para arrecadação pelo FECP durante o exercício de 2010.

**Despesas com Pessoal e Encargos - FECP
Estado do Rio de Janeiro - 2010**



5.4.2 DA APLICAÇÃO NO FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FEHIS

A Lei Estadual n.º 5.149/2007, de 10 de dezembro de 2007, destinou 10%, no mínimo, dos recursos do FECP ao Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS e, posteriormente, a Lei Complementar Estadual n.º 122, de 12 de dezembro de 2008, alterou a aplicação desse percentual ao FEHIS, da seguinte forma: 7,5% em 2009 e o restante, atingindo a sua totalidade, em 2010.

O Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS tem como objetivo principal garantir recursos para o financiamento de programas e projetos habitacionais do Estado do Rio de Janeiro a fim de promover a erradicação do déficit habitacional e viabilizar o acesso e condições de permanência na habitação.

Salientamos que a Lei n.º 4.962, de 20 de dezembro de 2006, instituidora do FEHIS, elencou, no artigo 2º, os seguintes objetivos para justificar sua criação:

- I - garantir recursos de caráter permanente para o financiamento de programas e projetos de habitação no Estado do Rio de Janeiro, priorizando o atendimento da população de mais baixa renda;
- II - criar condições para o planejamento a médio e longo prazo com vistas à erradicação do déficit habitacional no Estado;
- III – garantir à população do Estado do Rio de Janeiro o acesso a uma habitação digna e adequada, com equidade, em assentamentos humanos seguros, salubres, sustentáveis e produtivos;
- IV - promover e viabilizar, com equidade, o acesso e as condições de permanência na habitação;

V - promover o reassentamento dos moradores de habitações localizadas em áreas de risco e de preservação ambiental.

Na tabela a seguir, podemos verificar o percentual de aplicação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP no FEHIS, em conformidade com os projetos consignados na Lei 5.632, de 04 de janeiro de 2010 (Lei Orçamentária Anual – 2010).

TABELA 081 - FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FEHIS
Estado do Rio de Janeiro - 2010

		Em Reais	
RECEITAS		ARRECAÇÃO	
Adicional do ICMS - Lei n.º 4.056/02 - FECP		2.253.451.911	
Multas (Lei Estadual n.º 1.650/90) - Adicional do ICMS - Lei n.º 4.056/02		1.629.067	
Demais Multas e Juros de Mora do Adicional do ICMS - Lei n.º 4.056/02		9.753.550	
Multas (Lei Estadual n.º 1.650/90) - da Dívida Ativa - Adicional do ICMS - Lei n.º 4.056/02		319.290	
Demais Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - Adicional do ICMS - Lei n.º 4.056/02		267.401	
Receita da Dívida Ativa do Adicionaldo ICMS - Lei n.º 4.056/02		3.184.741	
TOTAL		2.268.605.960	
DESPESAS		DOT. ATUAL	EMPENHADA
0701 - Secretaria de Estado de Obras		90.002.975	87.879.411
1015 Infraestrutura em Assentamentos Precários		619.198	256.991
1206 Urbanização do Dona Marta		468.050	468.050
1613 Urbanização da Rocinha - PAC-RJ		44.227.435	43.381.164
1614 Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ		16.975.851	16.898.506
1615 Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC-RJ		22.185.926	22.185.626
1616 Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC-RJ		5.526.515	4.689.075
1901 - Secretaria de Estado de Habitação		84.106	84.106
1100 Gestão da Política de Habitação		84.106	84.106
1931 - Instituto de Terras e Cartografia do RJ		3.106.944	2.326.912
2204 Regulariz Fund e Consolid de Assent Humanos		3.106.944	2.326.912
1971 - Companhia Estadual de Habitação do RJ		141.762.270	140.578.268
1079 Reloc Morad Assent Popul Áreas Risco/Insalub		2.344.467	2.049.709
1570 Projetos Habitacionais a cargo do FEHIS		1.896.283	1.689.130
1617 Urbanização do Morro do Preventório - PAC-RJ		7.600.425	7.578.601
2016 Manut Ativid Operacionais/Administrativas		32.000	31.919
2467 Despesas Obrigatórias		210.000	209.999
5273 Recup e Melhorias em Conjuntos Habitacionais		109.408.717	109.396.143
5274 Construção de Unidades Habitacionais		20.270.378	19.622.767
DESPESAS CONSIDERADAS		234.956.295	230.868.697
% em Relação a Receita Prevista		10,36%	10,18%

Fonte: LOA - 2010 e SIAFEM-RJ/SIG

A execução apresentada na tabela acima evidencia que foram aplicados R\$ 230.869 mil dos recursos oriundos do FECP no FEHIS, que em termos percentuais representa 10,18% da receita arrecada pelo FECP em 2010, estando em conformidade com o disposto na Lei Complementar Estadual n.º 122, de 12 de dezembro de 2008.

5.5 EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

Conforme se observa no demonstrativo a seguir, após a movimentação das inscrições em Restos a Pagar no exercício de 2010, o FECFP apresentou um saldo a pagar de R\$ 26.513 mil.

**TABELA 082 - COMPOSIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR - FECFP
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

SALDO EM 31/12/2009	MOVIMENTAÇÃO EM 2010		A PAGAR
	CANCELADOS	PAGOS	
230.105.425,71	8.345.202,33	195.246.769,97	26.513.453,41

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

06 – RIOPREVIDÊNCIA



6. FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RJ - RIOPREVIDÊNCIA

O Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA – foi instituído através da Lei n.º 3.189, de 22 de fevereiro de 1999. Na forma de autarquia, o Fundo Único de Previdência Social do ERJ – RIOPREVIDÊNCIA é dotado de personalidade jurídica de direito público, tendo como finalidade a gestão de ativos financeiros, visando o custeio de pagamento dos proventos de aposentadorias e/ou reformas, pensões e outros benefícios previdenciários, concedidos e a conceder, a seus segurados, bem como a seus dependentes.

Obedecendo a determinação legal da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a Lei n.º 5.109, de 15 de outubro de 2007 determinou a extinção do Instituto de Previdência Social do ERJ – IPERJ, transferindo, assim, ao RIOPREVIDÊNCIA, na qualidade de seu sucessor, os direitos e obrigações da autarquia extinta, como também a competência para a habilitação, administração e pagamento dos benefícios previdenciários previstos na legislação estadual, que dispõe sobre o regime previdenciário dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro e seus dependentes.

Com o advento da Lei n.º 5.260, de 11 de junho de 2008, houve a unificação do Regime Jurídico próprio e único da Previdência Social dos Membros do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas e dos Servidores Públicos Estatutários do Estado do Rio de Janeiro, estando sob a responsabilidade do Fundo Único de Previdência Social do ERJ – RIOPREVIDÊNCIA a gestão deste regime previdenciário.

6.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO RIOPREVIDÊNCIA

O orçamento do Fundo Único de Previdência Social do ERJ – RIOPREVIDÊNCIA, para o exercício de 2010, foi de R\$ 7.342.422.244,00 conforme consta na Lei Orçamentária Anual – LOA, n.º. 5.632 de 04 de janeiro de 2010. A tabela a seguir, apresenta os valores das Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário nos exercícios de 2009 e 2010, evidenciando os respectivos resultados orçamentários do RIOPREVIDÊNCIA, e ainda o repasse de recursos do Tesouro do Estado para cobertura do déficit do Fundo.

TABELA 083 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/PREVIDENCIÁRIO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

RECEITA ARRECADADA					
DESCRIÇÃO	2009		2010		VAR. NOM. %
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %	
Receitas Correntes	4.918.321	76,92%	6.396.431	79,14%	30,05%
Receitas de Contribuições	905.214	14,16%	1.040.247	12,87%	14,92%
Contribuição Previdenciária	905.214	14,16%	1.040.247	12,87%	14,92%
Receitas Patrimoniais	3.961.574	61,96%	5.264.766	65,14%	32,90%
Royalties de Petróleo e Gás/ PEA	2.526.517	39,51%	3.653.822	45,21%	44,62%
Certificados Financeiros do Tesouro - CFT	1.331.495	20,82%	1.540.302	19,06%	15,68%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	99.087	1,55%	63.476	0,79%	-35,94%
Receitas Imobiliárias	4.386	0,07%	4.605	0,06%	4,99%
Outras Receitas Patrimoniais	90	0,00%	2.561	0,03%	2745,29%
Outras Receitas Correntes	51.534	0,81%	91.418	1,13%	77,39%
Receitas de Capital	87.388	1,37%	86.830	1,07%	-0,64%
Amortização de Empréstimos - FUNDES	87.388	1,37%	86.027	1,06%	-1,56%
Alienação de Bens	-	0,00%	804	0,01%	0,00%
Receitas Intra-orçamentárias Correntes	1.388.410	21,71%	1.598.795	19,78%	15,15%
Contribuição Patronal - Civil	1.199.121	18,75%	1.371.008	16,96%	14,33%
Contribuição Patronal - Militar	189.289	2,96%	227.787	2,82%	20,34%
Total das Receitas (I)	6.394.119	100,00%	8.082.057	100,00%	26,40%
Recursos Provenientes do Tesouro	-		-		
TOTAL (II)	6.394.119		8.082.057		26,40%

DESPESA EMPENHADA					
DESCRIÇÃO	2009		2010		VAR. NOM. %
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %	
Despesas Correntes	7.415.082	99,92%	8.115.061	99,70%	9,44%
Pessoal e Encargos	19.890	0,27%	27.094	0,33%	36,22%
Pessoal Próprio e Encargos	19.890	0,27%	27.094	0,33%	36,22%
Outras Despesas Correntes	7.395.192	99,65%	8.087.967	99,37%	9,37%
Aposentadorias e Reformas	5.518.491	74,36%	6.165.468	75,75%	11,72%
Pensões	1.378.096	18,57%	1.710.134	21,01%	24,09%
Material de Consumo	399	0,01%	469	0,01%	17,77%
Serviço de Consultoria	354	0,00%	118	0,00%	-66,75%
Outros Serviços de Terceiros	11.266	0,15%	14.631	0,18%	29,87%
Sentenças Judiciais	241.478	3,25%	49.999	0,61%	-79,29%
Demais Despesas Correntes	245.109	3,30%	147.149	1,81%	-39,97%
Despesas de Capital	6.068	0,08%	24.454	0,30%	303,02%
Investimentos	6.068	0,08%	24.454	0,30%	303,02%
Total das Despesas (III)	7.421.149	100,00%	8.139.515	100,00%	9,68%
Resultado Orçamentário (IV) = (I) - (III)	(1.027.030)		(57.458)		
Resultado Previdenciário (V) = (II) - (III)	(1.027.030)		(57.458)		-94,41%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Pela tabela anterior, observa-se que no exercício de 2010 o RIOPREVIDÊNCIA arrecadou o montante de R\$ 8.082.057 mil, enquanto que as despesas orçamentárias totalizaram no exercício R\$ 8.139.515 mil, sendo que as despesas previdenciárias (Aposentadorias, Reformas e Pensões) representaram 96,76% do total do período, atingindo em 2010 o montante de R\$ 7.875.602 mil. Como neste exercício

não ocorreram repasses do Tesouro, os resultados orçamentário e previdenciário foram iguais, ou seja, deficitário em R\$ 57.458 mil, compensado pelo superávit financeiro obtido no exercício de 2009.

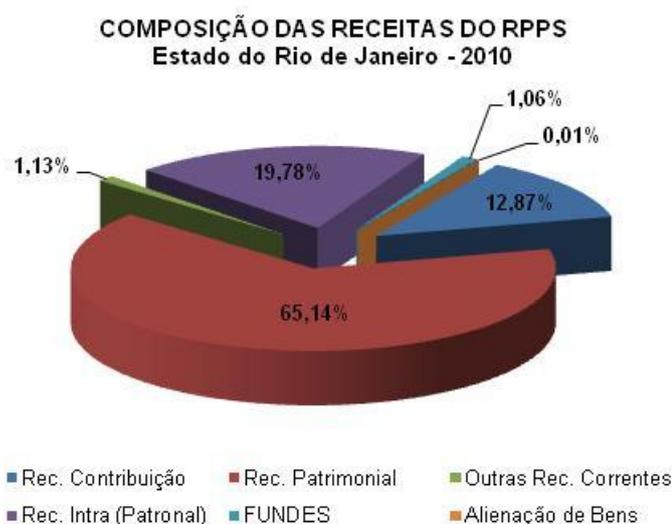
6.2 RECEITAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

As Receitas do RIOPREVIDÊNCIA atingiram o montante de R\$ 8.082.057 mil no exercício de 2010 com grande destaque para as receitas patrimoniais que representaram com 65,14% do total arrecadado, conforme demonstrado na tabela abaixo.

TABELA 084 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS
Estado do Rio de Janeiro - 2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	VALOR	PART. %
Receitas Correntes	7.995.227	98,93%
Receitas de Contribuições	1.040.247	12,87%
Receitas Patrimoniais	5.264.766	65,14%
Outras Receitas Correntes	91.418	1,13%
Receitas de Intra-orçamenárias (Contr. Patronal)	1.598.795	19,78%
Receitas de Capital	86.830	1,07%
Amortização de Empréstimos - FUNDES	86.027	1,06%
Alienações de Bens	804	0,01%
TOTAL DAS RECEITAS	8.082.057	100,00%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG



A seguir, serão realizados comentários a respeito das principais receitas arrecadadas pelo RIOPREVIDÊNCIA no exercício de 2010.

6.2.1 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

As Receitas de Contribuições são compostas pelas contribuições previdenciárias dos servidores ativos e inativos, civis e militares, e de pensionistas, pela compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social da União e o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado e pelas contribuições da Administração Pública Estadual, representadas pelo item da Contribuição Patronal. Em 2010 estas receitas alcançaram o montante de R\$ 2.639.043 mil e corresponderam a 32,65% das receitas arrecadadas pelo Fundo no exercício, enquanto que no mesmo período de 2009 este percentual foi de 35,87%.

TABELA 085 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2009		2010		VAR. NOM. %
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %	
Receitas de Contribuições Previdenciárias	905.214	39,47%	1.040.247	39,42%	14,92%
Pessoal Civil	794.015	34,62%	852.146	32,29%	7,32%
Servidor Ativo	601.793	26,24%	681.825	25,84%	13,30%
Servidor Inativo	149.087	6,50%	110.636	4,19%	-25,79%
Pensionista	43.135	1,88%	59.685	2,26%	38,37%
Pessoal Militar	103.519	4,51%	183.443	6,95%	77,21%
Servidor Ativo	96.734	4,22%	175.782	6,66%	81,72%
Servidor Inativo	6.322	0,28%	7.661	0,29%	21,18%
Pensionista	463	0,02%	-	0,00%	-100,00%
Outras Contribuições Previdenciárias	7.680	0,33%	4.659	0,18%	-39,34%
Receitas de Contribuição Patronal	1.388.410	60,53%	1.598.795	60,58%	15,15%
Ativo Civil	1.199.121	52,28%	1.371.008	51,95%	14,33%
Ativo Militar	189.289	8,25%	227.787	8,63%	20,34%
TOTAL	2.293.623	100,00%	2.639.043	100,00%	15,06%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

A tabela anterior demonstra que no exercício de 2010 houve um incremento de R\$ 345.420 mil (15,06%) nas Receitas de Contribuições em relação ao mesmo período de 2009, motivado em virtude dos planos de cargos e salários aprovados no decorrer do exercício em referência, o que provocou expansão, de forma proporcional, tanto nas receitas de contribuição dos servidores (14,92%), como nas receitas de contribuição patronal (15,15%).

Cabe destacar, que no exercício de 2010 as contribuições dos pensionistas estão agrupadas na conta de contribuição dos pensionistas civis, fato diferente do ocorrido no exercício anterior, quando as contribuições dos pensionistas eram desmembradas em pensionistas civis e militares. A título de melhor comparabilidade, ao somarmos as contribuições dos pensionistas civis e militares, observamos um montante de R\$ 43.598 mil, sendo superado em 36,90% (R\$ 16.087 mil) no exercício de 2010.

6.2.2 RECEITAS PATRIMONIAIS

As Receitas Patrimoniais são as principais fontes de receitas do RIOPREVIDÊNCIA, com destaque para as provenientes do recebimento da cota-parte da compensação financeira dos royalties pela produção do petróleo e do resgate dos Certificados Financeiros do Tesouro – CFT's, que juntas atingiram a 98,66% do total deste grupo em 2010.

TABELA 086 - RECEITAS PATRIMONIAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009		2010		R\$ Mil
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %	VAR. NOM. %
Receitas Patrimoniais	3.961.574	100,00%	5.264.766	100,00%	32,90%
Receitas Imobiliárias	4.386	0,11%	4.605	0,09%	4,99%
Receitas de Valores Mobiliários	1.430.647	36,11%	1.604.490	30,48%	12,15%
Certificados Financeiros do Tesouro - CFT's	1.331.495	33,61%	1.540.302	29,26%	15,68%
Rendimento de Aplicações Financeiras	99.087	2,50%	63.476	1,21%	-35,94%
Outras Receitas Mobiliárias	66	0,00%	712	0,01%	982,28%
Royalties de Petróleo e Gás / PEA	2.526.517	63,78%	3.653.822	69,40%	44,62%
Outras Receitas Patrimoniais	24	0,00%	1.849	0,04%	7543,61%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

A tabela anterior demonstra que em 2010, houve um acréscimo de 32,90% nas Receitas Patrimoniais em relação ao exercício de 2009. Em termos monetários, este percentual representou um crescimento de R\$ 1.303.192 mil, sendo influenciada, principalmente, pelo acréscimo de 44,62% (R\$ 1.127.305 mil) verificado nas receitas oriundas da compensação financeira pela exploração de petróleo no Estado do Rio de Janeiro.

A receita advinda do resgate dos Certificados Financeiros do Tesouro - CFT's, uma das fontes de maior importância do grupo das receitas patrimoniais, é resultado de uma operação com o Tesouro Nacional, estabelecida em 1999, pela qual o Estado obteve ativos financeiros do Tesouro (os CFTs) contra a troca de um fluxo de pagamentos respaldados pela receita de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás natural, que se estende até 2014, cujo resultado apresentou uma evolução de R\$ 208.807 mil, que em termos nominais implica em um acréscimo de 15,68%. Destacamos que este tópico foi melhor abordado no item 3.1.2.1.3 deste Relatório.

A receita oriunda dos royalties pela exploração de petróleo no Estado do Rio de Janeiro apresentou um crescimento de 44,62% (R\$ 1.127.305 mil), sendo, inclusive, responsável por 69,40% do total das receitas patrimoniais arrecadadas no exercício de 2010. No capítulo 07 deste relatório, encontram-se comentários mais abrangentes sobre os royalties do petróleo.

Ainda sobre as receitas patrimoniais, observamos que a receita de "Outras Receitas Mobiliárias" apresentou um incremento de 982,28%, em virtude do recebimento de dividendos, referentes à posição acionário do Fundo em diversas empresas, e a receita de "Outras Receitas Patrimoniais" apresentou um

acréscimo de 7.543,61%, em função da conversão em receita de valores pagos a pessoal inativo e devolvidos aos cofres da autarquia. Entretanto, os resultados dessas receitas não influenciaram em termos monetários o total arrecadado.

6.2.3 OUTRAS RECEITAS CORRENTES

No exercício em análise, este grupo apresentou uma variação nominal de 77,39% em relação a 2009, estando representado pelas receitas advindas da Contribuição Financeira entre o Regime Geral e o RPPS, e pela receitas da Dívida Ativa, que juntas alcançaram o montante de R\$ 91.418 mil em 2010. Ressaltamos que a evolução obtida neste grupo foi impulsionada, basicamente, pela “Receita de Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio de Previdência Social – COMPREV, cujo resultado foi de 39,68% superior ao verificado no ano anterior.

TABELA 087 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009		2010		VAR.
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %	NOM. %
Outras Receitas Correntes	51.534	100,00%	91.418	100,00%	77,39%
Compensação Financeira entre o RGPS e o RPPS - COMPREV	49.348	95,76%	68.927	75,40%	39,68%
Receitas da Dívida Ativa	2.185	4,24%	22.491	24,60%	929,46%
Demais Receitas	1	0,00%	-	0,00%	-100,00%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Quanto às receitas da Dívida Ativa, estas apresentaram um aumento na ordem de 929,46% em relação ao ano de 2009. Esses recursos são provenientes da Lei nº 3.189/99 que instituiu o RIOPREVIDÊNCIA, autorizou o Poder Executivo a incorporar, ao seu patrimônio, créditos tributários e não tributários inscritos até 1997 em Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro, de suas autarquias e fundações ou recursos advindos da respectiva liquidação.

Uma vez que os créditos inscritos em Dívida Ativa até 1997 tornaram-se insuficientes para capitalizar o RIOPREVIDÊNCIA, e considerando o disposto no artigo 10, da Lei nº 4.004, de 31 de outubro de 2002, foi editado em 10 de março de 2005 o Decreto nº 37.050, que em seu artigo 1º ampliou aquele prazo:

Art. 1.º Ficam incorporados ao patrimônio do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA os créditos tributários e não tributários, inscritos até a data da publicação deste Decreto, assim como aqueles que virem a ser, em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro, de suas autarquias e fundações ou recursos advindos da respectiva liquidação.

Assim, atualmente, todos os créditos tributários inscritos em Dívida Ativa fazem parte do patrimônio do RIOPREVIDÊNCIA.

Ainda em 2005, com o objetivo de capitalizar o RIOPREVIDÊNCIA, foram incorporados ao seu patrimônio os créditos tributários parcelados de titularidade do Estado do Rio de Janeiro, existentes até 25 de fevereiro de 2005, e ainda, aqueles que venham a ser concedidos em sede administrativa, conforme Decreto Estadual nº 36.994, de 25/02/05, alterado pelo Decreto nº 37.047, de 10/03/05, conforme abaixo:

“Art. 1.º Ficam incorporados ao patrimônio do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA os créditos tributários parcelados de titularidade do Estado do Rio de Janeiro existentes até a data deste Decreto e aqueles que venham a ser concedidos em sede administrativa. {redação do Artigo 1.º, alterado pelo Decreto nº 37.047/2005, vigente a partir de 14.03.2005.”

Vale lembrar, que conforme comentado no item 3.2.1.6 deste relatório, a receita relativa à “Dívida Ativa” apresentou variação ativa, em razão do Programa de Refinanciamento de Impostos Devidos – REFIS estadual.

6.2.4 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO / FUNDES

Em 2010 esta rubrica apresentou saldo de R\$ 86.027 mil referente aos recursos advindos do fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, incorporados ao RIOPREVIDÊNCIA por meio da publicação dos Decretos Estaduais nos 40.155/06 e 40.457/06. Na comparação com o ano anterior observa-se uma redução desta receita em 1,56%. Destacamos que embora a receita procedente da “Amortização de Empréstimos – FUNDES” tenha apresentado um resultado negativo em 2010, esta variação não influenciou a receita total arrecadada pelo Fundo, uma vez que a receita de FUNDES participou com apenas 1,06% do total das receitas arrecadadas em 2010.



6.3 DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

No exercício de 2010, as despesas previdenciárias alcançaram o montante de R\$ 8.139.515 mil, apresentando em relação ao mesmo período do ano anterior um acréscimo de R\$ 718.366 mil (9,68%), influenciado, principalmente, pelo aumento de R\$ 692.775 mil (9,37%) ocorrido nas “Outras Despesas Correntes, responsáveis por 99,37% do total das despesas executadas pelo RIOPREVIDÊNCIA.

TABELA 088 - DESPESAS DO RPPS
Estado do Rio de Janeiro - 2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	VALOR	PART. %
Despesas Correntes	8.115.061	99,70%
Pessoal Próprio e Encargos	27.094	0,33%
Aposentadorias, Reformas e Pensões	7.875.601	96,76%
Outras Despesas Correntes	212.366	2,61%
Despesas de Capital	24.454	0,30%
Investimentos	24.454	0,30%
TOTAL	8.139.515	100,00%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

6.3.1 DESPESAS COM PESSOAL PRÓPRIO E ENCARGOS

Compreende as despesas representadas pelos seguintes elementos de despesa: Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, Obrigações Patronais, Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil e Contribuições Patronais.

No exercício de 2010, as despesas com “Pessoal e Encargos”, executadas pelo RIOPREVIDÊNCIA, somou o montante de R\$ 27.094 mil, que em comparação com o mesmo período de 2009, apresentou um aumento de R\$ 7.204 mil (36,22%). Tal incremento justifica-se pelo advento da Lei Complementar (E) n.º 132, de 25 de novembro de 2009, que dispõe do Plano de Cargos e Salários da autarquia, bem como pela contratação, através de concurso público, de servidores estatutários para preenchimento dos cargos criados pela Lei em tela.

Na tabela a seguir, podemos constatar que das despesas com “Pessoal e Encargos” a rubrica que mais se desenvolveu foi a referente a “Vencimentos e Vantagens Fixas”, que conforme explanado no parágrafo anterior foi motivada pela contratação de novos servidores para preenchimento de cargos de provimento efetivo. Observamos, ainda, que a rubrica “outras Despesas Variáveis”, referentes a gastos com gratificações e encargos sofreu um decréscimo de 44,64%, em consonância com o disposto no § 1º do artigo 13 da Lei Complementar (E) n.º 132, de 25.09.2009, que veda a percepção de gratificações e encargos especiais pelos ocupantes dos cargos criados pela Lei em apreço, ressalvada se estas estiverem vinculadas a cargos em comissão ou a função de confiança.

TABELA 089 - PESSOAL PRÓPRIO E ENCARGOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009		2010		VAR.
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %	NOM. %
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	6.964	35,02%	16.460	60,75%	136,35%
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	7.755	38,99%	4.293	15,85%	-44,64%
Obrigações Patronais	599	3,01%	688	2,54%	14,85%
Contribuição Patronal (RPPS)	2.368	11,90%	3.513	12,96%	48,36%
Outras Despesas	2.203	11,08%	2.140	7,90%	-2,88%
TOTAL	19.890	100,00%	27.094	100,00%	36,22%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

6.3.2 PREVIDÊNCIA SOCIAL

Considerando que a finalidade do RIOPREVIDÊNCIA é o custeio dos proventos de aposentadorias e reformas, das pensões e outros benefícios, concedidos e a conceder a servidores estatutários e seus beneficiários, de todos os Poderes do Estado do Rio de Janeiro, conseqüentemente as despesas de maior vulto estão concentradas nos elementos de despesas “aposentadorias e reformas” e “pensões”, que juntas, responderam por 96,76% (vide tabela 70), dos gastos da autarquia, atingindo em 2010 o montante de R\$ 7.875.601 mil, ou 14,20% a mais que no ano anterior, conforme mostra a tabela 077.

Ainda na tabela a seguir, podemos observar o desempenho da despesa com “aposentadorias e reformas”, segregado por Poder, em que a ALERJ, foi o único a apresentar diminuição de gastos. Destacamos que a despesa com pessoal inativo do Poder Executivo participou com 58,14% do total das despesas de origem previdenciária, e apresentou um aumento de 13,60%, motivado pelos diversos Planos de Cargos e Salários aprovados no exercício de 2010. Em seguida, temos a despesa com “pensões” que participou com 21,71%, devendo ser observado que as pensões de todos os poderes estão concentradas no Poder Executivo.

TABELA 090 - PREVIDÊNCIA SOCIAL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009		2010		VAR.
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %	NOM. %
Aposentadorias e Reformas	5.518.491	80,02%	6.165.468	78,29%	11,72%
01 - ALERJ	198.486	2,88%	194.000	2,46%	-2,26%
02 - TCE	248.921	3,61%	259.260	3,29%	4,15%
03 - TJ	812.811	11,79%	878.938	11,16%	8,14%
04 - EXECUTIVO	4.031.178	58,45%	4.579.233	58,14%	13,60%
10 - MP	227.095	3,29%	254.037	3,23%	11,86%
Pensões - Executivo	1.378.096	19,98%	1.710.134	21,71%	24,09%
TOTAL	6.896.587	100,00%	7.875.601	100,00%	14,20%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG



6.3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Em 2010, as Outras Despesas Correntes participaram com 99,37 % do total dos gastos do RIOPREVIDÊNCIA (vide tabela 70), evidenciando um acréscimo em sua participação na execução orçamentária do Fundo quando comparado com o mesmo período de 2009 (99,65%), justificado pela variação positiva de R\$ 692.775 mil ou 9,37% entre os períodos.

Conforme já comentado no item 6.3.2 as despesas com “Aposentadorias e Reformas” e “Pensões”, juntas participaram com 96,76% do total das despesas executadas pelo RIOPREVIDÊNCIA.

Em 2010, assim como ocorreu em 2009, as despesas de maior relevância, excluídas as despesas com aposentadorias, reformas e pensões, foram os gastos com “Indenizações e Restituições” referentes à recomposição da chamada “Conta B” junto a Caixa Econômica Federal, e “Sentenças Judiciais” que juntas apresentaram um montante de R\$ 149.299 mil (1,85%).

TABELA 091 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009		2010		VAR. NOM. %
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %	
Outras Despesas Correntes	7.395.192	100,00%	8.087.967	100,00%	9,37%
Aposentadorias e Reformas	5.518.491	74,62%	6.165.468	76,23%	11,72%
Pensões	1.378.096	18,64%	1.710.134	21,14%	24,09%
Indenizações e Restituições	215.520	2,91%	99.300	1,23%	-53,93%
Sentenças Judiciais	241.478	3,27%	49.999	0,62%	-79,29%
Material de Consumo	399	0,01%	469	0,01%	17,77%
Outros Serviços de Terceiros	11.266	0,15%	14.631	0,18%	29,87%
Serviço de Consultoria	354	0,00%	118	0,00%	-66,75%
Outras Despesas	29.589	0,40%	47.849	0,59%	61,71%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

6.4 RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

Apresentamos na tabela abaixo, comparativa do resultado previdenciário:

**TABELA 092 - RESULTADO PREVIDENCIÁRIO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

RECEITAS	2009		2010		VAR.
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %	NOM. %
Contribuição Previdenciária	905.214	14,16%	1.040.247	12,87%	14,92%
Contribuição Patronal	1.388.410	21,71%	1.598.795	19,78%	15,15%
Certificados Financeiros do Tesouro - CFT's	1.331.495	20,82%	1.540.302	19,06%	15,68%
Royalties de Petróleo e Gás / PEA	2.526.517	39,51%	3.653.822	45,21%	44,62%
Outras Receitas	242.484	3,79%	248.890	3,08%	2,64%
Total das Receitas Previdenciárias (I)	6.394.119	100,00%	8.082.057	100,00%	26,40%
Total dos Recursos do Tesouro (II)	-	-	-	0,00%	0,00%
Total dos Repasses Previdenciários (III)	6.394.119	-	8.082.057	0,00%	26,40%
DESPESAS	2009		2010		VAR.
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %	NOM. %
Administrativas	524.563	7,07%	263.914	3,24%	-49,69%
Previdenciárias	6.896.587	92,93%	7.875.601	96,76%	14,20%
Total das Despesas Previdenciárias (IV)	7.421.149	100,00%	8.139.515	100,00%	9,68%
Resultado Previdenciário (VI) = (III) - (IV)	(1.027.030)	-	(57.458)	0,00%	-94,41%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

No período em análise, o resultado previdenciário foi deficitário em R\$ 57.458 mil, consequência das receitas arrecadadas que atingiram R\$ 8.802.057 mil, subtraídas das despesas que alcançaram R\$ 8.139.515 mil. Embora o resultado obtido na arrecadação do Fundo seja positivo, não foi suficiente para suportar suas despesas, gerando, assim, um déficit no exercício de R\$ 57.458 mil, entretanto, ao comparar o déficit de 2009 com o de 2010, verificamos que este foi inferior em 94,41% ao apurado naquele exercício.

Conforme demonstrado na tabela acima, assim como no exercício anterior, o RIOPREVIDÊNCIA não recebeu aporte do Tesouro do Estado para cobertura do déficit apurado no exercício de 2010, tendo em vista a utilização da disponibilidade financeira líquida (desconsideradas todas as obrigações em circulação) apurada no exercício de 2009 para o adimplemento de suas obrigações.

6.5 BALANÇO PREVIDENCIAL

Obedecendo a determinação legal da Emenda Constitucional nº. 41 de 19 de dezembro de 2003, a Lei nº. 5.109, de 15 de outubro de 2007 determinou a extinção do Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro - IPERJ, transferindo para o RIOPREVIDÊNCIA a competência para a habilitação, administração e pagamento dos benefícios previdenciários previstos na legislação estadual, que dispõe

sobre o regime previdenciário dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro e seus dependentes. Em 11 de dezembro de 2007, a Lei nº. 5.154 altera os anexos II e III da Lei nº 5.109/2007. Com a publicação da Lei Estadual nº 5.260, de 11 de junho de 2008, houve a unificação do Regime Jurídico próprio e único da Previdência Social dos Membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas e dos Servidores Públicos Estatutários do Estado do Rio de Janeiro, cabendo ao RIOPREVIDÊNCIA a gestão deste regime previdenciário. Em 18 de dezembro de 2008, com a publicação da Lei Estadual nº. 5.352, foram alterados os artigos referentes à fixação e atualização de proventos, a pensão por morte do segurado e ao auxílio reclusão.

Em 2009, o RIOPREVIDENCIA pode pela primeira vez cumprir a Lei Complementar que o rege, produzindo projeções de despesas com os Poderes baseadas majoritariamente nas informações detalhadas da folha de pagamento dos mesmos, que passaram a ser transmitidas diretamente para a instituição. Esta informação é fundamental para a estimativa das responsabilidades futuras da instituição, com importantes reflexos na solvência do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, o RIOPREVIDÊNCIA conta com cerca de 430 mil participantes, entre eles ativos, inativos e pensionistas, e possui um ativo total de mais de R\$ 60 bilhões de reais, dentre eles parte dos direitos futuros de royalties e de participações especiais na exploração do petróleo e do gás natural do Estado, nos termos do art. 20, §1º, da Constituição Federal. A instituição conta hoje com um Comitê de Investimentos, cujos principais objetivos são evitar que as decisões de investimentos sejam tomadas por apenas uma pessoa e oferecer um fórum para debate amplo sobre assuntos financeiros e orçamentários, e a implantação de procedimento contínuo de avaliação e credenciamento de instituições financeiras para receberem recursos do Fundo.

Em atendimento inciso XIV, do artigo 11, Decreto Estadual nº 42.682, de 29/10/2010, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2009, o RIOPREVIDÊNCIA encaminhou a esta Contadoria-Geral do Estado - CGE relatório da "Avaliação Atuarial" do Estado do Rio de Janeiro do exercício de 2009, elaborado pela Caixa Econômica Federal, para organização e revisão do plano de custeio e de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social, conforme estabelece a Lei nº 9.717/98 e Portaria MPS nº 204/08. Este relatório é parte integrante desta prestação de contas.

Na tabela a seguir apresentamos o Balanço Previdencial apurado pelo RIOPREVIDÊNCIA, demonstrando comparativamente que os ativos do plano que serviram de base para financiar as provisões matemáticas nos períodos de 2009 e 2010 são insuficientes para cobrir as obrigações da autarquia.

TABELA 093 - BALANÇO PREVIDENCIAL
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil					
ATIVO	2009	2010	PASSIVO	2009	2010
Ativos	53.777.279	63.926.538	Outras Obrigações	2.011.971	1.938.392
CFT	5.840.636	5.166.016			
Royalties	43.246.494	54.332.975			
Fundos de Investimentos	922.119	558.529	Provisões Matemáticas	104.042.288	110.593.938
Dívida Ativa	1.300.667	302.278	Benefícios Concedidos	70.565.693	78.748.640
Imóveis	337.611	362.519	Benefícios a Conceder	35.501.924	34.654.975
FUNDES	808.159	904.895	Reservas a Amortizar	(2.025.329)	(2.809.677)
FREMF	-	763.450			
ICMS	514.445	538.658			
Valores a Receber do ERJ	273.634	809.925			
Outros	533.514	187.294	Déficit/Superávit Técnico	(52.276.980)	(48.605.791)
Total do Ativo	53.777.279	63.926.538	Total do Passivo	53.777.279	63.926.539

Fonte: Balanço Atuarial do RIOPREVIDÊNCIA para o exercício de 2010.

O déficit atuarial apurado com base no Balanço Patrimonial Previdencial no montante de R\$ 48.605.791 mil, difere do Déficit Atuarial apurado na Avaliação Atuarial elaborada pela Caixa Econômica Federal - CEF em R\$ 1.938.392 mil devido às “Outras Obrigações” não consideradas pelo Atuário, perfazendo assim o montante de R\$ 46.667.399 mil, conforme demonstramos abaixo:

TABELA 094 - COMPOSIÇÃO DO DÉFICIT TÉCNICO ATUARIAL OU RESERVAS A AMORTIZAR
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil		
DESCRIÇÃO	2009	2010
Déficit Técnico Contábil	(52.276.980)	(48.605.791)
Outras Obrigações	2.011.971	1.938.392
Déficit Técnico Atuarial	(50.265.008)	(46.667.399)

Apesar do déficit, o ativo líquido do Plano totaliza, atualmente, R\$ 63.926.538 mil, impactando na redução do Custo Suplementar, por amortizar parte das reservas matemáticas necessárias para pagamento de benefícios futuros, segundo a sistemática atuarial citada no parecer do atuário.

Com a finalidade de melhor elucidar o déficit técnico atuarial, destacamos que conforme informado no relatório de Avaliação Atuarial às pg. 33, “o Passivo Atuarial descoberto do Plano é de R\$ 46.667.399.869,46 e que, para financiá-lo em 35 anos, é necessário um acréscimo de 47,04%, perfazendo um custo total de 69,76% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos”.

6.5.1 NOTA TÉCNICA ATUARIAL DO RPPS

A seguir transcrevemos parte da Nota Técnica DAF N.º 03, de 17 de março de 2011, apresentada pelo RIOPREVIDÊNCIA, e integrante da presente prestação de contas:

Introdução

O Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro foi criado no ano de 1999, logo após a Emenda Constitucional n.º. 20/1998, com o objetivo de pagar as aposentadorias dos servidores do Estado do Rio de Janeiro, apesar de já existir, à época, o Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – IPERJ.

Art. 1º Fica instituído o FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIOPREVIDÊNCIA com a finalidade de arrecadar, assegurar e administrar recursos financeiros e outros ativos para o custeio dos proventos de aposentadoria ou reforma, das pensões e outros benefícios, concedidos e a conceder aos membros e servidores estatutários e seus dependentes, pelo Estado do Rio de Janeiro, suas autarquias e fundações.

Ressalte-se que o IPERJ sempre pagou somente pensionistas, as aposentadorias eram pagas por cada órgão ou pelo Tesouro.

Obedecendo a determinação legal da Emenda Constitucional n.º. 41 de 2003, a Lei n.º. 5109, de 15 de outubro de 2007, determinou a extinção do Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – IPERJ:

Art. 1º – Esta Lei dispõe sobre a extinção do Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – IPERJ, autarquia criada pelo Decreto-lei n.º 83, de 30 de abril de 1975, modificado pela Lei n.º 285, de 3 de dezembro de 1979.

Art. 2º – Fica extinto, a partir da publicação da presente Lei, o Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro - IPERJ, autarquia criada pelo Decreto Lei n.º 83, de 30 de abril de 1975, transferindo-se ao Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA a competência para a habilitação, administração e pagamento dos benefícios previdenciários previstos na legislação estadual que dispõe sobre o regime previdenciário dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro e seus dependentes.

Em junho de 2008, a Assembléia do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ aprovou a Lei 5.260/08, que estabelece a unificação dos poderes para fins previdenciários:

Art. 1º A previdência social dos membros do Poder Judiciário, Legislativo, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas e dos servidores públicos estatutários do Estado do Rio de Janeiro se organiza em regime jurídico próprio e único, de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição dos entes públicos, dos membros, dos servidores estatutários, ativos e inativos, e dos pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Caberá ao RIOPREVIDÊNCIA o pagamento dos benefícios do regime de previdência de que cuida esta Lei, sem prejuízo da responsabilidade do Estado.

Atualmente o RIOPREVIDÊNCIA é o 2º maior fundo de previdência do país, atrás apenas da PREVI – Fundação dos Empregados do Banco do Brasil. O valor dos ativos do Fundo supera os R\$ 63 bilhões, sendo que o número de aposentados e pensionistas é de aproximadamente 274 mil, com folha mensal de R\$ 675 milhões.

Gestão Estratégica

Desde 2007, o RIOPREVIDÊNCIA tem passado por um processo de reestruturação administrativa e financeira, que inclui desde a melhoria no atendimento ao segurado, a mudança da sede para um novo endereço, até a concessão da pensão em tempo real e o resgate da imagem institucional da Autarquia.

Inclui-se nesta mudança de foco a reestruturação dos Canais de Atendimento, a estruturação da área de Compliance e Auditoria Interna, a qualificação e certificação permanente do corpo técnico e gerencial.

Estruturação da Área de Compliance e Auditoria Interna

Em 2008 foi criada a Gerência de Controle Interno e Auditoria – GCIA com o objetivo de implantar os controles antes e depois das operações de risco existentes na Autarquia.

Essa gerência está subordinada diretamente ao Conselho de Administração, e sua estrutura estabelece que seus “Agentes de compliance” estejam inseridos nas diretorias que apresentem maior risco nas suas operações.

As diretorias com essas características são a Diretoria de Investimento, principalmente na alocação de recursos, a Diretoria de Administração e Finanças, com foco nas contratações e a Diretoria de Seguridade com foco no pagamento de benefícios e na arrecadação de contribuições previdenciárias.

O outro segmento dessa Gerência é a Auditoria Interna, responsável pela elaboração e execução da trilha de auditoria do Fundo, além de acompanhar todo o processo de auditoria externa.

Estão sob a responsabilidade dessa gerência todo o acompanhamento das demandas dos órgãos de controle do Fundo, que são o Ministério da Previdência Social, o Tribunal de Contas do Estado, a Procuradoria Geral do Estado, o Ministério Público do Estado, o Tribunal de Justiça do Estado, a Assembléia Legislativa, a Contadoria Geral do Estado e a Auditoria Geral do Estado.

Assessoria de Governança Corporativa

Em consonância com as melhores práticas corporativas, o RIOPREVIDÊNCIA criou sua área de Governança Corporativa cujo principal objetivo consiste em colaborar para que a gestão da Autarquia alcance níveis de excelência em transparência e credibilidade.

A atuação da área baseia-se nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e ética.

O RIOPREVIDÊNCIA, além de possuir seu próprio Código de Ética, é o único Regime Próprio de Previdência Social signatário do Código de Ética e Operacional de Mercado da ANBIMA.

Dentro da estrutura da Assessoria de Governança Corporativa foi criada a Ouvidoria RIOPREVIDÊNCIA, cuja responsabilidade é ser o canal de atendimento imparcial para as denúncias, reclamações, elogios e sugestões dos segurados.

Cabe ainda à Assessoria de Governança, a cada três meses, a elaboração e análise do Relatório de Governança Corporativa do RIOPREVIDÊNCIA.

Estratégia de Canais

O RIOPREVIDÊNCIA atendia em média, 15.000 segurados por mês em sua Agência Central localizada no prédio do antigo IPERJ, incorrendo em um atendimento precário em função desse volume. Possuía ainda 22 agências pelo Estado cujas dependências estavam completamente degradadas.

Dado esse cenário e a necessidade de se prospectar alternativas para o atendimento ao aposentado e pensionista do Estado, foi criada a estratégia de canais do RIOPREVIDÊNCIA, que tem como principais propostas:

- redimensionar o atendimento ao Segurado, de forma descentralizada, de acordo com a demanda local/regional;
- otimizar espaços físicos e canais de comunicação;

- integração com projetos do Governo do Estado (Ex.: POUPATEMPO RJ);
- criar Unidades móveis de atendimento;
- contratação de Estagiários para exercer a função de “POSSO AJUDAR”.

As agências no interior estão sendo reduzidas em número, mas com reformas que propõem instalações dignas tanto para o segurado que busca atendimento, quanto para os servidores do próprio RIOPREVIDÊNCIA.

Ainda dentro da estratégia de canais, o RIOPREVIDÊNCIA possui sua Unidade Móvel que faz o atendimento ao segurado em todos os lugares do Estado com os mesmos serviços disponíveis nas agências e postos de atendimento, não havendo prejuízo ao segurado, mesmo com a redução de agências no interior.

Outras formas de atendimento implantadas foram o “Chat RIOPREVIDÊNCIA” com reuniões bimestrais para responder no próprio ambiente de conferências, questionamentos feitos pelos segurados naquele momento, o Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, a reestruturação do Portal do RIOPREVIDÊNCIA, os postos nas unidades do POUPATEMPO (São João do Meriti e Bangu), RIOSIMPLES (posto de atendimento), PMERJ, CBMERJ (2), PCERJ e DPGE e o RIOPREVIDÊNCIA Com Você, que é uma forma de apresentar a Autarquia e seus serviços aos servidores ativos do Estado.

Melhores Práticas na Gestão de Ativos

Na gestão dos recursos do RIOPREVIDÊNCIA, a administração implantou regras para definição de alocação de ativos previdenciários, além de uma estrutura que propõe a descentralização de alçadas.

Anualmente o Conselho de Administração analisa e delibera sobre o Plano Anual de Investimento (exigência legal), que define as macroalocações que a Diretoria Executiva, respeitando a Resolução CMN n.º 3.922/10, mais especificamente a Diretoria de Investimento, deve realizar ao longo daquele ano.

Definido a macroalocação, mensalmente o Comitê de Investimento, instância com voto do Diretor de Investimento, do representante da Secretaria de Fazenda do Estado e do representante da Secretaria de Planejamento do Estado, se reúne para as definições recorrentes de alocações.

Para a aplicação dos recursos, a Diretoria de Investimento formalizou os procedimentos necessários para o credenciamento e a seleção das instituições financeiras autorizadas a operar com o RIOPREVIDÊNCIA.

No portal do RIOPREVIDÊNCIA, está publicado o Relatório Mensal de Investimento, constando todas as aplicações da Autarquia, consolidado por tipo de investimento, por tipo de risco, por limite de alocação de acordo com a Resolução CMN 3.922, por fundo de investimento, as posições em carteira própria e as operações compromissadas.

Com objetivo de capacitar a equipe que trabalha diretamente com alocação de recursos na Diretoria de Investimento, o RIOPREVIDÊNCIA investiu na capacitação desses servidores, por intermédio de parcerias com instituições financeiras, e atualmente todos possuem Certificação ANBIMA (CPA-10 e CPA-20), com destaque para o Diretor de Investimento que é certificado com a Certified Financial Planner – CFP.

Até 2007 o RIOPREVIDÊNCIA, apesar de ter uma despesa anual superior a R\$ 8,2, não possuía um instrumento de controle e gestão dos recursos que transitavam no seu caixa.

Em 2008, a Diretoria de Investimentos desenvolveu o “Simulador de Fluxo de Caixa” que permitiu o gerenciamento do fluxo de caixa, além da possibilidade de trabalhar cenários de acordo com as variáveis que influenciam nossas receitas tais como barril de petróleo, dólar e despesas como aumento salarial dos servidores ativos, inativos e pensionista e decisões judiciais.

Concessão de Benefícios

A gestão da previdência do Estado do Rio de Janeiro está sob a responsabilidade do RIOPREVIDÊNCIA, sendo que a operação de concessão de aposentaria é descentralizada nas secretarias e nos poderes e a operação de concessão de pensão é centralizada na Autarquia.

Atualmente o RIOPREVIDÊNCIA está com projeto em andamento para a centralização da aposentadoria nos moldes do que acontece hoje com a concessão de pensão.

Antes da extinção do Instituto de Previdência do ERJ – IPERJ as concessões de pensão demoravam em média, 12 meses para o pensionista começar a receber seu benefício.

Com a reestruturação da área, a revisão de processos, capacitação dos servidores e o desenvolvimento de um módulo de concessão de benefícios no Sistema de Administração de Pessoal do Estado - SAPE, desde setembro de 2008, o pensionista tem condições de sair com a pensão concedida em 30 minutos.

Essa evolução permite hoje que, concedido o benefício, o pensionista passe a receber seu benefício dentro do mês da solicitação, situação pouco usual na previdência social.

Atualmente as agências do RIOPREVIDÊNCIA que passaram pelo processo de modernização já implantam a pensão *on line*.

Programa de Saneamento de Passivos Previdenciários

Em 2008 foi efetuado o pagamento no valor de R\$ 48,0 milhões de Despesas do Exercício Anterior – DEA referentes à restituição de contribuições indevidas, encerramento de folhas, entre outros, que beneficiou mais de 4.800 servidores ativos, inativos e pensionistas.

A segunda fase foi o pagamento de precatórios judiciais da Autarquia e do extinto IPERJ (estimados em R\$ 700,0 milhões), no valor médio mensal de R\$ 6,0 milhões.

No ano de 2009 o RIOPREVIDÊNCIA pagou aproximadamente R\$ 68 milhões em precatórios e R\$ 29 milhões em DEA.

Em 2010, seguindo essa diretriz, o RIOPREVIDÊNCIA pagou o valor de R\$ 46,8 milhões de Despesas do Exercício Anterior – DEA referentes à restituição de contribuições indevidas, encerramento de folhas, entre outros, que beneficiou servidores ativos, inativos e pensionistas e ainda o pagamento de precatórios judiciais da Autarquia e do extinto IPERJ, no valor de R\$49,9 milhões.

Destaque-se a atuação da Diretoria Jurídica que em 2010 cumpriu aproximadamente 1.650 decisões judiciais, número bastante superior às decisões que chegaram na Autarquia no mesmo ano.

Essa ação propiciou uma melhoria na qualidade de vida dos pensionistas, uma vez que essas decisões judiciais visam à revisão das pensões pagas pelo RIOPREVIDÊNCIA.

Avaliação Atuarial

O RIOPREVIDÊNCIA, de acordo com o que determina a legislação federal, realiza anualmente a avaliação atuarial do sistema previdenciário dos servidores do Estado do Rio de Janeiro.

A Autarquia adotou o modelo de capitalização para o financiamento das Reservas Matemáticas necessárias ao pagamento dos atuais e futuros benefícios previdenciários dos servidores do Estado.

Em função desse modelo de financiamento, a seguir apresentamos os valores das reservas matemáticas e dos ativos previdenciários do Fundo.

TABELA 095 - RESERVAS MATEMÁTICAS PARA O ANO DE 2011 - RIOPREVIDÊNCIA
Estado do Rio de Janeiro - 2010

Em Reais	
DESCRIÇÃO	VALOR
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	(57.303.144.612,56)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	1.632.297.786,54
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	(24.173.794.008,08)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	1.096.000.971,66
(+) Compensação Previdenciária	1.885.640.036,63
Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMB - Concedido)	(76.862.999.825,81)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	(43.252.879.724,60)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	8.597.905.053,67
(+) Compensação Previdenciária	924.036.503,75
Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMB a Conceder)	(33.730.938.167,18)
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	(76.862.999.825,81)
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	(33.730.938.167,18)
Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	(110.593.937.992,99)
(+) Ativo do Plano	63.926.538.123,53
(-) Reservas Matemáticas	(110.593.937.992,99)
Déficit Técnico Atuarial	(46.667.399.869,46)
Reservas a Amortizar	(46.667.399.869,46)

A tabela a seguir, apresenta os resultados das três últimas Avaliações Atuariais do Estado do Rio de Janeiro.

TABELA 096 - AVALIAÇÃO ATUARIAL
Comparativo Estado do Rio de Janeiro - 2009 a 2011

Em Reais			
Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	Avaliação Atuarial Jan/2009	Avaliação Atuarial Jan/2010	Avaliação Atuarial Jan/2011
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	67.862.301.811,73	70.565.693.324,07	(78.748.639.862,44)
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	32.752.212.033,05	35.501.923.578,17	(34.654.974.670,93)
Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	100.614.513.844,78	106.067.616.902,24	(113.403.614.533,37)
(+) Compensação Previdenciária	2.074.936.600,73	2.025.328.777,23	2.809.676.540,38
(+) Ativo Líquido do Plano	51.186.266.979,70	53.777.279.890,00	63.926.538.123,53
(-) Reservas Matemáticas Constituir	(47.353.310.264,35)	(50.265.008.235,01)	(46.667.399.869,46)

O RIOPREVIDÊNCIA apresentou variação positiva do Déficit Técnico Atuarial (Reservas Matemáticas a Constituir) entre jan/2010 e jan/2011, principalmente pela reavaliação dos ativos em função da incorporação do fluxo do FREMF através do Decreto nº 42.755 de 20 de dezembro de 2010 e o fluxo dos Royalties e Participação Especial (R&PE) em face da inclusão dos dados sobre Tupi, cuja projeção é de aproximadamente R\$11 bilhões, a valores presentes, para o período de 2011-2050.

O Estado capitalizou o RIOPREVIDÊNCIA transferindo vários ativos ao Fundo, destacadamente a Participação Especial, os Royalties de Petróleo, os títulos públicos CFT – Certificado Financeiro do Tesouro, além dos imóveis e os direitos junto à Dívida Ativa, entre outros.

O quadro a seguir apresenta a composição dos Ativos Previdenciários em dez/10.

TABELA 097 - COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS
Estado do Rio de Janeiro - 2010

Em Reais	
ATIVOS	2010
CFT	2.694.887.681,36
CFT PERMUTADO	2.471.128.270,51
ROYALTIES	54.332.975.199,08
CAIXA E DISPONIBILIDADES	570.546.570,37
DÍVIDA ATÍVA	302.277.791,29
IMÓVEIS	362.519.456,55
ICMS PARCELADOS	538.657.617,85
FUNDES	904.894.764,23
FRENF	763.449.702,15
VALORES A RECEBER DO ERJ + TCE	809.924.777,86
OUTROS	175.276.292,28
TOTAL	63.926.538.123,53

Contribuições Previdenciárias

Foi criado um grupo para a implantação do Controle das Contribuições Previdenciárias – Contribuição do Servidor (11%) e Patronal (22%), estabelecidas na legislação previdenciária, possibilitando a recuperação de valores devidos e não repassados ao RIOPREVIDÊNCIA.

As contribuições previdenciárias dos servidores públicos estatutários ativos, inativos e dos pensionistas do Poder Executivo (Secretarias, Autarquias e Fundações), do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, são realizadas tendo como alíquota, 11% (onze por cento) sobre o salário de contribuição, em conformidade com a legislação vigente.

A contribuição previdenciária patronal do Estado do Rio de Janeiro ao Regime Próprio de Previdência Social – RIOPREVIDÊNCIA equivalente a 22% (vinte e dois por cento), é realizada sobre a totalidade da base de cálculo de contribuição dos servidores ativos, em conformidade com a legislação vigente.

Importante destacar que com esse percentual de contribuição previdenciária patronal o Estado ajuda a mitigar o déficit atuarial existente, uma vez que a contribuição normal definida em avaliação atuarial para o ano de 2010 é 24,94%, sendo 11% para o servidor e 13,94% para o Estado.

Com uma alíquota de 22%, o Estado supera em 8,06% sobre a folha de servidores ativos, reduzindo o ritmo de crescimento do déficit atuarial.

Os repasses das contribuições acima citadas são efetuados regularmente pelo Tesouro Estadual, ao RIOPREVIDÊNCIA.

Cabe ressaltar, que bimestralmente é encaminhado ao Ministério da Previdência Social, o Comprovante do Repasse e Recolhimento ao Regime Próprio dos Valores Decorrentes das Contribuições, Aportes de Recursos e Débitos de Parcelamento.

Além dos repasses de contribuição, da avaliação atuarial realizada anualmente, da Unidade Gestora Única, o RIOPREVIDÊNCIA vem mantendo sua regularidade frente ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

Contabilização das receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA

A Autarquia utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM-RJ, instituído pelo Decreto Estadual n.º 22.939 de 30 de janeiro de 1997, para contabilização de suas operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, em conformidade com as normas de Finanças e Contabilidade Públicas, aplicando-se a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar n.º 101/00, a Lei Estadual n.º 287/79, a Portaria MPS n.º 916/03, a Portaria MPS n.º 402/08 e as alterações vigentes.

As despesas são registradas pelo regime de competência, e as receitas pelo regime de caixa e estão contidas na LOA de 2010, Lei 5.632 de 04/01/2010, estando as atividades do Fundo, contidas no Orçamento do Estado do Rio de Janeiro de 2010.

Essas são contabilizadas em contas contábeis específicas, discriminando as receitas das contribuições dos Ativos, Inativos e Pensionistas (Civil e Militar) e ainda a Patronal. Contas contábeis que registram as receitas de contribuições dos servidores: 412000000 a 412102999. Contas contábeis que registram as receitas de contribuição patronal: 472000000 a 472102902.

As referidas contas contábeis são as constantes no Plano de Contas da Portaria MPS n.º 916/2003 e suas alterações.

Vale destacar que todas as demonstrações constam na nossa página na internet, mais especificamente no item de Governança Corporativa.

Outro destaque é que desde o ano de 2007 o Tesouro Estadual não efetua nenhum aporte ao RIOPREVIDÊNCIA para cobertura de déficit financeiro, tendo o Fundo encerrado o ano de 2010 com um saldo em caixa na ordem de R\$ 570 milhões.

Perspectivas para o triênio 2011-2013

Os itens que mais influenciam nas receitas do RIOPREVIDÊNCIA são os Royalties e Participações Especiais do Petróleo (55% do total), os juros e amortizações de títulos públicos federais (Certificados Financeiros do Tesouro – CFT-A – 17% do total) e as contribuições previdenciárias do Estado e dos servidores (25% do total).

Portanto, o fluxo financeiro do RIOPREVIDÊNCIA é afetado em mais de 50% pela variação dos recebíveis do petróleo. Essa situação torna o Fundo dependente da variação do mercado internacional dessa commodity, da taxa de câmbio (pois os preços do barril são cotados em dólares) e da produção no Estado pela Petrobrás e suas congêneres.

Dessa forma, os anos de 2010 a 2012, sob o aspecto de disponibilidade financeira, serão determinados por essas três variáveis: preço do barril de petróleo, taxa de câmbio e nível de produção, sendo que as duas primeiras dependem do desempenho da economia mundial, num ambiente pós- crise.

Medidas endógenas, com o objetivo de manter liquidez no RIOPREVIDÊNCIA, também estão na pauta, como, por exemplo:

Monetização de ativos imobiliários;

Identificação, em conjunto com o Governo do Estado, de novos ativos com perfil adequado a um fundo de previdência;

Qualificação dos ativos já existentes na Autarquia, de forma a maximizar seu retorno;

Maximização do retorno sobre os investimentos financeiros, priorizando baixo risco de crédito e de mercado e liquidez;

Aumento da capacidade na produção de processos para envio para realização da Compensação Previdenciária, representando aumento de mais 50% na arrecadação dessa rubrica no segundo semestre de 2009;

Readaptação do fluxo de royalties e participações especiais destinados à União, nos termos de Contrato de Cessão de Créditos de 1999, à nova realidade do recebível;

Sob a ótica de despesa previdenciária, outras ações estão sendo implantadas, quais sejam:

- Projeto “Identidade Funcional” do Governo do Estado em parceria com o RIOPREVIDÊNCIA, cujo objetivo maior é qualificar as informações dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas. Esse projeto tem perspectiva de terminar ainda em 2011;

- A concessão de pensão em tempo real também está permitindo uma “auditoria” prévia no pagamento dos benefícios;
- Auditoria nos benefícios já existentes, identificando as inconsistências na fixação dos proventos;
- Centralização de aposentadorias no RIOPREVIDÊNCIA.

07 – ROYALTIES DE PETRÓLEO



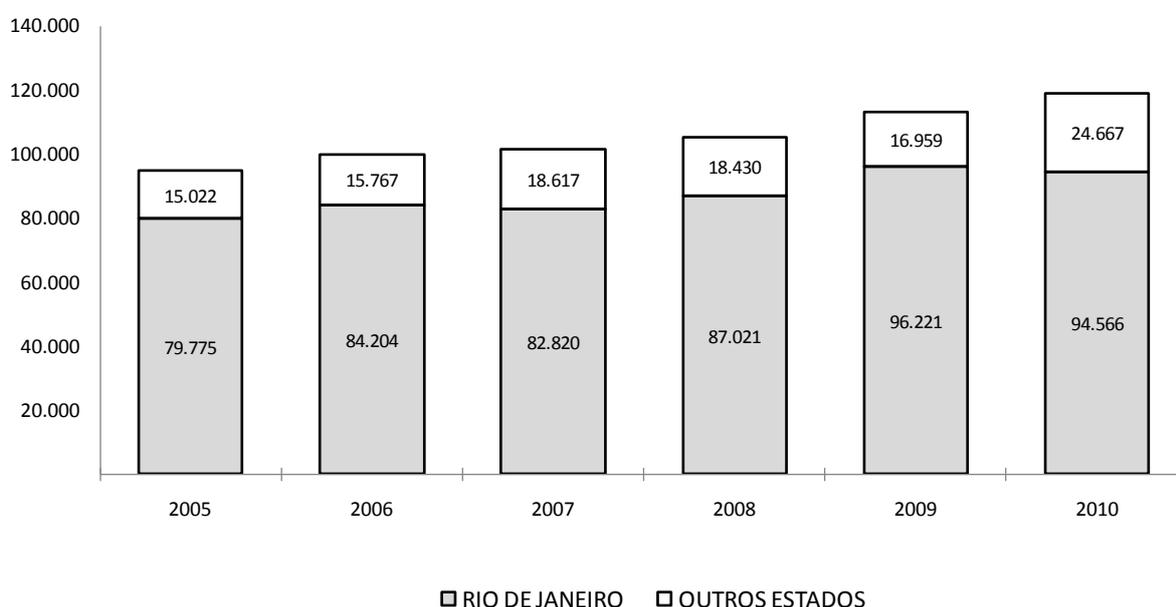
7. ROYALTIES DO PETRÓLEO

7.1 PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

A produção de petróleo e gás natural do Estado do Rio de Janeiro de 2010 apresentou queda de 2% em relação ao ano anterior. Com isso, a participação fluminense na produção nacional reduziu-se a 79% (contra 85% ocorrida em 2009, de acordo com os dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)).

O resultado observado em 2010 interrompeu a tendência de crescimento da produção de óleo observada desde 2007 no território fluminense, por conta da interrupção temporária na produção de três campos fluminenses: Parati (-28,5 %); Trilha (-5,26%); e Anequim (-0,86%) Em termos mais específicos a queda na produção do óleo foi de 1,42% e a queda na extração de gás natural chegou a 2,96%. Em contrapartida, a tendência observada foi inversa no restante do Brasil: elevação de 45,45% para petróleo e 20,31%, para o gás.

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO (Em mil m³)



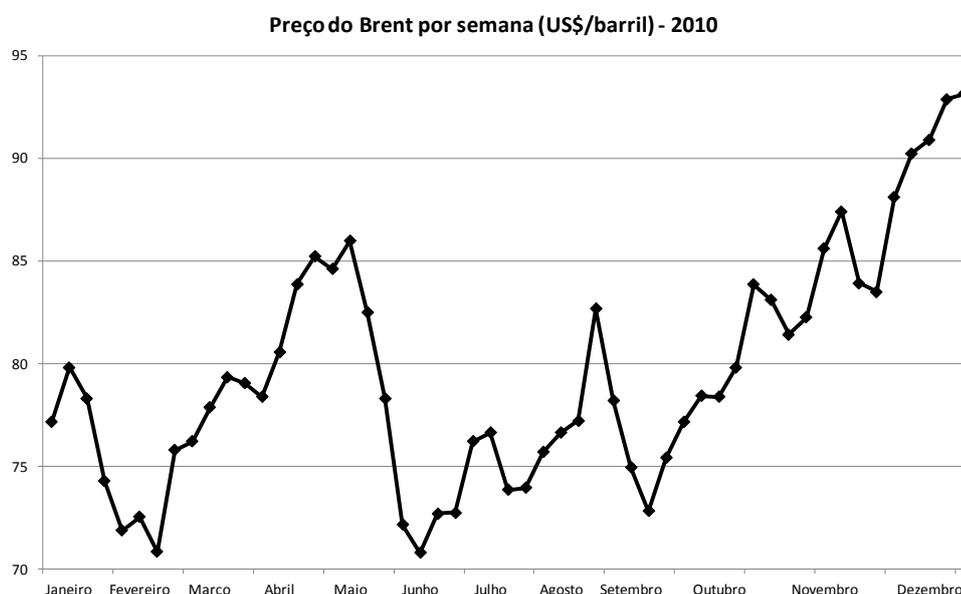
O panorama de 2011 tende a repetir 2010. Mesmo com a entrada em produção da área de Tupi, alguns campos antigos já dão sinal de esgotamento, segundo os dados fornecidos pela ANP.

7.2 DESEMPENHO DOS ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS EM 2010

Em 2010, o Estado do Rio de Janeiro recebeu R\$ 6,409 bilhões relativos aos royalties do petróleo. O resultado representou elevação de 13,44% em relação ao ano anterior, se expurgadas as receitas extraordinárias oriundas do acerto de Marlin (R\$ 640 milhões). Embora que afetadas negativamente pela queda da produção e pela apreciação da moeda nacional, as receitas oriundas da compensação pela extração de petróleo foram ligeiramente impulsionadas pela melhoria nos preços do óleo, sobretudo no último trimestre do ano.

A recuperação na cotação do óleo do tipo Brent, ao longo de 2010, constituiu então o principal determinante da receita de royalties no ano. No entanto, deve-se ressaltar que tais preços permaneceram sempre abaixo dos patamares obtidos em 2008, quando o barril do petróleo oscilou entre 120 e 140 dólares americanos.

Deve-se ressaltar ainda a ocorrência das receitas extraordinárias oriundas do Campo de Marlim (no montante de R\$ 640,47 milhões), fruto de acordo com a União e Petrobrás referente à inexistência dos pagamentos feitos ao Estado do Rio de Janeiro no período de 2002 a 2006.

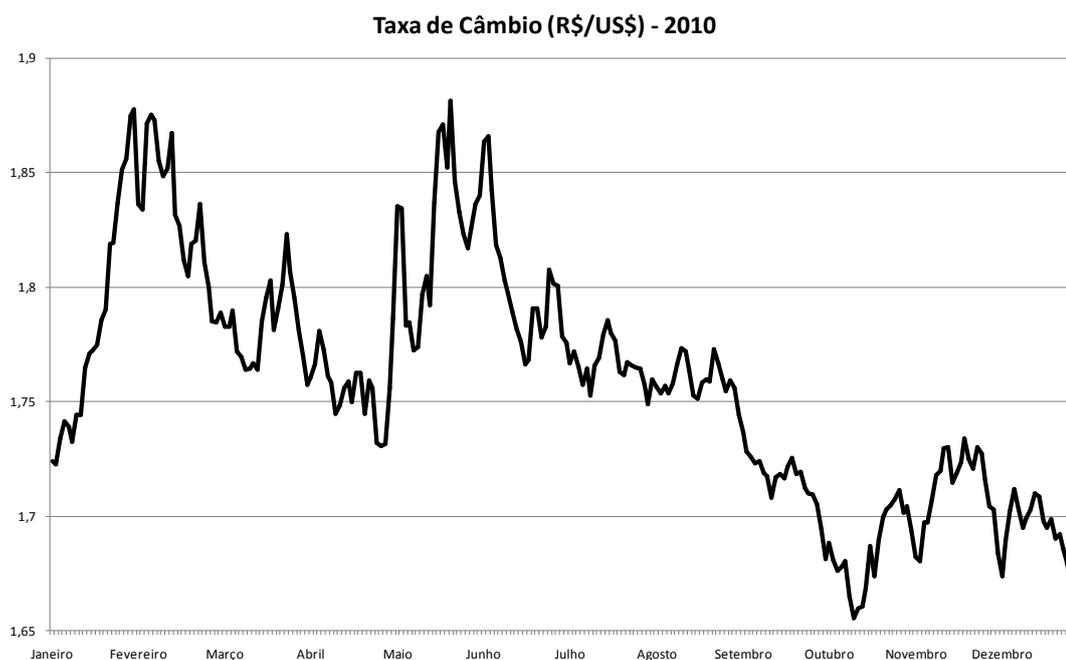


A exemplo do que ocorrera em anos anteriores, as receitas do petróleo, obtidas pelo Estado do Rio de Janeiro, atingiram o segundo lugar no *ranking* de 2010. O ICMS, principal receita, montou a R\$ 24,3 bilhões, representando, aproximadamente, 45,39% do total, enquanto os royalties representaram 11,94%.

Em 2010, os royalties do petróleo arrecadados superaram em 26% ao previsto no orçamento estadual. Deste total, a maior parte - R\$ 4,38 bilhões ou 68,34%, veio das participações especiais, que se elevou em 32,49% em relação à previsão inicial.

É importante ressaltar que, quando da preparação do PLOA 2010, entre maio e junho de 2009, foram utilizados parâmetros (Brent e câmbio) projetados – respectivamente – pela Agência Internacional de Energia (EIA) e pelo Banco Central do Brasil (BCB), fato que constitui praxe corrente. Por conta disso, a construção do referido projeto, ocorrido antes da recuperação da economia mundial, no período pós-crise, não previa a acentuada elevação nos preços do petróleo.

A forte retomada da entrada de capitais externos no Brasil, ocorrida em 2010, ocasionou persistente apreciação da moeda nacional. Por isso, sobretudo no segundo semestre do ano, a taxa de câmbio (R\$/US\$) reduziu-se sobremaneira, atingindo patamar inferior a 1,75. Tal conjuntura também contribuiu para a redução dos ganhos na arrecadação das participações governamentais, ocasionados pela valorização do Brent.



Fonte: IPEADATA, 2011

Neste contexto, é saudável ter em mente que todos os fatores determinantes para a arrecadação de royalties (dólar, Brent e produção de petróleo) estão suscetíveis a diversos condicionantes de difícil previsibilidade. Além do panorama macroeconômico nacional, exercem influência sobre essas variáveis, as perspectivas do desdobramento do cenário político-econômico internacional. Em 2010, a retomada da crise produziu efeitos ligeiramente positivos nesta fonte de recursos.

Espera-se que a volatilidade seja menor na variável “produção” do que nas demais variáveis devido à existência de contratos de exploração, com valores esperados de produção para cada um dos campos. A produção esperada é não só determinante no fluxo de caixa da empresa, mas também fator decisivo no investimento e cálculo da rentabilidade do mesmo. Entretanto, conforme já assinalado, houve em 2010 paradas inesperadas na produção de alguns campos.

Os custos operacionais exercem influência na rentabilidade do campo e afetam sobremaneira o cálculo das participações especiais. No entanto, tais custos tendem à estabilidade, salvo ocorrência de saltos tecnológicos, variações nos preços dos insumos e/ou alterações bruscas na produtividade.

Do total de recursos arrecadados em 2010, foram aplicados R\$ 3.653 milhões no RIOPREVIDÊNCIA, R\$ 2.305 milhões em Encargos Gerais do Estado, para pagamento do PASEP e ao Tesouro Nacional; e R\$ 166,8 milhões foram destinados ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM.

TABELA 098 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO - RJ
Estado do Rio de Janeiro - 2010

Em Reais

RECEITA				
CÓDIGO DA RECEITA POR SUB-ALÍNEA			PREVISÃO	REC. REALIZADA
Cota Parte da Comp.Financ. dos Royalties P/Produção do Petróleo - Até 5%			774.967.756	883.530.869
Cota Part.Compens. Financ. Royalties pela Prod. Petróleo Transf. Municípios			258.322.591	294.510.290
Royalties Pela Produção do Petróleo - Excedente a 5%			741.406.397	848.572.234
Cota Parte Participação Especial Exp.Petrol. e Gás Natural - Lei Nº 9.478/97			3.306.100.697	4.380.337.922
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP			2.037.641	2.430.018
TOTAL			5.082.835.082	6.409.381.333

DESPESA				
UGE	GRUPO		REALIZADA	% REALIZADA TOTAL
44100	Fund Dep Estradas de Rodagem do Estado do RJ	Investimentos	45.218.807	0,09%
70100	Secretaria de Estado de Obras	Investimentos	42.720.180	0,09%
70200	CEDAE - AÇÕES DESCENTRALIZADAS	Investimentos	90.938.972	0,19%
243200	Instituto Estadual do Ambiente - INEA	Investimentos	166.875.795	0,34%
	OUTRAS	Outras Despesas Correntes	100.360.823	0,20%
370200	Enc. Gerais do Est Sob Superv.da SEFAZ	Outras Despesas Correntes	1.845.481.186	3,76%
		Investimentos	460.059.110	0,94%
1234000	Rioprevidência / Aposentadoria e Pensões	Outras Despesas Correntes	3.653.822.401	7,45%
TOTAL			6.405.477.273	13,06%

Fonte: SEFAZ, RJ

7.3 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DOS ROYALTIES

O quadro abaixo permite comparar as receitas de royalties nos últimos treze anos e sua participação na receita total do Rio de Janeiro. Deve-se destacar a importância que a receita dos royalties assumiu na receita estadual neste período, mostrando o grau de influência dos royalties na sua economia. Enquanto

em 2001 esta receita representava 6,43% do total arrecadado, em 2010 representou 11,90% da arrecadação. Se compararmos com a receita tributária, os royalties foram equivalentes a 22% da receita tributária arrecadada pelo Estado do Rio de Janeiro.

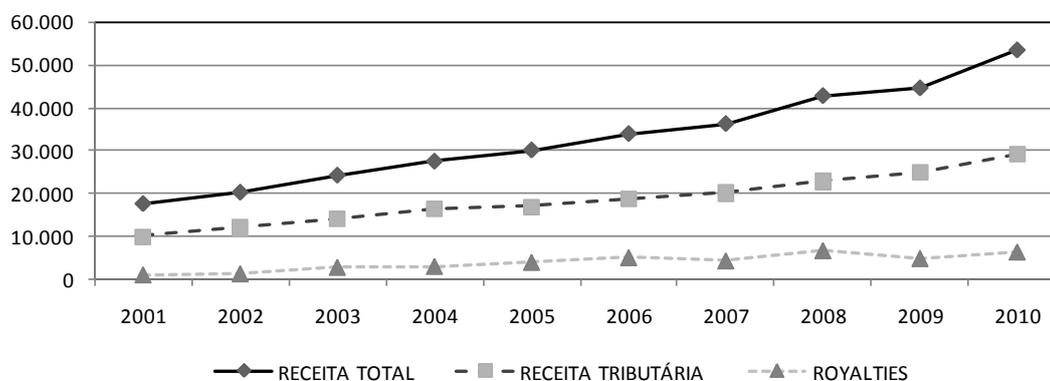
TABELA 099 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS
Estado do Rio de Janeiro – 1996/2010

Em Reais

ANOS	RECEITA TOTAL	RECEITA TRIBUTÁRIA	ROYALTIES	ROYALTIES / REC. TOTAL (%)
2001	26.812,00	15.252,40	1.725,34	6,43
2002	25.718,59	16.189,41	1.840,15	7,15
2003	29.935,97	17.362,74	3.514,46	11,74
2004	31.534,71	18.717,89	3.514,78	11,15
2005	32.667,59	18.340,12	4.330,38	13,26
2006	35.663,17	19.598,01	5.329,84	14,94
2007	36.483,52	20.183,60	4.363,93	11,96
2008	43.016,66	22.920,74	6.719,76	15,62
2009	44.819,00	24.884,73	4.886,76	10,9
2010	53.687,80	29.087,55	6.409,38	11,94

Fonte: SEFAZ, RJ

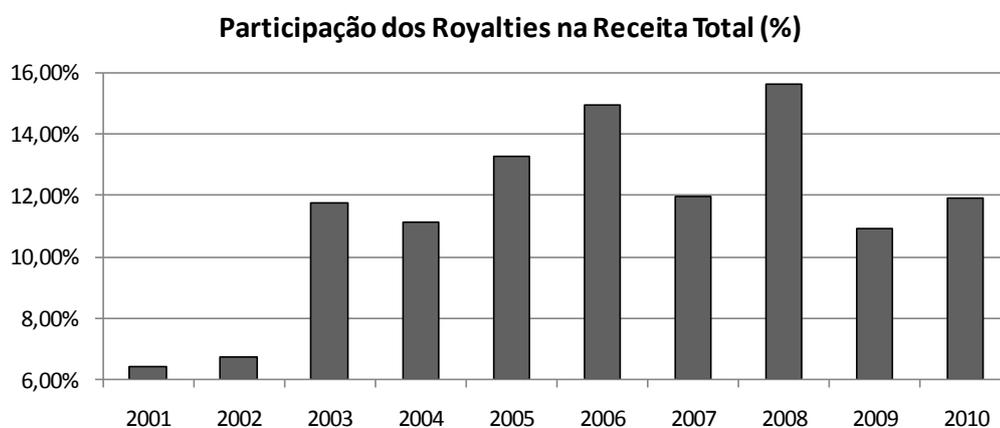
Evolução das Receitas (em milhões R\$)



Desde o início da série analisada, as receitas de royalties elevaram sua importância. Tal fato ocorreu por conta da entrada em operação de novos poços e sistemas de produção nos como Marlim, Marlim Sul, Roncador, Espadarte, Voador e Barracuda, que começaram a impulsionar significativamente a participação relativa dos royalties nas receitas. Em 2006, iniciou-se o pagamento das participações especiais, hoje a maior fonte de recursos. Em 2008, atingiu-se o pico histórico, mas em 2009, entretanto, houve queda tombo significativa em relação ao ano anterior. Em 2010, no entanto, obteve-se recuperação sem que, no entanto se ultrapassasse o marco ocorrido em 2008.

O gráfico, a seguir, mostra a participação dos royalties nas receitas total e tributária. Deve-se observar como esta participação é relevante em 2010. Enquanto a receita tributária pode ser gerida pelo Estado,

por se tratar de uma receita própria, a dos royalties depende da produção dos campos e dos preços alcançados, inclusive internacionalmente, tratando-se, ainda, de um recurso finito.



Os dados indicam que em 2010 houve recuperação na participação da receita de royalties sobre as receitas do Estado, passando de 10,90% em 2008 para 11,94%. Esta elevação não significou redução na austeridade da política fiscal do Estado. Sabe-se que os recursos oriundos do petróleo são canalizados para a capitalização do RIOPREVIDÊNCIA, e não para gastos em despesas correntes, por isso qualquer redução nas receitas do petróleo eleva o risco de eventual necessidade de aporte do Tesouro Estadual no pagamento de aposentadorias e pensões. Em 2009, isto não foi necessário, por conta do superávit financeiro obtido pelo RIOPREVIDÊNCIA no ano anterior. Em 2010, conseguiu-se novo superávit financeiro que poderá como colchão para eventual necessidade no ano seguinte.

08 – ÍNDICES CONSTITUCIONAIS



8. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS

Neste item demonstramos o cumprimento do Estado do Rio de Janeiro no que tange à aplicação de recursos em despesas consideradas para fins de limite constitucional, e que são de relevância para a sociedade, como saúde, educação, bem como o amparo a pesquisa e a conservação ambiental e desenvolvimento urbano.

Nos demonstrativos referentes à apuração dos índices relativos às despesas com Saúde e Educação foram deduzidos os valores dos restos a pagar cancelados no ano objeto desta prestação de contas, cujas despesas formaram o índice em anos anteriores.

8.1 FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, que tem por objetivo fomentar a pesquisa e a formação científica e tecnológica necessárias ao desenvolvimento sócio cultural e econômico do Estado, é uma pessoa jurídica de direito público, instituída em conformidade com a autorização dada pela Lei nº. 319, de 06 de junho de 1980, combinada com a Lei nº. 3.783 e a Lei Complementar nº. 102, ambas de 18 de março de 2002, que estabelecem sua estrutura e seu estatuto.

O artigo 332 da Constituição Estadual, o qual dispõe sobre o índice mínimo a ser aplicado na FAPERJ, com o advento da Emenda Constitucional Estadual nº. 32, de 10/12/2003, sofreu a seguinte modificação, com aplicação a partir do ano de 2007:

Art. 1º - O artigo 332 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação: “O Estado do Rio de Janeiro destinará, anualmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERJ, 2% (dois por cento) da receita tributária do exercício, deduzidas as transferências e vinculações constitucionais e legais.”

Para a demonstração dos recursos aplicados na FAPERJ, no período de janeiro a dezembro de 2010, foram consideradas apenas as despesas realizadas com recursos da FONTE 00, na Unidade Orçamentária 40410, conforme se observa na tabela a seguir:

TABELA 100 - CÁLCULO DA APURAÇÃO DO VALOR MÍNIMO PARA APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA - FAPERJ
Estado do Rio de Janeiro - 2010

Ref. Art.263 da Constituição Estadual Em Reais

RECEITA PATRIMONIAL	R\$ (A)	R\$ (B)	R\$ (C)	% (D = B/A)
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA				
DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA (B-A)	ARREC/ PREV.
Receita Tributária Arrecadada pelo Tesouro	25.741.450.693,00	27.764.409.568,80	2.022.958.875,80	107,86%
Multas e Juros de Mora dos Tributos Arrecadados pelo Tesouro	178.507.239,00	256.965.860,44	78.458.621,44	143,95%
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos Arrecadados pelo Tesouro	29.681.194,00	298.221.327,18	268.540.133,18	1004,75%
Receita da Dívida Ativa dos Tributos Arrecadados pelo Tesouro	289.876.676,00	580.855.395,17	290.978.719,17	200,38%
(-) Cota Parte dos Municípios	(5.982.356.487,00)	(6.523.965.164,42)	(541.608.677,42)	109,05%
(-) Aplicação em Educação (25% da base líquida de impostos)	(5.045.653.215,00)	(5.582.629.749,99)	(536.976.534,99)	110,64%
(-) Aplicação em Saúde (12% da base líquida de impostos)	(2.421.913.531,68)	(2.679.662.002,86)	(257.748.471,18)	110,64%
Total - Base de Cálculo	12.789.592.568,32	14.114.195.234,32	1.324.602.666,00	110,36%
VALOR A SER APLICADO NA FAPERJ (2% DA RECEITA ARRECADADA) TOTAL COLUNA (B) x 2% (I)			282.283.904,69	

VALORES APLICADO NA FAPERJ - U.O 40410 POR FONTE DE RECURSOS	DOTAÇÃO ATUAL	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA
FONTE 00	302.868.723,33	302.868.723,33	301.904.347,46	301.904.347,46
Valor Total destinado a aplicação na FAPERJ(II)	302.868.723,33	302.868.723,33	301.904.347,46	301.904.347,46
Índice Alcançado (Total da Despesa Considerada / Total da Receita Arrecadada)			2,14%	2,14%
Diferença - valor restante a ser aplicado na FAPERJ (I-II)			(19.620.442,77)	(19.620.442,77)

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

O valor mínimo a ser aplicado no exercício de 2010, com base no índice legal de 2% sobre a receita tributária arrecadada, respeitando as deduções legais, resultou em R\$ 282.284 mil.

Buscando ainda avaliar a evolução dos recursos, aplicados na área da FAPERJ, fonte 00, segue o comparativo dos índices resultantes da execução da despesa nos dois últimos exercícios:

TABELA 101 - ÍNDICE ALCANÇADO NA EXECUÇÃO DA DESPESA - FAPERJ
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

Em Reais

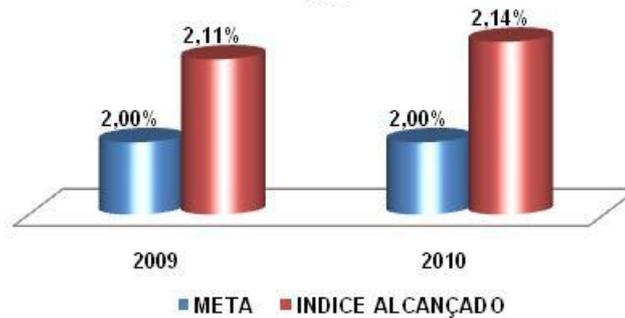
2009			2010		
Base de Cálculo	Valor Mínimo a Ser Aplicado (2% Receita Arrecadada)		Base de Cálculo	Valor Mínimo a Ser Aplicado (2% Receita Arrecadada)	
11.894.930.386,52	237.898.607,73		14.114.195.234,32	282.283.904,69	
VALORES APLICADOS NA FAPERJ	R\$	ÍNDICE ALCANÇADO (% S/ Arrecadação)	VALORES APLICADOS NA FAPERJ	R\$	ÍNDICE ALCANÇADO (% S/ Arrecadação)
Despesa Autorizada	251.801.718,00	2,12%	Despesa Autorizada	302.868.723,33	2,15%
Despesa Empenhada	251.539.994,68	2,11%	Despesa Empenhada	301.904.347,46	2,14%
Despesa Liquidada	251.539.994,68	2,11%	Despesa Liquidada	301.904.347,46	2,14%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Os recursos aplicados no montante de R\$ 301.904 mil tanto na despesa empenhada quanto na liquidada excederam em 0,14% ao limite mínimo, apurado em conformidade com a Emenda Constitucional Estadual nº. 32/2003, para o exercício de 2010.

O gráfico, a seguir, permite visualizar os resultados apresentados no gráfico a seguir:

**ÍNDICE ALCANÇADO NA EXECUÇÃO DA DESPESA -
FAPERJ Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010 e
2009**



Na próxima tabela, comparando os dados referentes aos exercícios de 2009 e 2010, observa-se uma evolução nos gastos na ordem de R\$ 50.364 mil, correspondentes a 20,02%, que guarda relação com a variação de 18,66%, ocorrida entre os mesmos períodos, para as receitas formadoras da base de cálculo da FAPERJ:

**TABELA 102 - RECEITA E DESPESA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2009**

Em Reais

DESCRIÇÃO	2009	2010	VARIÇÃO	
			R\$	%
Receita Arrecadada	11.894.930.386,52	14.114.195.234,32	2.219.264.847,80	18,66%
Despesa Empenhada	251.539.994,68	301.904.347,46	50.364.352,78	20,02%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Em 2010, visando à consecução de seus objetivos a FAPERJ descentralizou créditos orçamentários a diversas unidades gestoras. Dos recursos, no montante de R\$ 301.904 mil, aplicados na FAPERJ, 22,75% foram descentralizados, conforme se verifica a seguir:

**TABELA 103 - EXECUÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA EXECUTANTE
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

Em Reais

UNIDADE GESTORA EXECUTANTE		RECURSOS APLICADOS	PART. %
045200	Empresa de Obras Públicas do Estado do RJ	5.666.004	1,88%
120200	SUBSECRETARIA	20.893	0,01%
124100	Fund Centro Est Estat, Pesq, Form Serv-CEPERJ	5.350	0,00%
150100	Secretaria de Estado de Cultura	1.000.000	0,33%
200900	SUBSECRETARIA ADJUNTA DO TESOUREO ESTADUAL	14.279	0,00%
400100	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	151.599	0,05%
403200	Centro de Tecn de Informação e Comun do ERJ	6.499.866	2,15%
404100	Fundação C.C.F. de Amparo à Pesquisa do ERJ	233.206.253	77,25%
404310	ADMINISTRACAO CENTRAL	21.038.703	6,97%
404400	Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	10.096.772	3,34%
404500	Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	7.669.919	2,54%
404600	Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	16.534.709	5,48%
TOTAL		301.904.347	100,00%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Dos 77,25% dos recursos aplicados pela FAPERJ, destacam-se os decorrentes das despesas com o Projeto Pensa Rio, que objetiva apoiar o Estudo de Temas Relevantes e Estratégicos para o Estado do Rio de Janeiro, tais como: evasão escolar, desalento, e marginalidade.

As maiores participações nas descentralizações recebidas couberam à UERJ – Administração Central (6,97%), à Fundação Centro Ciências Educação à Distância (5,48%) e à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC (3,34%), conforme pode se observar no gráfico a seguir:



8.2 FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO URBANO

– FECAM

A Constituição Estadual em seu artigo 263 autorizou a criação, na forma da lei, do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM, com o intuito de atender às necessidades financeiras de projetos e programas ambientais e de desenvolvimento urbano.

Desta forma, o FECAM tem como propósito o controle ambiental. Seus recursos poderão ser utilizados em programas e projetos de recuperação e preservação e uso sustentável no meio ambiente, bem como no desenvolvimento urbano de órgãos públicos estaduais, prefeituras municipais, universidades públicas e organizações não-governamentais, sem fins lucrativos, cujos objetivos estejam em consonância com as questões ambientais.

A Emenda Constitucional Estadual nº 31, de 21 de agosto de 2003, alterou o inciso I, do parágrafo 1º do artigo 263 da Constituição Estadual, o qual dispõe sobre o índice legal a ser aplicado no FECAM, passando este a vigorar da seguinte forma:

“Art. 263 - (...)”

§ 1º - (...)”

I - 5% (cinco por cento) da compensação financeira a que se refere o art. 20, § 1º, da Constituição da República e a que faz jus o Estado do Rio de Janeiro”.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor mínimo a ser aplicado no FECAM no exercício de 2010 com base na arrecadação relativa às compensações financeiras do respectivo período, em conformidade com o disposto no artigo 1º da Emenda Constitucional Estadual nº 31/2003, e ainda o índice alcançado em função da relação entre o valor mínimo apurado e o total de recursos aplicados:

TABELA 104 - CÁLCULO DA APURAÇÃO DO VALOR MÍNIMO PARA APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA - FECAM
Estado do Rio de Janeiro - 2010

RECEITA PATRIMONIAL		R\$ (A)	R\$ (B)	R\$ (C)	%
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA					
CONTAS CONTÁBEIS	DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	DIFERENÇA (B-A)	(D = B/A) ARREC/ PREV.
41340.99.01	Recurso Hídricos	6.984.989,00	10.186.629,47	3.201.640,47	145,84%
41340.99.02	Recursos Minerais	1.079.740,00	2.270.791,03	1.191.051,03	210,31%
41340.99.03	Royalties - ATÉ 5%	774.967.756,00	883.530.869,30	108.563.113,30	114,01%
41340.99.05	Royalties - Excedentes à 5%	741.406.397,00	848.572.233,71	107.165.836,71	114,45%
41340.99.06	Royalties - Participação Especial	3.306.100.697,00	4.380.337.922,43	1.074.237.225,43	132,49%
41340.99.07	Fundo Especial do Petróleo - FEP	2.037.641,00	2.430.018,04	392.377,04	119,26%
Total - Base de Cálculo		4.832.577.220,00	6.127.328.463,98	1.294.751.243,98	126,79%
VALOR A SER APLICADO NO FECAM (5% DA RECEITA ARRECADADA) TOTAL COLUNA (B) x 5% (I)				306.366.423,20	

VALORES APLICADO NO FECAM - U.O. 24040 POR FONTE DE RECURSOS		DOTAÇÃO ATUAL	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA
FONTE 01	U.O. 24040 - FECAM	515.000,00	515.000,00	473.458,64	154.222,64
FONTE 04	U.O. 24040 - FECAM	383.055.977,00	375.000.000,00	373.393.698,01	372.033.420,48
	U.O. 07010 - SEOBRAS	4.813.084,00	4.813.084,00	4.813.084,00	4.813.084,00
	U.O. 07410 - DER				
	U.O. 07710 - CEDAE				
	U.O. 19710 - CEHAB	-	-		
	U.O. 24010 - SEA	-	-		
	U.O. 24320 - INEA	-	-		
	U.O. 24410 - FEEMA				
	U.O. 24420 - IEF				
	U.O. 24430 - SERLA				
	U.O. 31720 - CENTRAL	2.059.119,80	2.059.119,80	2.059.119,80	2.059.119,80
	U.O. 31720 - CENTRAL				
	U.O. 31730 - RIO TRILHOS	-	-		
Valor Total destinado a aplicação no FECAM (II)		390.443.180,80	382.387.203,80	380.739.360,45	379.059.846,92
Índice Alcançado (Total da Despesa Considerada / Total da Receita Arrecadada)				6,21%	6,19%
Excesso de aplicação - valor aplicado no FECAM, ACIMA da meta estipulada (I - II)				74.372.937,25	72.693.423,72

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Verifica-se que o montante de R\$ 6.127.328 mil arrecadados em 2010, ultrapassou o total previsto de R\$ 4.832.577.mil, resultando em uma diferença positiva de R\$ 1.294.751 mil (26,79%). Assim, o valor mínimo a ser aplicado no FECAM, com base no índice legal de 5%, correspondeu ao final deste exercício a R\$ 306.366 mil. A fim de avaliar a evolução dos recursos aplicados no FECAM, segue o comparativo dos índices resultantes da execução da despesa no exercício em questão e no anterior.

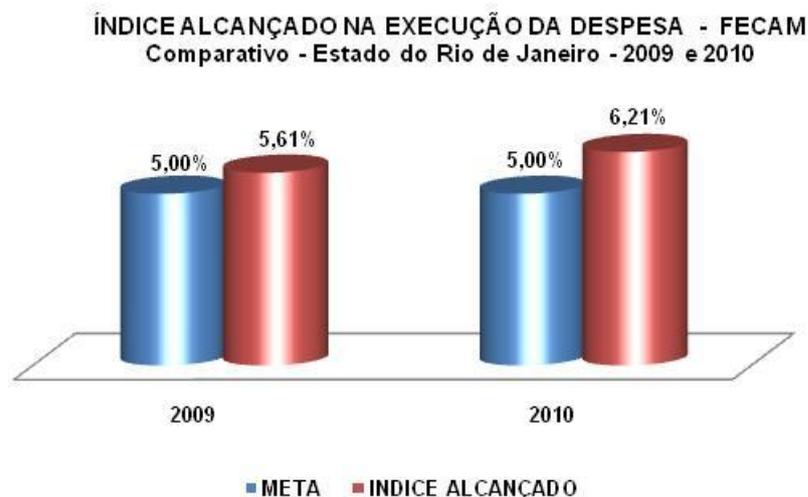
TABELA 105 - ÍNDICE ALCANÇADO NA EXECUÇÃO DA DESPESA - FECAM
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

Em Reais

2009			2010		
Base de Cálculo	Valor a Ser Aplicado (5% Receita Arrecadada)		Base de Cálculo	Valor a Ser Aplicado (5% Receita Arrecadada)	
4.642.300.201,84	232.115.010,09		6.127.328.463,98	306.366.423,20	
VALORES APLICADOS NO FECAM	R\$	ÍNDICE ALCANÇADO (% S/ Arrecadação)	VALORES APLICADOS NO FECAM	R\$	ÍNDICE ALCANÇADO (% S/ Arrecadação)
Despesa Autorizada	265.095.283,00	5,71%	Despesa Autorizada	382.387.203,80	6,24%
Despesa Empenhada	260.520.555,81	5,61%	Despesa Empenhada	380.739.360,45	6,21%
Despesa Liquidada	260.380.774,42	5,61%	Despesa Liquidada	379.059.846,92	6,19%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Com base nos dados apresentados na tabela acima, verifica-se que a aplicação de recursos no FECAM, no exercício de 2010, assim como em 2009, atendeu ao limite mínimo constitucional de 5%, sendo ilustrado no gráfico a seguir:



Pelos dados constantes da tabela a seguir, verifica-se que em 2010, houve um acréscimo na receita na ordem de R\$ 1.485.028.mil, correspondentes a 31,99%, em relação ao ano anterior. Tal comportamento é resultado principalmente do acréscimo de R\$ 1.204.886 mil da receita de participação especial do petróleo.

Verifica-se ainda, que foram aplicados recursos no montante de R\$ 380.739 mil, apresentando um acréscimo de R\$ 120.218 mil (46,15%) em relação ao ano anterior.

TABELA 106 - RECEITA E DESPESA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

Em Reais

DESCRIÇÃO	2009	2010	VARIÇÃO	
			R\$	%
Receita Arrecadada	4.642.300.202	6.127.328.464	1.485.028.262	31,99%
Despesa Empenhada	260.520.556	380.739.360	120.218.805	46,15%

Cabe ressaltar que no exercício de 2010, assim como ocorrido no exercício de 2009, os recursos do FECAM, oriundos da Fonte de Recurso 04 – Indenizações pela Extração de Petróleo foram diretamente consignados nos orçamentos das Unidades Orçamentárias Executantes das ações correspondentes, não havendo, portanto, descentralizações, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**TABELA 107 - EXECUÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE GESTORA EXECUTANTE
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

		Em Reais	
UNIDADE GESTORA EXECUTANTE		RECURSOS APLICADOS	PART. %
045200	Empresa de Obras Públicas do Estado do RJ	14.590.027	3,83%
070100	Secretaria de Estado de Obras	38.220.180	10,04%
070200	CEDAE - AÇÕES DESCENTRALIZADAS	90.938.972	23,88%
197100	Companhia Estadual de Habitação do RJ	1.495.165	0,39%
240100	Secretaria de Estado do Ambiente	29.852.215	7,84%
243200	Instituto Estadual do Ambiente - INEA	166.946.018	43,85%
317200	Comp Est de Engenh de Transportes e Logística	2.059.120	0,54%
317300	Comp de Transp sobre Trilhos do Est do RJ	29.986.000	7,88%
326100	Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	418.236	0,11%
353100	Depart Recursos Minerais Estado RJ	1.550.340	0,41%
404310	ADMINISTRACAO CENTRAL	4.683.088	1,23%
TOTAL		380.739.360	100,00%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Considerando a aplicação de recursos por unidades gestoras, o maior percentual de execução (43,85%) coube ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, principalmente em função da aplicação no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC RJ.

Destacam-se os projetos no âmbito do PAC - Projeto Iguaçu, Projeto da Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí e o Abastecimento de Água para a Baixada Fluminense em São Gonçalo - totalizando R\$ 57,43 milhões liquidados até outubro. Além do PAC, outros programas relevantes são desenvolvidos com recursos do FECAM, tais como Prevenção e o Controle Ambiental de Inundações (R\$25,82 milhões), a Materialização de Eco Limites (R\$ 12,14 milhões) e a Recuperação, Dragagem e Revitalização da Praia de Sepetiba (R\$11,47 milhões). (Vide Boletim de Transparência Fiscal – 6º Bimestre).

8.2.1 TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA – TAC.

Em virtude da Ação Civil Pública – ACP distribuída em junho de 2004, em que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ, postulou a condenação do Estado do Rio de Janeiro à obrigação de repassar ao FECAM recursos decorrentes de normas estaduais, especialmente o art. 263 da Constituição Estadual, a Lei n.º 1.060/86 e o Decreto n.º 10.973/88, para corrigir as deficiências que supostamente teriam se verificado desde 1995, foi celebrado no exercício de 2009, um Termo de

Ajustamento de Conduta – TAC, entre o Estado e MPRJ visando à aplicação de recursos em ações e projetos ambientais e de desenvolvimento urbano.

Em decorrência da assinatura do TAC, deverá ser aplicado em ações do FECAM, pelo período de 20 anos o valor total de R\$ 363.139.084,07, com parcela anual de R\$ 18.156.954,20, e cobrindo o período de 1999 a 2007, visto que a ACP foi distribuída em 2004 e o artigo 1º do Decreto 20.910/32, diz que ação de qualquer natureza contra a Fazenda Estadual prescreve “em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originar”.

Por conta da assinatura do TAC foi baixado da UG 240400 – FECAM, na conta 199310100 – RECURSOS DO PETROLEO A RECEBER, o valor de R\$ 502.081.364,01, correspondentes aos valores registrados como a receber dos exercícios de 2000 a 2003, tendo em vista que os valores a receber referentes aos exercícios de 1999 e de 2004 a 2007, já haviam sido quitados.

Como se pode observar, a assinatura do TAC permitiu que o Estado diminuísse o débito com o FECAM em R\$ 138.942.279,94, sem contar com o alongamento da dívida para 20 anos.

Com o propósito de permitir o acompanhamento e controle da aplicação dos recursos provenientes do TAC, foi criada para o orçamento do exercício de 2010, a fonte de recursos 21 - Operações de Crédito Destinadas à Ações de Meio Ambiente.

Em relação ao cumprimento do item 2.2. da Cláusula Segunda do TAC, observa-se que em 2010, o total das despesas pagas referentes a ações e projetos ambientais atingiram o montante de R\$ 321.118.633,51, superando o valor percentual mínimo de 5%, em R\$ 14.752.210,31. Ainda que este valor não tenha atingido o valor da parcela anual de R\$ 18.156.654,20, foram liquidados acima do percentual mínimo despesas no montante de R\$ 72.693.423,70, gerando um RPP de R\$ 57.941.213,39, que deverão ser pagos em 2011.

Até março/2011, foram pagos R\$ 46.530.560,03 referentes aos RPP de 2010, que somados aos valores quitados em 2010, indicaria o cumprimento do TAC, na forma prevista no item 3.3 do citado Termo de Ajustamento de Conduta, tendo em vista que o Estado poderá abater do total da parcela anual, os valores aplicados que superarem o percentual mínimo de 5% das receitas de participações governamentais devidos ao FECAM.

8.3 APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS AÇÕES DE SAÚDE

O direito à saúde está garantido na Constituição Federal – art. 196 e organizado por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, instituído pela Lei Orgânica Federal nº 8080, de 19 de setembro de 1990.

As fontes de recursos para investimentos na saúde têm como marco legal a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, que acrescentou artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Para os Estados, a aplicação mínima obrigatória é de 12% (doze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155, e dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, alínea a, e o inciso II, respectivamente, da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios.

CONSIDERAÇÕES:

- ✓ Os recursos destinados à Saúde são apurados com base na Emenda Constitucional nº 29/2000;
- ✓ Foram desconsideradas despesas com IASERJ, RIOPREVIDÊNCIA, Juros e Encargos da Dívida.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor mínimo a ser aplicado na Saúde no exercício de 2010, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e ainda demonstra a execução da despesa, por fonte de recursos, verificando também, o índice alcançado em função da relação entre o valor mínimo apurado (Emenda Constitucional Estadual nº 29/2000) e o total de recursos aplicados:

TABELA 108 – CÁLCULO DA APURAÇÃO DO VALOR MÍNIMO PARA APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA (SAÚDE)
Estado do Rio de Janeiro – 2010

Em Reais

RECEITAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	(A) RECEITA PREVISTA	(B) RECEITA ARRECADADA	(C) DIFERENÇA (B-A)	% (B/A) ARREC. / PREV.
(+) Impostos (IRRF + IPVA + ITCMD + FECPP + ICMS + ICM)	25.710.420.502,00	27.739.335.661,59	2.028.915.159,59	107,89%
(+) Transfer. Recebidas(FPE + IPI + LEI COMP. Nº 87/96)	1.414.446.066,00	1.412.523.008,96	(1.923.057,04)	99,86%
(+) Dívida Ativa dos Respectivos Impostos	269.519.056,00	594.238.288,21	324.719.232,21	220,48%
(+) Receitas de Multas Ref. a Impostos e Dívida Ativa	187.549.597,00	543.396.655,58	355.847.058,58	289,73%
(-) Transf. aos Municípios (IPVA + ICMS + ICM + IPI e DÍV. ATIVA)	(6.124.006.395,00)	(6.669.346.115,16)	(545.339.720,16)	108,90%
Total - Base de Cálculo	21.457.928.826,00	23.620.147.499,18	2.162.218.673,18	110,08%
Valor a ser aplicado em Saúde (12% da Receita Arrecadada) (I)			2.834.417.699,90	
VALORES APLICADOS EM SAÚDE FUNÇÃO 10	DOTAÇÃO ATUAL	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA
(+) Fonte 00	1.325.295.319,54	1.325.289.268,54	1.298.640.280,33	1.298.640.280,33
(+) Fonte 01	-	-	-	-
(+) Fonte 06	-	-	-	-
(+) Fonte 07	117.600.000,00	117.599.999,50	116.468.220,75	116.468.220,75
(+) Fonte 22	1.534.015.395,16	1.534.015.395,16	1.517.805.475,13	1.517.805.475,13
(-) Despesa Ref. ao RIOPREVIDÊNCIA (12340)	-	-	-	-
(-) Despesa Referente ao IASERJ (U.O.29310)	(45.859.044,00)	(45.859.044,00)	(44.710.153,71)	(44.710.153,71)
(-) Despesa com Juros e Encargos da Dívida (32%)	(264.276,00)	(264.276,00)	(226.470,25)	(226.470,25)
(-) Encargos com Impostos (33903992 e 33904723)	-	-	(3.603,88)	(3.603,88)
(-) Restos a Pagar Cancelados – Portaria nº 471/STN	(9.907.683,64)	(9.907.683,64)	(9.907.683,64)	(9.907.683,64)
Valor Total Destinado a Aplic. Em Saúde (II)	2.920.879.711,06	2.920.873.659,56	2.878.066.064,73	2.878.066.064,73
Índice Alcançado (Total da Despesa Considerada / Total da Receita Arrecadada)			12,18%	12,18%
Excesso de aplicação - valor aplicado em SAÚDE, ACIMA da meta estipulada (II - I)			43.648.364,83	43.648.364,83

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Verifica-se que o montante de R\$ 23.620.147 mil arrecadados em 2010 ultrapassou o total previsto de R\$ 21.457.928 mil, resultando em uma diferença positiva de R\$ 2.162.219 mil (10,08%). Assim, o valor mínimo destinado a ser aplicado em ações de Saúde no presente exercício, com base no índice legal de 12%, correspondeu ao final deste exercício a R\$ 2.834.418 mil.

Conforme consta na tabela, foram aplicados na Saúde recursos no total de R\$ 2.878.066 mil excedendo em R\$ 43.648 mil o valor constitucional mínimo a ser aplicado.

A fim de não comprometer o índice atingido no ano anterior foi deduzida do montante dos recursos aplicados a parcela no valor de R\$ R\$ 9.908 mil, relativos a restos a pagar cancelados no exercício de 2010. Se desconsiderarmos este valor, o total aplicado no ano foi de R\$ 2.887.974 mil, que corresponde ao índice de 12,23%.

Buscando ainda avaliar a evolução dos gastos na área da Saúde, segue o comparativo dos índices resultantes da execução da despesa no exercício ora em análise:

TABELA 109 - ÍNDICE ALCANÇADO NA EXECUÇÃO DA DESPESA - SAÚDE
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

Em Reais

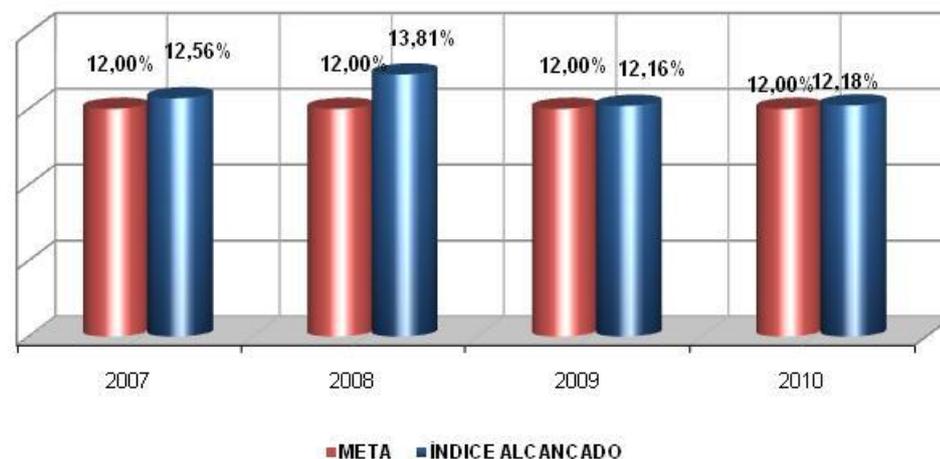
2009			2010		
Base de Cálculo	Valor Mínimo a ser Aplicado (12% Receita Arrecadada)		Base de Cálculo	Valor Mínimo a ser Aplicado (12% Receita Arrecadada)	
19.935.470.627,05	2.392.256.475,25		23.620.147.499,18	2.834.417.699,90	
VALORES APLICADOS EM EDUCAÇÃO	R\$	ÍNDICE ALCANÇADO (% S/ Base de Cálculo)	VALORES APLICADOS EM EDUCAÇÃO	R\$	ÍNDICE ALCANÇADO (% S/ Base de Cálculo)
Despesa Autorizada	2.439.368.389,56	12,24%	Despesa Autorizada	2.920.873.659,56	12,37%
Despesa Empenhada	2.424.252.366,03	12,16%	Despesa Empenhada	2.878.066.064,73	12,18%
Despesa Liquidada	2.395.610.021,79	12,02%	Despesa Liquidada	2.878.066.064,73	12,18%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Com base nos dados apresentados nas duas últimas tabelas, verifica-se que a aplicação de recursos na Saúde, no exercício de 2010 atendeu ao limite mínimo de 12% sobre as receitas arrecadadas, em conformidade com o estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000, superando ainda a execução de 2009.

O gráfico, a seguir, ilustra o índice alcançado na Saúde em comparação com o mínimo exigido pela Constituição Federal nos três últimos exercícios.

COMPARATIVO DO ÍNDICE ALCANÇADO
Estado do Rio de Janeiro - 2009 a 2010



Pelos dados constantes da tabela a seguir, verifica-se que em 2010, houve um acréscimo na receita líquida na importância de R\$ 3.684.677 mil, correspondentes a 18,48%, em relação ao ano anterior. Tal comportamento é resultado principalmente do crescimento da arrecadação do ICMS, principal imposto estadual.

Em relação aos recursos aplicados, observa-se que o acréscimo de R\$ 453.814 mil, correspondentes a 18,72%, guarda relação com a variação alcançada pela receita líquida.

**TABELA 110 - RECEITA E DESPESA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO	Em Reais		
	2009 R\$	2010 R\$	VAR. NOM %
Receita Líquida	19.935.470.627,05	23.620.147.499,18	18,48%
Despesa Empenhada	2.424.252.366,03	2.878.066.064,73	18,72%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

A fim de melhor demonstrar os recursos aplicados na Saúde, durante o exercício de 2010, encontram-se, na tabela a seguir, os gastos realizados, segmentados por subfunção, compreendendo as deduções pertinentes:

**TABELA 111 - EXECUÇÃO DA DESPESA POR SUBFUNÇÃO
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

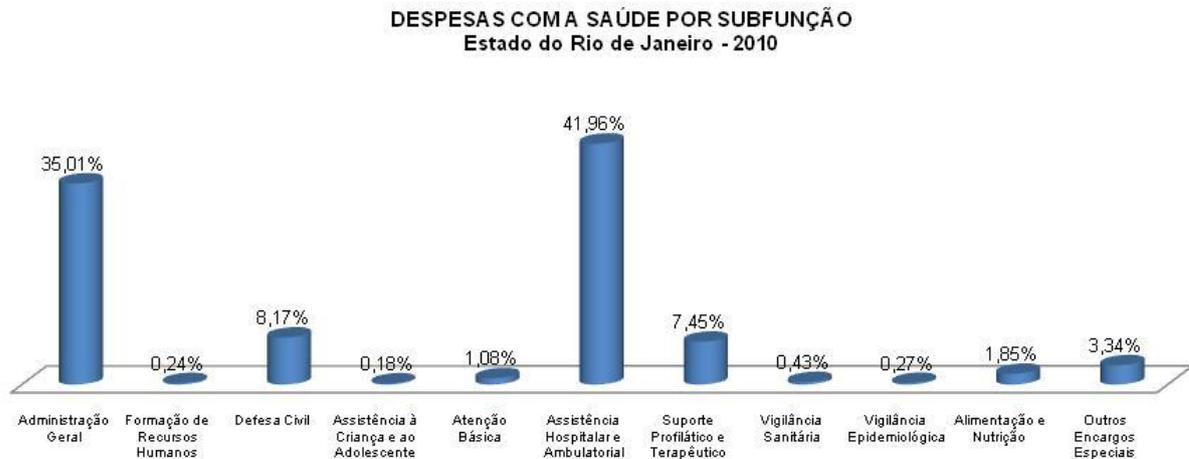
SUBFUNÇÃO	Em Reais	
	VALOR	PART. %
Administração Geral	1.011.184.477	35,01%
Formação de Recursos Humanos	7.066.407	0,24%
Defesa Civil	235.927.294	8,17%
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.312.718	0,18%
Atenção Básica	31.210.331	1,08%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.211.807.074	41,96%
Suporte Profilático e Terapêutico	215.279.695	7,45%
Vigilância Sanitária	12.307.164	0,43%
Vigilância Epidemiológica	7.882.535	0,27%
Alimentação e Nutrição	53.470.981	1,85%
Outros Encargos Especiais	96.525.073	3,34%
SUBTOTAL	2.887.973.748	100,00%
(-) Restos a Pagar Cancelados	(9.907.684)	
TOTAL	2.878.066.065	

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Dos investimentos realizados na área da Saúde, em 2010, destacam-se, principalmente, os computados na ação de Assistência Hospitalar e Ambulatorial, com gastos no montante de R\$ 1.211.807 mil (41,96%). Parte desse valor (R\$ 810.600 mil) custeou despesas com a Implantação das UPAS 24 horas, vide Boletim de Transparência Fiscal – 6º Bimestre/2010.

Em seguida, as ações referentes à Administração Geral, que englobam as despesas com a folha de pagamento da Saúde, alcançaram 35,01%, seguido da subfunção Defesa Civil com 8,17%. Estas duas subfunções constituíram dispêndios no total R\$ 1.247.111.770,74 (43,18%), referentes aos gastos com cooperativado e pessoal contratados por tempo determinado, em virtude da ampliação da rede estadual de saúde, tanto para UPAs, quanto novos hospitais e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

O gráfico a seguir representa os recursos aplicados por subfunção durante o exercício de 2010.



8.4 APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO SISTEMA EDUCACIONAL

Na área educacional, a Constituição Federal de 1988, além de afirmar o direito público e subjetivo da educação para todos (artigo 205), registrou como dever do poder público:

"Art.208. O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequada às condições do educando;

"VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde."

O artigo 212, da Constituição Federal estabelece o percentual mínimo que cada ente governamental deverá aplicar na educação, cabendo aos Estados, no mínimo, 25% de suas receitas, impostos e transferências constitucionais.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor mínimo a ser aplicado na Educação no exercício de 2010, em conformidade com o artigo 212 da Constituição Federal, e demonstra ainda, a execução da despesa, por fonte de recursos, com o índice alcançado em função da relação entre o valor mínimo apurado e o total de recursos aplicados:

TABELA 112 - CÁLCULO PARA APURAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL
Estado do Rio de Janeiro - 2010

Em Reais

RECEITAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	(A) RECEITA PREVISTA	(B) RECEITA ARRECADADA	(C) DIFERENÇA (B - A)	% (B/A) ARREC X PREV
(+) Impostos (IRRF+ IPVA+ITCMD+ITBI+FECPP+CMS+ICM)	25.710.420.694,00	27.739.340.280,56	2.028.919.586,56	107,89%
(+) Transf. Recebidas (FPE + IPI + LEI COMP. 87/96 + IOF)	1.414.534.389,00	1.412.547.463,22	(1.986.925,78)	99,86%
(+) Dívida Ativa dos Respectiveos Impostos	269.519.056,00	594.238.288,21	324.719.232,21	220,48%
(+) Receitas de Multas Ref. a Imp. e Dívida Ativa	187.549.597,00	543.396.655,58	355.847.058,58	289,73%
(-) Transf. aos Municípios (IPVA+ITBI+ICMS+ICM+IPI+DÍV.ATIVA)	(6.124.006.491,00)	(6.669.348.424,64)	(545.341.933,64)	108,90%
TOTAL - BASE DE CÁLCULO	21.458.017.245,00	23.620.174.262,93	2.162.157.017,93	110,08%
VALOR A SER APLICADO EM EDUCAÇÃO (25% DA RECEITA ARRECADADA) TOTAL COLUNA (B) x 25% (I)			5.905.043.565,73	
VALORES APLICADOS EM EDUCAÇÃO FUNÇÃO 12	DOTAÇÃO ATUAL	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA
(+) Fonte 00	3.172.507.897,45	3.172.507.897,18	3.170.252.426,89	3.170.250.474,26
(+) Fonte 01	-	-	-	-
(+) Fonte 06	94.947.376,00	91.458.435,00	91.458.430,66	91.458.430,66
(+) Fonte 07	48.398.059,00	48.398.059,00	47.832.787,95	47.832.787,95
(+) Fonte 15	2.215.489.098,00	2.215.489.098,00	2.215.487.894,38	2.215.487.894,38
(+) Fonte 22	480.422.064,00	480.422.063,80	480.037.201,08	480.037.201,08
(+) PERDA LÍQ. TRANSF. AO FUNDEB	1.740.074.448,02	1.740.074.448,02	1.740.074.448,02	1.740.074.448,02
(-) DESPESA REF. AO RIOPREVIDÊNCIA (UGE 123400)	-	-	-	-
(-) DESPESA COM FESP (U.O 1241)	(13.428.185,86)	(13.428.185,86)	(13.399.641,73)	(13.399.641,73)
(-) DESPESAS NO ELEMENTO 337041	(1.760.288.050,00)	(1.756.799.109,00)	(1.756.233.830,00)	(1.756.233.830,00)
(-) ENCARGOS E IMPOSTOS (33903992 e 33904723)	-	-	(411.459,85)	(411.459,85)
(-) APLICAÇÃO FINANCEIRA FUNDEB (132501 % fonte 15)	(25.634.542,60)	(25.634.542,60)	(25.634.542,60)	(25.634.542,60)
(-) RESTOS A PAGAR CANCELADOS	(23.035.604,32)	(23.035.604,32)	(23.035.604,32)	(23.035.604,32)
VALOR TOTAL DESTINADO A APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO (II)	5.929.452.559,69	5.929.452.559,22	5.926.428.110,48	5.926.426.157,85
ÍNDICE ALCANÇADO (Total da Desp. Considerada / Total da Rec. Arrecadada)			25,09%	25,09%
Excesso de aplicação - valor aplicado em EDUCAÇÃO, ACIMA da meta estipulada (II - I)			21.384.544,75	21.382.592,12

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Verifica-se que o montante de R\$ 23.620.174 mil arrecadado em 2010 ultrapassou o total previsto de R\$ 21.458.017 mil. Assim, o valor mínimo a ser aplicado na Educação, no presente exercício, com base no índice legal de 25%, correspondeu, ao final deste exercício, a R\$ 5.905.044 mil.

Conforme demonstrado na tabela, o Estado do Rio de Janeiro, em atendimento ao dispositivo constitucional, aplicou na Educação, no exercício de 2010, recursos que totalizaram o valor de R\$ 5.926.428 mil, excedendo em R\$ 21.385 mil o mínimo a ser aplicado.

A fim de não comprometer o índice atingido no ano anterior foi deduzida do montante dos recursos aplicados a parcela no valor de R\$ 23.036 mil, relativos a restos a pagar cancelados no exercício de 2010. Se desconsiderarmos este valor, o total aplicado no ano foi de R\$ 5.949.464 mil, que corresponde ao índice de 25,19%.

Buscando avaliar a evolução dos gastos efetuados, segue o comparativo dos índices da execução da despesa em 2009 e 2010:

TABELA 113 - ÍNDICE ALCANÇADO NA EXECUÇÃO DA DESPESA - EDUCAÇÃO
Comparação - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

Em Reais

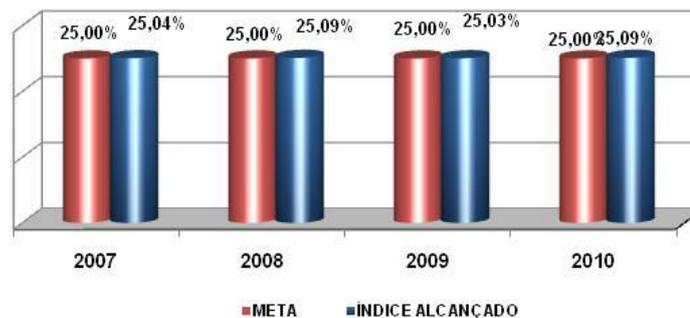
2009			2010		
Base de Cálculo	Valor Mínimo a ser Aplicado (25% da Base de Cálculo)		Base de Cálculo	Valor Mínimo a ser Aplicado (25% da Base de Cálculo)	
19.935.528.244,30	4.983.882.061,08		23.620.174.262,93	5.905.043.565,73	
VALORES APLICADOS EM EDUCAÇÃO	R\$	ÍNDICE ALCANÇADO (% S/ Arrecadação)	VALORES APLICADOS EM EDUCAÇÃO	R\$	ÍNDICE ALCANÇADO (% S/ Arrecadação)
Despesa Autorizada	5.037.171.059,73	25,27%	Despesa Autorizada	5.929.452.559,22	25,10%
Despesa Empenhada	4.989.800.324,51	25,03%	Despesa Empenhada	5.926.428.110,48	25,09%
Despesa Liquidada	4.989.429.306,26	25,03%	Despesa Liquidada	5.926.426.157,85	25,09%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Com base nos dados apresentados na tabela acima, verificamos que em 2010, assim como no exercício anterior, a aplicação de recursos na Educação, considerando o total das despesas empenhadas e das liquidadas, excedeu ao limite mínimo de 25% estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal.

O gráfico, a seguir, ilustra o índice alcançado em Educação com o mínimo exigido pela Constituição Federal nos três últimos exercícios.

ÍNDICE ALCANÇADO EM EDUCAÇÃO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2008 a 2010



Pelos dados constantes da tabela a seguir, verifica-se que em 2010, houve um acréscimo na receita líquida na importância de R\$ 3.684.646 mil correspondentes a 18,48%, em relação ao ano anterior. Tal comportamento é resultado principalmente do crescimento da arrecadação do ICMS, principal imposto estadual.

Em relação aos recursos aplicados, observa-se que o acréscimo de R\$ 936.628 mil, correspondentes a 18,77%, guarda relação com a variação alcançada pela receita líquida.

TABELA 114 - RECEITA E DESPESA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	2010	R\$ mil
	R\$	R\$	VAR. NOM. %
Receita Líquida	19.935.528.244,30	23.620.174.262,93	18,48%
Despesa Empenhada	4.989.800.324,51	5.926.428.110,48	18,77%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

A fim de uma melhor identificação da aplicação dos recursos na Educação no exercício de 2010, em atendimento ao dispositivo constitucional, segue tabela com a posição dos gastos realizados, segmentados por subfunção:

TABELA 115 - EXECUÇÃO DA DESPESA POR SUBFUNÇÃO
Estado do Rio de Janeiro - 2010

SUBFUNÇÃO	VALOR	Em Reais
		PART. %
Administração Geral	3.489.866.337	82,40%
Formação de Recursos Humanos	4.187.512	0,10%
Assistência à Criança e ao Adolescente	156.415.434	3,69%
Alimentação e Nutrição	14.482.994	0,34%
Ensino Médio	181.837.358	4,29%
Ensino Profissional	80.291.859	1,90%
Ensino Superior	138.136.123	3,26%
Educação Especial	16.887.602	0,40%
Desenvolvimento Científico	95.581.325	2,26%
Difusão do Conhecimento Científ. e Tecnológ.	57.337.266	1,35%
SUBTOTAL	4.235.023.809	100,00%
(+) Perda Líq. Transf. ao FUNDEB	1.740.074.448	
(-) Aplicação Financeira FundeB (132501 % fonte 15)	(25.634.543)	
(-) Restos a Pagar Cancelados	(23.035.604)	
TOTAL	5.926.428.110	

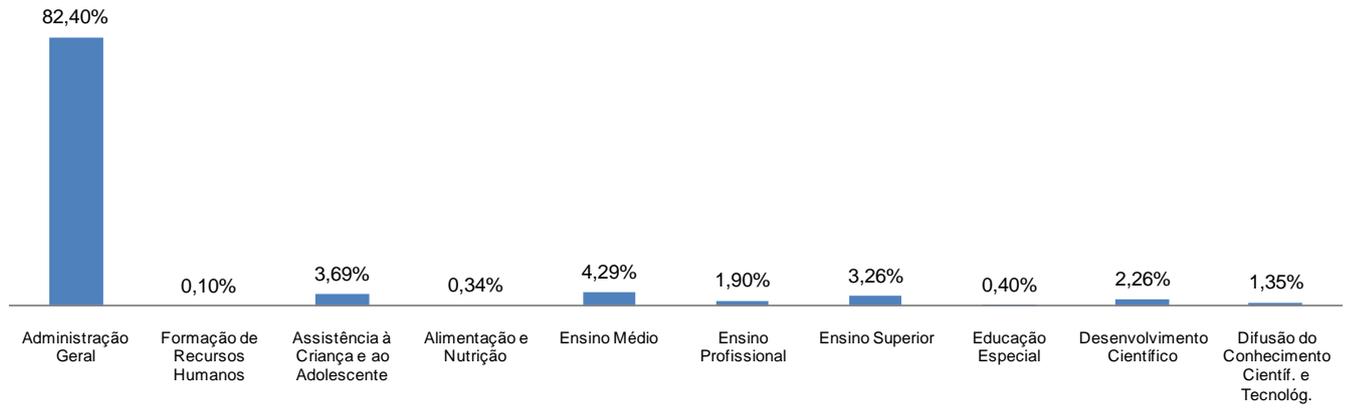
Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Conforme indicado na tabela anterior, os gastos mais expressivos couberam a Administração Geral, no valor de R\$ 3.489.866 mil (82,40%). Destes 62,50% (R\$ 2.014.159 mil), correspondem às ações com Pessoal e Encargos Sociais da Educação Básica. Em 2010, foram concedidos aumentos aos docentes, além da admissão de 7.573 professores concursados.

Em seguida, aparecem os gastos com o Ensino Médio, na ordem de R\$ 181.837 mil, equivalentes a 4,29% do total das despesas realizadas nas subfunções. Parte deste recurso foi destinada à Autonomia Financeira das Escolas da Rede da Educação Básica.

O gráfico a seguir ilustra as informações contidas na tabela anterior:

DESPESA COM EDUCAÇÃO - POR SUBFUNÇÃO
Estado do Rio de Janeiro - 2010



09 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL



9. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

9.1 COMENTÁRIOS

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II, do título VI, da Constituição Federal, tendo como premissas básicas o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização, criando condições para a implantação de uma nova cultura gerencial dos recursos públicos e incentivando o exercício pleno da cidadania, especialmente no que se refere à participação do contribuinte no processo de acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e de avaliação dos seus resultados.

Para atingir estes objetivos a Lei dispõe de meios, dentre os quais se destaca a busca do equilíbrio das contas públicas pelo alcance de metas de resultado entre receitas e despesas, e a imposição de limites e condições para renúncia de receita, despesas com pessoal, seguridade social, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, concessão de garantias e inscrição em restos a pagar.

A transparência é assegurada pela publicação e disponibilização de Planos, Orçamentos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Prestação de Contas, Parecer Prévio dos Tribunais de Contas e Relatórios Resumido de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, onde são observados os limites dos gastos públicos, segundo as metas estabelecidas nesta lei.

As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficam à disposição para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Com vistas a promover o relacionamento do cidadão com o Estado e buscando reforçar o conceito de transparência da Lei de Responsabilidade Fiscal atribuindo aos detentores de informações públicas a sua divulgação eletrônica dos atos e contratos administrativos, recebimento de recursos, pagamento de compras, serviços e obras públicos, foi sancionada a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, que determina a disponibilização em tempo real de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Firma-se o propósito de transparecer as finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal disponível a todos os cidadãos em todas as esferas dos poderes públicos. De um lado, o ente da federação disponibiliza todos os atos da Administração Pública em tempo real e, de outro, os cidadãos inclusos digitalmente têm acesso às informações detalhadas da execução orçamentária de todos os órgãos dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo da União, Estados, municípios e do Distrito Federal.

Deve-se entender que a transparência pública garante o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Outra garantia da LC 131, de 2009, é a adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União extensivo aos demais entes da Federação que devem disponibilizar a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações privilegiadas quanto à despesa e à receita públicas.

A norma determina a transparência de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer do lançamento e recebimento de toda a receita, inclusive os referentes a recursos extra-orçamentários, da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado. Com isso, todas as referências dos atos administrativos e contratos administrativos, abrangendo os convênios, consórcios, termos de parceria público-privada e contratos de gestão, ou seja, tudo que resultar em despesas públicas.

Há que salientar que a LC 131, de 2009, estabelece prazos, contados a partir de 27 de maio de 2009, para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem os portais de transparência pública ou outro mecanismo para disponibilização de todos os atos e contratos administrativos para os cidadãos inclusos digitalmente, sendo de 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes, de 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes e de 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre, e o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2010 constam como anexos específicos do presente relatório, e foram publicados no Diário Oficial do Poder Executivo de 28.01.2011.

Cabe acrescentar que foram excluídas dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal a Imprensa Oficial e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos por não se enquadrarem no conceito de Empresa Dependente. Desta forma, para obter uma base de comparação entre os mesmos períodos dos anos, os dados destas empresas também foram excluídos das bases de 2007 e 2008, diferentemente da publicação ocorrida durante estes períodos.

A Contadoria-Geral do Estado, ao remeter os quadros e demonstrativos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, coloca-se à disposição para o cumprimento das audiências públicas indicadas no parágrafo 4º, do artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

9.2 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina, em seu art. 4º, parágrafo 1º, que, integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, o Anexo de Metas Fiscais, em que são estabelecidas as metas fiscais para o exercício a que se referem, e para os dois seguintes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública.

Atendendo ao dispositivo legal, a Lei nº 5.497, de 07 de julho de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2010 fixou as Metas Fiscais para o exercício de 2010, em valores constantes e correntes. Posteriormente, estas metas foram compatibilizadas com o orçamento do exercício de 2010, conforme Lei nº 5.632, de 04 de janeiro de 2010 (Lei Orçamentária Anual – LOA).

9.2.1 ANEXO DE METAS FISCAIS

O Anexo de Metas Fiscais abrangerá os Órgãos da Administração Direta dos Poderes, e entidades da Administração Indireta constituídas pelas autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas e sociedades de economia mista que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal e custeio, ou de auxílios para pagamento de despesas de capital, excluídas, neste caso, aquelas empresas lucrativas que recebam recursos para aumento de capital.

Nos itens a seguir, apresentam-se os quadros comparativos para acompanhamento do cumprimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal.

9.2.1.1 RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário indica se os níveis de gastos orçamentários do Estado são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras. O Resultado Primário, que exclui das receitas totais os ganhos de aplicações financeiras e, dos gastos totais, os juros nominais devidos, mede como as ações correntes do setor público afetam a trajetória de seu endividamento líquido. O principal objetivo desse cálculo é avaliar a sustentabilidade da política fiscal em um dado exercício financeiro, tendo em vista o patamar atual da dívida consolidada e a capacidade de pagamento da mesma pelo setor público no longo prazo.

9.2.1.1.1 RESULTADO PRIMÁRIO A PREÇOS CORRENTES

Entende-se por preços correntes aqueles em que os bens e serviços são valorizados aos preços verificados no ano em causa. A tabela abaixo demonstra os valores atualizados pela variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, corrigidos pelos índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo assim os valores para os praticados no exercício em análise.

TABELA 116 - RESULTADO PRIMÁRIO A PREÇOS CORRENTES
Estado do Rio de Janeiro - 2010

DESCRIÇÃO	LDO (A)	RECEITAS REALIZADAS		VARIÇÃO C = (B) - (A)	% D = (C) / (A)
		(B)			
RECEITA TOTAL	45.620.685	48.806.071		3.185.386	6,98%
(-) Rend. de Aplic. Financeira	382.770	542.609		159.839	41,76%
(-) Operações de Crédito	1.855.586	1.295.237		-560.349	-30,20%
(-) Receita de Alienações	100.048	45.992		-54.056	-54,03%
(-) Amortiz. Empréstimos	138.243	148.826		10.583	7,66%
Total da Rec. não Financeira (I)	43.144.038	46.773.407		3.629.369	8,41%
DESCRIÇÃO	LDO (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO	VARIÇÃO C = (B) - (A)	% D = (C) / (A)
DESPESA TOTAL	45.629.638	49.028.269	48.676.076	3.398.631	7,45%
(-) Juros e Amortiz. Dívida	3.827.084	3.561.979	3.561.979	-265.105	-6,93%
(-) Concessão de Empréstimos	81.156	107.630	99.358	26.474	32,62%
Total da Desp. não Financeira (II)	41.721.398	45.358.661	45.014.739	3.637.263	8,72%
Result. Primário (I) - (II)	1.422.640	1.414.747	1.758.668	-7.893	-0,55%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

A meta fixada para o resultado primário a preços correntes, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2010, foi de R\$ 1.422.640 mil. Conforme verifica-se na tabela anterior, com base na despesa empenhada, o Estado apurou em 2010 um superávit primário de R\$ 1.414.747 mil, abaixo da meta, correspondente a -0,55% da meta fixada.

9.2.1.2 MONTANTE DA DÍVIDA E RESULTADO NOMINAL

9.2.1.2.1 A PREÇOS CORRENTES

TABELA 117 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL (A PREÇOS CORRENTES)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	LDO		REALIZADO	
	2009	2010	2009	2010
	A	B	C	D
Dívida Consolidada	56.107.324	59.388.030	52.664.842	59.202.175
(-) Disponibilidade de Caixa	2.906.303	3.138.807	5.779.178	5.538.709
(-) Haveres Financeiros	2.513.235	2.488.102	2.002.881	2.172.241
(+) Restos a Pagar Processados	2.500.772	2.600.803	2.321.730	2.461.507
Dívida Consolidada Líquida (A)	53.188.558	56.361.924	47.204.512	53.952.732
(-) Passivo Reconhecido (B)	-	-	444.155	564.901
Dívida Fiscal Líquida C = (A)-(B)	53.188.558	56.361.924	46.760.357	53.387.831
DESCRIÇÃO	LDO 2010		REALIZADO 2010	
Resultado Nominal	3.173.366		6.627.474	

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano, em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Verifica-se que em 2010, o Estado do Rio apurou um resultado nominal de R\$ 6.627.474 mil, que representa R\$ 3.454.108 mil (108.85%) acima da meta fixada para o exercício corrente. Este resultado está sendo comentado no item 9.5.5.

9.2.1.2.2 A PREÇOS CONSTANTES

**TABELA 118 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL (A PREÇOS CONSTANTES)
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	LDO 2009		REALIZADO	
	2009	2010	2009	2010
	A	B	C	D
Dívida Consolidada	54.873.607	55.501.361	52.871.216	53.397.191
(-) Disponibilidade de Caixa	2.842.398	2.933.387	5.801.825	4.995.619
(-) Haveres Financeiros	2.457.973	2.325.267	2.010.730	1.959.245
(+) Restos a Pagar Processados	2.445.784	2.430.593	2.330.828	2.220.148
Dívida Consolidada Líquida (A)	52.019.020	52.673.300	47.389.489	48.662.474
(-) Passivos Reconhecidos (B)	-	-	445.896	509.511
Dívida Fiscal Líquida C = (A)-(B)	52.019.020	52.673.300	46.943.594	48.152.964
DESCRIÇÃO	LDO 2010		REALIZADO 2010	
Resultado Nominal	654.280		1.209.370	

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Conforme apresentado na tabela acima, o Resultado Nominal a preços médios de 2010 (deflacionado pelo IGP-DI) foi positivo em R\$ 1.209.370 mil, o que representa 84,84 % acima da meta fixada na LDO, que foi de R\$ 654.280 mil positivos.

9.3 METAS BIMESTRAIS

A meta bimestral de arrecadação é um importante instrumento de planejamento e controle da execução orçamentária, pois vincula a liberação do orçamento às metas de arrecadação projetadas.

Em acordo com o artigo 13 da Lei Complementar Federal n.º 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Governo do Estado do Rio de Janeiro publicou no Diário Oficial do Poder Executivo, de 08/02/2010, o Quadro de Metas da Distribuição Bimestral da Receita – exercício de 2010.

Seguem demonstrativos relativos ao período em exame:

TABELA 119 - ARRECADAÇÃO ESTADUAL - METAS BIMESTRAIS
Estado do Rio de Janeiro - 2010

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
Receitas Correntes	8.054.510	6.542.096	6.662.188	6.481.115	6.067.697	7.538.055	41.345.661
Tributária	4.887.944	4.434.351	3.958.768	3.972.374	4.313.306	4.868.420	26.435.162
Contribuições	144.902	144.902	144.902	144.902	144.902	216.151	940.663
Patrimonial	1.827.768	857.060	1.557.473	1.353.482	575.125	1.361.086	7.531.994
Agropecuária	30	30	35	29	31	25	180
Industrial	247	233	228	239	240	252	1.438
Serviços	57.570	53.884	48.603	51.167	53.263	48.767	313.254
Transf. Correntes	976.033	891.895	781.892	788.294	805.362	876.222	5.119.700
Outras Rec. Correntes	160.016	159.742	170.285	170.627	175.468	167.132	1.003.271
Receitas de Capital	647.118	584.390	580.498	1.303.393	656.256	542.980	4.314.636
Operações de Crédito	309.264	309.264	309.264	309.264	309.264	309.264	1.855.586
Alienações de Bens	8	8	8	700.008	100.008	8	800.048
Amort. Empréstimos	25.682	25.156	22.807	23.091	22.376	19.132	138.243
Transf. Capital	312.164	249.963	248.419	271.030	224.608	214.576	1.520.759
Total	8.701.629	7.126.487	7.242.686	7.784.509	6.723.952	8.081.035	45.660.298

TABELA 120 - ARRECADAÇÃO ESTADUAL - REALIZADO
Estado do Rio de Janeiro - 2010

R\$ Mil

RECEITAS	VALORES EXECUTADOS						TOTAL
	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	
Receitas Correntes	8.358.864	7.023.720	8.424.485	7.427.981	6.647.843	8.680.976	46.563.869
Tributária	5.189.627	4.832.349	4.602.952	4.504.521	4.703.421	5.253.685	29.086.555
Contribuições	144.042	173.068	151.760	160.818	162.763	247.796	1.040.247
Patrimonial	2.025.456	855.401	1.889.279	1.662.596	667.267	1.509.319	8.609.317
Agropecuária	9	9	56	43	19	26	163
Industrial	2.080	416	13	49	(2.365)	21	214
Serviços	39.704	50.999	51.421	73.570	59.782	68.739	344.213
Transf. Correntes	800.618	823.527	879.627	831.355	834.066	952.106	5.121.300
Outras Rec. Correntes	157.327	287.953	849.377	195.029	222.888	649.284	2.361.858
Receitas de Capital	74.594	93.567	1.151.901	185.383	572.131	164.626	2.242.202
Operações de Crédito	7.132	48.857	905.434	2.321	274.247	57.245	1.295.237
Alienações de Bens	-	0	804	38.830	16	6.342	45.992
Amort. Empréstimos	27.308	26.724	24.115	25.094	24.462	21.123	148.826
Transf. Capital	40.154	17.986	221.549	119.138	273.406	69.716	741.949
Outras Rec. Capital	-	0	-	-	-	10.199	10.199
Total	8.433.457	7.117.287	9.576.386	7.613.364	7.219.974	8.845.602	48.806.071

TABELA 121 - COMPARATIVO DAS METAS DE ARRECADAÇÃO X VALORES REALIZADOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010

R\$ Mil

PERÍODOS	METAS DE ARRECADAÇÃO (A)	VALORES REALIZADOS (B)	DIFERENÇA C = (B-A)
1º Bimestre	8.701.629	8.433.457	-268.171
2º Bimestre	7.126.487	7.117.287	-9.200
3º Bimestre	7.242.686	9.576.386	2.333.701
4º Bimestre	7.784.509	7.613.364	-171.144
5º Bimestre	6.723.952	7.219.974	496.022
6º Bimestre	8.081.035	8.845.602	764.566
TOTAL	45.660.298	48.806.071	3.145.773

TABELA 122 - META ANUAL X VALORES REALIZADOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010

ESPECIFICAÇÃO	META ANUAL	REALIZADO 2010	VAR. REAL	R\$ Mil
				VAR. NOM %
Receitas Correntes	41.345.661	46.563.869	5.218.207	12,62%
Tributária	26.435.162	29.086.555	2.651.394	10,03%
Contribuições	940.663	1.040.247	99.584	10,59%
Patrimonial	7.531.994	8.609.317	1.077.324	14,30%
Agropecuária	180	163	-17	-9,49%
Industrial	1.438	214	-1.224	-85,12%
Serviços	313.254	344.213	30.960	9,88%
Transf. Correntes	5.119.700	5.121.300	1.600	0,03%
Outras Rec. Correntes	1.003.271	2.361.858	1.358.588	135,42%
Receitas de Capital	4.314.636	2.242.202	(2.072.434)	-48,03%
Operações de Crédito	1.855.586	1.295.237	(560.349)	-30,20%
Alienações de Bens	800.048	45.992	(754.056)	-94,25%
Amort. Empréstimos	138.243	148.826	10.583	7,66%
Transf. Capital	1.520.759	741.949	(778.811)	-51,21%
Outras Rec. Capital	-	10.199	10.199	0,00%
Total	45.660.298	48.806.071	3.145.773	6,89%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Nota: 1 - Excluídas a Imprensa Oficial e a CEDAE por não se enquadrarem no conceito de Empresa Dependente.

2 - Não foram consideradas as Receitas Intra-Orçamentárias.

Em relação aos dados apresentados, verifica-se que, em 2010 a arrecadação total do Estado, não considerando as receitas intraorçamentárias, atingiu o montante de R\$ 48.806.071 mil, 3.145.773 mil (6,89%) acima da meta estabelecida de R\$ 45.660.298 mil.

9.3.1 CUMPRIMENTO AO ARTIGO 13 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Ainda, em cumprimento ao disposto no art. 13, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi publicada no D.O.ERJ, de 08 de fevereiro de 2010, a Resolução SEFAZ nº 276, de 03/02/2010, contendo as medidas de combate à evasão e à sonegação, a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, conforme apresentamos a seguir:

I. MONITORAMENTO DAS EMPRESAS CONTRIBUINTES DO ICMS

As empresas são divididas em três grupos:

GRUPO I - 500 maiores empresas, que representam aproximadamente 85,9% da arrecadação;

GRUPO 2 – empresas classificadas entre 501^a a 1000^a, que representam aproximadamente 4,4% da arrecadação; e

GRUPO 3 – empresas classificadas entre 1001^a, que representam aproximadamente 9,7% da arrecadação.

Para as empresas do Grupo 1, o acompanhamento será mensal, a cargo da Repartição Fiscal, com a elaboração de relatório explicativo em caso de queda de desempenho.

Para as empresas do Grupo 2, o acompanhamento será trimestral, a cargo da Repartição Fiscal, com a elaboração de relatório explicativo, em caso de queda de desempenho.

No caso das empresas do Grupo 3, as ações serão pontuais e ocorrerão quando observadas alteração significativa no seu desempenho.

O desempenho das empresas dos Grupos 1 e 2 será também avaliado pela Subsecretaria - Adjunta de Fiscalização, através da Coordenação de Planejamento Fiscal, com o uso dos indicadores econômico-fiscais.

II. REDUÇÃO NA OMISSÃO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

Podemos dividir o controle das obrigações fiscais em:

- 1- Controle relativo aos equipamentos Emissores de Cupons Fiscais - ECF;
- 2- Controle relativo à entrega da Guia de Informação e Apuração –GIA;
- 3- Controle relativo à entrega de Arquivos Magnéticos previstos pelo Convênio nº 57/95 - SINTEGRA e dos Registros 60I dos ECF matriciais;
- 4- Controle das informações fornecidas pelas administradoras de cartões de crédito/débito, ao amparo da Lei nº 5.075/2007;
- 5 – Controle das informações das memórias de fita detalhe (MFD) dos equipamentos Cupons Fiscais Térmicos.

Quanto ao item 1, será efetuado o confronto entre as informações prestadas pelos fabricantes e distribuidores de ECF e as prestadas pelos usuários dos equipamentos. A partir desse confronto, semestralmente, serão lançadas operações fiscais para a autuação dos contribuintes, cujos ECFs apresentem irregularidades.

Quanto ao item 2, será feito o controle permanente da entrega da Guias de Informações e Apuração - GIAs. Em cada ação fiscal ocorre análise do dossiê do contribuinte e são apuradas as distorções eventualmente detectadas.

Quanto ao item 3, o controle do envio pelo envio pela Internet dos arquivos magnéticos previstos pelo Convênio 57/95 - Sintegra, ensejará o lançamento de operações fiscais, a cada semestre, destinadas à autuação de possíveis omissões.

Quanto ao item 4, as informações fornecidas pelas administradoras de cartões de crédito/débito estão sendo confrontadas com os dados informados por todo contribuinte que realize operações de vendas por meio de cartões de crédito. E, cada semestre, haverá fiscalizações destinadas a sanear eventuais distorções apuradas.

Quanto ao item 5 – Está em curso a análise das informações das MFD para cruzamento com os dados das GIAS e para subsidiar o Programa Cupom Mania.

III. SISTEMA ESPECIAL DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E PAGAMENTO DE ICMS

Será mantido o programa de acompanhamento de empresas que apresentam reincidência na falta de recolhimento do tributo ou apresentam negativas ou resistência ao atendimento às intimações do Fisco. Bem como continuará o encaminhamento de processos ao Ministério Público nos casos previstos na Legislação.

IV. CUMPRIMENTO DO DECRETO Nº 39.855/2006

Continua intensivamente o monitoramento do cumprimento do decreto acima citado, que veda a apropriação de crédito do ICMS nas entradas decorrentes de operações interestaduais de mercadorias, cujos remetentes estejam sendo beneficiados com incentivos fiscais.

V. ADMINISTRAÇÃO DO ITD

- Realizar diversas ações fiscais decorrentes de indícios de irregularidades constatadas pela SUAR;
- Realizar diversas ações fiscais decorrentes de novas informações recebidas da Secretaria da Receita Federal referentes às doações;
- Realizar diversas ações fiscais a partir de informações obtidas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro;
- Realizar Convênios com Secretarias Municipais de Fazenda nos moldes do firmado com a Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro;
- - Ampliar as hipóteses de emissão da guia de controle pelo contribuinte na internet;
- - Ampliar os serviços a serem oferecidos na internet;
- Acompanhar Projeto de Lei em trâmite na ALERJ, visando ampliar os mecanismos de fiscalização, em especial, das serventias extrajudiciais.

**TABELA 123 - ESPECIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE CERTIDÕES AJUIZADAS E VALORES DE AÇÕES AJUIZADAS PARA COBRANÇA DA DÍVIDA
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

Em Reais			
ATÉ DEZ/2010	QUANTIDADE DE CERTIDÕES AJUIZADAS	VALOR (UFIR-RJ)*	VALOR (REAIS)
CAPITAL	68.624	10.788.187.099,86	21.773.798.023,65
INTERIOR	49.708	6.062.268.976,79	6.062.268.978,81
Total	118.332	16.850.456.076,65	27.836.067.002,46

*Valores de UFIR-RJ EM 31/12/2010
FONTE: D.O. 03/02/2011 (Página 9)

**TABELA 124 - ESPECIFICAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO MONTANTE DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

Em Reais				
1. EVOLUÇÃO DE VALORES A RECEBER REFERENTES A AUTOS DE INFRAÇÃO				
	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
QTDE UFIR	7.573.307.900,08	6.302.290.697,23	6.906.393.027,10	8.149.286.998,32
UFIR	1,7495	1,8258	1,9372	2,0183
R\$	13.249.502.171,19	11.506.722.355,00	13.379.064.572,20	16.447.705.948,81

Em Reais				
2. EVOLUÇÃO DE VALORES A RECEBER REFERENTES A PARCELAMENTOS				
	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
QTDE UFIR	318.184.371,85	266.675.378,46	352.998.067,51	343.846.517,86
UFIR	1,7495	1,8258	1,9372	2,0183
R\$	556.663.558,55	486.895.905,99	683.827.856,38	294.045.976,00

Em Reais				
3. EVOLUÇÃO DE VALORES A RECEBER REFERENTES AO REGIME SIMPLIFICADO				
	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
QTDE UFIR	114.876.098,53	113.993.421,16	82.366.118,15	42.444.244,85
UFIR	1,7595	1,8258	1,9372	2,0183
R\$	202.124.495,36	208.129.188,40	159.559.644,08	85.665.219,38

9.3.1.1 CUMPRIMENTO AO ARTIGO 58 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF

Providências adotadas, no exercício de 2010, no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativas e judicial, bem como as demais medidas para incrementos das receitas tributárias e de contribuições.

A seguir apresentamos as providências adotadas, no exercício de 2010, de acordo com a CI SSER/SEFAZ Nº. 08, de 15 de março de 2011, encaminhada a Contadoria Geral do Estado pela Subsecretaria de Estado da Receita.

a) No âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação

Planejamento e Gestão da Fiscalização

FISCALIZAÇÃO DO ITD: Utilização dos dados obtidos junto à Receita Federal através de Apuração Especial, de informações sobre doações de contribuinte do RJ, para subsidiar fiscalizações objetivando o aumento de arrecadação.

BASE DE CÁLCULO DO ITD: Formação de Auditores Fiscais decorrentes do convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro para promover a reavaliação dos imóveis passíveis de impugnação do seu valor para efeito do cálculo do ITD.

MONITORAMNETO DAS EMPRESAS CONTRIBUINTES DO ICMS: segmentação das empresas em três grupos (500 maiores – mensal, de 501 a 1000 maiores – trimestral, e a partir de 1001 – pontual);

AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES FISCAIS; com a utilização dos dados das administradoras de cartão de crédito/débito para apuração da receita a ser tributada;

AÇÕES DE VISIBILIDADE DO FISCO: Criação de expectativas de resultados nas ações fiscais desenvolvidas e acompanhamento dos resultados;

UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA: Auditorias efetuadas a partir dos bancos de dados da SEFAZ, cujos dados passaram a ser extraídos com a ferramenta Cognos.

ESTRUTURA DE FISCALIZAÇÃO: realização de mais um concurso público para o ingresso de Auditores Fiscais, com aproveitamento de 132 novos;

AÇÕES DE CAPITAÇÃO: contratação do treinamento externo na ferramenta Cognos para 40 fiscais, com o foco na gestão da arrecadação das Inspetorias, e no de IDEA, em parceria com a SEFAZ-CE, focando a auditoria fiscal, além de outros eventos de discussão sobre a legislação e o papel do auditor.

INCENTIVO A PRODUTIVIDADE FISCAL – Implementação do incentivo à produtividade fiscal prevista na Lei Complementar nº 134/09, tendo sido fixadas metas de arrecadação para o Estado e para as Inspetorias através de Resolução do Exmo. Senhor Secretário de Fazenda, sendo as mesmas atingidas pelo Estado nos dois semestres de 2010.

AÇÕES DE COMBATE À SONEGAÇÃO

Relativamente a esse tópico, a Secretaria de Fazenda no ano de 2010 emitiu 60.611 RAFs de fiscalização e de processo para todas as Inspetorias, conforme pode ser visto no anexo (RAFs gerados em 2010). Os Autos de Infração lavrados em razão da emissão dos RAFs citados acima perfizeram um montante R\$ 2.905.715.351,09. Cumpre acrescentar que eles resultaram da execução dos mais diversos tipos de programas de fiscalização, dentre os quais se destacam os programas 04SEPROG, 04SPFILIAL, 08SEPROG, 08SPFILIAL, 08LEDA E 08 BI, conforme se depreende do quadro constante.

Além dos programas de rotina, foram implementadas as seguintes ações especiais de fiscalização:

CONVÊNIOS: Utilização dos dados do Convênio com a receita Federal com resultados positivos em relação ao ITD – dados de DOAÇÃO constantes na Declaração do IRPF e IRPJ;

RECURSOS HUMANOS: Término do curso de formação de 100 (cem) Auditores Fiscais da Receita Estadual em fins de fevereiro de 2010 e Contratação de 132 (cento e trinta e dois) Auditores Fiscais da Receita Estadual, com término do curso de formação em novembro de 2010;

REPRESENTAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO: Representações ao Ministério Público da ordem de 578 no ano de 2010;

MONITORAMENTO: Monitoramento dos maiores contribuintes;

BARREIRAS FISCAIS: Implantação do programa Barreira Fiscais em conjunto com a SEGOV e Polícia Militar;

SHOPPING CENTER: Foram implementadas BLITZ nos cursos de formação dos novos Auditores Fiscais, fator de maior presença do fisco nas ruas.

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA COM EFEITOS NA ARRECADAÇÃO 2010

LEI 5.636/10 – Dispõe sobre política de recuperação industrial regionalizada e dá outras providências. Regime especial de tributação e recolhimento do ICMS.

LEI 5.647/10 – Dispõe sobre forma de compensação de crédito inscrito em dívida ativa com precatórios vencidos, e dá outras providências.

(Regulamentada pelo Decreto nº 42.316/10 – que estabelece normas para o cumprimento da lei nº 5.647/10, que dispõe sobre a forma de compensação de crédito inscrito em dívida ativa com precatórios vencidos, e dá outras providências).

DECRETO 4.263/10 – Disciplina a utilização ou transferência de saldos credores acumulados do ICMS para liquidação de débito tributário relativo a fato gerador ocorrido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

Vide Resolução nº 298/10.

DECRETO 42.475/10 – Aprova o Regulamento da Lei nº 5.139/07, que dispões sobre a fiscalização e o controle, pelo Estado do Rio de Janeiro, das compensações e das participações financeiras oriundas das concessões, permissões, cessões e outras modalidades administrativas para a exportação de recursos hídricos e minerais.

DECRETO 42.543/10 – Regulamenta a Lei estadual nº 5.592/09, de 10 de dezembro de 2009, que autoriza o Tratamento Tributário Especial para a implantação e operação do COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

DECRETO 42.565/10 – Dispõe sobre a Concessão de Tratamento Tributário Especial para as Indústrias de Coque Calcinado de Petróleo e dá outras providências.

DECRETO 42.569/10 – Dispõe sobre Concessão de Tratamento Tributário Especial para Indústria de Bicycletas Elétricas e Motocicletas Elétricas e para Comércio Atacadista de Peças para Bicycletas Elétricas e Motocicletas ligado a Projeto Industrial.

DECRETO 42.643/10 – Concede Crédito presumido do ICMS na aquisição de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, com requisito de memória de FITA-DETALHE-MFD para fins de substituição de equipamento sem requisito de MFD e do programa Aplicativo Fiscal Emissor de Cupom fiscal – PAF-ECF.

DECRETO 42.644/10 – Dispões sobre os procedimentos a serem adotados no Cancelamento de Benefícios Fiscais por cometimento de irregularidades fiscais.

DECRETO 42.647/10 – Dispõe concede às Distribuidoras de Energia Elétrica diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, na condição que especifica.

DECRETO 42.649/10 – Concede Crédito Presumido, Diferimento do ICMS e dá outras providências – produtos de informática e eletroeletrônicos.

DECRETO 42.677/10 – Dispõe sobre a disponibilidade da substituição tributária para os produtos de informática e eletrônicos nas operações destinadas aos contribuintes que especifica.

DECRETO 42.737/10 – Regulamenta o artigo 3º, inciso X e parágrafo único, da Lei Estadual nº 1.427/89, de 13 de fevereiro de 1989, com a redação que lhe foi dada pela lei Estadual nº 5.440/09, de 5 de maio de 2009, disciplinando o procedimento tendente ao reconhecimento de Isenção do Imposto sobre transmissão CAUSA MORTIS na hipótese que cuida, e dá outras providências.

DECRETO 42.771/10 – Dispõe sobre o aproveitamento de créditos na hipótese que especifica e dá outras providências.

DECRETO 42.528/10 – Altera os Livros VI e IX do Regulamento (RICMS/00) aprovado pelo decreto nº 27.427/00 para instituir o conhecimento de Transporte Eletrônico (CTE), o documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico (DACTE) e dá outras providências.

DECRETO 42.398/10 – Dispõe sobre a suspensão do ICMS incidente no desembaraço aduaneiro ou bem importado do exterior admitidos em regime aduaneiro de depósito especial.

DECRETO 42.548/10 – Dispõe sobre diferimento nas importações de produtos acabados para tratamento de Esclerose Múltipla pelas Empresas enquadradas no Decreto 36.450/04 de 29 de outubro de 2004.

DECRETO 42.569/10 – Dispõe sobre a Concessão de Tratamento Tributário Especial para Indústria de Bicycletas Elétricas e Motocicletas Elétricas e para Comércio Atacadista de Peças para Bicycletas Elétricas e Motocicletas ligado a Projeto Industrial.

DECRETO 42.643/10 – Concede Crédito Presumido do ICMS na aquisição de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, com requisito de memória de FITA-DETALHE-MFD para fins de substituição de equipamento sem requisito de MFD e do programa Aplicativo Fiscal de Cupom Fiscal – PAF-ECF.

RESOLUÇÃO 268/10 – Dispõe sobre informações a serem prestadas pelas serventias notarias e registras, no interesse da fiscalização do ITD.

RESOLUÇÃO 282/10 – Determina a inscrição em dívida ativa de débitos declarados e não pagos.

RESOLUÇÃO 293/10 – Concede isenção do ICMS nas operações com produtos nacionais e estrangeiros aos jogos olímpicos e paraolímpicos de 2016.

RESOLUÇÃO 298/10 – Dispõe sobre a utilização de Saldos Credores Acumulados do ICMS para Liquidação de Débitos Tributários do Próprio Contribuinte ou de sua transferência para Terceiros, conforme previsto nos artigos 1º e 2º do Decreto nº 42263/10.

RESOLUÇÃO 317/10 – Estabelece procedimentos relativos à Emissão e Impressão do Comprovante de Pagamento Efetuado com Cartão de Crédito ou de Débito Automático em Conta Corrente por Contribuinte.

PROTOCOLO ICMS 88/10 – Dispõe sobre a remessa de trigo “in natura” por contribuinte estabelecido no Estado de Minas Gerais para industrialização por encomenda no Estado do Rio de Janeiro com suspensão do ICMS.

PROTOCOLO ICMS 89/10 – Dispõe sobre a adesão do Estado do Rio de Janeiro ao Protocolo ICM 28/08, que dispõe sobre a operação que antecede a exportação de ônibus e micro-ônibus, disciplinando o trânsito do chassi e da carroçaria.

PROTOCOLO ICMS 197/10 – Estabelece procedimentos nas operações interestaduais com Gás Liquefeito derivado de Gás natural – GLGN.

CONVÊNIOS ECF 1/10 – Dispõe sobre informações relativas às transações de pagamento realizado por meio de cartão de crédito ou débito e autoriza a concessão de crédito outorgado.

PORTARIA SAF 743/10 – Estabelece procedimentos relativos à Escrituração Fiscal Digital (EFD).

b) Instância Judicial

A Procuradoria Geral do Estado - PGE por meio do Ofício PGE/PG-5/NTJ Nº 121, de 02/02/2011, informou sobre as ações de recuperação de créditos na instância judicial, no exercício de 2010, conforme discriminado a seguir:

**Tabela 125 - CERTIDÕES AJUIZADAS ATIVAS
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

		Em Reais
Certidões		Valor (UFIR)
Capital	68.624	10.788.187.099,86
Interior	49.708	6.062.268.976,79
Total	118.332	16.850.456.076,65

9.4 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Representa um instrumento imprescindível no acompanhamento das atividades financeiras e de gestão do Estado e está previsto no artigo 54, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei Complementar 101/00 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar e publicar o Relatório de Gestão Fiscal, com o propósito de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, com a observância dos limites fixados pela lei.

Os Poderes e Órgãos definidos na LRF deverão, cada um, emitir o seu próprio Relatório de Gestão Fiscal, abrangendo todas as informações necessárias à verificação da consecução das metas fiscais e dos limites de que trata a lei.

O relatório deverá conter, também, as medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassados quaisquer dos limites.

O Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos abrange administração direta, autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista beneficiários de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para manutenção de suas atividades, excetuadas aquelas empresas que recebem recursos exclusivamente para aumento de capital, oriundos de investimentos do respectivo ente. No Estado do Rio de Janeiro, a Imprensa Oficial - IO e recentemente a Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro- CEDAE são consideradas “empresa não dependente”, e neste caso, sendo excluídas dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Relatório de Gestão Fiscal conterá demonstrativos comparativos com os limites de que trata a LRF, dos seguintes montantes:

- Despesas totais com pessoal, evidenciando as despesas com ativos, inativos e pensionistas;
- Dívida consolidada;
- Concessão de garantias e contragarantias; e
- Operações de crédito.

No último quadrimestre, o relatório deverá conter, também, os seguintes demonstrativos:

- Do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;
- Da inscrição em Restos a Pagar das despesas liquidadas, das empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa e das não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.
- Do cumprimento do disposto na LRF, no que se refere à operação de crédito por antecipação de receita, liquidada com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano, com observância da proibição de contratar tais operações no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

Apresentam-se, a seguir, informações relativas aos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

9.4.1 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Este demonstrativo visa assegurar a transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e Órgãos, assim como verificar os limites de que trata a LRF.

Será computada a despesa com Pessoal da Administração Direta e Indireta, inclusive das empresas estatais dependentes. A despesa com pessoal ativo e inativo não poderá exceder os limites percentuais da receita corrente líquida prevista na lei.

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

Conforme demonstrado na tabela a seguir, observa-se que as despesas com pessoal do Poder Executivo, em 2010, representaram 26,83% da receita corrente líquida, portanto, mantendo-se abaixo do limite máximo (49,00%) e do limite prudencial (46,55%). Em relação aos gastos consolidados de pessoal (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) observa-se que, no mesmo ano, o índice alcançado é de 36,22%, também se mantendo abaixo do limite máximo (60,00%) e prudencial (57,00%). Para fins de cálculo desses percentuais é mister esclarecer que se excluem as despesas de pessoal com inativos e pensionistas realizadas com recursos vinculados.

Em que pese às orientações contidas no Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, aprovado pela Portaria STN nº 462/2009, em seu volume III, fl. 17, conforme destacado abaixo, no que se refere a servidores requisitados, destacamos não haver dupla contagem da despesa com pessoal, considerando que a despesa com pessoal é empenhada e executada pelo órgão ou entidade cedente, e posteriormente o órgão cedente será ressarcido pelo órgão requisitante (realiza despesa intra-orçamentária) e, ao receber o ressarcimento, deverá proceder ao registro da receita intra-orçamentária, anulando o efeito intra-orçamentário no cômputo da despesa de pessoal.

“No caso de servidores requisitados com ônus para o órgão requisitante, a despesa com pessoal será empenhada e executada pelo órgão ou entidade cedente. Posteriormente, o órgão cedente será ressarcido pelo órgão requisitante e, ao receber o ressarcimento, deverá proceder à anulação da despesa e do empenho correspondente. Se o ressarcimento ocorrer em outro exercício, o valor da restituição deverá ser registrado como receita pelo órgão cedente, a título de Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores.”

Entretanto, em atendimento ao item II do Voto do Conselheiro Relator do processo TCE-RJ 104.123-2/2010, que versa sobre a análise do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2009, demonstrando a Superintendência de Normas Técnicas – SUNOT, através da CI/SUARGE/CGE Nº 031 de 23/03/2011, na qual foi solicitado o aprimoramento da rotina CNRC/SUNOT/CGE nº 008/2009, de forma que fique evidenciado a quem caberá a apropriação da despesa com pessoal para fins de LRF, nos casos de despesas com pessoal requisitado, observando o disposto no Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

Nos quadros abaixo, demonstramos a evolução dos gastos com pessoal do Poder Executivo, bem como o Consolidado, em relação à Receita Corrente Líquida:

TABELA 126 - DESPESA COM PESSOAL - EXECUTIVO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2007		2008		2009		2010	
	VALOR	%SOBRE A RCL						
Total da Despesa com Pessoal para Fins de Apuração do Limite	6.471.525	26,00%	7.031.359	23,99%	7.824.750	27,00%	9.266.194	26,83%
Limite Máximo (Incisos I, II E III, Art. 20 da LRF)	12.197.166	49,00%	14.361.515	49,00%	14.198.577	49,00%	16.922.104	49,00%
Limite Prudencial (§ Único, Art. 22 da LRF)	11.587.307	46,55%	13.643.440	46,55%	13.488.648	46,55%	16.075.999	46,55%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

DESPESA DE PESSOAL - EXECUTIVO
Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010

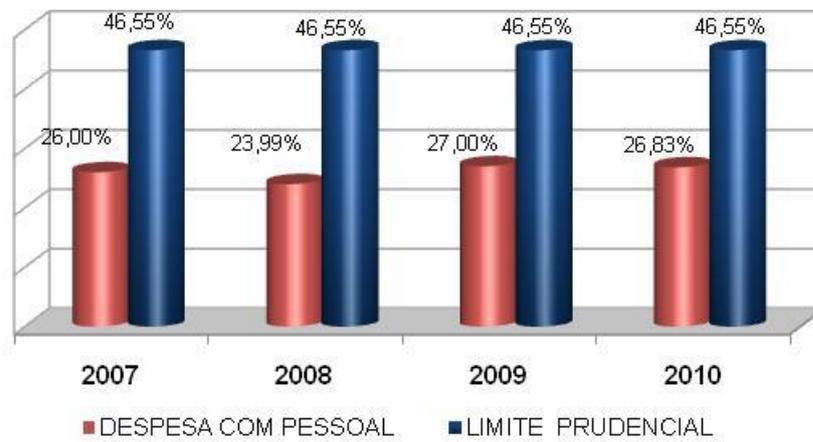


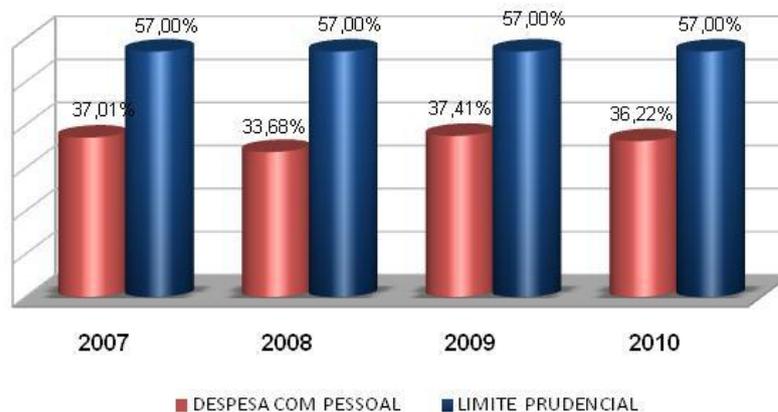
TABELA 127 - DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2007		2008		2009		2010	
	VALOR	% SOBRE A RCL						
Total da Despesa com Pessoal para Fins de Apuração do Limite	9.213.592	37,01%	9.871.627	33,68%	10.839.234	37,41%	12.510.136	36,22%
Limite Máximo (Incisos I, II E III, Art. 20 da LRF)	14.935.305	60,00%	17.585.529	60,00%	17.386.013	60,00%	20.720.944	60,00%
Limite Prudencial (§ Único, Art. 22 da LRF)	14.188.539	57,00%	16.706.253	57,00%	16.516.712	57,00%	19.684.897	57,00%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

DESPESA DE PESSOAL - CONSOLIDADO
Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010



Nota-se nos gráficos acima que os percentuais da despesa com pessoal, do Poder Executivo, em relação à receita corrente líquida estão dentro dos limites estabelecidos pela LRF. No ano de 2007 apurou-se uma relação percentual de 26,00%, nos exercícios posteriores o índice oscilou de maneira discreta chegando a 26,86% em 2010, ficando 19,72 pontos percentuais abaixo do limite prudencial. Em relação à despesa com pessoal, consolidada no ano de 2007, apurou-se uma relação percentual de 37,01%, reduzindo-se em 2010 para 36,22%, o que resultou em 20,78 pontos percentuais abaixo, também, do limite prudencial.

Para fins de cálculo dos percentuais acima excluem-se as despesas de pessoal com inativos e pensionistas realizadas com recursos vinculados. No exercício de 2010, essas despesas atingiram o montante de R\$ 7.875.601 mil, custeadas pelas receitas de Compensação Financeira da Extração do Petróleo – Royalties de R\$ 3.553.598; receitas provenientes do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES R\$ 57.924; Receitas da Dívida Ativa R\$ 5.264 e o montante de R\$ 4.258.815 mil referente a receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS.

Observa-se, que em todos os anos analisados o Governo do Estado do Rio de Janeiro obteve êxito no cumprimento da LRF no que se refere aos limites para despesa de pessoal.

9.4.2 DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL

É elaborado pelo Poder Executivo e abrange todos os Poderes do Estado. O detalhamento, a forma e a metodologia de apuração da DCL visam assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a LRF e outras informações relevantes.

A Dívida Consolidada – DC ou fundada é o montante total apurado, sem duplicidade das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nos termos do art. 29 da LRF.

Em observância ao Princípio da Prudência, e com vistas a assegurar a transparência da gestão fiscal e a prevenção de riscos preconizados na LRF, são ainda evidenciadas, neste demonstrativo, outras obrigações do Ente que causam impacto em sua situação econômico-financeira, muito embora não sejam essas obrigações consideradas no conceito de dívida consolidada, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente, tais como, precatórios anteriores a 05.05.2000, insuficiência financeira e outras obrigações não integrantes da DC.

Outro aspecto relevante tratado neste demonstrativo diz respeito ao critério para apuração das disponibilidades financeiras para efeito de dedução da Dívida Consolidada. Neste caso, devem ser deduzidos, do somatório do ativo disponível e haveres financeiros, os valores inscritos em restos a pagar processados.

No demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida não foram considerados os valores referentes ao RIOPREVIDÊNCIA, conforme Portaria nº 462, de 05 de agosto de 2009.

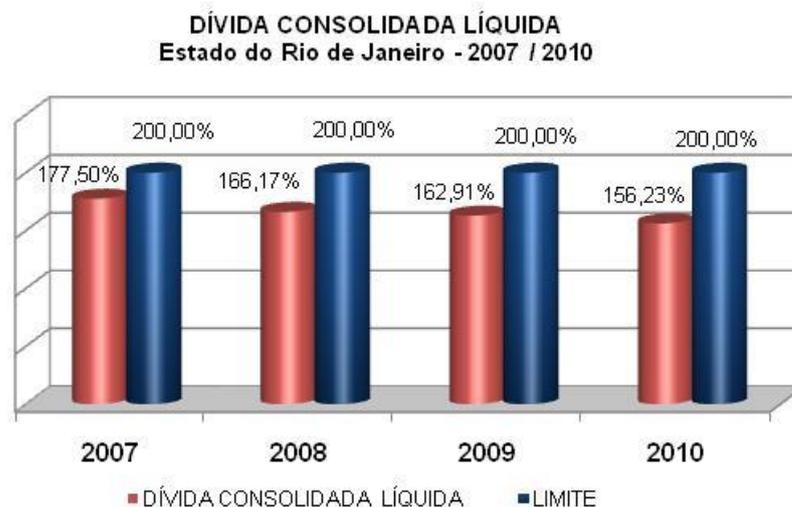
A dívida consolidada líquida do Estado, em relação à receita corrente líquida, apresentou no período de 2010 o percentual de 156,23% correspondendo a R\$ 53.952.732 mil, ficando abaixo do limite percentual de 200,00%, determinado pelo Senado Federal, que corresponde a R\$ 69.069.813 mil.

Na tabela, a seguir, demonstramos o comparativo da Dívida Consolidada Líquida:

TABELA 128 - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010

	2007		2008		2009		2010	
	VALOR	% SOBRE A RCL						
Total da Dívida Consolidada Líquida	44.184.681	177,50%	48.702.529	166,17%	47.204.512	162,91%	53.952.732	156,23%
Limite Definido por Resol. do	49.784.349	200,00%	58.618.430	200,00%	57.953.376	200,00%	69.069.813	200,00%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG



O estoque da dívida fundada cresceu 11,88%, quando comparado o ano de 2010 com 2009. A maior parte desse aumento ocorreu devido à variação positiva do IGP-DI de 11,30% e ao ingresso de recursos de novas operações de crédito, que juntas somaram 1,22 bilhões.

No exercício de 2010, o Estado apurou a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida, conforme demonstrado, inferior a 200%. Na comparação com o exercício anterior a relação

entre a DCL/RCL apresentou uma redução de 6,68%. Essa redução pode ser explicada observando-se, isoladamente, o desempenho da DCL de 2010 frente a 2009, que apresentou uma variação de 14,30%, enquanto que a RCL apresentou um crescimento mais significativo da ordem de 19,18%.

9.4.3 DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Este demonstrativo visa assegurar a transparência das garantias oferecidas a terceiros por ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF, bem como das contragarantias correspondentes. A concessão de garantia compreende o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

Na tabela abaixo, demonstra que o total das garantias do Estado, no exercício de 2010, representou 5,76% da receita corrente líquida, ficando 16,24 pontos percentuais abaixo do limite definido no art. 9º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, que determinou em 22% da receita corrente líquida as garantias de valores.

Na comparação com o ano anterior, observa-se, na tabela abaixo, que a relação Total das Garantias/RCL teve uma redução de 0,08%. Essa redução pode ser explicada observando-se, isoladamente, o valor das garantias frente ao exercício anterior, que apresentou uma variação de 17,60%, enquanto a RCL apresentou um crescimento mais significativo da ordem de 19,18%.

Na tabela a seguir, demonstramos o comparativo das Garantias de Valores:

TABELA 129 - GARANTIA DE VALORES
comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010

DESCRIÇÃO	2007		2008		2009		2010	
	VALOR	% SOBRE A RCL						
Total das Garantias	1.032.695	4,15%	1.439.092	4,91%	1.692.002	5,84%	1.989.762	5,76%
Limite Definido por	5.476.278	22,00%	6.448.027	22,00%	6.374.871	22,00%	7.597.679	22,00%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG



9.4.4 DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Este demonstrativo visa assegurar a transparência das operações de crédito efetuadas por ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF.

A operação de crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

O total das operações de crédito do Estado, em 2010, representou 3,75 pontos percentuais sobre a receita corrente líquida. O limite definido no inciso I, art. 7º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, estipula o valor máximo para a relação das operações de crédito com a receita corrente líquida em 16,00%. Desta forma o Estado apresentou uma relação de 12,25 pontos percentuais abaixo do limite definido pelo Senado Federal.

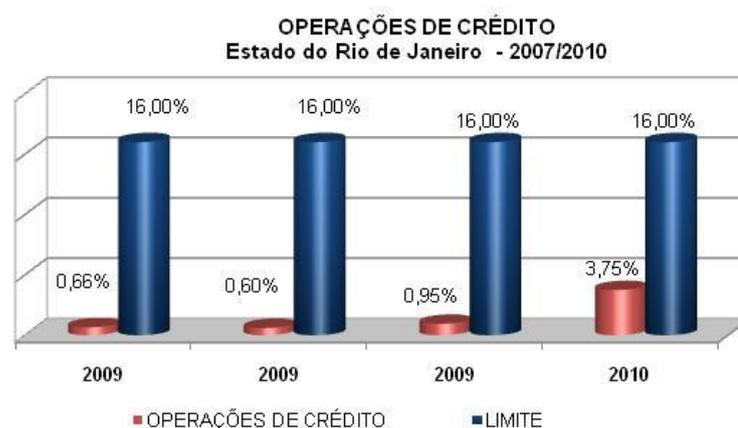
Na comparação ao mesmo período de 2009, as operações de crédito, apresentaram uma variação nominal de 3,15%, o que representa um acréscimo de R\$ 1,02 bilhões de receitas provenientes dessas operações.

Na tabela abaixo, demonstramos o comparativo das Operações de Crédito:

TABELA 130 - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010

DESCRIÇÃO	2007		2008		2009		2010	
	VALOR	% SOBRE A RCL						
Operações de Crédito	163.674	0,66%	175.610	0,60%	274.809	0,95%	1.295.237	3,75%
Limite Definido pelo	3.982.748	16,00%	4.689.474	16,00%	4.636.270	16,00%	5.525.585	16,00%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG



9.4.5 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa informa, de forma resumida, a parcela comprometida (limite de que trata a LRF) para inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas, ou seja, a disponibilidade líquida antes da inscrição dos Restos a Pagar não Processados, de que trata o artigo 36 da Lei 4.320/1964. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados, exclusivamente, para atender ao objeto de sua vinculação.

Ressalta-se que na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

O saldo da disponibilidade de caixa frente às obrigações financeiras de curto prazo do Poder Executivo, que pode ser considerado como a capacidade do Estado em honrar seus compromissos de curto prazo, no ano de 2010 apresentou um superávit de R\$ 1,5 bilhões, que, muito embora o total do disponível apresente uma redução de 4,13% em relação a 2009, pudemos observar uma redução de 35,21% no total das obrigações financeiras, fruto da política de contenção de gastos do Governo e priorização dos pagamentos de Restos a Pagar, o que explica esta elevação das disponibilidades em 602,45% entre 2009 e 2010.

Na tabela a seguir, apresentamos o comparativo da Disponibilidade de Caixa:

TABELA 131 - DISPONIBILIDADE DE CAIXA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil			
	2007	2008	2009	2010
Ativo				
Disponibilidade Financeira - Executivo	2.869.557	4.152.258	4.813.233	4.696.711
Disponibilidade Financeira - RIOPREVIDÊNCIA	304.072	1.397.185	680.796	570.567
Total do Ativo Disponível (I)	3.173.630	5.549.443	5.494.029	5.267.278
Passivo				
Obrigações Financeiras - Executivo	3.638.025	3.856.960	4.012.667	3.213.642
Obrigações Financeiras – RIOPREVIDÊNCIA	980.519	984.625	1.481.404	342.615
Total das Obrigações Financeiras (II)	4.618.544	4.841.585	5.494.071	3.556.257
Suficiência Antes da Inscrição em RPNP (III) = (I-II)	(1.444.914)	707.857	(42)	1.711.020
Inscrição em Restos a Pagar não Processados (IV)	64.748	135.096	301.060	198.137
Superávit/Déficit (V) = (III-IV)	(1.509.662)	572.761	(301.102)	1.512.883

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

Conforme disposto no artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000, É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Conforme demonstrativo, no encerramento do exercício de 2010, as obrigações financeiras de curto prazo do Poder Executivo (obrigações financeiras + inscrição de restos a pagar não processados) totalizavam R\$ 3.754, sendo superadas pelas disponibilidades, ou saldo em caixa, que alcançaram

R\$ 5.267 milhões. A relação “Obrigações Financeiras / Ativo Disponível” foi de 1,4, apontando, de forma consolidada com relação às fontes de recursos, que as despesas efetuadas e não pagas no final de 2010 possuíam contrapartida financeira no caixa do Tesouro Estadual.

9.4.6 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Este demonstrativo visa assegurar a transparência da inscrição em Restos a Pagar. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente destinados ou vinculados à finalidade específica serão utilizados, exclusivamente, para atender ao objeto de sua vinculação.

Os Restos a Pagar Não Processados do Poder Executivo foram inscritos em virtude da suficiência financeira apurada, por fontes de recursos, em cada órgão / entidade.

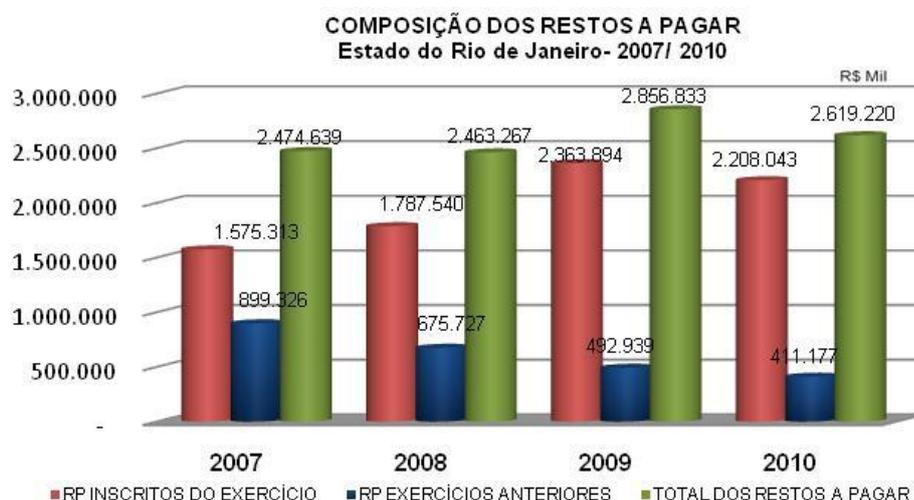
Em comparação com o ano de 2009, o estoque de Restos a Pagar apresentou uma redução de R\$ 237.613 mil. É importante destacar que o valor de estoque de Restos a Pagar tende a diminuir ao longo dos anos como decorrência do Programa de Parcelamento dos RPs de exercícios anteriores a 2007 (Decreto Nº 40.874/2007 e Decreto Nº 41.377/2008).

Na tabela abaixo, demonstramos o comparativo dos Restos a Pagar:

TABELA 132 - RESTOS A PAGAR
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010
Restos a Pagar Inscritos do Exercício	1.575.313	1.787.540	2.363.894	2.208.043
Restos a Pagar Exercícios Anteriores	899.326	675.727	492.939	411.177
Total Dos Restos a Pagar	2.474.639	2.463.267	2.856.833	2.619.220

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG





9.5 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO

Representa um instrumento imprescindível no acompanhamento das atividades financeiras e de gestão do Estado e está previsto no § 3º, do artigo 165, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, em seus artigos 52 e 53.

Os entes da Federação, definidos na LRF, deverão, cada um, emitir o seu próprio Relatório Resumido da Execução Orçamentária, abrangendo todas as informações necessárias à verificação da consecução das metas fiscais e normas de que trata a lei.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que se refere às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece as normas para elaboração e publicação do RREO.

O RREO e seus demonstrativos abrangerão os órgãos da Administração Direta, dos Poderes e Entidades da Administração Indireta, constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos Especiais, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal e de custeio, ou de auxílios para pagamento de despesas de capital, excluídas, neste caso, aquelas empresas lucrativas que recebam recursos para aumento de capital.

É um pressuposto da responsabilidade na gestão fiscal, a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Nesse sentido, a Lei Complementar nº 101/2000 orienta sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, a limitação de empenho e movimentação financeira, a não geração de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, os critérios para criação, expansão ou

aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa. Orienta, ainda, sobre o cumprimento de metas de resultado primário ou nominal, sobre a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente, sobre a contratação de operações de crédito, disponibilidades de caixa, restos a pagar, dentre outras disposições, visando, sempre, a responsabilização do titular do Poder ou Órgão no que se refere à gestão dos recursos e patrimônio públicos.

Quando for o caso, serão apresentadas justificativas da limitação de empenho e da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

As informações deverão ser elaboradas a partir do consolidado de todas as unidades gestoras, no âmbito da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos Especiais, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Os demonstrativos do RREO, abaixo listados, deverão ser elaborados e publicados até trinta dias após o encerramento do bimestre considerado, durante o exercício no formato definido pela Portaria da nº 462/2009 da STN:

- Balanço Orçamentário;
- Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;
- Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos;
- Demonstrativo do Resultado Nominal;
- Demonstrativo do Resultado Primário;
- Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- Demonstrativo das Despesas com Saúde;
- Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- Além dos demonstrativos mencionados, também deverão ser elaborados e publicados até trinta dias após o encerramento do último bimestre, os seguintes:
- Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos;
- Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
- Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas.

9.5.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Definido na Lei nº 4.320, de 31 de março de 1964, demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, estando, também, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, porém de forma mais detalhada e com periodicidade de publicação bimestral. Integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, e deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. Segundo a LRF, o Balanço Orçamentário apresentará a execução das receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar, e também a execução das despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, os créditos adicionais, a dotação atualizada, as despesas empenhadas e liquidadas, no bimestre e no exercício, e o saldo a realizar.

Na tabela, a seguir, demonstramos o comparativo do Resultado Orçamentário:

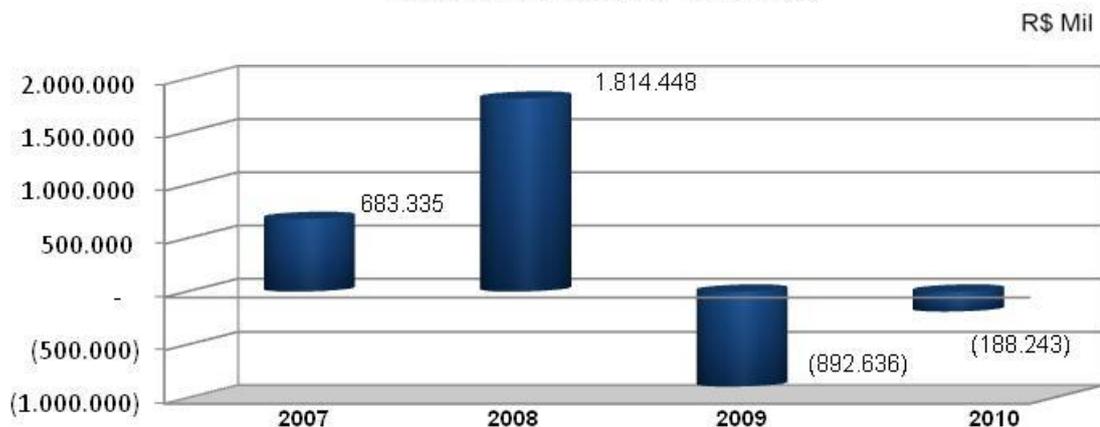
TABELA 133 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010
Receitas Realizadas	34.472.045	40.429.263	42.169.759	50.814.141
Despesas Executadas	33.788.709	38.614.815	43.062.395	51.002.384
Result. Orçamentário	683.335	1.814.448	(892.636)	(188.243)

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
Estado do Rio de Janeiro - 2007/ 2010



9.5.2 DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Apresenta a apuração da receita corrente líquida - RCL, sua evolução nos últimos doze meses, assim como a previsão de seu desempenho no exercício.

A informação constante neste demonstrativo serve de base de cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados no Relatório de Gestão Fiscal.

Entende-se como RCL, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, consideradas algumas deduções.

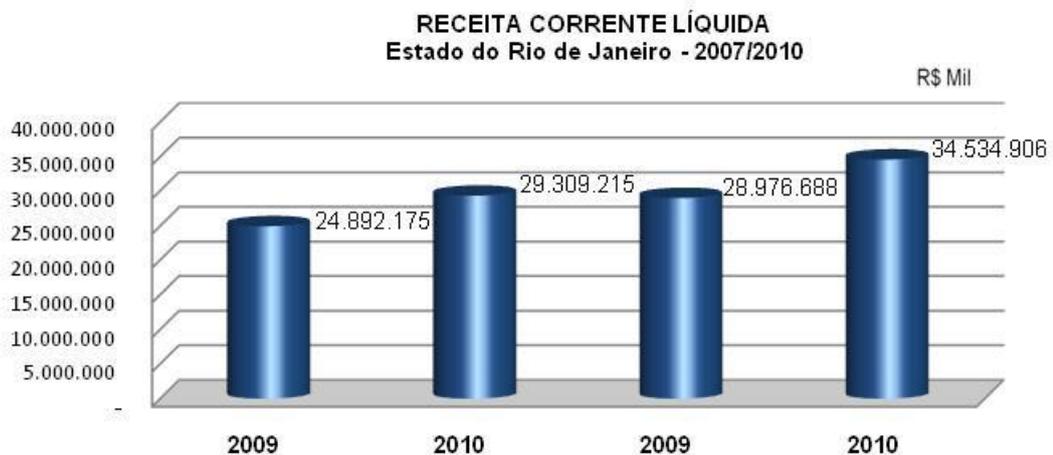
A RCL servirá como base para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

Na tabela abaixo, demonstramos o comparativo da Receita Corrente Líquida:

TABELA 134 – RECEITA CORRENTE – RCL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil			
	2007	2008	2009	2010
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA REALIZADA	24.892.175	29.309.215	28.976.688	34.534.906

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG



9.5.3 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do regime próprio dos servidores, que o ente da Federação mantiver ou vier a instituir.

O ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio de previdência social, para seus servidores, conferir-lhe-á caráter contributivo e organizá-lo-á com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado aos Regimes Próprios de Previdência Social, publicado pelo Ministério da Previdência Social.

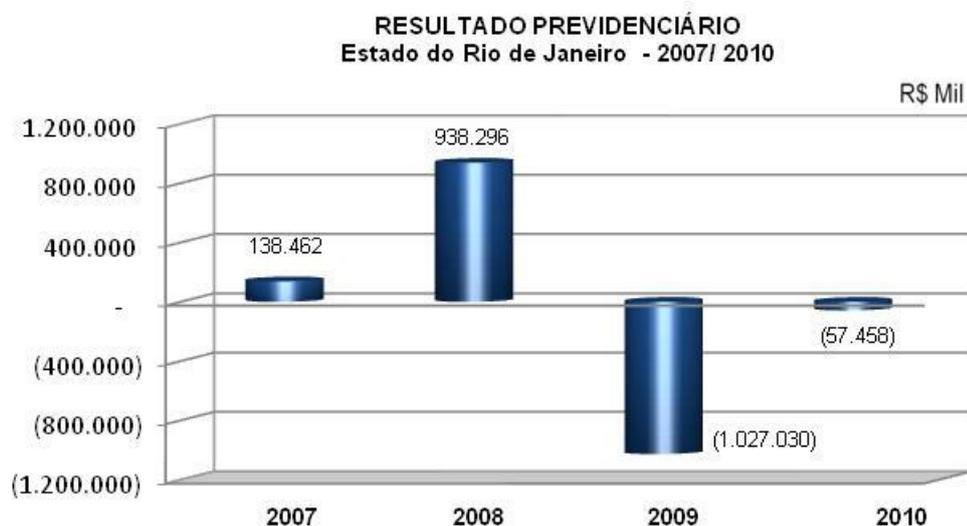
A institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social implica em estabelecer contabilidade própria que permita conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio de propriedade dos beneficiários da Previdência.

Na tabela abaixo, demonstramos o comparativo do Resultado Previdenciário apurado através do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA:

**TABELA 135 - RECEITAS / DESPESAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA
Comparativo - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2007/ 2010**

DESCRIÇÃO	R\$ Mil			
	2007	2008	2009	2010
Rec. Previdenciárias	6.237.571	7.869.612	6.394.119	8.082.057
Desp. Previdenciárias	6.099.109	6.931.316	7.421.149	8.139.515
Result. Previdenciário	138.462	938.296	(1.027.030)	(57.458)

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG



Em 2010 o resultado previdenciário melhorou 94,41% em relação a 2009, apresentando uma redução do déficit em R\$ 969,5 milhões. Mesmo assim, o resultado se manteve negativo.

O que motivou a melhora no resultado, no exercício de 2010, foi o aumento de 30,1% na Receita Corrente influenciada pelo crescimento das participações governamentais sobre petróleo.

Cabe ainda informar que em 2008 a arrecadação do RIOPREVIDENCIA foi de R\$ 7,8 bilhões, um incremento de 26,16% com relação a 2007, sendo a despesa do período de R\$ 6,9 bilhões, o que gerou um superávit de R\$ 938 milhões. Este valor garantiu a autonomia da autarquia em 2009, quando a arrecadação foi de apenas R\$ 6,4 bilhões, devido à queda nas receitas de royalties do petróleo e gás. A despesa em 2009 foi de R\$ 7,4 bilhões, gerando um déficit orçamentário de R\$ 1 bilhão, compensado pelo superávit alcançado no exercício anterior.

9.5.4 DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Apresenta o resultado primário apurado, que corresponde à diferença entre as receitas e as despesas não financeiras.

Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

Na tabela a seguir, demonstramos o comparativo do Resultado Primário:

TABELA 136 - RESULTADO PRIMÁRIO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/ 2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil			
	2007	2008	2009	2010
Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais LDO	2.034.376	1.748.780	1.780.326	1.422.640
Resultado Primário	3.150.685	4.369.796	1.446.492	1.414.747
% Em Relação a Meta	154,87%	249,88%	81,25%	99,45%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG



O resultado primário do Estado apurado em 2010 foi de R\$ 1.414.727 mil, valor inferior à meta fixada em lei de R\$ 1.422.640 mil. O aumento das despesas com investimentos e a utilização de recursos oriundos de operações de crédito levaram o resultado primário do exercício de 2010 a ficar 0,55 pontos percentuais abaixo da meta fixada na LDO.

9.5.5 DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida. No bimestre, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida ao final do bimestre de referência e o saldo ao final do bimestre anterior. No exercício, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência.

O saldo da dívida fiscal líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somado às receitas de privatização, deduzidos os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores.

Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento da meta de resultado nominal estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

As informações pertinentes deste Demonstrativo devem guardar conformidade com o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal.

Nos quadros abaixo, demonstramos o comparativo do Resultado Nominal a preços correntes e constantes:

TABELA 137 - RESULTADO NOMINAL - VALORES CORRENTES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010
Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	2.103.134	1.684.850	2.190.481	3.173.366
Resultado Nominal	1.409.827	4.515.878	(2.804.434)	6.627.474
% em Relação à Meta	67,03%	268,03%	-128,03%	208,85%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG



No gráfico acima, pode-se observar que no ano de 2010 o resultado nominal apurado foi positivo em R\$ 6.627.474 mil, demonstrando que no exercício em questão, houve um acréscimo na dívida fiscal líquida comparando com o ano anterior. A meta fixada em lei previa um resultado nominal de até R\$ 3.173.366 mil, valor inferior ao resultado nominal apurado.

TABELA 138 - RESULTADO NOMINAL - VALORES CONSTANTES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/ 2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010
Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	(263.873)	(279.757)	32.585	654.280
Resultado Nominal	266.581	5.204.875	(2.063.875)	1.209.370
% Em Relação a Meta	-101,03%	-1860,50%	-6333,82%	184,84%

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG



Nota-se no gráfico acima, que a meta estipulada em lei, do resultado nominal a valores constantes, em 2010, era positiva de R\$ 654.280 mil, e o resultado nominal apurado foi de R\$ 1.209.370 mil. Demonstrando que em comparação com o ano anterior o estoque da dívida pública estadual aumentou.

9.5.6 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

Apresenta as receitas de operações de crédito em comparação com as despesas de capital líquidas, com a finalidade de demonstrar o cumprimento da “Regra de Ouro”, ou seja, a vedação constitucional da realização de receitas das operações de crédito excedentes ao montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Os recursos de operações de crédito serão considerados pelo total ingressado no exercício financeiro.

Na tabela a seguir, demonstramos o comparativo das Receitas de Operações de Crédito e as Despesas de Capital:

TABELA 139 - RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010
Receita de Operação de Crédito	163.674	175.610	274.809	1.295.237
Despesa de Capital Líquida	2.184.817	2.626.547	4.089.840	6.518.690
Resultado	(2.021.143)	(2.450.937)	(3.815.031)	(5.223.453)

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E DESPESAS CAPITAL
Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010



O valor denominado “resultado” no gráfico acima, corresponde ao montante aportado pelo Estado com recursos próprios em despesas de capital. Em 2010, a maior parte das despesas de capital foi com investimentos. Verifica-se que a aplicação dos recursos próprios com investimentos aumentou em relação ao exercício anterior.

9.5.7 DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Apresenta a receita proveniente da alienação de ativos e a correspondente aplicação dos recursos. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada, por lei, aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Na tabela abaixo, demonstramos o comparativo da Receita de Alienação de Ativos e o Montante Aplicado:

**TABELA 140 - RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2007/2010**

DESCRIÇÃO	R\$ Mil			
	2007	2008	2009	2010
Saldo Financ. a Aplicar do Exercício Anterior	-	-	-	-
Rec.de Capital Resultante da Alienação de Ativos	768	1.547	448.091	45.992
Aplicação dos Recursos Alienação de Ativos	768	1.547	448.091	45.992

Fonte: SIAFEM-RJ/SIG

9.6 RESUMO DAS PUBLICAÇÕES DOS ANEXOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF NO DIÁRIO OFICIAL DO ERJ

Em atendimento ao Art. 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe sobre a ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal, segue o quadro abaixo com as publicações dos RGF e RREO relativos ao exercício de 2010:

**QUADRO 06 - CONTROLE DE CIRCULARES
Estado do Rio de Janeiro - 2010**

PERÍODO	C.I. CGE Nº	PROCESSO Nº	PUBLICAÇÃO	REPUBLICAÇÃO
1º Bimestre	CI GAB/CGE Nº 063, de 26/03/2010	E-04/002979/2010	31/3/2010	-
2º Bimestre	CI GAB/CGE Nº 102, de 21/05/2010	E-04/005247/2010	28/5/2010	-
1º Quadrimestre	CI GAB/CGE Nº 102, de 21/05/2010	E-04/005247/2010	28/5/2010	-
1º Quadrimestre Consolidado	CI GAB/CGE Nº 113, de 07/06/2010	E-04/005799/2010	14/6/2010	-
3º Bimestre	CI GAB/CGE Nº 148, de 21/07/2010	E-04/007228/2010	30/7/2010	-
4º Bimestre	CI GAB/CGE Nº 196 de 20/09/2010	E-04/009540/2010	29/9/2010	-
2º Quadrimestre	CI GAB/CGE Nº 196, de 20/09/2010	E-04/009540/2010	29/9/2010	-
2º Quadrimestre Consolidado	CI GAB/CGE Nº 211, de 04/10/2010	E-04/009921/2010	14/10/2010	-
5º Bimestre	CI GAB/CGE Nº 251, de 19/11/2010	E-04/011697/2010	30/11/2010	-
6º Bimestre	CI GAB/CGE Nº 015, de 27/01/2011	E-04/000945/2011	28/1/2011	18/2/2011
3º Quadrimestre	CI GAB/CGE Nº 015, de 27/01/2011	E-04/000945/2011	28/1/2011	18/2/2011
3º Quadrimestre Consolidado	CI GAB/CGE Nº 046, de 15/02/2011	E-04/001869/2011	18/2/2011	-

10 – Balanço Geral



10. BALANÇO GERAL

O Balanço Geral constitui-se na prestação de contas das ações governamentais executadas a cada exercício financeiro e foi elaborado com base nos critérios e princípios constantes nas Leis Federais nº 4.320/64, nº 6.404/76, Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na Lei Estadual nº 287/79, que norteiam quanto a sua forma, conteúdo e abrangência. Retrata as situações orçamentárias, financeiras, patrimoniais e econômicas do Estado, representadas por suas Secretarias, Fundos Especiais, Entidades Autárquicas e Fundacionais, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

A Contadoria Geral do Estado – CGE, preparando-se para as exigências que advirão para convergência às normas internacionais de contabilidade, passou a apresentar a partir do exercício de 2008, a "Demonstração do Fluxo de Caixa", conforme Pronunciamento Técnico CPC 03, cujo objetivo é o de exigir o fornecimento de informação acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes a de uma entidade por meio de demonstração que classifique seus fluxos durante os períodos provenientes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Conforme evidenciado na tabela 128, destacamos que foram expurgados os efeitos intraorçamentários para fins de evitar a dupla contagem nos Balanços Orçamentário e Financeiro, bem como nos Demonstrativos das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa.

TABELA 141 - DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTARIO			
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	VALOR	DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	VALOR
Tributária	1.598.795.364,71	Cred. Orç. e Suplementares	1.974.115.037,07
Contribuição	24.248,80		
Patrimonial	2.419.977,03		
Industrial	-		
Serviços	6.695.568,69		
Transferencias Correntes	219.406.866,37		
Outras Correntes	8.775.477,36		
Transferencias Capital	171.952.945,94		
Déficit Orçamentário	-	Superavit Orçamentário	33.955.411,83
TOTAL	2.008.070.448,90	TOTAL	2.008.070.448,90

BALANÇO FINANCEIRO			
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	VALOR	DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	VALOR
RPPS	1.598.795.364,71	Despesa por Função de Governo	1.974.115.037,07
Transferencias Convênios-Corrente	219.406.866,37	Restos a Pagar - Intra	158.075.576,65
Outras Receitas	17.915.271,88		
Transferencias Convênios-Capital	171.952.945,94		
Restos a Pagar - Intra - Inscrição	124.120.164,82		
TOTAL	2.132.190.613,72	TOTAL	2.132.190.613,72

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
RECEITA	VALOR	DESPESA	VALOR
Receita Corrente	1.836.117.502,96	Despesas Correntes	1.974.115.037,07
Receita Capital	171.952.945,94	Despesas Capital	-
Outras Incorporações de Direitos	126.468.283,12	Demais Incorporações Obrigações	160.423.694,95
Cessão Servidores	13.400.216,51	Cessão Servidores	13.400.216,51
TOTAL	2.147.938.948,53	TOTAL	2.147.938.948,53

FLUXO DE CAIXA			
RECEITA	VALOR	DESPESA	VALOR
RPPS	1.598.795.364,71	Despesa Paga p/ Função	1.849.994.872,25
Transferencias Convênios-Corrente	219.406.866,37	Despesa Paga - RP	188.020.278,20
Outras Receitas	17.891.023,08		
Contribuição	24.248,80		
Transferencias Convênios-Capital	171.952.945,94		
Outros Ingressos	29.944.701,55		
TOTAL	2.038.015.150,45	TOTAL	2.038.015.150,45

Fonte: SIAFEM/RJ

11 – Balanço Orçamentário



11. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

“O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas” (art. 102, Lei nº 4.320/64).

De acordo com o estabelecido no artigo 102, da citada Lei Federal nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário tem por objetivo demonstrar as receitas e despesas com seus valores de previsão em confronto com as efetivamente realizadas, cuja diferença permite conhecer o resultado orçamentário do exercício.

A seguir, com base nos dados extraídos do SIAFEM/RJ, apresenta-se o Balanço Orçamentário, desdobrado em Execução Orçamentária das Receitas (previsão e realização) e Despesas (dotação e execução), cujos valores encontram-se detalhados por categoria econômica e origem, no caso das receitas, e as despesas, por grupo de natureza da despesa, acompanhado das respectivas análises de realização das receitas e execução das despesas.

TABELA 142 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12 DA LEI 4.320/64
Estado do Rio de Janeiro – 2010

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA				Em reais			
TÍTULOS	R E C E I T A			TÍTULOS	D E S P E S A		
	PREVISÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	DIFERENÇAS R\$		FIXAÇÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	DIFERENÇAS R\$
RECEITAS CORRENTES				CRÉDITOS ORÇAMENTARIOS E SUPLEMENTARES	53.015.059.908,32	49.028.269.397,36	(3.986.790.510,96)
RECEITA TRIBUTÁRIA	26.867.009.139,00	29.086.555.271,15	2.219.546.132,15	CRÉDITOS ESPECIAIS	-	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	940.663.368,00	1.040.247.230,78	99.583.862,78	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	7.456.360.898,00	8.609.317.395,89	1.152.956.497,89				
RECEITA AGROPECUÁRIA	180.034,00	162.943,51	(17.090,49)				
RECEITA INDUSTRIAL	1.438.448,00	214.108,71	(1.224.339,29)				
RECEITA DE SERVIÇOS	313.253.809,00	344.213.480,63	30.959.671,63				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.247.539.543,00	5.121.299.589,05	(126.239.953,95)				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.179.603.588,00	2.361.858.488,80	1.182.254.900,80				
SUB-TOTAL	42.006.048.827,00	46.563.868.508,52	4.557.819.681,52		53.015.059.908,32	49.028.269.397,36	(3.986.790.510,96)
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.855.585.980,00	1.295.236.508,86	(560.349.471,14)				
ALIENAÇÕES DE BENS	100.048.000,00	45.991.798,52	(54.056.201,48)				
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	138.242.853,00	148.826.066,23	10.583.213,23				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.520.759.563,00	741.948.593,25	(778.810.969,75)				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	10.199.159,82	10.199.159,82				
SUB-TOTAL	3.614.636.396,00	2.242.202.126,68	(1.372.434.269,32)				
SOMA	45.620.685.223,00	48.806.070.635,20	3.185.385.412,20	SOMA	53.015.059.908,32	49.028.269.397,36	(3.986.790.510,96)
DÉFICITS	7.394.374.685,32	222.198.762,16	(7.172.175.923,16)	SUPERÁVITS	-	-	-
TOTAL	53.015.059.908,32	49.028.269.397,36	(3.986.790.510,96)	TOTAL	53.015.059.908,32	49.028.269.397,36	(3.986.790.510,96)

11.1 RECEITAS

A Execução Orçamentária da Receita alcançou o montante de R\$ 48.806.071 mil, ultrapassando em 6,98% (R\$ 3.185.385 mil), o previsto para o exercício de 2010.

Em relação ao ano anterior, verifica-se que em 2010 houve um excesso de arrecadação no valor de R\$ 3.185.385 mil, enquanto que em 2009 ocorreu uma insuficiência de R\$ 1.351.448 mil.

TABELA 143 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA EM CONFRONTO COM A REALIZADA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2009			2010			VAR.NOM. % 2010/2009
	RECEITA PREVISTA	RECEITA REALIZADA	%	RECEITA PREVISTA	RECEITA REALIZADA	%	
RECEITA CORRENTE	38.885.219	39.100.494	100,55%	42.006.049	46.563.869	110,85%	19,09%
Tributária	23.985.580	24.884.732	103,75%	26.867.009	29.086.555	108,26%	16,89%
Contribuições	857.280	905.214	105,59%	940.663	1.040.247	110,59%	14,92%
Patrimonial	7.561.407	6.778.109	89,64%	7.456.361	8.609.317	115,46%	27,02%
Agropecuária	191	174	91,19%	180	163	90,51%	-6,41%
Industrial	1.569	4.428	282,21%	1.438	214	14,88%	-95,16%
Serviços	852.371	313.421	36,77%	313.254	344.213	109,88%	9,82%
Transf. Correntes	4.798.683	4.598.379	95,83%	5.247.540	5.121.300	97,59%	11,37%
Outras Receitas Correntes	828.138	1.616.037	195,14%	1.179.604	2.361.858	200,22%	46,15%
RECEITAS DE CAPITAL	3.057.323	1.490.599	48,76%	3.614.636	2.242.202	62,03%	50,42%
Operações de Créditos	611.610	274.808,66	44,93%	1.855.586	1.295.237	69,80%	371,32%
Alienações de Bens	1.000.235	448.090,72	44,80%	100.048	45.992	45,97%	-89,74%
Amortização de Empréstimos	68.547	140.813,09	205,43%	138.243	148.826	107,66%	5,69%
Transf. Capital	1.370.543	626.688,62	45,73%	1.520.760	741.949	48,79%	18,39%
Outras Receitas Capital	6.388	198,14	3,10%	-	10.199	0,00%	5047,36%
TOTAL GERAL	41.942.542	40.591.094	96,78%	45.620.685	48.806.071	106,98%	20,24%

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

A análise das categorias da receita mostra que as Receitas Correntes superaram sua previsão em 10,85%, obtendo um excesso de arrecadação no valor de R\$ 4.557.820 mil. Tal comportamento é resultado principalmente do aumento 16,89% da “Receita Tributária”, decorrente do crescimento da arrecadação do ICMS, principal imposto estadual, e também do aumento de 27,02% da “Receita Patrimonial”, conseqüência do acréscimo da receita de CFT’s. Já as Outras Receitas Correntes têm seu aumento relacionado ao grande volume arrecadado de dívida ativa.

Quanto as Receitas de Capital, verifica-se que a arrecadação ficou abaixo do esperado para o período, tendo em vista que de uma previsão de R\$ 3.614.636 mil, arrecadou-se R\$ 2.242.202 mil, ocasionando uma insuficiência de arrecadação de R\$ 1.372.434 mil.

11.2 DESPESAS

A Execução Orçamentária da Despesa alcançou o montante de R\$ 49.028.269 mil, representando 92,48% dos créditos autorizados para o período no valor de R\$ 53.015.060 mil.

Em 2010, assim como ocorrido no exercício anterior, as despesas mantiveram a mesma performance, obtendo uma economia orçamentária (diferença entre a despesa realizada e a dotação atualizada) no valor de R\$ 3.986.791 mil.

TABELA 144 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA FIXADA EM CONFRONTO COM A EXECUTADA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2009			2010			VAR.NOM. % 2010/2009
	DOTAÇÃO ATUAL	DESPESA EXECUTADA	%	DOTAÇÃO ATUAL	DESPESA EXECUTADA	%	
DESPESAS CORRENTES	38.086.113	37.292.929	97,92%	43.877.624	42.509.580	96,88%	13,99%
Pessoal e Encargos Sociais	9.867.912	9.751.023	98,82%	11.602.400	11.397.132	98,23%	16,88%
Juros e Encargos da Dívida	2.296.721	2.293.140	99,84%	2.342.845	2.334.211	99,63%	1,79%
Outras Despesas Correntes	25.921.480	25.248.766	97,40%	29.932.378	28.778.237	96,14%	13,98%
DESPESAS DE CAPITAL	5.830.331	4.089.841	13,28%	9.137.436	6.518.690	71,34%	59,39%
Investimentos	4.330.782	2.736.537	63,19%	7.648.689	5.165.741	67,54%	88,77%
Inversões Financeiras	187.922	130.351	69,36%	257.255	125.180	48,66%	-3,97%
Amortização da Dívida	1.311.328	1.222.952	93,26%	1.231.192	1.227.768	99,72%	0,39%
Reserva de Contingência	300	-	0,00%	300	-	0,00%	0,00%
TOTAL	43.916.444	41.382.770	94,23%	53.015.060	49.028.269	92,48%	18,48%

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

Na análise das categorias da despesa mostra que, no exercício de 2010, as Despesas Correntes executaram 96,88% de sua dotação, obtendo uma economia orçamentária no valor de R\$ 1.368.044 mil, podendo destacar os grupos de “Pessoal e Encargos Sociais” e as “Outras Despesas Correntes” com maior representatividade no total das despesas correntes.

As Despesas de Capital economizaram recursos no valor total de R\$ 2.618.746 mil equivalentes a 71,34% da dotação atualizada. Apesar de sua pouca representatividade no total das despesas, as Despesas de Capital, em termos nominais, apresentaram a maior variação positiva, quer seja, 59,39% (R\$ 2.428.849 mil), em relação ao ano anterior.

11.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

No exercício de 2010 o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 222.199 mil, representando um decréscimo na ordem de R\$ 569.477 mil (-71,93%) em relação ao ano anterior.

O confronto entre as receitas previstas, a dotação atualizada e as respectivas execuções orçamentárias dos exercícios de 2009 e 2010, está sendo apresentado na tabela a seguir, cabendo destacar que os demonstrativos analíticos encontram-se detalhados nos Volumes 4 e 5, que compõem esta prestação de contas.

**TABELA 145 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

R\$ Mil				
RECEITA	2009	%	2010	%
Receita Prevista	41.942.542	100,00%	45.620.685	100,00%
Receita Arrecadada	40.591.094	96,78%	48.806.071	106,98%
Déficit/Superávit na Arrecadação	(1.351.448)	-3,22%	3.185.385	6,98%
DESPESA	2009	%	2010	%
Dotação Inicial	41.942.244	100,00%	45.546.476	100,00%
(+) Créditos Adicionais	7.847.305	18,71%	14.538.873	31,92%
(-) Dotação Cancelada	(5.861.359)	13,97%	(7.081.409)	15,55%
(-) Alteração QDD	(11.746)	0,03%	11.119,95	0,02%
Dotação Atualizada	43.916.444	104,71%	53.015.060	116,40%
Despesa Realizada	41.382.770	94,23%	49.028.269	92,48%
Economia Orçamentária	2.533.674	5,77%	3.986.791	7,52%
Resultado Orçamentário	2009		2010	%
Déficit/Superávit Orçamentário	(791.676)		(222.199)	-71,93%

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

A Receita Arrecada pelo Estado do Rio de Janeiro ultrapassou em 6,98% o previsto para o exercício de 2010, ocorrendo um excesso de arrecadação no valor de R\$ 3.185.385 mil, enquanto que em 2009 houve um déficit de R\$ 1.351.448 mil (3,22%). Não obstante, foi obtida uma economia orçamentária (diferença entre a despesa realizada e a dotação atualizada) de R\$ 3.986.791 mil correspondentes a um percentual de 7,52%. Neste exercício, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias, foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 14.538.873 mil, que representaram 31,92% da dotação inicial, não considerando os cancelamentos de dotações que atingiram o percentual de 15,55%. Ocorreram ainda, reduções e acréscimos que representam 0,02% do orçamento inicial. Disponibilizamos, no item 3.5 deste relatório, maiores comentários sobre as alterações orçamentárias.

11.4 ANÁLISE DOS QUOCIENTES

Os resultados do Balanço Orçamentário podem ser analisados utilizando-se quocientes como forma de avaliar o cumprimento das determinações e especificações constantes.

A seguir, apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes da gestão orçamentária:

**TABELA 146 - VALORES PARA APURAÇÃO DOS QUOCIENTES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

R\$ Mil			
DESCRIÇÃO	2009	2010	VAR. NOM. %
Receita Prevista	41.942.542	45.620.685	8,77%
Receita Arrecadada	40.591.094	48.806.071	20,24%
Dotação Atualizada	43.916.444	53.015.060	20,72%
Despesa Executada	41.382.770	49.028.269	18,48%

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

11.4.1 QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

Receita Arrecadada

Receita Prevista

Este índice tem por finalidade verificar se a previsão do orçamento está condizente com a efetiva arrecadação das receitas. Se o índice foi igual a 1 revela que foi previsto exatamente o que foi arrecadado; caso seja menor do que 1 significa insuficiência de arrecadação; e se for maior do que 1 indica excesso de arrecadação.

**TABELA 147 - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO		2009		2010	
Receita Arrecadada	=	40.591.094	0,97	48.806.071	1,07
Receita Prevista		41.942.542		45.620.685	

R\$ Mil

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

Os quocientes indicam que em 2010 para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista, executou-se R\$ 1,07, enquanto que no exercício de 2009 este índice foi de R\$ 0,97. Verifica-se que em 2010 houve um excesso na arrecadação, enquanto que em 2009 apresentou uma insuficiência.

11.4.2 QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Despesa Executada (empenhada)

Dotação Atualizada

Este quociente demonstra a relação entre a Despesa Orçamentária Realizada e a Dotação Atualizada, e tem por finalidade indicar a economia orçamentária, ou seja, quanto da despesa legalmente autorizada deixou de ser empenhada.

**TABELA 148 - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO		2009		2010	
Despesa Executada	=	41.382.770	0,94	49.028.269	0,92
Dotação Atualizada		43.916.444		53.015.060	

R\$ Mil

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

Tal quociente espelha uma economia orçamentária, pois a despesa orçamentária só pode ser executada até o limite do valor autorizado, e dificilmente haveria uma execução igual à fixação.

Verifica-se que, assim como no exercício anterior, houve uma economia orçamentária. Em 2010 realizou-se R\$ 0,92 de despesa para cada R\$ 1,00 de despesa fixada.

11.4.3 QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

Dotação Atualizada

Receita Prevista

Este quociente demonstra a relação entre a Dotação Atualizada em confronto com a Receita Prevista. No final do exercício, apresentaram valores diferentes, tendo em vista que a Dotação Atualizada sofre alterações durante a execução do orçamento. Através de decretos são agregados ou subtraídos valores que compõem a base de cálculo da Dotação Atualizada. O índice igual a 1 indica resultado nulo, ou seja, equilíbrio orçamentário; índice menor do que 1 indica que houve anulação de créditos disponíveis; e índice superior a 1 indica que se obteve autorização de créditos adicionais.

**TABELA 149 - QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO		2009		2010		R\$ Mil
<u>Dotação Atualizada</u>	=	43.916.444	1,05	53.015.060	1,16	
Receita Prevista		41.942.542		45.620.685		

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

Na análise desse quociente nota-se que para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista, houve R\$ 1,16 de Dotação Atualizada em 2010. Estes indicadores demonstram que houve suplementações de crédito orçamentários superiores aos cancelamentos, indicando, portanto, déficit orçamentário nos dois exercícios.

11.4.4 QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Receita Arrecadada

Despesa Realizada (empenhada)

Demonstra a relação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada. Através deste indicativo pode-se avaliar se houve um resultado deficitário ou superavitário. Caso o índice seja igual a 1, representa um resultado nulo, caso seja maior do que 1 haverá um superávit e, um índice menor do que 1 indica que a Receita foi menor do que a Despesa, o que implica num déficit.

TABELA 150 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO		2009		2010	
<u>Receita Arrecadada</u>	=	40.591.094	0,98	48.806.071	0,99
<u>Despesa Realizada</u>		41.382.770		49.028.269	

Fonte: SIG / SIAFEM/RJ

Verifica-se que, assim como no exercício anterior, o Orçamento do Estado foi deficitário. Em 2010, arrecadou R\$ 0,99 de Receita para cada R\$ 1,00 de Despesa Realizada, apresentando um déficit de R\$ 222.199 mil.

12 – Balanço Financeiro



12. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício

Seu conteúdo tem características semelhantes aos demonstrativos de fluxo de caixa, diferenciando-se, entretanto, pela inclusão dos Restos a Pagar inscritos no exercício como receitas extraorçamentárias, para compensar as despesas orçamentárias empenhadas no exercício financeiro, mas ainda não pagas (Parágrafo único do art.103, da Lei nº 4.320/64).

A estrutura do Balanço Financeiro está definida no Anexo 13 da referida Lei, onde a Receita Orçamentária é desdobrada segundo as categorias econômicas, e a Despesa Orçamentária segundo as funções relacionadas à missão institucional dos órgãos, como por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, etc. Informações mais detalhadas, nesse nível, estão disponíveis no item 2.1.2, do volume 2 - “Balanços e Demais Demonstrativos Gerenciais”.

Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando as Receitas e Despesas Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme tabela a seguir:

TABELA 151 - BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13 DA LEI N.º 4.320/64
Estado do Rio de Janeiro - 2010

Em Reais

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	R\$	R\$	R\$	TÍTULOS	R\$	R\$	R\$
ORÇAMENTÁRIA			48.806.070.635,20	ORÇAMENTÁRIA			49.028.269.397,36
RECEITAS CORRENTES				Legislativa	852.999.865,08		
Receita Tributária	29.086.555.271,15			Judiciária	2.826.726.958,39		
Receita de Contribuições	1.040.247.230,78			Essencial à Justiça	1.338.203.206,31		
Receita Patrimonial	8.609.317.395,89			Administração	1.406.650.427,84		
Receita Agropecuária	162.943,51			Segurança Pública	3.914.563.860,11		
Receita Industrial	214.108,71			Assistência Social	218.897.540,79		
Receita de Serviços	344.213.480,63			Previdência Social	8.135.835.159,51		
Transferências Correntes	5.121.299.589,05			Saúde	3.513.083.255,20		
Outras Receitas Correntes	2.361.858.488,80	46.563.868.508,52		Trabalho	40.172.185,57		
				Educação	6.186.940.449,85		
RECEITAS DE CAPITAL				Cultura	163.590.027,56		
Operações de Crédito	1.295.236.508,86			Direitos da Cidadania	220.729.295,76		
Alienações de Bens	45.991.798,52			Urbanismo	1.519.792.561,22		
Amortizações de Empréstimos	148.826.066,23			Habitação	220.636.565,79		
Transferências de Capital	741.948.593,25			Saneamento	177.526.754,32		
Outras Receitas de Capital	10.199.159,82	2.242.202.126,68		Gestão Ambiental	597.712.887,01		
				Ciência e Tecnologia	195.317.858,46		
				Agricultura	176.489.563,79		
				Organização Agrária	6.311.557,50		
				Indústria	133.072.771,35		
				Comércio e Serviços	236.460.902,04		
				Comunicações	174.131.434,33		
				Transporte	1.786.428.088,30		
				Desporto e Lazer	97.954.550,64		
				Encargos Especiais	14.886.041.870,64	49.028.269.397,36	
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			9.288.677.128,30	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			9.533.778.225,73
DÍVIDA FLUTUANTE				DÍVIDA FLUTUANTE			
Consignações	4.814.960.963,33			Consignações	4.787.256.435,94		
Depósitos de Diversas Origens	1.284.399.948,18			Depósitos de Diversas Origens	1.214.759.689,94		
Cretores Entidades e Agentes	27.268.732,27			Cretores Entidades e Agentes	21.801.648,16		
Restos a Pagar - Inscrição	2.420.590.142,16			Sentenças Judiciais	51.621.993,38		
Serviço da Dívida a Pagar - Inscrição	99.956,40			Restos a Pagar	2.118.350.434,86		
Sentenças Judiciais - Inscrição	79.982.403,59	8.627.302.145,93		Serviço da Dívida	239.993,24	8.194.030.195,52	
OUTRAS OPERAÇÕES				OUTRAS OPERAÇÕES			
Atualização de Valores Vinculados	199.680.314,28			Desvalorização Financeira	6.500.000,00		
Transferências de Saldos Financeiros	441.656.642,10			Recursos Vinculados	176.848.608,87		
Repasses a Receber	14.266.344,97			Recursos vinculados em Conta Corrente	646.053.786,12		
Recursos não Vinculados	5.771.681,02	661.374.982,37		Recursos não Vinculados	49.351.535,88		
				Transferências de saldos Financeiros	444.753.970,73		
				Receitas Previdenciárias a Classificar	16.069.901,35		
				Arrecadação a Classificação	170.227,26	1.339.748.030,21	
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR			6.919.339.221,46	SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
Disponível				Disponível			
Caixa	226.471,82			Caixa	179.946,62		6.452.039.361,87
Bancos Conta Movimento	809.383.943,20			Bancos Conta Movimento	1.140.533.533,07		
Aplicações Financeiras	4.878.915.464,29			Aplicações Financeiras	4.253.385.714,23		
Rede Arrecadadora	298.658.478,62			Depósitos a Disposição do Tesouro Estadual	30.311.384,28		
Depósitos a Disposição do Tesouro Estadual	10.661.151,88	5.997.845.509,81		Rede Arrecadadora	469.099.649,15	5.893.510.227,35	
Invest. Regimes Próprios de Previdência				Invest. Regimes Próprios de Previdência			
Investimentos em Seg. Renda Fixa	921.493.711,65	921.493.711,65		Títulos e Fundos de Investimento	558.529.134,52	558.529.134,52	
TOTAL			65.014.086.984,96	TOTAL			65.014.086.984,96

Fonte: SIAFEM/RJ

Obs.: Excluídas as despesas e receitas intraorçamentárias

Para um melhor entendimento do Balanço Financeiro Consolidado do Estado, elaborou-se a tabela a seguir que apresenta o demonstrativo de fluxo financeiro.

TABELA 152 - DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIMINAÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM
					%
1 - Saldo do Exercício Anterior	6.584.749	100,00%	6.919.339	100,00%	5,08%
1.1 - Caixa/Bancos	846.006	12,85%	809.610	11,70%	-4,30%
1.2 - Aplicações Financeiras	4.082.922	62,01%	4.878.915	70,51%	19,50%
1.3 - Rede Aplicada	249.626	3,79%	298.658	4,32%	19,64%
1.4 - Depósitos a Disp. do Tesouro Estadual	9.491	0,14%	10.661	0,15%	12,33%
1.5 - Investimentos do RPPS	1.396.704	21,21%	921.494	13,32%	-34,02%
2 - Receitas	49.216.495	100,00%	58.094.748	100,00%	18,04%
2.1 - Receitas Orçamentárias	40.591.094	82,47%	48.806.071	84,01%	20,24%
2.2 - Receitas Extraorçamentárias	8.625.402	17,53%	9.288.677	15,99%	7,69%
3 - Despesas	48.801.404	100,00%	58.562.048	100,00%	20,00%
3.1 - Despesas Orçamentárias	41.382.770	84,80%	49.028.269	83,72%	18,48%
3.2 - Despesas Extraorçamentárias	7.418.634	15,20%	9.533.778	16,28%	28,51%
4 - Saldo para o Exercício Seguinte	6.919.339	100,00%	6.452.039	100,00%	-6,75%
4.1 - Caixa/Bancos	809.611	11,70%	1.140.713	17,68%	40,90%
4.2 - Aplicações Financeiras	4.878.915	70,51%	4.253.386	65,92%	-12,82%
4.3 - Rede Arrecadadora	298.658	4,32%	469.100	7,27%	57,07%
4.4 - Depósitos a Disp. Do Tesouro Estadual	10.661	0,15%	30.311	0,47%	184,32%
4.5 - Investimentos do RPPS	921.494	13,32%	558.529	8,66%	-39,39%

Fonte: SIAFEM/RJ

12.1 RECEITAS

Estão representadas pelas receitas de natureza orçamentária e pelos recebimentos de caráter extraorçamentário, que irão compor o saldo dos recursos financeiros para o exercício seguinte, com os saldos em espécie do ano anterior. Conforme demonstrado na tabela anterior, os ingressos de origem orçamentária representaram 84,01% do total das receitas do período e comentados no item 3.1.2 deste relatório. Quanto às receitas extraorçamentárias, a participação no exercício foi de 15,99% do total das receitas do período. Nota-se um aumento das receitas, apresentando uma variação nominal de 18,04% em relação ao exercício anterior devido, principalmente, à expansão das receitas orçamentárias.

12.2 DESPESAS

Estão representadas pelas despesas de natureza orçamentária e pelos pagamentos de caráter extraorçamentário, que refletirão na diminuição dos recursos financeiros para o exercício seguinte, conjugados com os saldos em espécie do ano anterior. Conforme demonstrado na tabela acima, os desembolsos de origem orçamentária representaram 83,72% do total das despesas do período, sendo comentados no item 3.1.3 referente ao orçamento. Quanto às despesas extraorçamentárias, a participação no exercício foi de 16,28%.

Assim como ocorreu com as receitas, os índices das despesas apresentaram aumento nominal de 20,00% na comparação com o ano anterior, influenciado, majoritariamente, pelo acréscimo das despesas orçamentárias.

12.3 DISPONIBILIDADES

As disponibilidades representam o saldo dos recursos disponíveis no início do exercício, acrescido do saldo da movimentação financeira ocorrida no período. Conforme demonstrado na tabela abaixo, as disponibilidades apresentaram um decréscimo da ordem de R\$ 467.300 mil em relação ao período anterior, resultando uma retração de 6,75%.

Assim como no exercício anterior, a maior parte das disponibilidades está concentrada nas aplicações financeiras, entretanto, o saldo apresentado sofreu uma redução de 12,82% em relação ao exercício de 2009, conforme segue:

TABELA 153 - DISPONIBILIDADES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DISPONIBILIDADES	R\$ Mil				
	SALDO EM 31/12/2009	PART. %	SALDO EM 31/12/2010	PART. %	VAR. NOM %
Caixa	226	0,00%	180	0,00%	-20,54%
Banco Conta Movimento	809.384	11,70%	1.140.534	17,68%	40,91%
Conta Única do Tesouro Estadual	12.510	0,18%	10.397	0,16%	-16,89%
Outros Bancos Cta. Movimento	796.874	11,52%	1.130.137	17,52%	41,82%
Aplicações Financeiras	4.878.915	70,51%	4.253.386	65,92%	-12,82%
Fundo de Aplicação Financeira	4.157.254	60,08%	3.596.442	55,74%	-13,49%
Poupança	721.662	10,43%	656.944	10,18%	-8,97%
Rede Arrecadadora	298.658	4,32%	469.100	7,27%	57,07%
Banco Conta Arrecadação	93.496	1,35%	156.648	2,43%	67,54%
Arrecadação a Repassar	205.162	2,97%	312.452	4,84%	52,30%
Depósitos à Disposição do Tesouro Estadual	10.661	0,15%	30.311	0,47%	184,32%
Investimentos do Regime Próprio de Previdência	921.494	13,32%	558.529	8,66%	-39,39%
TOTAL	6.919.339	100,00%	6.452.039	100,00%	-6,75%

Fonte: SIAFEM/RJ

Na tabela a seguir estão contemplados os saldos das disponibilidades financeiras por fonte de recursos que compõem o grupo "1.9.3.2.9.03.00 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR FONTE", diferenciando as fontes Tesouro de outras fontes. Na comparação com o ano anterior observa-se uma redução de 8,86% no total das disponibilidades por fonte.

TABELA 154 - DISPONIBILIDADE POR FONTE DE RECURSOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

FONTES DE RECURSOS	R\$ Mil		
	2009	2010	VAR. NOM %
Recursos do Tesouro	4.079.613	3.495.516	-14,32%
Fonte 000 – Ordinários Não Vinculados	705.613	706.552	0,13%
Fonte 001 – Outros Ordinários não Vinculados	500.903	339.028	-32,32%
Fonte 004 – Indenização pela Extração de Petróleo	77.310	124.452	60,98%
Fonte 005 – Salário Educação	58.942	18.922	-67,90%
Fonte 006 – Fundo de participação dos Estados	26.599	95.922	260,62%
Fonte 007 – Demais Transf. da União Provenientes de Impostos	-	94.778	0,00%
Fonte 011 – Operações de Crédito Através do Tesouro	1.254.241	930.381	-25,82%
Fonte 012 – Convênios	497.873	397.982	-20,06%
Fonte 015 – Fundeb	157.179	148.978	-5,22%
Fonte 020 – Ressarcimento de Pessoal - Área de Segurança	-	13.558	0,00%
Fonte 022 – Fundo Estadual de Combate a Pobreza	372.447	248.115	-33,38%
Fonte 026 – Contrib. Interv. no Domínio Econômico -CIDE	4.506	476	-89,45%
Fonte 090 – Fundo de Depósitos Judiciais - Lei Nº 11.429/06	142.323	122.257	-14,10%
Fonte 096 – Multa p/infração do Cód. Def. Consumidor	912	2.906	218,75%
Fonte 097 – Conservação Ambiental	11	1.543	13646,26%
Fonte 099 – DIVERSAS	280.753	249.666	-11,07%
Recursos de Outras Fontes	2.623.903	2.613.760	-0,39%
Fonte 010 – Diretamente Arrecadados	2.055.462	1.618.309	-21,27%
Fonte 013 – Convênios Administração Indireta	146.450	147.947	1,02%
Fonte 014 – Convênios PAC - Administração Direta	-	155.695	0,00%
Fonte 016 – Convênios Diretos	56	1.762	3039,62%
Fonte 017 – Operações de Crédito através da Adm. Indireta	15	15	0,00%
Fonte 018 – Convênios Intraorçamentários - Adm. Direta	-	37.778	0,00%
Fonte 019 – Convênios Intraorçamentários - Adm. Indireta	-	12.554	0,00%
Fonte 025 – SUS	396.678	387.655	-2,27%
Fonte 081 – Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	-	191.946	0,00%
Fonte 082 – Recursos Não Orçamentários - Credores - Entidades e Agentes	-	12.780	0,00%
Fonte 095 – Retorno de Empréstimos do Programa de Fomento Agropecuário e Tecnológico	-	10.302	0,00%
Fonte 098 – Outras Receitas da Administração Indireta	25.243	37.019	46,65%
Total das Disponibilidades por Fonte	6.703.516	6.109.276	-8,86%

Fonte: SIAFEM/RJ

A tabela a seguir demonstra a conciliação entre os montantes das Disponibilidades e Disponibilidades por Fonte de Recursos:

TABELA 155 - ARRECADAÇÃO REPASSADA
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2009	2010
Total das Disponibilidades por Fonte	6.703.516	6.109.276
(+) Arrecadação a Repassar	205.162	312.452
(+) Depósitos a Disposição do Tesouro Estadual	10.661	30.311
Saldo para o Exercício Seguinte	6.919.339	6.452.039

Fonte: SIAFEM/RJ

A Arrecadação a Repassar trata-se de recursos ainda em poder dos bancos, que serão repassados ao Tesouro após o encerramento do exercício.

12.4 ANÁLISE DOS QUOCIENTES

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes da Gestão Financeira:

TABELA 156 - VALORES PARA APURAÇÃO DOS QUOCIENTES FINANCEIROS
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

ITENS	R\$ Mil	
	2009	2010
Receita Arrecadada	40.591.094	48.806.071
Despesa Realizada	41.382.770	49.028.269
Despesa Paga	38.597.066	46.527.597
Receita Corrente	39.100.494	46.563.869
Despesa Corrente	37.292.929	42.509.580
Receita de Capital	1.490.599	2.242.202
Despesa de Capital	4.089.841	6.518.690
Receita Extra-Orçamentária	8.625.402	9.288.677
Despesa Extra-Orçamentária	7.418.634	9.533.778
Receita (Orçamentária + Extra-Orçamentária)	49.216.495	58.094.748
Despesa (Orçamentária + Extra-Orçamentária)	48.801.404	58.562.048
Saldo para o Exercício Seguinte	6.919.339	6.452.039
Saldo do Exercício Anterior	6.584.749	6.919.339

Fonte: SIAFEM/RJ

12.4.1 QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Receita Arrecadada

Despesa Paga

Este quociente tem por finalidade avaliar o resultado orçamentário pelo regime de caixa. Se o resultado do quociente for maior do que 1, indicará que houve superávit na execução orçamentária e financeira; já o quociente sendo igual a 1, demonstrará haver igualdade; e se for menor do que 1 sinalizará para um déficit, pressupondo a utilização de receita extraorçamentária para cobertura.

TABELA 157 - QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

		R\$ Mil			
DESCRIÇÃO		2009		2010	
<u>Receita Arrecadada</u>	=	40.591.094	1,05	48.806.071	1,05
Despesa Paga		38.597.066		46.527.597	

Fonte: SIAFEM/RJ

Os quocientes, apresentados na tabela anterior, indicam que houve superávit nos dois exercícios analisados. Em 2010, para cada R\$ 1,00 de Despesa Orçamentária paga obteve-se R\$ 1,05 de Receita Orçamentária Realizada. Verifica-se que no exercício de 2010, o Estado apresenta um Superávit de R\$ 2.278.474 mil, valor superior ao apresentado em 2009.

A análise deste quociente também deve ser feita separadamente por numerador e denominador. No numerador, pode-se verificar que a receita arrecadada no ano, como já evidenciado neste relatório, apurou um incremento real de 20,24%. No denominador, pode-se destacar que o montante das despesas pagas, no exercício de 2010, registrou um aumento de 20,55%, na comparação nominal com o ano anterior.

12.4.2 QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE

Receita Corrente

Despesa Corrente

Através desse índice identificamos quantas vezes a despesa corrente esta contida na receita corrente, ou seja, se a arrecadação corrente foi suficiente para cobrir os gastos correntes.

TABELA 158 - QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

				R\$ Mil	
DESCRIÇÃO		2009		2010	
Receita Corrente	=	39.100.494	1,05	46.563.869	1,10
Despesa Corrente		37.292.929		42.509.580	

Fonte: SIAFEM/RJ

Os indicadores apurados nos exercícios de 2009 e 2010 indicam que nos dois exercícios houve arrecadação corrente suficiente para cobrir às despesas correntes. Em 2010, para cada R\$ 1,00 de despesa obteve-se R\$ 1,10, enquanto que em 2009 este quociente ficou em 1,05. O Resultado apurado foi satisfatório, apresentando superávit corrente nos dois últimos exercícios.

12.4.3 QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL

Receita de Capital

Despesa de Capital

Através deste índice pode-se verificar a relação da Receita de Capital com a Despesa de Capital, ou seja, se a arrecadação das Receitas de Capital foi suficiente para cobrir os gastos desta categoria econômica.

TABELA 159 - QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

				R\$ Mil	
DESCRIÇÃO		2009		2010	
Receita de Capital	=	1.490.599	0,36	2.242.202	0,34
Despesa de Capital		4.089.841		6.518.690	

Fonte: SIAFEM/RJ

O índice apurado indica que parte das Despesas de Capital vem sendo financiada pelas Receitas Correntes. Em 2010 para cada R\$ 1,00 de Despesas de Capital tivemos R\$ 0,34 de Receita de Capital, e em 2009, R\$ 0,36. Esta situação demonstra a insuficiência das Receitas de Capital para cobrir as Despesas de Capital, que conforme já dito anteriormente vem sendo financiada pelas Receitas Correntes.

A análise deste quociente também deve ser feita separadamente por numerador e denominador. No numerador, pode-se verificar que a receita de capital no ano teve um acréscimo de 50,42%, equivalente

a R\$ 751.603 mil. No denominador, pode-se destacar que o montante das Despesas de Capital do exercício de 2010, na comparação nominal com o ano anterior, registrou um aumento de 59,39% correspondente a R\$ 2.428.849 mil.

12.4.4 QUOCIENTE DA EXECUÇÃO EXTRAORÇAMENTÁRIA

Receita Extra-orçamentária

Despesa Extra-orçamentária

O quociente visa demonstrar o quanto da Receita Extra-orçamentária foi recebida em confronto com a Despesa Extraorçamentária paga. O índice ideal é 1 ou menor que 1, pois se for maior indica aumento da dívida flutuante, demonstrando uma situação negativa. Tem a finalidade, também, de demonstrar a relação entre a movimentação ocorrida durante o exercício, independente da execução do orçamento.

TABELA 160 - QUOCIENTE DA EXECUÇÃO EXTRA-ORÇAMENTÁRIA
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO		R\$ Mil			
		2009		2010	
<u>Receita Extra-Orçamentário</u>	=	8.625.402	1,16	9.288.677	0,97
Despesa Extra-Orçamentário		7.418.634		9.533.778	

Fonte: SIAFEM/RJ

Em 2010 o quociente mostra que para cada R\$ 1,00 de Despesa Extraorçamentária, obteve-se R\$ 0,97 de Receita Extra-orçamentária apresentando um déficit de R\$ 242.004 mil. Em 2009 o resultado extra-orçamentário do Estado apresentou um superávit no valor de R\$ 1.206.768 mil.

12.4.5 QUOCIENTE DE RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Receita (Orçamentária + Extra-orçamentária)

Despesa (Orçamentária + Extra-orçamentária)

Através da apuração do quociente de resultado da execução financeira podemos verificar o déficit ou superávit financeiro. Se o indicador for maior que 1 temos superávit, se for menor do que 1 apurou-se déficit. Este quociente relaciona o somatório das entradas em confronto com o somatório das saídas ocorridas no exercício.

TABELA 161 - QUOCIENTE DE RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO		2009		2010	
<u>Receita (Orçamentária + Extra-Orçamentária)</u>	=	<u>49.216.495</u>	1,01	<u>58.094.748</u>	0,99
<u>Despesa (Orçamentária + Extra-Orçamentária)</u>		<u>48.801.404</u>		<u>58.562.048</u>	

Fonte: SIAFEM/RJ

No exercício de 2010 obteve-se um quociente de R\$ 0,99, o que indica que o desembolso financeiro ficou superior as entradas de recursos. Em 2009 tivemos R\$ 1,01 de recursos financeiros para cada R\$ 1,00 de desembolso financeiro.

12.4.6 QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS

Saldo para o Exercício Seguinte

Saldo do Exercício Anterior

Este quociente demonstra se houve aumento ou diminuição no saldo do disponível. Se o resultado do quociente for maior do que 1, será considerado positivo indicando um aumento no saldo disponível, já o quociente sendo igual a 1, será considerada uma situação estável sem alteração das disponibilidades, se for menor do que 1, será considerado negativo, indicando uma diminuição no saldo do disponível.

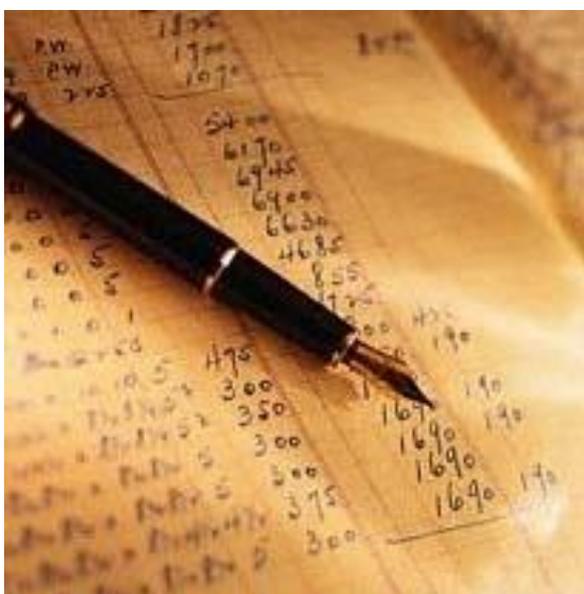
TABELA 162 - QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO		2009		2010	
<u>Saldo p/ o Exercício Seguinte</u>	=	<u>6.919.339</u>	1,05	<u>6.452.039</u>	0,93
<u>Saldo p/ o Exercício Anterior</u>		<u>6.584.749</u>		<u>6.919.339</u>	

Fonte: SIAFEM/RJ

O índice apurado em 2010 nos mostra que existe R\$ 0,93 de disponibilidade, que passa para o exercício seguinte, para cada R\$ 1,00 de disponibilidade vinda do exercício anterior, Em relação a 2009 houve uma queda de desempenho tendo em vista que esse índice foi de 1,05.

13 – Balanço Patrimonial



13. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, em uma situação estática, as contas representativas de Bens, Direitos, Obrigações e o Saldo Patrimonial positivo ou negativo da instituição pública.

A estrutura do Balanço Patrimonial encontra-se a seguir demonstrada, conforme definido no art. 105 da Lei nº 4.320/64. Este Balanço registra os Bens, Valores e Créditos Patrimoniais, assim como as Dívidas e Outras Obrigações, e desta forma estática proporciona conhecimento do patrimônio do Estado ao administrador público.

TABELA 163 - BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14 DA LEI 4.320/64
Estado do Rio de Janeiro - 2010

ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS	R\$	R\$	R\$	TÍTULOS	R\$	R\$	R\$
ATIVO FINANCEIRO			6.452.267.843,81	PASSIVO FINANCEIRO			4.208.694.216,54
DISPONÍVEL				DEPÓSITOS			
CAIXA	179.946,62			CONSIGNAÇÕES	670.081.573,54		
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.140.533.533,07			DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	313.827.226,02	983.908.799,56	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.253.385.714,23						
REDE ARRECADADORA	469.099.649,15			OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO			
DEPOSITO A DISPOSIÇÃO NO TESOURO ESTADUAL	30.311.384,28			RESTOS A PAGAR	2.965.803.157,96		
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	558.529.134,52	6.452.039.361,87		FORNECEDORES E CREDORES	1.732.821.976,02		
REALIZÁVEL				PESSOAL A PAGAR	867.844.205,93		
INVESTIMENTOS EM SEGMENTOS DE RENDA FIXA - RPPS	10.641,97			ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER - EMPREGADOR	183.515.229,02		
RECURSOS NÃO VINCULADOS	217.839,97	228.481,94		OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	27.008.179,49		
				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	354.613.567,50		
				SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	99.856,40		
				CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	25.711.391,85	3.224.785.416,98	
				SENTENÇAS JUDICIAIS	230.477.356,47		
ATIVO PERMANENTE			92.682.302.595,90	PASSIVO PERMANENTE			189.743.657.128,39
BENS DO ESTADO				REGIME ESPECIAL - PRECATORIOS			
BENS IMÓVEIS	8.614.373.360,29			PRECATORIOS TJ - PESSOAL	1.563.760.949,19		
BENS MÓVEIS	3.398.324.317,16			PRECATORIOS TJ - FORNECEDORES E CREDORES	933.317.702,25		
BENS INTANGÍVEIS	4.496.479,06			PRECATORIOS TRT - PESSOAL	39.067.358,45		
(-) DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(1.733.612.188,60)	10.283.581.967,91		PRECATORIOS TRT - ATUALIZAÇÃO MONETARIA	1.245.582.493,84	3.781.728.503,73	
CRÉDITOS DO ESTADO				PRECATORIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS			
DÍVIDA ATIVA	418.297.574,48			PRECATORIOS	2.227.675,87		
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.140.672.475,03			SENTENÇAS JUDICIAIS	341.058.341,73	343.286.017,60	
TÍTULOS E VALORES	54.496.375.341,37						
RECURSOS A RECEBER DO ESTADO	1.992.200.513,59			DÍVIDA FUNDADA INTERNA			
CRÉDITOS PELA ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS	625.539.887,14			POR CONTRATOS	55.825.744.968,52	55.825.744.968,52	
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	496.503,86						
RECURSOS VINCULADOS	315.349.763,06			DÍVIDA FUNDADA EXTERNA			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	369.065,22			EM TÍTULOS	2.554.885,31		
VALORES A RECEBER	930.878.630,66			EM CONTRATOS	1.995.114.167,29	1.997.669.052,60	
ESTOQUES A REALIZAR	25.027.136,45						
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.122.491.315,32			OUTRAS OBRIGAÇÕES			
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	5.853.246,01			PROVISÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	1.220.609.531,62		
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	900.828.566,70			PROVISÕES MATEMÁTICAS E PREVIDENCIÁRIAS	110.593.937.992,99		
CRÉDITOS EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA	656.774.481,11			OUTRAS OBRIGAÇÕES	14.416.377.924,18		
CONTAS A RECEBER	90.761.050,96			DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - A EXECUTAR	488.389.707,26		
CRÉDITOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	6.531.678,17			CREDORES INTRAGVERNAMENTAIS	413.829.136,92		
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	227.935,70			RECEITAS DIFERIDAS	664.777.847,27	127.795.228.585,94	
CRÉDITOS INTRAGVERNAMENTAIS	980.506.471,39	68.709.181.636,22					
				SOMA DO PASSIVO REAL	193.952.351.344,93		193.952.351.344,93
VALORES DO ESTADO							
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	10.510.633.279,61			PASSIVO COMPENSADO			49.450.736.478,69
ESTOQUES	492.466.471,99			CONTRAPARTIDA DO ATIVO COMPENSADO	49.450.736.478,69	49.450.736.478,69	
INVESTIMENTOS EM REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL	2.826.073,73						
INVESTIMENTOS EM SEGMENTOS IMÓVEIS - RPPS	360.757.649,61						
PARTICIPAÇÕES EM FUNDOS E CONDOMÍNIOS	490.130,40						
OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES	2.322.380.346,79						
(-) PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	(14.960,36)	13.689.538.991,77					
SOMA DO ATIVO REAL			99.134.570.439,71				
SALDO PATRIMONIAL			94.817.780.905,22				
PASSIVO REAL DESCOBERTO	94.817.780.905,22	94.817.780.905,22					
ATIVO COMPENSADO			49.450.736.478,69				
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	2.965.803.157,96						
RESPONSABILIDADE POR TÍTULOS E VALORES	7.044.500.870,09						
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	27.984.606.548,67						
CONCESSÕES/ALIENAÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS	780.997.955,51						
OUTROS CONTROLES	2.123.704.497,37						
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	6.109.276.223,13						
OUTRAS COMPENSAÇÕES	916.216.663,16						
DIREITOS CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS	1.440.304.307,49						
CONTROLE DA DÍVIDA ATIVA	85.326.255,31	49.450.736.478,69					
TOTAL GERAL			243.403.087.823,62	TOTAL GERAL			243.403.087.823,62

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Diretrizes Contábeis

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são utilizados os regimes de caixa para as receitas orçamentárias e de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei 4.320/64, de forma integrada com os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução Nº. 750, de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade.

Esta Prestação de Contas do Governador do Estado do Rio de Janeiro inclui os Balanços e Demonstrativos Contábeis pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, apresentados de forma consolidada e por Poder. Os demais relatórios, em sua, maioria são apresentados separadamente por tipo de administração:

- Administração direta;
- Autarquias;
- Fundações;
- Empresas públicas;
- Sociedades de economia mista;
- Fundos
- Consolidado.

2. Critérios de Avaliação das Contas de Resultado

As receitas e as despesas foram demonstradas pelo seu valor nominal.

3. Critérios de Avaliação das Contas do Balanço

3.1 – Ativo Financeiro

Compõe-se de valores numerários e créditos a receber cuja realização independa de autorização legislativa, sendo representado quase integralmente pelo subgrupo Disponível.

3.1.1 – Ativo Disponível

Todas as contas bancárias do Governo do Estado foram devidamente conciliadas através do Módulo/Conciliação Bancária do Sistema de Informações Gerenciais – SIG INTERNET.

3.2 – Ativo Permanente

Compreende bens, créditos e valores cuja movimentação depende de autorização legislativa e é decomposto em:

3.2.1 – Bens Móveis e Imóveis

Os bens móveis foram avaliados pelo seu valor histórico na Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos. Nas Empresas Públicas e nas Sociedades de Economia Mista, os bens móveis são demonstrados pelo seu custo de aquisição ou construção *ou o valor atribuído ou de mercado, no caso de doações*, deduzido da respectiva depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas e parâmetros fixados pela legislação, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Os bens imóveis foram atualizados com base na UFIR-RJ, para 2010 e, as avaliações ocorridas no período, foram efetuadas pela SUBPA – Subsecretaria de Patrimônio da SEPLAG.

3.2.2 – Dívida Ativa

O estoque da Dívida Ativa está avaliado pela PGE em R\$ 37,757,344 mil, atualizado pela UFIR-RJ de 31/12/2010, sendo transferido desse montante, R\$ 324.318 mil referente aos Créditos Inscritos em Dívida Ativa que serão realizados até o término do exercício seguinte. Foi constituída uma provisão para perdas referente aos créditos de recebimento ou liquidação duvidosa, calculada com base nos critérios definidos no Manual de Procedimentos Contábeis de Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 37.075.450 mil, que representa cerca de 99,04% do total. Para fins de visualização no Balanço Patrimonial, devem ser considerados os Créditos em processo de inscrição em Dívida Ativa que em 2010 somaram R\$ 16.543 mil.

3.2.3 – Créditos do Estado

Os direitos referentes aos Créditos do Estado foram avaliados pelo valor líquido de realização.

3.2.4 – Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial. Para o cálculo foram utilizados demonstrativos da composição acionária do capital social das Sociedades de Economia Mista, encaminhados pelas entidades, para avaliação da relevância do investimento do Estado.

Outros investimentos de Companhias de Capital Aberto estão registrados pelo custo de aquisição e atualizados no encerramento do exercício por cotação da Bolsa de Valores e Companhias de Capital Fechado, com base nas documentações apresentadas pelas empresas.

3.2.5 – Estoques

O inventário dos estoques está demonstrado pelo preço de aquisição dos materiais permanentes e, os materiais de consumo pelo preço médio ponderado.

3.3 – Passivo Financeiro

Composto de compromissos exigíveis cuja movimentação independe de autorização legislativa, ou seja, a Dívida Flutuante do Estado com destaque para o Estoque de Restos a Pagar que corresponde a 70,51% da dívida fluante.

3.4 – Passivo Permanente

Grupo que compreende compromissos exigíveis que dependem de autorização legislativa para a sua movimentação.

3.4.1 – Dívida Consolidada

A Dívida Fundada Interna e Externa da Administração Direta e Indireta, informadas pela Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública Estadual e de Captação de Recursos - SUCADPCR mantêm-se consistentes com os registros contábeis e com o Demonstrativo da LRF. O valor da dívida consolidada no encerramento do exercício de 2010 foi de R\$ 57.823.414 mil, sendo 96,55% de Dívida Fundada Interna e 3,45% de Dívida Fundada Externa.

3.4.2 – Passivo Atuarial

O passivo atuarial do Estado do Rio de Janeiro, gerido pelo RIOPREVIDÊNCIA foi atualizado para o exercício de 2009, conforme Relatório Atuarial da Caixa Econômica Federal, estando avaliado em R\$ 110.593.938 mil, correspondendo a cerca de 58,29 % do Passivo Permanente.

3.5. – Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial do exercício apresentou um Passivo Real Descoberto de R\$ 94.851.736 mil causado pelo aumento do Passivo Permanente em função do déficit previdenciário apurado no período de R\$ 48.605.791 mil.

ASPECTOS GERAIS DO BALANÇO PATRIMONIAL

13.1 ATIVO FINANCEIRO

“O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.” (Lei 4.320/64)

O Ativo Financeiro registra os recursos pecuniários provenientes da execução orçamentária da receita e de outros valores adiantados a terceiros ou recolhidos por estes a título de Depósitos, Cauções, Garantias e outros.

Esses valores independem, para sua movimentação e realização, de autorização orçamentária, isto é, não precisam constar no orçamento da entidade. Movimentam-se, portanto, independentemente do orçamento. Na tabela abaixo identificam-se os valores dos itens “Disponível e Realizável”, com os seus correspondentes detalhamentos, nas tabelas seguintes:

TABELA 164 - ATIVO FINANCEIRO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Disponível	6.919.339	99,729%	6.452.039	99,996%	-6,75%
Realizável	18.836	0,271%	228	0,004%	-98,79%
Total	6.938.176	100,000%	6.452.268	100,000%	-7,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

Comparado ao período anterior, o total do Ativo Financeiro apresenta um decréscimo de 7,00% em relação ao ano anterior. Destacamos que a variação ocorrida é comentada nos itens a seguir.

13.1.1 ATIVO DISPONÍVEL

O Ativo Disponível é composto pelos saldos de Aplicações Financeiras (distribuídas em contas de poupança e aplicações em títulos do mercado aberto de contas não únicas); Bancos; Rede Arrecadadora (valores recebidos pelos agentes bancários autorizados pelo Estado a coletar os tributos, multas e demais créditos dos contribuintes, porém ainda indisponíveis para utilização do Tesouro Estadual); e Caixa (numerário e outros valores em tesouraria).

TABELA 165 - ATIVO DISPONÍVEL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2009

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Ativo Disponível	6.919.342	100,00%	6.452.039	100,00%	-6,75%
Caixa	226	0,00%	180	0,00%	-20,54%
Bancos Conta Movimento	809.387	11,70%	1.140.534	17,68%	40,91%
Aplicações Financeiras	5.122.457	74,03%	4.253.386	65,92%	-16,97%
Rede Arrecadadora	298.658	4,32%	469.100	7,27%	57,07%
Depósitos a Disposição no Tesouro Estadual	10.661	0,15%	30.311	0,47%	184,32%
Fundos de Investimentos	677.952	9,80%	558.529	8,66%	-17,62%

Fonte: SIAFEM/RJ

Em 2010, o Ativo Disponível totalizou em R\$ 6.452.268 mil, o equivalente a 99,99% do Ativo Financeiro. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um decréscimo de 6,75% (R\$ 467.303 mil), em função principalmente da movimentação ocorrida nas duas principais contas do grupo, que representaram 83,60% do total do Ativo Disponível, ou seja, enquanto que o saldo das “Aplicações Financeiras” em 2010 sofreu uma redução de 16,97% ou R\$ 869.072 mil, o saldo de “Bancos Conta Movimento”, se apresentou 40,91% maior, o que equivale a um aumento de R\$ 331.146 mil.

13.1.2 ATIVO REALIZÁVEL

A estrutura do Ativo Realizável está demonstrada na composição definida a seguir:

- a) Recursos Especiais a Receber – compreendem o somatório dos recursos provenientes do orçamento, não recebidos até o final do exercício de origem.
- b) Investimentos em Segmento de Renda Fixa do RPPS - representam o somatório dos investimentos efetuados pelo RIOPREVIDÊNCIA em conformidade com o art. 3º da Resolução CMN nº 3.244/04, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal ou pelos Municípios.
- c) Recursos Não Vinculados - registra os depósitos do Tesouro Estadual em conta de outras entidades, na forma de adiantamento ou colocados a disposição para saques no Tesouro.

TABELA 166 - ATIVO REALIZÁVEL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2009

DESCRIÇÃO	2009	PART.%	2010	PART.%	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Ativo Realizável	18.938	100,00%	228	100,00%	-98,79%
Recursos Especiais a Receber	14.266	75,33%	-	0,00%	-100,00%
Investimentos em Segmento Renda Fixa – RPPS	626	3,30%	11	4,66%	-98,30%
Recursos não Vinculados	4.046	21,37%	218	95,34%	-94,62%

Fonte: SIAFEM/RJ

O Ativo Realizável correspondeu a 0,01% (R\$ 228 mil) do Ativo Financeiro em 2010, e apresentou, em relação a 2009, um decréscimo nominal de 98,79% (R\$ 109.634 mil). Esta diminuição significativa pode ser explicada pela extinção do saldo das contas do grupo 112160800 = REPASSES A RECEBER, decorrentes da aplicação da Rotina CNRC/SUNOT/CGE nº 006/2009, que atualizou os procedimentos contábeis para empenhamento, liquidação e pagamento da Contribuição Patronal ao RPPS – RIOPREVIDÊNCIA.

13.2 ATIVO PERMANENTE

“O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.”

**TABELA 167 - ATIVO PERMANENTE
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO	2009	PART.%	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Ativo Permanente	81.230.005	100,00%	92.682.303	100,00%	14,10%
Bens do Estado	9.250.669	11,39%	10.283.582	11,10%	11,17%
Créditos do Estado	58.037.278	71,45%	68.709.182	74,13%	18,39%
Valores do Estado	13.942.058	17,16%	13.689.539	14,77%	-1,81%

Fonte: SIAFEM/RJ

O grupo do Permanente é composto pelos Bens, Créditos e Valores do Estado, representando 93,49% do total do Ativo Real (excluído o saldo patrimonial e o ativo compensado). Na comparação com o exercício de 2009, observa-se um acréscimo nominal de 14,10%, que está sendo comentado nos itens a seguir.

13.2.1 BENS DO ESTADO

**TABELA 168 - ATIVO PERMANENTE - BENS DO ESTADO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO	2009	PART.%	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Bens do Estado	9.250.669	100,00%	10.283.582	100,00%	11,17%
Bens Imóveis	8.106.511	87,63%	8.614.373	83,77%	6,26%
Bens Móveis	2.795.164	30,22%	3.398.324	33,05%	21,58%
Bens Intangíveis	313	0,00%	4.496	0,04%	1337,98%
Diferido	1.036	0,01%	-	0,00%	-100,00%
(-) Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.652.355)	-17,86%	(1.733.612)	-16,86%	4,92%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.2.1.1 BENS IMÓVEIS

A contabilidade deve espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço Geral do Estado em observância aos Princípios da Competência e da Oportunidade, no que se refere às alterações do ativo que resultem em modificações do Patrimônio, neste sentido, o inciso III, do artigo 11, do Decreto nº 42.682, de 29 de outubro de 2010, determina à Subsecretaria de Patrimônio, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, encaminhar, até 31 de janeiro de 2011, à Contadoria-Geral do Estado, a relação dos imóveis de propriedade do Estado, com a indicação de seus ocupantes e da sua utilização, fazendo, ainda, constar seus valores de avaliação ou reavaliação, individualizados, e segregação dos bens por utilização.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão encaminhou a esta CGE, em atendimento ao citado decreto, o Ofício SEPLAG/SUBPA nº 068, de 09/02/2011, que se encontra inserido no Volume 7 desta prestação de Contas de Gestão, informando o número de controle patrimonial, endereçamento, titularidade, ocupação ou utilização e valores de avaliação, dos imóveis inscritos no cadastro da SEPLAG.

Informamos que estamos encaminhando, também, através do Volume 9, os demonstrativos das alterações, movimentações e reavaliações dos Bens Imóveis, em atendimento a Determinação nº 13 do TCE às Contas de Gestão de 2005.

TABELA 169 - BENS IMÓVEIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART.%	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Bens Imóveis	6.440.545	100,00%	4.804.299	100,00%	-25,41%
Edifícios	1.665.966	25,87%	3.810.075	79,31%	128,70%
Corr Monet de Bens Imóveis Lei 8200/91	1.866.347	28,98%	1.866.347	38,85%	0,00%
Obras em Andamento	915.441	14,21%	1.085.282	22,59%	18,55%
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	689.229	10,70%	838.725	17,46%	21,69%
Instalações	360.159	5,59%	359.875	7,49%	-0,08%
Terrenos	132.033	2,05%	338.412	7,04%	156,31%
Imóveis a Cadastrar	2.462.900	38,24%	299.080	6,23%	-87,86%
Terras	14.436	0,22%	16.578	0,35%	14,84%

Fonte: SIAFEM/RJ

Os Bens Imóveis do Estado em 2010, representou 83,77% do total dos Bens do Estado, totalizando R\$ 8.614.373 mil. Na comparação com o período anterior houve um acréscimo nominal de 6,26% ou R\$ 507.862 mil, explicado por um aumento das contas “Obras em Andamento”, “Benfeitorias em Imóveis de Terceiros” “Terrenos” e “Terras”, que juntas tiveram um incremento de R\$ 527.859 mil. Observa-se ainda em 2010, um aumento de 2.144.109 mil (128,70%) na rubrica “Edifícios” em contrapartida a uma diminuição de R\$ 2.163.821 mil (-87,86%) na conta “Imóveis a Cadastrar”, devido, principalmente, ao cadastramento realizado pela UG 317.300 – Riotrilhos.

13.2.1.2 BENS MÓVEIS

Em 2010, os Bens Móveis do Estado totalizaram o valor de R\$ 3.398.324 mil, o equivalente a 33,05 % do total dos Bens do Estado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 21,58%, em função das aquisições ocorridas no período, e ainda, ao aumento de R\$ 220.889 mil do saldo do almoxarifado de bens moveis.

13.2.1.3 BENS INTANGÍVEIS

Os chamados "bens intangíveis" são aqueles que não têm existência física. Como exemplos de intangíveis, os direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e patentes, softwares e o fundo de comércio adquirido.

Em 2010, os Bens Intangíveis do Estado totalizaram o valor de R\$ 4.496 mil. Em termos nominais, embora com uma baixa representação no total dos bens do Estado, apresentou uma variação expressiva de 1337,98% (R\$ 4.184 mil) em relação ao ano anterior, em função de aquisições de Direito de Uso de Softwares.

13.2.2 CRÉDITOS DO ESTADO

Os Créditos do Estado é o subgrupo onde estão alocados as rubricas mais relevantes do Ativo Permanente, representando 74,13% da totalidade deste ativo. Os principais créditos a receber são os Títulos e Valores, Créditos Diversos a Receber e Recursos a Receber do Estado, que no exercício de 2010 somaram R\$ 62.611.067 mil equivalentes a 91,12% do total. Na comparação, com o ano anterior, verifica-se um acréscimo de 18,39%, que é comentado nos itens a seguir.

TABELA 170 - ATIVO PERMANENTE - CRÉDITOS DO ESTADO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART.%	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Créditos do Estado	58.037.278	100,00%	68.709.182	100,00%	18,39%
Títulos e Valores	44.677.919	76,98%	54.496.375	79,31%	21,98%
Créditos Diversos a Receber	4.266.585	7,35%	6.122.491	8,91%	43,50%
Recursos a Receber do Estado	2.184.809	3,76%	1.992.201	2,90%	-8,82%
Empréstimos e Financiamentos	1.085.115	1,87%	1.140.672	1,66%	5,12%
Valores a Receber	925.866	1,60%	930.879	1,35%	0,54%
Diversos Responsáveis	667.639	1,15%	900.829	1,31%	34,93%
Créditos Intragovernamentais	1.299.986	2,24%	980.506	1,43%	-24,58%
Créditos em Cobrança Administrativa	977.417	1,68%	656.774	0,96%	-32,81%
Créditos pela Assunção de Dívidas	645.687	1,11%	625.540	0,91%	-3,12%
Dívida Ativa	1.035.215	1,78%	418.298	0,61%	-59,59%
Outros Créditos do Estado	271.039	0,47%	444.616	0,65%	64,04%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.2.2.1 TÍTULOS E VALORES

São documentos emitidos por empresas ou outras entidades (públicas ou privadas), que representam um conjunto de direitos e deveres aos seus titulares e que podem ser comprados e vendidos nos mercados de valores mobiliários. Para as entidades que os emitem, os valores mobiliários representam uma forma de financiamento alternativa, enquanto para os investidores são uma forma de aplicação de

poupanças que se caracterizam por uma grande variedade de níveis de risco e de potencialidade de rentabilidade. Os referidos documentos que representam os valores mobiliários podem ser títulos em papel (valores mobiliários titulados) ou registros informáticos (valores mobiliários escriturais). Atualmente a grande maioria dos valores mobiliários está representada por valores mobiliários escriturais devido à sua maior facilidade de circulação e transação e devido à maior segurança que proporcionam.

Em 2010, os Títulos e Valores do Estado atingiram o montante de R\$ 54.496.375 mil, apresentando uma variação nominal de 21,98% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função do aumento de 26,99% do grupo “Outros Títulos e Valores”.

TABELA 171 - CRÉDITOS DO ESTADO - TÍTULOS E VALORES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Títulos e Valores	44.677.919	100,00%	54.496.375	100,00%	21,98%
Certificados Financeiros do Tesouro - CFT'S	3.735.762	8,36%	2.694.888	4,95%	-27,86%
Direito sobre Concessões	590.705	1,32%	559.485	1,03%	-5,29%
Outros Títulos e Valores	40.351.452	90,32%	51.242.003	94,03%	26,99%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.2.2.1.1 CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOIRO - CFT'S

Os Certificados Financeiros do Tesouro – CFT's, são títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional emitidos para a realização de operações financeiras definidas em lei, exclusivamente sob a forma escritural, na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. Os atuais CFT's de posse do Rioprevidência são títulos nominativos e inalienáveis, conforme Lei n.º 10.841/2004, não podendo ser vendidos ou ter a propriedade e o domínio transferidos, apenas serem resgatados em seus respectivos vencimentos.

Ao final do exercício de 2010, como pode ser observada na tabela abaixo, a posição destes títulos era de R\$ 2.964.888 mil, o que representa uma queda de 27,86% em relação ao exercício anterior, devido, basicamente, ao resgate dos CFT's – de Curto Prazo.

TABELA 172 - TÍTULOS E VALORES - CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOIRO - C.F.T's
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Certificados Financeiros do Tesouro - CFTs	3.735.762	100,00%	2.694.888	100,00%	-27,86%
11322.00.00 - CFT's de Curto Prazo	1.585.871	42,45%	913.540	33,90%	-42,40%
12251.00.00 - CFT's de Longo Prazo	2.149.891	57,55%	1.781.348	66,10%	-17,14%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.2.2.1.2 DIREITO SOBRE CONCESSÕES

O Poder Público pode realizar centralizadamente, seus próprios serviços, por meio de órgãos da Administração Direta, ou prestá-los, descentralizadamente, por meio das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios públicos de direito público, sendo todas essas, pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta. Mais ainda, pode prestar serviços públicos através de entidades paraestatais, consideradas entes de colaboração, que se situam ao lado do Estado, sem a ele pertencer, e finalmente, por empresas privadas e particulares individualmente considerados, como as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos.

O Estado do Rio de Janeiro, por ato administrativo, facultou ao setor empresarial privado por determinado tempo, finalidade e condição expressa mediante autorização ou concessão, as outorgas dos serviços públicos de transporte ferroviário, metroviário e exploração de rodovias, fiscalizados pelas agências reguladoras.

TABELA 173 - TÍTULOS E VALORES - CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO
Estado do Rio de Janeiro - 2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	SALDO EM 31/12/2009	ATUALIZAÇÕES	RECEBIMENTOS	SALDO EM 31/12/2010	VAR. NOM %
Direitos de Concessão – CP	6.010	-	937	5.073	-15,59%
SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S/A	4.590	-	745	3.845	-16,24%
Transtur - Transporte e Turismo	61	-	-	61	0,00%
Barcas S/A - Transportes Marítimos	1.359	-	192	1.167	-14,12%
Direitos de Concessão – LP	584.695	7.449	37.732	554.412	-5,18%
Concessionária Rota 116 S/A	130.359	7.449	-	137.808	5,71%
Companhia Fluminense de Trens Urbanos	37.732	-	37.732	-	-100,00%
Concessionária Águas de Juturnaiba	52.359	-	-	52.359	0,00%
Companhia do Metropolitana do RJ	344.756	-	-	344.756	0,00%
Metro-Arc.Verde S.C	19.489	-	-	19.489	0,00%
TOTAL	590.705	7.449	38.669	559.485	-5,29%

Fonte: SIAFEM/RJ

Os valores a receber provenientes das Outorgas de Serviços Públicos, apresentaram em 2010, um saldo de R\$ 559.485 mil, apresentando um decréscimo de -5,29% (R\$ 31.220 mil), em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao cancelamento realizado pelo Rioprevidência do valor de R\$ 37.732 mil, referente à outorga da concessão dos serviços da FLUMITRENS/SUPERVIA, conforme parecer da Procuradoria Geral do Estado.

Destacamos que os demonstrativos das Outorgas exigidos pela Determinação 10, do TCE - Contas de Gestão do Governo – Exercício de 2004, estão no volume 2 desta prestação de contas, com a movimentação ocorrida no ano de 2009.

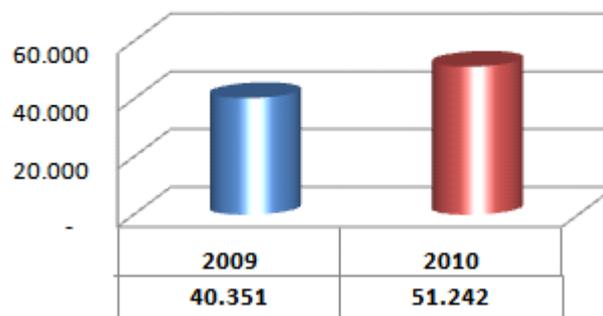
13.2.2.1.3 OUTROS TÍTULOS E VALORES

Esta rubrica contempla os valores contabilizados como Direitos sobre Exploração dos Royalties do Petróleo, e representa a maior parte dos Títulos e Valores a receber do Estado (94,03% em 2010).

A Constituição Federal, em seu artigo 20, § 1º, assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

Com o objetivo de capitalizar o RIOPREVIDÊNCIA o Governo do Estado, por meio do Decreto nº 37.571/2005, incorporou ao patrimônio do Fundo os direitos de propriedade sobre os royalties do petróleo e direitos de participação especial, ingressos a partir de janeiro de 2006. No exercício de 2010 esta rubrica apresentou um saldo final de R\$ 51.242.003 mil decorrentes de ajustes dos recebíveis de Longo Prazo, o que representou um acréscimo de R\$ 10.890.550 mil (26,99%), em relação ao exercício anterior. Este item esta sendo mais bem explorado no item 7 deste relatório.

Royalties do Petróleo a Receber
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2010/2009



13.2.2.2 CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER

TABELA 174 - CRÉDITOS DO ESTADO - CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR.
					NOM. %
Créditos Diversos a Receber	4.266.585	100,00%	6.122.491	100,00%	43,50%
Royalties do Petróleo a receber	2.895.042	67,85%	3.090.973	50,49%	6,77%
Fluxo do Fundes - Decreto n. 40.155/2006	808.159	18,94%	1.668.344	27,25%	106,44%
Certific. Financ. do Tesouro - CFT'S Permutado - CP	-	0,00%	544.930	8,90%	0,00%
Cotas Financeiras a Receber	68.554	1,61%	74.517	1,22%	8,70%
Indenizacoes a Receber	67.199	1,57%	71.053	1,16%	5,74%
Restos a Receber	41.561	0,97%	41.706	0,68%	0,35%
Outros Créditos a Receber	386.071	9,05%	630.969	10,31%	63,43%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.2.2.2.1 – ROYALTIES DO PETRÓLEO A RECEBER

Representam os recursos a receber de curto prazo e assim como os valores mencionados no item 13.2.2.1.3, estão incorporados ao patrimônio do RIOPREVIDÊNCIA. Em 2010 o saldo da rubrica que registra os Royalties do Petróleo a Receber sofreram um acréscimo de 6,77%, decorrentes da atualização dos recebíveis de Curto Prazo.

13.2.2.2.2 – FLUXO DO FUNDES – DECRETO N.º 40.155/2006

Representam o fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social _ FUNDES, instituído pelo Decreto-Lei nº 8/75, ingressados no Tesouro Estadual a partir de janeiro de 2007, e incorporados ao RIOPREVIDÊNCIA por meio da publicação do Decreto Estadual n.º 40.155/2006. Em dezembro/2010 o valor desse ativo foi de R\$ 1.668.344 mil, 27,25% maior que o registrado em 2008. Tal diferença se deve ao aumento da liberação de créditos para as empresas que compõe a carteira do FUNDES, que é administrado pela INVESTRIO.

13.2.2.2.3 - CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOIRO - CFT'S PERMUTADOS– CURTO PRAZO

Este ativo é um direito do Rioprevidência contra o Estado do Rio de Janeiro e refere-se à recomposição do fluxo original dos CFT's permutados com o Governo Federal em 2003 e 2007. Em outubro de 2009, foi quitada a última parcela da permuta efetuada em 2003, portanto, o saldo atual, se refere à permuta realizada em 2007, e é atualizado mensalmente com base na variação do IGP-DI do mês anterior, acrescidos de juros remuneratórios de 6% a.a. Este ativo começará a ser amortizado em janeiro de 2011 e será liquidado em dezembro de 2014.

13.2.2.2.4 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Neste grupo estão registrados diversos créditos a receber pelos órgãos do Estado, tais como operações de credito; taxa de ocupação de imóveis, ressarcimento de salários de funcionários cedidos; devedores por bilhetes distribuídos; indenizações, cotas financeiras, taxas e multas; e restos a receber. Também encontram-se neste grupo os valores apropriados pelo Rioprevidência em atendimento a determinação do TCE/RJ, referentes a recursos advindos da recuperação da Dívida Ativa Estadual não destinados por lei a outras finalidades, no período de competência abril/2005 a dezembro/2009, no montante de R\$ 522.626 mil.

13.2.2.3 RECURSOS A RECEBER DO ESTADO

TABELA 176 - CRÉDITOS DO ESTADO - RECURSOS A RECEBER DO ESTADO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART.%	2010	PART. %	VAR. NOM.
					%
Recursos a Receber do Estado	2.184.809	100,00%	1.992.201	100,00%	-8,82%
Certificado do Tesouro Federal - CFT'S Permutado - LP	2.104.874	96,34%	1.926.198	96,69%	-8,49%
Decorrentes da Concessão	13.932	0,64%	-	0,00%	-100,00%
Obras Paralizadas - CIEPS	66.002	3,02%	66.002	3,31%	0,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

Este grupo sofreu uma redução de seu saldo decorrente da transferência dos CFT's de propriedade do Rioprevidência, do Longo para o Curto Prazo e ainda da baixa de valores de créditos a receber, referente a outorga da concessão da FLUMITRENS/SUPERVIA, conforme parecer da Procuradoria Geral do Estado.

13.2.2.4 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Nesta rubrica são registrados os recursos provenientes de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Governo do Estado, através de órgãos como a Companhia Estadual de Habitação – CEHAB, Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES; Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF e Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – FATEC, entre outros. Neste exercício este grupo somou o montante de R\$ 1.140.672 mil, apresentando um acréscimo de 5,12% em relação a 2009, com destaque para os Financiamentos a Longo Prazo, que representam os valores concedidos pelo FUNDES a título de financiamento a empresas instaladas no Estado do Rio de Janeiro.

TABELA 177 - CRÉDITOS DO ESTADO - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART.%	2010	PART. %	VAR. NOM.
					%
Empréstimos e Financiamentos	1.085.115	100,00%	1.140.672	100,00%	5,12%
Empréstimos	152.043	14,01%	113.420	9,94%	-25,40%
Empréstimos a Curto Prazo - CP	59	0,01%	114	0,01%	91,67%
Empréstimos a Longo Prazo - LP	151.984	14,01%	113.306	9,93%	-25,45%
Financiamentos	933.071	85,99%	1.027.252	90,06%	10,09%
Financiamentos a Curto Prazo - CP	65.393	6,03%	64.875	5,69%	-0,79%
Financiamentos a Longo Prazo - LP	837.868	77,21%	932.220	81,73%	11,26%
Financiamentos Imobiliários a Longo Prazo - LP	29.810	2,75%	30.158	2,64%	1,17%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.2.2.5 VALORES A RECEBER

Este item apresentou uma variação pouco significativa em relação a 2009, correspondente a 0,54%. As principais rubricas deste grupo são os que registram os valores a receber de "Devedores por Financiamentos - FCVS", na Companhia Estadual de Habitação – CEHAB e os "Outros Valores a Receber" que representa em sua maioria os valores devidos pelo RIOPREVIDÊNCIA ao Tesouro Estadual por conta do adiantamento de recursos recebidos nos exercícios de 2006 e 2007, da reserva monetária denominada "Conta B" junto a Caixa Econômica Federal.

TABELA 178 - CRÉDITOS DO ESTADO - VALORES A RECEBER
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART.%	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Valores a Receber	925.866	100,00%	930.879	100,00%	0,54%
Valores a Receber de Outras Empresas	89.090	9,62%	89.025	9,56%	-0,07%
Devedores p/ Financiamentos - FCVS	415.093	44,83%	415.093	44,59%	0,00%
Outros Valores a Receber	421.683	45,54%	426.761	45,84%	1,20%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.2.2.6 DIVERSOS RESPONSÁVEIS

A apuração e o respectivo registro de responsabilidade por danos ao erário, regulamentada pela legislação pertinente, abrange os possíveis créditos em favor do Estado que ainda se encontram em fase de apuração, bem como aqueles que, uma vez apurados, configuram-se como direito em favor da Administração Pública. Tais créditos são originados por atos, comissivos ou omissivos, que comprovadamente ou potencialmente – no caso de responsabilidade ainda em fase de apuração – vieram a causar prejuízos ao erário, tais como: ausência de prestação de contas, desvios ou desfalques de bens, valores ou dinheiros públicos e a prática de atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que possam acarretar prejuízos aos cofres públicos.

O exame da tabela abaixo evidencia que, em 2010, o saldo de "Diversos Responsáveis", apresentou um aumento de R\$ 142.945 mil, equivalente a um crescimento de cerca de 34,93% em relação ao exercício anterior, ocorrido, principalmente, pelo aumento da conta representativa de "Convênios, Acordos e Ajustes Celebrados".

TABELA 179 - CRÉDITOS DO ESTADO - DIVERSOS RESPONSÁVEIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART.%	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Diversos Responsáveis	667.639	100,00%	900.829	100,00%	34,93%
Por Convênios, Acordos e Ajustes Celebrados	388.809	58,24%	531.754	59,03%	36,76%
Outras Responsabilidades	138.616	20,76%	246.517	27,37%	77,84%
Responsáveis por Danos	52.398	7,85%	55.133	6,12%	5,22%
Ausência de Outras Prestações de Contas	24.503	3,67%	28.207	3,13%	15,12%
Desvio/Extravio de Bens	43.069	6,45%	25.967	2,88%	-39,71%
Outros	20.244	3,03%	13.251	1,47%	-34,54%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.2.2.7 CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS

Neste item estão registrados os créditos oriundos do Fundo da Dívida Pública – FDP e os Créditos a Receber pela Compensação do BERJ. Os créditos oriundos do FDP são recebíveis dos Órgãos da Administração Direta e Indireta, que têm o Tesouro Estadual como devedor. Já os Créditos a Receber pela Compensação do BERJ, representam a dívida assumida pelo governo do Estado junto ao RIOPREVIDÊNCIA. No exercício de 2010 os Créditos Intragovernamentais apresentaram uma variação nominal negativa de 24,587%, devido, principalmente, ao registro da baixa dos controles do Fundo da Dívida Pública, compensados pelos valores empregados pelo Tesouro Estadual no pagamento de despesas de órgãos e entidades do Estado do Rio de Janeiro, conforme estabelecido no decreto 42.323/2010.

Pode-se evidenciar ainda um aumento da ordem de 10,77% (R\$ 40.799 mil) na rubrica representativa das obrigações do Banco do Estado do Rio de Janeiro – BERJ com o Governo do Estado do RJ por conta dos saques ocorridos na reserva monetária denominada "Conta B".

TABELA 180 - CRÉDITOS DO ESTADO - CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART.%	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Créditos Intragovernamentais	1.299.987	100,00%	980.507	100,00%	-24,58%
Créditos a Receber Oriundos do FDP	552.054	42,47%	192.836	19,67%	-65,07%
Banco do Estado do Rio de Janeiro - BERJ	64.835	4,99%	105.634	10,77%	62,93%
Créditos a Receber pela Compensação BERJ	274.601	21,12%	289.554	29,53%	5,45%
Fundo Especial de Administração Fazendária -FAF	244.242	18,79%	244.242	24,91%	0,00%
Créditos Intra-Orçamentários	164.254	12,64%	148.240	15,12%	-9,75%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.2.2.8 CRÉDITOS EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA

Esta rubrica apresentou um decréscimo de 32,81% em 2010 na comparação com o ano anterior devido a constituição, da provisão para perda da Dívida Ativa no valor de R\$ 321.740 mil, feita pelo Rioprevidência.

O montante desses créditos a receber em 2010 está registrado no Rioprevidência e no Tesouro Estadual totalizando R\$ 654.197 mil. Quanto aos Créditos Tributários, a autarquia tem a receber do Tesouro Estadual o "ICMS parcelado" de que trata o Decreto Estadual nº 36.994/05 o montante de R\$ 494.565 mil. Já os recursos a receber do Tesouro Estadual estão amparados pela Resolução SEFAZ nº 276/10, que trata do cumprimento do art. 13 da LRF, em específico dos "Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa" que totalizou R\$ 159.560 mil, totalizando R\$ 654.125 Mil.

Quanto aos créditos inscritos em Dívida Ativa, representam a parcela dos créditos tributários e não tributários provisionados, para serem arrecadada em 2010, e cuja provisão para perdas foi calculada em 99,21% do total dos créditos inscritos.

TABELA 181 - CRÉDITOS DO ESTADO - CRÉDITOS EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Créditos em Cobrança	977.417	100,00%	656.774	100,00%	-32,81%
Créditos em Cobrança Administrativa	674.076	68,97%	654.197	99,61%	-2,95%
Créditos Tributários a Receber	674.005	99,99%	654.125	99,99%	-2,95%
Créditos não Tributários a Receber	72	0,01%	72	0,01%	0,00%
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	303.341	31,03%	324.318	49,38%	6,92%
Dívida Ativa Tributária	292.397	96,39%	317.629	97,94%	8,63%
Dívida Ativa não Tributária	10.944	3,61%	6.689	2,06%	-38,88%
Provisão para Perdas da Dívida Ativa	-	0,00%	(321.740)	-99,21%	0,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.2.2.9 CRÉDITOS POR ASSUNÇÃO DA DÍVIDA

Estão registradas na conta contábil 1.2.2.8.9.00.00 – Assunção de Dívidas, na UG 999900 – Tesouro do Estado, constituída por valores a serem reembolsados ao Estado, pela Administração Indireta, cujos saldos estão na mesma paridade nos passivos das entidades, na conta 2.2.2.4.8.00.00 – Dívidas Assumidas pelo Governo do Estado, com valores atualizados de acordo com as regras contratuais.

Em relação ao ano anterior, apresentou um decréscimo em seu saldo de 3,12%, devido, principalmente, a conversão do valor de R\$ 23.003 mil da assunção de dívida das Centrais de Abastecimento do Estado do RJ S.A – CEASA, em aumento de capital.

Na tabela a seguir demonstramos a posição detalhada das Dívidas Assumidas pelo Governo do Estado.

TABELA 182 - CRÉDITOS DO ESTADO - CRÉDITOS PELA ASSUNÇÃO DA DÍVIDA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Créditos pela Assunção da Dívida	645.687	100,00%	625.540	100,00%	-3,12%
Assunção da Dívida da CEHAB	548.138	84,89%	550.994	88,08%	0,52%
Assunção da Dívida da CEASA	9.417	1,46%	-	0,00%	-100,00%
Parcelamento do INSS	60.598	9,39%	47.012	7,52%	-22,42%
Repasse de Linha de Crédito	27.533	4,26%	27.533	4,40%	0,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.2.2.10 DÍVIDA ATIVA

O estoque da Dívida Ativa Tributária e da Não Tributária está registrado na contabilidade em conformidade com o Relatório da Procuradoria da Dívida Ativa – PG5. Compõem-se de inscrições, atualizações e baixas dos Créditos Tributários devidos à Fazenda Pública pelos contribuintes, acrescidos dos adicionais e multas, não cobrados ou não recolhidos ao tesouro público.

Neste processo figuram dois tipos de créditos tributários e não tributários: aqueles em processo de inscrição vencidos e não pagos, portanto, passíveis de inscrição e os inscritos, que são aqueles encaminhados à Procuradoria da Dívida Ativa - PG-5. No exercício de 2010, encontram-se encampados cerca de R\$ 16.135 mil em créditos passíveis de inscrição em Dívida Ativa para as providências da Procuradoria Geral do Estado.

TABELA 183 - CRÉDITOS DO ESTADO - DÍVIDA ATIVA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Dívida Ativa	1.035.215	100,00%	418.298	100,00%	-59,59%
Créd. em Processo Inscrição em Dívida Ativa	15.245	100,00%	16.543	100,00%	8,51%
Cred. Tribut. Encaminhado P/ Dívida Ativa	43	0,28%	2	0,01%	-95,07%
Cred.não Tribut. Encaminhado P/ Dívida Ativa	406	2,66%	406	2,45%	0,00%
Cred.não Tribut. a Encaminhar P/ Dívida Ativa	14.796	97,05%	16.135	97,53%	9,05%
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	34.508.331	100,00%	37.433.112	100,00%	8,48%
Dívida Ativa Tributária	33.475.683	97,01%	36.289.074	96,94%	8,40%
Dívida Ativa não Tributária	1.032.648	2,99%	1.144.038	3,06%	10,79%
Provisão P/ Perdas de Dívida Ativa	(33.488.360)	97,04%	(37.075.450)	99,04%	10,71%
Créditos Tributários a Receber	-	0,00%	44.092	10,54%	0,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

Faz-se necessário considerar que aos saldos das Dívidas Ativa Tributária e Não Tributária, destacados, na tabela acima, que somam R\$ 37.433.112, devem ser somados os valores de R\$ 317.629 mil e R\$ 6.689 mil, transferidos respectivamente para as contas de curto prazo, 11214.02.01 – Dívida Ativa

Tributária e 11214.02.02 – Dívida Ativa Não Tributária, que irão compor o saldo final de R\$ 34.757.430 mil.

O estoque de créditos em processo de inscrição e inscritos em dívida ativa no exercício de 2010, quando comparado ao exercício anterior, apresenta um decréscimo de 59,59%, pois, enquanto os créditos inscritos apresentaram um aumento de R\$ 2.924.781, a atualização da provisão para perdas de dívida ativa foi superior a esse montante, atingindo R\$ 3.587.089 mil a mais que em 2009, devido a mudança de critério do cálculo da provisão. Essa mudança explica ainda a elevação de 97,04% para 99,04% do valor provisionado para perdas em relação ao total inscrito em dívida ativa.

Assim, ao observarmos a Provisão para Perdas da Dívida Ativa no valor de R\$ 37.075.450 mil, o estoque líquido passa a ser de R\$ 357.662. Este procedimento corrige a liquidez do ativo permanente, retratando assim a real situação patrimonial do Estado, além de contribuir para o processo de fortalecimento da visão patrimonial e maior qualidade e transparência da informação contábil. Informamos que os quadros da Dívida Ativa podem ser observados, mais detalhadamente, no item 3, do Volume 2.

Destacamos que no relatório da PG-5 constam notas explicativas com os critérios e metodologia aplicada na apuração do estoque que deram origem aos demonstrativos da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária. Apresentamos, abaixo, tabela comparativa do Estoque da Dívida Ativa.

TABELA 184 - DEMONSTRATIVO DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA
Estado do Rio de Janeiro - 2010

R\$Mil

DESCRIÇÃO	DÍVIDA TRIBUTÁRIA		DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA		TOTAL DA DÍVIDA ATIVA	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
SALDO INICIAL	27.155.915	33.768.079	1.618.827	1.043.552	28.774.742	34.811.631
(+) INSCRIÇÕES	7.340.050	4.943.500	169.313	131.995	7.509.363	5.075.495
(-) BAIXAS	2.384.786	3.518.561	843.360	68.594	3.228.146	3.587.155
(+) ATUALIZAÇÃO	1.656.900	1.413.685	98.772	43.688	1.755.672	1.457.373
SALDO FINAL	33.768.079	36.606.703	1.043.552	1.150.641	34.811.631	37.757.344

Fonte: Procuradoria Geral do Estado

13.2.3 VALORES DO ESTADO

As participações societárias, no montante de R\$ 10.510.633 mil representaram 76,78% do total dos Valores do Estado em 2010, e apresentaram uma variação decrescente de 4,14%, em relação ao exercício anterior.

TABELA 185 - VALORES DO ESTADO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM.%
Valores do Estado	13.942.058	100,00%	13.689.539	100,00%	-1,81%
Participações Societárias	10.965.086	78,65%	10.510.633	76,78%	-4,14%
Outros Investimentos Permanentes	2.116.910	15,18%	2.322.380	16,96%	9,71%
Outros Valores do Estado	860.061	6,17%	856.525	6,26%	-0,41%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.2.3.1 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Esta rubrica representa a participação acionária do Estado em Sociedades de Economia Mista, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são apresentados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2010, deduzidos de provisão para perda estimada na realização desses ativos.

TABELA 186 - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM.%
Investimentos do Estado	10.965.087	100,00%	10.510.633	100,00%	-4,14%
Investimentos pela Equivalência Patrimonial	11.367.042	99,95%	10.906.413	99,94%	-4,05%
Outros Investimentos	6.103	0,05%	6.635	0,06%	8,72%
Soma dos Investimentos	11.373.145	100,00%	10.913.048	100,00%	-4,05%
(-) Provisão p/ Perdas em Investimentos	(408.058)	-3,59%	(402.414)	-3,69%	-1,38%

Fonte: SIAFEM/RJ

No exercício de 2010, os Investimentos do Estado tiveram uma variação nominal negativa de 4,14% em relação ao ano anterior, motivada, principalmente, pelo resultado da equivalência patrimonial apurado na Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE.

Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária do Estado no patrimônio líquido das sociedades por ele investido, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício. Maiores detalhes do cálculo da participação acionária do Estado no patrimônio das sociedades e da equivalência patrimonial poderão ser analisados no item 4, do volume 2.

TABELA 187 - COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS ABRANGIDOS PELA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

SOCIEDADE ANONÔNIMA	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM %
BDRIO	2.390	0,02%	2.532	0,02%	5,94%
BERJ	139.500	1,23%	253.874	2,33%	81,99%
CASERJ	247	0,00%	247	0,00%	0,00%
CEASA	10.383	0,09%	4.196	0,04%	-59,59%
CEDAE	7.061.650	62,12%	6.556.650	60,12%	-7,15%
CEHAB	41.191	0,36%	37.185	0,34%	-9,73%
CELF	9.226	0,08%	9.226	0,08%	0,00%
CENTRAL	1.377.355	12,12%	1.300.351	11,92%	-5,59%
CODERTE	31.507	0,28%	32.995	0,30%	4,72%
CODIN	10.777	0,09%	13.628	0,12%	26,45%
CTC	1.655	0,01%	496	0,00%	-70,03%
DIVERJ	1.812	0,02%	1.890	0,02%	4,30%
FLUMITRENS	6.147	0,05%	6.147	0,06%	0,00%
INVESTERIO	172.840	1,52%	241.800	2,22%	39,90%
IVB	10.114	0,09%	37.354	0,34%	269,33%
METRO	386.795	3,40%	386.795	3,55%	0,00%
RIOTRILHOS	2.102.658	18,50%	2.020.777	18,53%	-3,89%
TURISRIO	795	0,01%	270	0,00%	-66,04%
TOTAL	11.367.042	100,00%	10.906.413	100,00%	-4,05%

Fonte: SIAFEM/RJ

No exercício de 2010, o saldo destes investimentos diminuíram em R\$ 460.629 mil, o que representa uma variação nominal negativa de 4,05% em relação ao ano anterior. Tal fato deve-se, principalmente, ao resultado da equivalência patrimonial obtido sobre o patrimônio da CEDAE, CENTRAL e RIOTRILHOS.

Provisão para Perdas em Investimentos Abrangidos pela Equivalência Patrimonial

Nessa rubrica estão registradas as perdas estimadas nos investimentos nas Sociedades de Economia Mista avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, ocasionadas pelo prejuízo contábil apurado e que resultaram em patrimônio líquido negativo nessas Sociedades. Desta forma, reconhecemos uma provisão na mesma paridade do valor do investimento, e registramos em grupo de conta do Passivo Permanente a perda ou deságio em investimentos.

TABELA 188 - COMPARATIVO DA PROVISÃO P/ PERDAS EM INVESTIMENTOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

SOCIEDADE ANÔNIMA	R\$ Mil		
	2009	2010	VAR. NOM %
CASERJ	-	247	0,00%
CEDAE	10.383	-	-100,00%
CELF	9.226	9.226	0,00%
CTC	1.655	-	-100,00%
FLUMITRENS	-	6.147	0,00%
METRO	386.795	386.795	0,00%
TOTAL	408.059	402.414	-1,38%

Fonte: SIAFEM/RJ

Como se observa no quadro acima, a CEDAE e a CTC apresentaram aumento positivo na situação patrimonial, ocorrendo uma baixa da provisão para perdas em investimentos de R\$ 12.038 mil. Em contrapartida ocorreu um decréscimo patrimonial na FLUMITRENS e na CASERJ acarretando na constituição de uma provisão da ordem de R\$ 6.394 mil.

Destacamos, abaixo, apenas para fins de demonstração, o Quadro Comparativo das Perdas e Deságios em Investimentos que se encontram registrados no Passivo Permanente. No exercício de 2010 foi apurada uma variação nominal negativa de R\$ 23.038 mil em relação ao período anterior.

TABELA 189 - COMPARATIVO DAS PERDAS E DESAGIOS EM INVESTIMENTOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

SOCIEDADE ANÔNIMA	2009	2010	R\$ Mil	
			VAR. MOM.	%
CASERJ	-	862	0,00%	
CEASA	19.886	-	-100,00%	
CELF	47	28	-41,81%	
CTC	6.132	-	-100,00%	
FLUMITRENS	-	2.137	0,00%	
METRÔ	270.101	270.101	0,00%	
TOTAL	296.166	273.128	-7,78%	

Fonte: SIAFEM/RJ

Outros Investimentos

Esta rubrica está representada, em sua maioria, pelas aplicações dos Órgãos Estaduais em ações de empresas de Telecomunicações. No exercício de 2010 teve uma variação nominal de 8,727%, devida principalmente à valorização de títulos de empresas de Telecomunicações registrada pela CODERTE em seu balanço.

13.3 PASSIVO FINANCEIRO

Este grupo compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, estando composto pelas obrigações consideradas como Dívida Flutuante. As principais rubricas são: as Consignações, os Depósitos de Diversas Origens, os Restos a Pagar, Serviço da Dívida a Pagar, Credores de Entidades e Agentes e Sentenças Judiciais.

TABELA 190 - PASSIVO FINANCEIRO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	R\$ Mil	
					VAR. NOM. %	
Passivo Financeiro	6.176.104	100,00%	4.206.001	100,00%	-31,90%	
Depósitos	926.922	15,01%	983.909	23,39%	6,15%	
Obrigações em Circulação	5.249.182	84,99%	3.222.092	76,61%	-38,62%	

Fonte: SIAFEM/RJ

13.3.1 DÍVIDA FLUTUANTE

Os componentes da dívida fluante são aqueles contraídos por período limitado de tempo, que não ultrapassam o período de um ano: quer na sua condição de administrador de bens de terceiros confiados a sua guarda, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária. Devem ter as suas respectivas contrapartidas no Ativo Financeiro, em contas que reflitam disponibilidades vinculadas às finalidades para as quais foram recebidas.

Destacamos que a Dívida Fluante, definida pela lei, confunde-se com a definição de Passivo Financeiro, pois, os títulos das contas, utilizados no seu anexo 17, são os mesmos que a lei menciona no anexo 14 (quando demonstra o Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial).

TABELA 191 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2009	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE 31/12/2010	VAR. NOM. %
		INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO		
Restos a Pagar	3.125.002	2.544.710	(2.276.426)	(427.483)	2.965.803	-5,09%
Exercícios Anteriores	3.125.002	-	(2.276.426)	(427.483)	421.093	-86,53%
Exercício de 2010	-	2.544.710	0	0	2.544.710	0,00%
Serviço da Dívida a Pagar	240	100	(240)	-	100	-58,35%
Dívida Interna	240	100	(240)	-	100	-58,35%
Dívida Externa	-	-	-	-	-	0,00%
Sentenças Judiciais	2.102.374	79.982	(51.622)	(1.900.257)	230.477	-89,04%
Depósitos	926.922	6.107.193	(6.002.016)	(48.190)	983.909	6,15%
Consignações	635.423	4.822.793	(4.787.256)	(878)	670.082	5,45%
Depósitos de Diversas Origens	291.499	1.284.400	(1.214.760)	(47.312)	313.827	7,66%
Credores Entidades e Agentes	21.566	27.269	(21.802)	(1.321)	25.711	19,22%
Total da Dívida Fluante	6.176.104	8.759.254	(8.352.106)	(2.377.251)	4.206.001	-31,90%

Fonte: SIAFEM/RJ

Conforme demonstrado na tabela acima, a Dívida Fluante no exercício de 2010 apresentou um decréscimo de R\$ 1.970.103 mil (-31,90%) em relação ao ano anterior, devido principalmente, aos pagamentos de restos a pagar e das consignações, e aos cancelamentos das Sentenças Judiciais. Evidenciaremos a seguir as mutações de maior relevância.

13.3.1.1 RESTOS A PAGAR

Esta rubrica representa as Obrigações Inscritas em Restos a Pagar provenientes das despesas empenhadas, mas não pagas até 31/12/2010, distinguindo-se as processadas das não processadas, considerados assim como o saldo dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.

A Contadoria-Geral do Estado aprovou as inscrições contábeis em Restos a Pagar do exercício de 2010, dos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema SIAFEM/RJ, através da Portaria CGE nº 148, de 26/01/11, publicado, no Diário Oficial de 27/01/11.

Na tabela a seguir está demonstrada a composição dos Restos a Pagar por poder e tipo de administração:

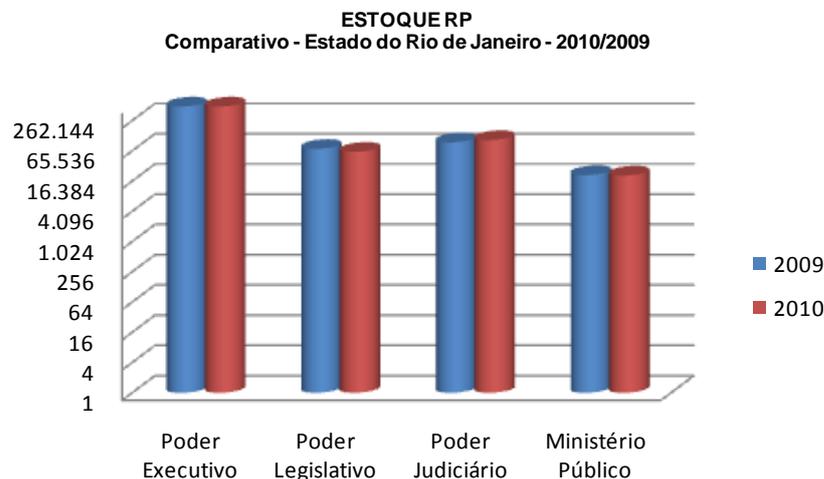
TABELA 192 - RESTOS A PAGAR - DE POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	RP 2009	PART.%	RP 2010	PART.%	VAR. NOM. %
Poder Executivo	2.934.873	93,92%	2.774.285	93,54%	-5,47%
Administração Direta	1.436.424	48,94%	1.592.283	57,39%	10,85%
Autarquias	472.936	16,11%	162.039	5,84%	-65,74%
Fundações	215.833	7,35%	240.864	8,68%	11,60%
Empresas Públicas	28.904	0,98%	21.651	0,78%	-25,09%
Economia Mista	53.526	1,82%	53.736	1,94%	0,39%
Fundos Especiais	727.250	24,78%	703.713	25,37%	-3,24%
Poder Legislativo	71.683	2,29%	62.716	2,11%	-12,51%
Poder Judiciário	96.907	3,10%	107.670	3,63%	11,11%
Ministério Público	21.539	0,69%	21.132	0,71%	-1,89%
TOTAL	3.125.002	100,00%	2.965.803	100,00%	-5,09%

Fonte: SIAFEM/RJ

Em 2010, o estoque de Restos a Pagar apresentou um decréscimo de R\$ 159.199 mil (-5,09%) em relação ao exercício de 2009, devido principalmente ao menor volume de inscrições efetuadas em relação aos pagamentos e cancelamentos realizados.

A seguir, demonstraremos graficamente a evolução do estoque dos Restos a Pagar até 2010:



A tabela a seguir, demonstra os Restos a Pagar não Processados do Poder Executivo, inscritos em virtude da suficiência financeira apurada, por fontes de recursos, em cada Órgão/Entidade, e ainda com base no fato gerador, em conformidade com o previsto no Decreto nº 42.682, de 29/10/2010. Enfatizamos que na apuração da disponibilidade de caixa foram considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

TABELA 193 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA P/ FONTE DE RECURSO P/ INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR - PODER EXECUTIVO
Estado do Rio de Janeiro - 2010

R\$ Mil

FONTE DE RECURSO	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RPNP	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EXERCÍCIO DE 2010	DISPON. FINANC. LÍQUIDA APÓS A INSCRIÇÃO DO RP NÃO PROCESSADO (III = I - II)
00 - Ordinários Provenientes de Impostos	(1.129.436)	1.159	(1.130.595)
01 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	264.560	319	264.241
04 - Indenização pela Extração de Petróleo	37.382	1.360	36.022
05 - Salário Educação	4.594	-	4.594
06 - Fundo de Participação dos Estados	61.559	-	61.559
07 - Demais Transfer. da União Prov. Impostos	37.040	141	36.899
10 - Arrecadação Própria - Administração Indireta	665.622	61.318	604.304
11 - Operações de Crédito Através do Tesouro	854.528	110	854.418
12 - Convênios - Administração Direta	326.101	7.925	318.177
13 - Convênios - Administração Indireta	133.379	8.521	124.858
14 - Convênios PAC - Administração Direta	35.795	65.337	(29.542)
15 - Fund Man Des Educ Bás Valoriz Prof E - FUNDEB	13.252	-	13.252
16 - Convênios PAC - Administração Indireta	(21.110)	-	(21.110)
17 - Operações de Crédito Através da Adm Indireta	15	-	15
18 - Convênios Intraorçament-Administração Direta	11.936	917	11.019
19 - Convênios Intraorçament - Administr. Indireta	11.659	2.501	9.158
20 - Ressarcimento de Pessoal - Área de Segurança	13.551	-	13.551
22 - Adicional do ICMS - FECF	(7.131)	37	(7.168)
25 - Sistema Único de Saúde	255.223	38.035	217.187
26 - Contribuição Interv Domínio Econômico-CID	(2.234)	-	(2.234)
81 - Recursos Não Orçamentários - DDO	(622)	-	(622)
82 - Recursos Não Orçamentários - Cred.Ent.Agentes	1.992	-	1.992
90 - Fundo de Depósitos Judiciais - Lei 11429/06	40.519	-	40.519
95 - Retorno de Empr. Prog. Fomento Agropec e Tecn	3.090	-	3.090
96 - Multa Infração Código Defesa do Consumidor	2.906	-	2.906
97 - Conservação Ambiental	1.543	-	1.543
98 - Outras Receitas da Administração Indireta	3.760	568	3.192
99 - Outras Receitas da Administração Direta	91.548	9.889	81.659
TOTAL	1.711.020	198.137	1.512.883

Fonte: SIG

Esta tabela esta também disponível no Volume II, item 2.07.06 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR UGE E FONTE PARA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS- EXERCÍCIO DE 2010.

13.3.1.2 SENTENÇAS JUDICIAIS

As Sentenças Judiciais são contabilizadas em contas próprias, identificadas por Precatórios do Tribunal Regional do Trabalho – TRT, Precatórios do Tribunal de Justiça – TJ e demais Sentenças Judiciais em conformidade com a Portaria CGE nº 83, de 24 de setembro de 2002. Cabe destacar, também, que a Contadoria-Geral do Estado – CGE editou a Circular CGE nº 11, de 16/11/2006, que disciplinou a contabilização dos débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado que serão incluídas no orçamento do exercício seguinte, bem como aqueles que por ventura deixaram de ser reconhecidos orçamentariamente.

TABELA 194 - SENTENÇAS JUDICIAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Precatórios TJ	2.000.716	95,16%	192.656	83,59%	-90,37%
Pessoal e Enc. Sociais	1.110.580	55,51%	22.055	11,45%	-98,01%
Prec. TJ Fornec. Credores	890.136	44,49%	170.601	88,55%	-80,83%
Precatórios TRT	36.800	1,75%	920	0,40%	-97,50%
Pessoal e Enc. Sociais	36.800	100,00%	920	100,00%	-97,50%
Demais Sentenças Judiciais	64.857	3,08%	36.901	16,01%	-43,10%
Pessoal e Enc. Sociais	60.537	93,34%	30.557	82,81%	-49,52%
Sent. Jud. Forn. E Credores	4.320	6,66%	6.344	17,19%	46,85%
TOTAL	2.102.374	100,00%	230.477	100,00%	-89,04%

Fonte: SIAFEM/RJ

As Sentenças Judiciais atingiram em 2010, o montante de R\$ 230.477 mil, apresentando uma variação negativa de -89,04% (R\$ -1.871.897 mil) em relação ao ano anterior, motivada, principalmente, pela queda das inscrições de Precatórios do TJ correspondentes a R\$ -1.808.061 mil (-90,37%). Os Precatórios do TRT juntamente com as Demais Sentenças Judiciais também apresentaram uma variação negativa de -97,50% e -43,10%, respectivamente, entretanto, não tão expressiva em termos monetários.

A tabela a seguir, demonstra que em 2010 o pagamento de precatórios do TJ e TRT foi inferior em 125,20% ao efetuado no ano de 2009.

TABELA 195 - SENTENÇAS JUDICIAIS PAGAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART. %	2010	PART. %	R\$ Mil
					VAR. NOM. %
Precatórios TJ	102.048	89,83%	47.281	91,59%	-53,67%
Precatórios TRT	4.316	3,80%	1.228	2,38%	-71,53%
Demais Sentenças Judiciais	7.233	6,37%	3.112	6,03%	-56,97%
TOTAL	113.597	100,00%	51.622	100,00%	-54,56%

Fonte: SIAFEM

13.3.1.3 DEPÓSITOS

Esta rubrica é composta pelas consignações em folhas, retenções e descontos feitos em favor de pessoas jurídicas e pelos depósitos de diversas origens relativos a importâncias retidas a título de fiança, custas, cauções e outros.

No exercício de 2010, os depósitos apresentaram uma variação nominal positiva de 6,15% em relação ao ano anterior.

TABELA 196 - DEPÓSITOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Consignações	635.423	68,55%	670.082	68,10%	5,45%
Depósitos de Diversas Origens	291.499	31,45%	313.827	31,90%	7,66%
TOTAL	926.922	100,00%	983.909	100,00%	6,15%

Fonte: SIAFEM

13.4 PASSIVO PERMANENTE

“O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate”.

TABELA 197 - PASSIVO PERMANENTE
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART.%	2010	PART.%	VAR. NOM.%
Passivo Permanente	174.159.526	100,00%	189.746.351	100,00%	8,95%
Regime Especial de Precatórios	-	0,00%	3.781.729	1,99%	0,00%
Precatórios e Sentenças Judiciais	-	0,00%	343.286	0,18%	0,00%
Dívida Fundada Interna	50.269.862	28,86%	55.825.745	29,42%	11,05%
Dívida Fundada Externa	1.321.335	0,76%	1.997.669	1,05%	51,19%
Outras Obrigações	122.568.329	70,38%	127.797.922	67,35%	4,27%

Fonte: SIAFEM/RJ

No exercício de 2010, apresentou um acréscimo de 8,95% (R\$ 15.584.131 mil) em relação ao ano anterior, motivado principalmente pelo ajuste da provisão matemática no balanço do Rio Previdência. A seguir destacaremos os subgrupos de maior representatividade neste grupo, às quais julgamos oportuno tecer alguns comentários.

13.4.1 DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA

Considera-se DÍVIDA FUNDADA OU CONSOLIDADA aquela que compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 (doze) meses contraídos mediante emissão de títulos ou celebração de contratos para atender a desequilíbrio orçamentário, ou a financiamento de obras e serviços públicos, que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. (§ 2º, Art. 115, Dec. 93.872/86).

**TABELA 198 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO	2009	PART.%	2010	PART.%	R\$ Mil
					VAR. NOM.%
Dívida Fundada	51.591.197	100,00%	57.823.414	100,00%	12,08%
Dívida Fundada Interna	50.269.862	97,44%	55.825.745	96,55%	11,05%
Por Contratos	50.269.862	100,00%	55.825.745	100,00%	11,05%
Dívida Fundada Externa	1.321.335	2,56%	1.997.669	3,45%	51,19%
Em Títulos	2.687	0,20%	2.555	0,13%	-4,93%
Por Contratos	1.318.648	99,80%	1.995.114	99,87%	51,30%

Fonte: SIAFEM/RJ

A Dívida Fundada apresentou em 2010, um acréscimo de 12,08% (R\$ 6.232.217 mil), em relação ao ano anterior, devido, principalmente, a renegociação da dívida interna por contratos.

13.4.2 DÍVIDA CONSOLIDADA – EXERCÍCIO DE 2010

O estoque da dívida consolidada do Estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 2010, alcançou o montante de R\$ 60,4 bilhões¹. Este montante apresentou uma variação nominal, em relação ao saldo de dezembro de 2009, de 13,00%, e real de 1,64%.

O percentual da Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida – RCL obteve melhora em relação ao exercício anterior, saindo de 181,75% para 171,43%. Resultado do aumento da receita nos últimos 12 meses.

13.4.2.1 DÍVIDA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O saldo da dívida interna da Administração Direta somou o montante de R\$ 55,6 bilhões, ou seja, 10,79% maior que o exercício de 2009. Esta variação decorreu da celebração de novas operações de crédito e, principalmente, pela atualização dos saldos devedores, que conforme cláusulas específicas são corrigidos por índices, tais como: – TR, IGP-M, IGP-DI, TJLP e SELIC. Destaca-se nesse resultado o aumento de 11,30% do IGP-DI, responsável pela correção dos dois maiores contratos: (i) Contrato de assunção de Dívidas do BERJ; e (II) Contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei 9.496/97.

No segundo contrato, além da variação positiva do IGP-DI, o saldo devedor também foi acrescido pela incorporação de resíduo no montante de R\$ 312 milhões. Esse resíduo decorreu do fato que o cálculo do valor devido integral pela tabela Price ultrapassou o limite de pagamento de 13% sobre a Receita Líquida Real – RLR, conforme disposto na Lei nº 9.496/97.

¹ No total da Dívida Consolidada foi considerado os Precatórios do Rioprevidência posteriores a 05/05/2000(inclusive).

¹ O deflator empregado foi o IGP-DI.

¹ Variação do IGP-DI em 2010: 11,30%

¹ A cotação do dólar (US\$) no dia 31 de dezembro de 2010 foi de 1,6662.

Ao final do exercício de 2010, o saldo da dívida externa foi de R\$ 1,9 bilhões, 51,19% superior ao exercício de 2009. Embora tenha ocorrido uma apreciação do real frente ao dólar. O estoque sofreu aumento pelo ingresso de recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

O quadro abaixo apresenta as operações de crédito contratadas ao longo do ano.

QUADRO 07 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 2010
Estado do Rio de Janeiro - 2010

CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS ASSINADOS EM 2010	ASSINATURA	CREADOR
Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do E.R.J	22/3/2010	BIRD
Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J	10/5/2010	BID
Programa de Modernização da Administração Estadual II	26/5/2010	BNDES
Programa de Apoio ao Financiamento das Contrapartidas do PAC	24/6/2010	CAIXA
Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública	22/11/2010	BIRD

Fonte: Sistema Operação de Créditos - SOC.

Em decorrência dos empréstimos contratados em 2010 e em exercícios anteriores, houve ingresso de R\$ 1,3 bilhões ao longo do ano. Conforme abaixo discriminado:

- Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados em Exercícios Anteriores
 - a) R\$ 10,5 milhões, liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, cujos recursos foram aplicados na Expansão do METRÔ;
 - b) R\$ 46,9 milhões, liberados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para o Projeto de Transportes de Massa do Rio de Janeiro – PETII;
 - c) R\$ 2,4 milhões, liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, cujos recursos foram aplicados no Programa Modernização das Receitas e da Gestão Fiscal;
 - d) R\$ 24,4 milhões, liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, através do Programa Delegacia Legal do Estado do Rio de Janeiro;
 - e) R\$ 19,9 milhões, liberados pelo Banco do Brasil – cujos recursos foram aplicados no Programa de Sustentação de Investimentos Rurais – SEAPPA;
 - f) R\$ 5,2 milhões, liberados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – RIO RURAL

- Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados no Exercício

- g) R\$ 878,8 milhões, liberados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para o Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro – PRODEF;
- h) R\$ 302,6 milhões, liberados pela CAIXA –, cujos recursos foram aplicados no Programa de Apoio ao Financiamento Das Contrapartidas do PAC;
- i) R\$ 2,4 milhões, liberados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para o Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária - PROFAZ;
- j) R\$ 1,6 milhões, liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para o Programa Estadual de Modernização – PMAE II.

13.4.2.2 DÍVIDA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

O saldo da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 210 milhões, representando um aumento de 188,14% em relação ao verificado no exercício de 2009. O crescimento dessa dívida decorreu das atualizações monetárias previstas nos contratos e, principalmente, pela inclusão da dívida da Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS².

Saliente-se que, desse montante, parte significativa refere-se a parcelamentos de débitos fiscais junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, à Secretaria da Receita Federal e ao Instituto Nacional de Seguridade Nacional, e, ainda, de parcelamento junto à Entidade de Previdência Privada.

Precatórios

Cabe lembrar que em 09 de dezembro de 2009 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 62/2009, que introduziu três importantes inovações, a saber:

1. Aos Entes que aderirem ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, instituído pela Emenda, caberá apenas a transferência dos recursos para pagamento de precatórios, pois competirá ao Tribunal de Justiça, local, organizar em fila única todos os precatórios emitidos contra o ente devedor (Estado), definir as preferências e executar os pagamentos;

2. Possibilidade de adesão ao regime especial de pagamento de precatórios com a opção de pagamento do estoque em até 15 anos ou com a permanência no Regime Especial enquanto o estoque devido for superior ao percentual vinculado da Receita Corrente Líquida; e

² Parcelamento de dívida com a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, por força de Instrumento Particular de Direito e Obrigações, no valor assumido de R\$ 168.711 mil.

3. Opção de destinação de 50% do valor transferido ao Tribunal de Justiça, para pagamento de precatórios pelo critério de ordem crescente de valor e/ou de leilão por maior deságio.

Assim, seguindo as prioridades definidas no início do governo e com base nas inovações introduzidas pela citada EC nº 62/2009, no ano de 2010, o Estado do Rio de Janeiro empregou o montante de R\$ 305,8 milhões no adimplemento de precatórios judiciais, o que representou um dispêndio superior a 69% do valor destinado à liquidação destas obrigações no ano anterior.

Salienta-se que 42,7% do montante desembolsado em 2010 foram utilizados para honrar os parcelamentos de precatórios celebrados pelo Estado antes da Emenda Constitucional nº 62/2009, de acordo com a orientação

Demonstrativos

O Quadro I e o Gráfico I apresentam o efeito percentual de cada índice e da moeda na evolução do saldo devedor da Dívida Consolidada em 2010. Já no Quadro II e no Gráfico II foi caracterizado o montante da Dívida Consolidada discriminada por credores.

TABELA199 - PARTICIPAÇÃO DOS ÍNDICES E MOEDAS NA ATUALIZAÇÃO DO SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
Estado do Rio de Janeiro - 2010

ÍNDICES	R\$ Mil	
	ESTOQUE - DEZ/2010	PART. %
DÓLAR	2.100.977	3,48%
LIBRA	375	0,00%
IENE	296.357	0,49%
INPC	157.391	0,26%
IGP-M	8.453	0,01%
IGP-DI	53.190.194	88,06%
S/CORREÇÃO	25.916	0,04%
TJLP	1.201.338	1,99%
TR	538.189	0,89%
TX.SELIC	304.203	0,50%
UFIR	2.578.822	4,27%
TOTAL	60.402.215	100,00%

Fonte: SUCADPCR

**PARTICIPAÇÃO DOS ÍNDICES E MOEDAS NA ATUALIZAÇÃO
DO SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA**
Estado do Rio de Janeiro - 2010

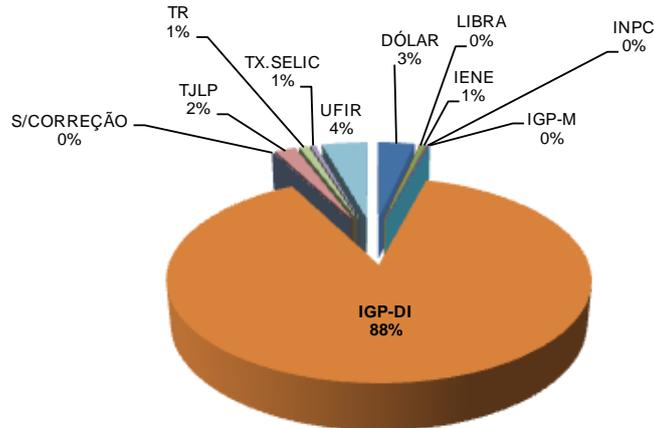
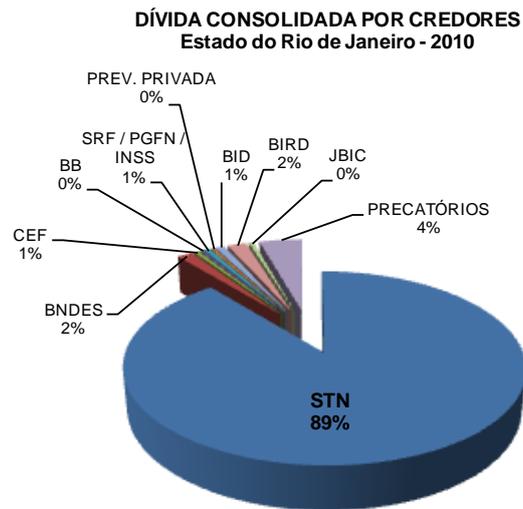


TABELA 200 - DÍVIDA CONSOLIDADA POR CREDORES
Estado do Rio de Janeiro - 2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2010	PART. %
STN	53.853.388	89,16%
BNDES	916.604	1,52%
CEF	323.406	0,54%
BB	170.000	0,28%
SRF / PGFN / INSS	407.510	0,67%
PREV. PRIVADA	157.391	0,26%
BID	579.522	0,96%
BIRD	1.119.235	1,85%
JBIC	296.357	0,49%
PRECATÓRIOS (posteriores a 05/05/2000)	2.578.822	4,27%
TOTAL	60.402.235	100,00%

Fonte: SUCADPCR



Abaixo, apresenta-se a variação ocorrida no estoque da dívida consolidada.

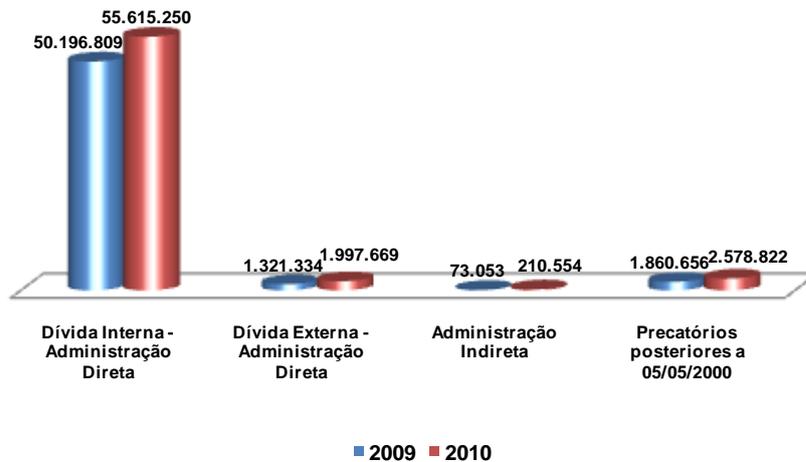
TABELA 201 - VARIAÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA CONSOLIDADA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2009	2010	VAR. NOM %	VAR. REAL %
Dívida Consolidada	53.451.852	60.402.236	13,00%	1,64%
Dívida Fundada - Administração Direta	51.518.143	57.612.919	11,83%	0,59%
- Interna	50.196.809	55.615.250	10,79%	-0,34%
Tesouro Nacional	48.617.576	53.815.329	10,69%	-0,43%
BNDES	990.087	916.604	-7,42%	-16,73%
CEF	24.715	323.117	1207,36%	1075,96%
SRF / INSS	411.661	390.200	-5,21%	-14,74%
BB	152.770	170.000	11,28%	0,09%
- Externa	1.321.334	1.997.669	51,19%	35,99%
Tesouro Nacional	2.687	2.555	-4,93%	-14,48%
BID	661.929	579.522	-12,45%	-21,25%
BIRD	352.817	1.119.235	217,23%	185,34%
JBIC	303.901	296.357	-2,48%	-12,28%
Dívida Fundada - Administração Indireta	73.053	210.554	188,14%	159,18%
- RIOTRILHOS	40.230	35.504	-11,75%	-20,62%
Tesouro Nacional	40.230	35.504	-11,75%	-20,62%
- CHEAB	329	289	-12,13%	-20,96%
CEF	329	289	-12,13%	-20,96%
- INSTITUTO VITAL BRASIL	8.106	11.677	44,06%	29,58%
PGFN / SRF / INSS	8.106	11.677	44,06%	29,58%
- CENTRAL	16.354	12.077	-26,52%	-33,90%
Prev. Privada	16.354	12.077	-26,52%	-33,90%
- CEPERJ	2.278	225	-90,14%	-91,13%
INSS	2.278	225	-90,14%	-91,13%
- METRO EM LIQUIDAÇÃO	2.958	2.610	-11,76%	-20,63%
INSS	2.958	2.610	-11,76%	-20,63%
- CODERTE	2.798	2.798	0,00%	-10,05%
SRF	2.798	2.798	0,00%	-10,05%
- RIOTRILHOS	0	145.374	100,00%	100,00%
PREV. PRIVADA	0	145.374	100,00%	100,00%
Precatórios posteriores a 05/05/2000	1.860.656	2.578.822	38,60%	24,67%
Precatórios posteriores a 05/05/2000	1.073.645	1.378.761	28,42%	15,51%
Precatórios posteriores a 05/05/2000 Rioprevidência	787.011	1.200.060	52,48%	37,16%
Receita Corrente Líquida - RCL	28.976.688	34.534.906	19,18%	-18,12%
% da DC sobre a RCL (*)	181,75%	171,43%	-5,68%	-3,31%

(*) Não considerados na Dívida Consolidada p/ cálculo do limite os valores referentes aos Precatórios do RIOPREVIDÊNCIA, de acordo com a Portaria nº 574/2007 da STN.

COMPARATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
Estado do Rio de Janeiro - 2010/2009



13.4.3 OUTRAS OBRIGAÇÕES

TABELA 202 - OUTRAS OBRIGAÇÕES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Outras Obrigações	122.558.329	100,00%	127.797.922	100,00%	4,28%
Provisões Fiscais e Trabalhistas	1.100.855	0,90%	1.220.610	0,96%	10,88%
Provisões Matemáticas Previdenciárias	104.042.288	84,89%	110.593.938	86,54%	6,30%
Outras Obrigações	16.376.771	13,36%	14.416.378	11,28%	-11,97%
Despesas de Exercícios Anteriores a executar	590.045	0,48%	488.390	0,38%	-17,23%
Dividendos a Distribuir	1.454	0,00%	-	0,00%	-100,00%
Credores Intragovernamentais	336	0,00%	413.829	0,32%	123214,80%
Receitas Diferidas	446.580	0,36%	664.778	0,52%	48,86%

Fonte: SIAFEM/RJ

Em 2010, este grupo apresentou um acréscimo de 4,28% (R\$ 5.239.593 mil) em relação ao ano anterior, devido, principalmente, à atualização das Provisões Matemáticas, conforme a Nota Técnica Atuarial de 2010, encaminhada pelo RIOPREVIDÊNCIA (constante do Volume 7.2). A seguir destacaremos as rubricas de maior representatividade neste grupo, às quais julgamos oportuno tecer alguns comentários.

13.4.3.1 PROVISÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

As Provisões Fiscais e Trabalhistas apresentaram uma variação nominal de 9,88% (R\$ 109.754 mil) em relação ao ano anterior.

**TABELA 203 - PROVISÕES FISCAIS TRABALHISTAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Provisões Fiscais Trabalhistas	1.110.855	100,00%	1.220.610	100,00%	9,88%
Provisões Trabalhistas	412.265	37,11%	468.432	38,38%	13,62%
Provisões Fiscais	6.459	0,58%	40.937	3,35%	533,78%
Diversas Provisões	692.131	62,31%	711.240	58,27%	2,76%
Indenizações Cíveis	391.434	56,55%	411.894	57,91%	5,23%
Contingências	270.132	39,03%	267.919	37,67%	-0,82%
Outras Provisões	23.964	3,46%	25.114	3,53%	4,80%
Indenização Por Desapropriação	6.601	0,95%	6.314	0,89%	-4,36%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.4.3.2 PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS

As Provisões Matemáticas Previdenciárias tiveram em 2010, um aumento de 6,30% em relação ao ano anterior, destacando que este item já foi comentado no item 6 – RIOPREVIDÊNCIA.

**TABELA 204 - PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Provisões Matemáticas Previdenciárias	104.042.288	100,00%	110.593.938	100,00%	6,30%
Benefícios Concedidos	70.565.693	67,82%	78.748.640	71,21%	11,60%
Benefícios a Conceder	35.501.924	34,12%	34.654.975	31,34%	-2,39%
Reservas a Amortizar	-2.025.329	-1,95%	-2.809.677	-2,54%	38,73%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.4.3.3 OUTRAS OBRIGAÇÕES

Este grupo está composto pela Cessão de Direitos dos Royalties do Petróleo, pelos CFT's Permutados, dentre outras obrigações. Em 2010, apresentou um saldo de R\$ 14.416.378 mil, registrando uma queda de 11,97% em relação ao ano anterior.

**TABELA 205 - OUTRAS OBRIGAÇÕES
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM. %
Outras Obrigações	16.376.771	100,00%	14.416.378	100,00%	-11,97%
Cessão de Direitos - Royalties do Petróleo	8.986.746	54,87%	6.837.573	47,43%	-23,91%
Obrigações Contratuais	1.117.800	6,83%	2.640.352	18,31%	136,21%
Certif. Tesouro Federal - Permutado	2.104.874	12,85%	2.471.128	17,14%	17,40%
Dívidas Assumidas pelo Governo do Estado	645.687	3,94%	625.540	4,34%	-3,12%
Obrigações Intragovernamentais	1.042.944	6,37%	596.802	4,14%	-42,78%
Outras Obrigações	2.478.720	15,14%	1.244.983	8,64%	-49,77%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.4.3.3.1 CESSÃO DE DIREITOS – ROYALTIES DO PETRÓLEO

Esta rubrica representa as obrigações do Estado devidas à União, com base no Contrato de Cessão de Crédito nas modalidades de Royalties e Participação Especial, estando registrada na UG 370200 – Encargos Gerais do Estado. A redução nominal de -23,91%, apresentada frente ao ano de 2009, deve-se as transferências para o passivo financeiro, relativas às obrigações que irão se realizar no exercício seguinte. A tabela a seguir demonstra a movimentação ocorrida no período.

TABELA 206 - ROYALTIES DO PETRÓLEO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	2010	R\$ Mil
			VAR. NOM.%
Saldo Inicial	10.799.596	8.986.746	-16,79%
(-) Transferência para Royalties de Curto Prazo	1.636.337	2.975.808	81,86%
(-) Ajustes Cambiais	226.779,28	9.859	-95,65%
(+) Atualização Monetária	50.266	836.494	1564,13%
Saldo Final	8.986.746	6.837.573	-23,91%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.4.3.3.2 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Este grupo apresentou um acréscimo de 136,21% (R\$1.522.551 mil), em relação ao ano anterior, devido ao aumento de R\$ 1.485.986 mil (323,00%) das obrigações contratuais referentes à Cessão de Direitos dos Royalties do Petróleo.

TABELA 207 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	2009	PART.%	2010	PART.%	R\$ Mil
					VAR. NOM.%
Obrigações Contratuais	1.117.800	100,00%	2.640.352	100,00%	136,21%
Credores de Contratos em Renegociação	657.737	58,84%	694.303	26,30%	5,56%
Obrigações por Convênios Recebidos	4	0,00%	4	0,00%	0,00%
Cessão de Direitos - Royalties do Petróleo	460.059	41,16%	1.946.045	73,70%	323,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

13.4.3.3.3 CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOUREO FEDERAL – PERMUTADOS

Nesta conta são registrados os Certificados Financeiros do Tesouro Federal – CFT's permutados com autorização constante da Lei Federal nº 10.841/04 e destinados ao custeio dos benefícios de responsabilidade do RIOPREVIDÊNCIA.

Conforme artigo 2º da citada Lei, o Estado deverá, obrigatoriamente recompor, no mínimo, o fluxo de caixa original dos CFT's resgatados na permuta, incluídos os juros e as atualizações monetárias calculadas nos mesmos critérios dos respectivos Certificados Financeiros do Tesouro.

Em 2010 esta rubrica apresentou um saldo de R\$ 2.471.128 mil, que corresponde a um acréscimo de 17,40% em relação ao exercício de 2009, basicamente devido à atualização ocorrida no período.

13.5 SALDO PATRIMONIAL

A situação patrimonial após apuração do resultado do exercício de 2010 apresentou um decréscimo de 2,88% em relação ao ano de 2009 da ordem de R\$ 2.650.331 mil. A Tabela 193 demonstra a apuração do saldo patrimonial do período.

TABELA 208 - DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL
Estado do Rio de Janeiro - 2010

DESCRIÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31/12/08	8.080.379.313	5.465.326.625	60.343.033	18.314.040	-	(104.679.865.816)	(91.055.502.804)
Ajuste de Ex. Anteriores	-	-	-	-	-	(6.022.729)	(6.022.729)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	(21.788.535)	(21.788.535)
Const. / Reversão de Reservas	-	209.627.338	(633.304)	2.798.087	-	35.434.109	247.226.230
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(1.331.361.652)	(1.331.361.652)
Saldos em 31/12/09	8.080.379.313	5.674.953.963	59.709.729	21.112.127	-	(106.003.604.622)	(92.167.449.490)
Ajuste de Ex. Anteriores	-	-	-	-	-	8.402.725	8.402.725
Aumento de Capital	23.002.631	-	-	-	-	-	23.002.631
Const. / Reversão de Reservas	-	(38.863.464)	(9.135.646)	16.597.719	-	-	(31.401.392)
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	41.236.964	-	41.236.964
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(2.691.572.344)	(2.691.572.344)
Saldos em 31/12/10	8.103.381.944	5.636.090.499	50.574.083	37.709.846	41.236.964	(108.686.774.241)	(94.817.780.905)

Fonte: SIAFEM/RJ

Conforme verificado na tabela a seguir, os principais resultados por tipo de administração que impactaram o resultado do exercício de R\$ 2.691.572 mil foram os apresentados pela Administração Direta em R\$ 6.218.077 mil, compensado pelo das Autarquias em R\$ 3.569.690 mil. Em comparação com o exercício anterior verifica-se um aumento do déficit patrimonial de R\$ 1.360.211 mil.

TABELA 209 - DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO
Estado do Rio de Janeiro - 2010

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	ADM. DIRETA	FUNDOS	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	EMPRESAS PÚBLICAS	SOCIEDADES ECONOM.MISTA	TOTAL
Saldo Inicial (I)	(45.303.548)	1.048.276	(51.680.644)	628.858	(299.443)	3.439.052	(92.167.449)
Ajuste de Ex. Anteriores	-	-	-	-	9.557	3.067	12.624
Aumento de Capital	-	-	-	-	7	23.003	23.010
Const. / Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	(35.630)	(35.630)
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	41.237	41.237
Total Mutações No Patrimônio (II)	(45.303.548)	1.048.276	(51.680.644)	628.858	(289.879)	3.470.728	(92.126.209)
Resultado do Exercício (IV)	(6.218.077)	(115.463)	3.569.690	230.931	(9.455)	(149.199)	(2.691.572)
Saldo Final (V = Iii + Iv)	(51.521.624)	932.814	(48.110.954)	859.788	(299.333)	3.321.529	(94.817.781)

13.6 ANÁLISE DOS QUOCIENTES

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes patrimoniais:

**TABELA 210 - DADOS PARA APURAÇÃO DOS QUOCIENTES PATRIMONIAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2009	2010
Ativo Financeiro	7.428.024	6.452.268
Passivo Financeiro	6.547.292	4.208.694
Ativo Permanente	96.214.507	92.682.303
Passivo Permanente	182.098.169	189.743.657
Ativo Real	103.642.532	99.134.570
Passivo Real	188.645.462	193.952.351
Divida Fundada	53.884.461	57.823.414
Receita Corrente Liquida	28.976.687	34.534.906
Operações de Crédito	274.809	1.295.237
Amortizações + Encargos	3.639.616	3.561.979

Fonte: SIAFEM/RJ

13.6.1 QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Ativo Financeiro

Passivo Financeiro

O quociente da situação financeira demonstra o resultado da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, que tem por objetivo avaliar a capacidade financeira da Administração, para satisfazer compromissos de pagamentos com terceiros. De forma similar, na análise de balanço de empresas privadas esse índice é comparado com o de Liquidez Corrente, indicando a situação financeira da empresa para saldar seus compromissos de curto prazo.

**TABELA 211 -QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010**

DESCRIÇÃO		2009		2010		R\$ Mil
Ativo Financeiro	=	7.428.024	1,13	6.452.268	1,53	
Passivo Financeiro		6.547.292		4.208.694		

Fonte: SIAFEM/RJ

Este índice demonstra a realidade financeira do Estado, evidenciando que no exercício de 2010 houve aumento da capacidade de pagamento de liquidez corrente imediata, conforme ocorrido em 2009. Para cada R\$ 1,00 de dívida, a Administração Direta, tinha disponível R\$ 1,53, apresentando um índice positivo, o que demonstra a iniciativa do governo estadual de promover o saneamento das contas

públicas. O principal fator que contribuiu para a melhoria desse indicador encontra-se evidenciado no aumento do Ativo Financeiro que obteve um incremento de R\$ 2.243.574 mil ou 65,23%.

13.6.2 QUOCIENTES DA SITUAÇÃO PERMANENTE E RESULTADO PATRIMONIAL

Ativo Permanente

Passivo Permanente

Ativo Real

Passivo Real

A análise dos quocientes da “Situação Permanente” e “Resultado Patrimonial” deve ser conjugada com a da situação financeira para se ter algum sentido. Como pode ser observado, o resultado desses quocientes, que indicam o nível de solvência em longo prazo do Estado, traz uma tendência idêntica ao de curto prazo:

TABELA 212 - QUOCIENTE DA SITUAÇÃO PERMANENTE
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO		2009		2010	R\$ Mil
<u>Ativo Permanente</u>	=	96.214.507	0,53	92.682.303	0,49
Passivo Permanente		182.098.169		189.743.657	

Fonte: SIAFEM/RJ

TABELA 213 - QUOCIENTE DO RESULTADO PATRIMONIAL
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO		2009		2010	R\$ Mil
<u>Ativo Real</u>	=	103.642.532	0,55	99.134.570	0,51
Passivo Real		188.645.462		193.952.351	

Fonte: SIAFEM/RJ

Em ambos os casos ocorreu uma situação deficitária. No Quociente da Situação Permanente, para cada R\$ 1,00 de obrigações a longo prazo existe R\$ 0,49 de bens, créditos e valores de caráter permanente, o que, demonstra uma queda em relação ao exercício anterior, que apresentou para esse indicador um índice de 0,53.

Convém, no entanto, destacar que a utilização deste índice fica prejudicada tendo em vista a desvalorização dos bens do Ativo Permanente, enquanto que a grande maioria do Passivo Permanente é atualizada, como as Dívidas Fundada Interna e Externa e, também, a Provisão Matemática e Previdenciária, que juntas representam 88,8 % do Passivo Permanente.

Também se observa uma queda no Quociente do Resultado Patrimonial, tendo em vista que a situação de déficit patrimonial aumentou no exercício de 2010, ou seja, o Passivo Real Descoberto que em 2009 foi de R\$ 85.002.930 mil, em 2010 chegou a R\$ 94.817.780 mil. Em relação ao exercício anterior, nota-se, no balanço patrimonial constante do volume II, um aumento das Provisões Matemáticas Previdenciárias da ordem de R\$ 6.551.650 mil ou 6,30%, fato que contribuiu para o resultado observado.

13.6.3 QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO I E II

Dívida Fundada

Receita Corrente Líquida

Operações de Crédito

Receita Corrente Líquida

A situação patrimonial do Estado pode ser medida também por outro quociente, criado pelo Senado Federal, através da Resolução nº 40/2001, que comprova que os índices apurados anteriormente (Situação Permanente e Resultado Patrimonial) não representam problemas de insolvência do Estado. Visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo Estado, como também controlar os limites de endividamento de que trata a LRF, ou seja, respeitar a relação entre a dívida e sua capacidade de pagamento. O limite estabelecido pelo Senado Federal, para os Estados, é de duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida.

TABELA 214 - QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

		R\$ Mil			
DESCRIÇÃO		2009		2010	
Dívida Fundada	=	53.884.461	1,86	57.823.414	1,67
Receita Corrente Líquida		28.976.687		34.534.906	

Fonte: SIAFEM/RJ

A Dívida Fundada manteve-se dentro das metas de endividamento neste exercício, quando atingiu R\$ 1,67, para cada R\$ 1,00 de Receita Corrente Líquida, o que representa uma pequena variação em relação ao índice de 2009. Esse aumento se deve à variação da Dívida Fundada Interna que teve um acréscimo de R\$ 1.775.142 mil no período.

Outro indicador utilizado para medir o comprometimento da Receita Corrente Líquida é obtido após confrontá-la com as Operações de Crédito, conforme tabela a seguir:

TABELA 215 - QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO II
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

		R\$ Mil			
DESCRIÇÃO		2009		2010	
Operações de Créditos	=	274.809	0,01	1.295.237	0,04
Receita Corrente Líquida		28.976.687		34.534.906	

Fonte: SIAFEM/RJ

No exercício de 2010 as operações de crédito representaram 0,04% da Receita Corrente Líquida, evidenciando uma melhora significativa deste indicador em relação ao ano anterior.

13.6.4 QUOCIENTE DO DISPÊNDIO DA DÍVIDA

Amortizações + Encargos

Receita Corrente Líquida

Este quociente mede o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive o relativo a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, que não poderá exceder a 11,5% da Receita Corrente Líquida, conforme determina a Resolução nº 43/2001, do Senado Federal. Nos dois últimos exercícios este quociente teve o seguinte comportamento:

TABELA 216 - QUOCIENTE DO DISPÊNDIO DA DÍVIDA
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

		R\$ Mil			
DESCRIÇÃO		2009		2010	
Amortizações + Encargos	=	3.639.616	0,13	3.561.979	0,10
Receita Corrente Líquida		28.976.687		34.534.906	

Fonte: SIAFEM/RJ

Enquanto que o dispêndio da dívida em 2009 representou 12,56% da RCL, em 2010 o mesmo se situou em 10,31%, apresentando uma retração mantendo-se dentro do limite estabelecido.

14 – Sistema de Compensação



14. SISTEMA DE COMPENSAÇÃO

O Sistema de Compensação congrega as contas nas quais são registrados os atos praticados pela administração que não afetam o patrimônio de imediato, mas que poderão vir a afetá-lo no futuro de curto e médio prazo, bem como aqueles que demandam acompanhamento sistemático, em razão de suas possíveis implicações no campo legal, financeiro ou patrimonial. Portanto o sistema de compensação reúne as contas, com função específica de controle, que expressam os compromissos contratuais da instituição.

TABELA 217 - ATIVO/PASSIVO COMPENSADO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2009	PART. %	2010	PART. %	VAR. NOM %
Ativo / Passivo Compensado	43.000.379	100,00%	49.450.736	100,00%	15,00%
Execução de Restos a Pagar	3.125.002	7,27%	2.965.803	6,00%	-5,09%
Responsabilidade por Títulos e Valores	6.167.892	14,34%	7.044.501	14,25%	14,21%
Direitos e Obrigações Contratuais	21.990.443	51,14%	27.984.607	56,59%	27,26%
Concessões/Alienções de Serviços Públicos	773.549	1,80%	780.998	1,58%	0,96%
Outros Controles	1.775.430	4,13%	2.123.704	4,29%	19,62%
Disponibilidade Financeira	6.703.516	15,59%	6.109.276	12,35%	-8,86%
Controle da Dívida Ativa	52.868	0,12%	85.326	0,17%	61,40%
Direitos Constitucionais ou Legais	1.471.330	3,42%	1.440.304	2,91%	-2,11%
Outras Compensações	940.350	2,19%	916.217	1,85%	-2,57%

Fonte: SIAFEM/RJ

Em 2010, o controle do compensado apresentou crescimento nominal de R\$ 6.450.357 mil (15%), em relação ao exercício de 2009, face ao aumento dos registros dos convênios, contratos e termos de adesão. Assim como ocorrido em 2009, este aumento está diretamente ligado ao controle que passou a ser efetuado através do Módulo de Controle de Contratos Administrativos do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/RJ, que permitiu melhor controle da execução dos contratos firmados pela Administração, de forma transparente e organizada.

15 – Variações Patrimoniais



15. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o período analisado, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e revela o Resultado Patrimonial. A elaboração deste demonstrativo é de fundamental importância, considerando-se que o resultado obtido irá compor o saldo do patrimonial no Balanço Patrimonial.

TABELA 218 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA				EXERCÍCIO 2010 (Em R\$)			
VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
TÍTULOS	R\$	R\$		TÍTULOS	R\$	R\$	
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			101.103.261.871,02	RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			96.366.641.366,34
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		48.806.070.635,20		DESPESA ORÇAMENTÁRIA		49.028.269.397,36	
RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES			
RECEITA TRIBUTÁRIA	29.036.727.218,81			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.397.131.758,41		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.040.247.230,78			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.334.210.622,19		
RECEITA PATRIMONIAL	8.659.145.448,23			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.778.237.215,78	42.509.579.596,38	
RECEITA AGROPECUÁRIA	162.943,51						
RECEITA INDUSTRIAL	214.108,71						
RECEITA DE SERVIÇOS	344.213.480,63						
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.121.299.589,05						
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.361.858.488,80	46.563.868.508,52					
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	-						
RECEITAS DE CAPITAL				DESPESAS DE CAPITAL			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.295.236.508,86			INVESTIMENTOS	5.165.741.377,94		
ALIENAÇÃO DE BENS	45.991.798,52			INVERSÕES FINANCEIRAS	125.180.167,06		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	148.826.066,23			AMORTIZAÇÃO DÍVIDA	1.227.768.255,98	6.518.689.800,98	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	741.948.593,25						
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.199.159,82	2.242.202.126,68					
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-						
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DAS DESPESAS DE CAPITAL				MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DAS RECEITAS DE CAPITAL			
AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	3.245.693.369,00			ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	45.086.011,22		
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS	520.668.097,43			ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	905.743,69		
INCORPORAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	99.358.241,21			EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	215.751.653,57		
DESINC. DE PASSIVOS - OPERAÇÕES DE CREDITO	1.196.579.519,85			OPERAÇÕES DE CREDITO	1.295.029.797,03	1.556.773.205,51	
DESINC. DE PASSIVOS - CONTRATOS PARC. DIVIDAS	28.090.736,86						
OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	3.097.999,27						
BENS A INCORPORAR	1.425.197.274,74						
TÍTULOS E VALORES	4.562,62	6.518.689.800,98					
INTERFERÊNCIAS ATIVAS				INTERFERÊNCIAS PASSIVAS			
COTAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	23.880.092.333,34			COTAS CONCEDIDAS	23.894.918.766,01		
REPASSES RECEBIDOS	7.709.133.282,88			REPASSES CONCEDIDOS	7.697.404.178,84		
SUB-REPASSES RECEBIDOS	7.859.967.694,38			SUB-REPASSES CONCEDIDOS	7.859.967.694,38		
TRANSFERÊNCIAS DE CREDITOS/DEBITOS	6.329.308.124,24	45.778.501.434,84		TRANSFERÊNCIAS DE CREDITOS/DEBITOS	6.329.308.124,24	45.781.598.763,47	
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			41.227.767.069,23	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			48.655.959.917,56
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS				MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
INCORPORAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	372.947.317,60			BAIXA DE BENS IMÓVEIS	3.152.829.601,01		
INCORPORAÇÕES DE BENS EM ALMOXARIFADO	2.734.830.803,09			BAIXA DE BENS EM ALMOXARIFADO	2.870.397.526,92		
INCORPORAÇÕES DE BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE	309.933.837,72			BAIXA DE BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE	151.968.294,78		
INCORPORAÇÃO DE BENS EM ESTOQUE	6.522.449,24			BAIXA DE BENS EM ESTOQUE	4.445.608,51		
INCORPORAÇÃO DE CREDITOS A RECEBER	18.878.920.640,90			BAIXA DE BENS, DIREITOS E VALORES FINANCEIROS	15.577.075.708,37		
INCORPORAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS	28.755.043,16			DESVALORIZAÇÃO DE BENS	450.758,31		
INCORPORAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	65.232.405,77			BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	7.383.802,51		
INCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA	5.075.495.475,06			DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	676.246.791,65		
OUTRAS INCORPORAÇÕES DE DIREITO	1.509.179.162,08			BAIXA DE OUTROS INVESTIMENTOS	5.806.387,85		
REAVALIAÇÃO DE BENS, TÍTULOS E VALORES	305.874.650,82			ATUALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	8.125.149.758,86		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	3.770.910.312,65			PROVISÃO PARA CREDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	3.923.127.020,28		
PROVISÃO PARA CREDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	13.932.476,51			DEMAIS INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	4.401.948.951,40		
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	7.637.700.123,20			BAIXA DE BENS A INCORPORAR	1.311.841.005,68		
BENS A INCORPORAR	30.267,28			INC. DE OBRIGAÇÕES - PROV. MATEMÁTICAS	8.324.562.812,57		
ATUALIZAÇÃO DE VALORES VINCULADOS	199.680.314,28			REPASSE A RECEBER DO RPPS	20.683.597,97		
INCORPORAÇÃO FINANCEIRA	74.611.780,48			CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	4.625.810,51		
OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	4.392.247,76			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.769.540,35		
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.653.581,98			DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	85.646.940,03	48.655.959.917,56	
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	75.421,16	41.016.678.310,74					
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS							
VENDA DE PRODUTOS E MERCADORIA	8.968.379,57						
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	181.770.034,77						
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	18.712.112,64						
VENDA À PRAZO	1.638.231,51	211.088.758,49					
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			142.331.028.940,25	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			145.022.601.283,90
RESULTADO PATRIMONIAL							
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.691.572.343,65	2.691.572.343,65	2.691.572.343,65				
TOTAL GERAL			145.022.601.283,90	TOTAL GERAL			145.022.601.283,90

FONTE: SIAFEM

- 1) Excluídas as empresas não dependentes.
- 2) Excluídas as operações intra-orçamentárias.

A Tabela 203 - Variações Patrimoniais, apresentada a seguir, sintetiza a estrutura desse demonstrativo de forma comparativa, cuja apresentação encontra-se no Volume 2 - Balanços e Demais Relatórios Gerenciais. Cabe destacar que para fins de comparação, excluímos as empresas não dependentes e as operações intraorçamentárias da demonstração de 2009.

15.1 RESULTADO DAS VARIAÇÕES

De acordo com o artigo 104 da Lei 4.320/64, a demonstração das variações patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independente da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. No exercício de 2010 as variações patrimoniais ativas e passivas atingiram respectivamente, o montante de R\$ 142.331.028.940,25 e R\$ 145.022.601.283,90 apresentando um resultado patrimonial deficitário no valor de R\$ 2.691.572.343,65.

TABELA 219 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2009/2010

R\$ Mil

VARIAÇÕES ATIVAS	2009	PART.%	2010	PART.%	VAR. NOM.%
1 - Resultantes da Exec. Orçamentária	84.797.074	50,20%	101.103.262	71,03%	19,23%
1.1 - Receita Orçamentária	40.591.094	47,87%	48.806.071	48,27%	20,24%
1.2 - Mutações Patrimoniais Desp, Capital	4.091.291	4,82%	6.518.690	6,45%	59,33%
1.3 - Interferencias Ativas	40.114.690	47,31%	45.778.501	45,28%	14,12%
2 - Independentes Da Exec.Orçamentária	84.123.583	49,80%	41.227.767	28,97%	-50,99%
2.1 - Mutações Patrimoniais	83.931.416	99,77%	41.016.678	99,49%	-51,13%
2.2 - Receita de Entidades Comerciais e Ind.	192.166	0,23%	211.089	0,51%	9,85%
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	168.920.657	100,00%	142.331.029	100,00%	-15,74%
5 - Resultado Patrimonial (Déficit)	1.331.362		2.691.572		102,17%
TOTAL	170.252.018		145.022.601		0,00%

VARIAÇÕES PASSIVAS	2009	PART.%	2010	PART.%	VAR. NOM.%
3 - Resultantes Da Exec. Orçamentária	82.494.638	48,45%	96.366.641	66,45%	16,82%
3.1 - Despesa Orçamentária	41.382.770	50,16%	49.028.269	50,88%	18,48%
3.2 - Mutações Patrimoniais Rec.Capital	916.678	1,11%	1.556.773	1,62%	69,83%
3.3 - Interferencias Passivas	40.195.191	48,72%	45.781.599	47,51%	13,90%
4 - Independentes da Exec.Orçamentária	87.757.380	51,55%	48.655.960	33,55%	-44,56%
4.1 - Mutações Patrimoniais	87.757.380	100,00%	48.655.960	100,00%	-44,56%
TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	170.252.018	100,00%	145.022.601	100,00%	-14,82%
5 - Resultado Patrimonial (Superávit)	-		-		0,00%
TOTAL	170.252.018		145.022.601		0,00%

Fonte: SIAFEM/RJ

15.2 RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial de 2010 foi de R\$ 2.691.572 mil evidenciado pela diferença negativa entre as Variações Ativas e Passivas, resultante e independente da Execução Orçamentária, indicando as alterações patrimoniais ocorridas no exercício, devidas principalmente às variações líquidas com as provisões matemáticas. Consta-se no período uma diminuição patrimonial em relação a 2009, correspondente a R\$ 1.360.210 mil.

TABELA 220 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Estado do Rio de Janeiro - 2010

R\$ Mil

VARIAÇÕES ATIVAS	2010	VARIAÇÕES PASSIVAS	2010	RESULTADO DAS VARIAÇÕES
1 - Resultantes da Exec. Orçamentária	101.103.262	3 - Resultantes Da Exec. Orçamentária	96.366.641	4.736.621
1.1 - Receita Orçamentária	48.806.071	3.1 - Despesa Orçamentária	49.028.269	(222.199)
1.2 - Mutações Patrimoniais Desp, Capital	6.518.690	3.2 - Mutações Patrimoniais Rec.Capital	1.556.773	4.961.917
1.3 - Interferencias Ativas	45.778.501	3.3 - Interferencias Passivas	45.781.599	(3.097)
2 – Independentes Da Exec.Orçamentária	41.227.767	4 – Independentes da Exec.Orçamentária	48.655.960	(7.428.193)
2.1 - Mutações Patrimoniais	41.016.678	4.1 - Mutações Patrimoniais	48.655.960	(7.639.282)
2.2 - Receita de Entidades Comerciais E Ind.	211.089		-	211.089
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	142.331.029	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	145.022.601	(2.691.572)
5 - Resultado Patrimonial (Déficit)	2.691.572	5 - Resultado Patrimonial (Superávit)	-	
TOTAL	145.022.601	TOTAL	145.022.601	

Fonte: SIAFEM/RJ

Na tabela abaixo, demonstramos os principais fatos que impactaram na diminuição do patrimônio público, como as transferências de saldo dos Precatórios do Sistema Financeiro para o Patrimonial conforme E.C. nº 62/2009 e da atualização atuarial das Reservas Matemáticas.

TABELA 221 - COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL
Estado do Rio de Janeiro - 2010

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	FATOS CONTÁBEIS QUE AUMENTARAM O PATRIMÔNIO	FATOS CONTÁBEIS QUE REDUZIRAM O PATRIMÔNIO	COMPOSIÇÃO
1.1 - Resultado Orçamentário	48.806.071	49.028.269	(222.199)
+ Variação Líquida Result. da Execução Orçamentária	48.806.071	49.028.269	(222.199)
1.2 - Mutações Patrimoniais Resultantes Orç.	6.518.690	1.556.773	4.961.917
+ Variação Líquida dos Bens a Incorporar	1.425.197	-	1.425.197
+ Variação Líquida dos Aquisição/Alienção Bens	3.853.508	54.145	3.799.363
+ Outros Variações Resultantes Exec. Orçamentária	1.239.984	1.502.628	(262.644)
2.1 - Mutações Patrimoniais Independentes	41.016.678	48.655.960	(7.639.282)
+ Variação Líquida dos CFT's	2.560.605	974.734	1.585.871
+ Variação Líquida das Provisões Matemáticas	1.772.913	8.324.563	(6.551.650)
+ Variação Líquida dos Royalties do Petróleo	18.800.814	15.276.104	3.524.710
+ Variação Líquida da Dívida Ativa	5.075.495	3.621.909	1.453.586
+ Variação Líquida de Títulos e Valores	215.417	675.814	(460.397)
+ Variação Líquida dos Materiais de Consumo	1.712.370	2.171.887	(459.516)
+ Variação Líquida dos Regime Especial de Precatórios	3.872.992	6.546.576	(2.673.583)
+ Variação Líquida dos Incorp./Desincorp. Imóveis	372.947	3.152.830	(2.779.882)
+ Variação Líquida dos Bens a Incorporar	-	1.311.841	(1.311.841)
+ Outros Variações Independente Exec. Orçamentária	6.633.125	6.599.704	33.421
+ Outros Variações	45.989.590	45.781.599	207.991
Total	142.331.029	145.022.601	(2.691.572)

Fonte: SIAFEM/RJ

15.3 ANÁLISE DOS QUOCIENTES

Os resultados da Demonstração das Variações Patrimoniais podem ser analisados utilizando-se quocientes como forma de melhor avaliar a situação patrimonial.

A seguir, apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes decorrentes das variações patrimoniais:

TABELA 222 - DADOS PARA APURAÇÃO DOS QUOCIENTES DECORRENTES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Estado do Rio de Janeiro - 2010

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2009	2010
Mutação Patrimonial Passiva	4.091.291	6.518.690
Mutação Patrimonial Passiva	916.678	1.556.773
Variações Ativas - IEO	84.123.583	41.227.767
Variações Passivas - IEO	87.757.380	48.655.960
Variações Patrimoniais Ativas	168.920.657	142.331.029
Variações Patrimoniais passivas	170.252.018	145.022.601

Fonte: SIAFEM/RJ

15.3.1 QUOCIENTE DA MUTAÇÃO PATRIMONIAL

Mutação Patrimonial Ativa

Mutação Patrimonial Passiva

Este quociente tem por finalidade indicar se houve um aumento do patrimônio pela aquisição de bens, ou diminuição pelo pagamento de dívidas. Se o resultado do quociente for maior que 1, indicará que houve aumento no patrimônio público, já o quociente sendo igual a 1, tem-se um equilíbrio entre os itens de Receita e Despesa que provocam a mutação patrimonial, enquanto que um quociente menor que 1, sinalizará a ocorrência de uma diminuição do patrimônio público. Cabe destacar que as despesas de Capital não representam um gasto necessário à manutenção da ação administrativa, tendo o propósito de formar ou adquirir ativos reais para aumentar o patrimônio ou pagamento de dívidas de longo prazo.

TABELA 223 - QUOCIENTE DECORRENTES DAS VARIAÇÕES DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
Estado do Rio de Janeiro - 2010

DESCRIÇÃO		2009		2010	
Mutação Patrimonial Ativa	=	4.091.291	4,46	6.518.690	4,19
Mutação Patrimonial Passiva		916.678		1.556.773	

Fonte: SIAFEM/RJ

Em 2010, o quociente de 4,19 evidenciou um superávit patrimonial, apresentando um aumento de R\$ 4.961.917 mil. Esta expansão foi determinada pelo maior volume das mutações Patrimoniais decorrentes das despesas de capital, sobre as mutações patrimoniais decorrentes das receitas de capital.

Neste indicador percebe-se a claramente o objetivo do governo em formar ativos. Basicamente o aumento patrimonial foi determinado pelas aquisições de Bens Imóveis e Móveis que totalizaram R\$ 3.766.361 e pelos bens que serão incorporados ao patrimônio de R\$ 1.425.197 mil, e pela desincorporação de empréstimos e financiamentos de R\$ 215.752 mil.

15.3.2 QUOCIENTE DAS VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Variações Ativas (IEO)

Variações Passivas (IEO)

Este quociente tem a finalidade de demonstrar a relação entre a movimentação ocorrida durante o exercício, independente da execução do orçamento. Se o resultado do quociente for maior que 1, indicará que o patrimônio público está sendo acrescido em função de um aumento nas contas do Ativo Realizável a Longo Prazo ou Permanente, que independeram do orçamento ou mesmo de uma diminuição do passivo pelo cancelamento de obrigações ou diminuição nas contas do exigível a Longo Prazo. Se for menor que 1, indicará uma diminuição do patrimônio público em função das atualizações da dívida fundada, incorporações de dívidas a longo prazo e maior baixa do Ativo Permanente ou Realizável a Longo Prazo. Já o quociente sendo igual a 1, nada de anormal haverá no patrimônio público.

TABELA 224 - QUOCIENTE DECORRENTES DAS VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Estado do Rio de Janeiro - 2010

DESCRIÇÃO		R\$ Mil			
		2009		2010	
<u>Variações Ativas (IEO)</u>		84.123.583	0,96	41.227.767	0,85
Variações Passivas (IEO)	=	87.757.380		48.655.960	

Fonte: SIAFEM/RJ

Em 2010, observa-se a diminuição deste quociente de 0,96 para 0,85 evidenciado pelo aumento do déficit patrimonial, em relação ao exercício anterior. O aumento do déficit foi determinado principalmente pela transferência do saldo dos Precatórios do Sistema Financeiro para o Patrimonial conforme E.C. nº 62/2009 e da atualização atuarial das Reservas Matemáticas.

15.3.3 - QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Variações Patrimoniais Ativas

Variações Patrimoniais Passivas

Este quociente demonstra o Resultado Patrimonial do exercício financeiro. Se o resultado do quociente for maior do que 1, será considerado positivo, indicando um superávit patrimonial, se for menor do que 1, será considerado negativo, indicando um déficit patrimonial. Já o quociente sendo igual a 1, será considerado uma situação estável sem alteração do patrimônio.

TABELA 225 - QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Estado do Rio de Janeiro - 2010

DESCRIÇÃO		2009		2010	R\$ Mil
Variações Patrimoniais Ativas	=	168.920.657	0,99	142.331.029	0,98
Variações Patrimoniais Passivas		170.252.018		145.022.601	

Fonte: SIAFEM/RJ

O quociente de 0,99 evidencia um déficit patrimonial percebido pela diferença negativa entre as Variações Ativas e Passivas, resultante e independente da Execução Orçamentária, indicando as alterações patrimoniais ocorridas no exercício. Constata-se, no período, uma diminuição patrimonial de R\$ 2.691.572 mil, conforme já comentado no item 15.2.

16 – Demonstração dos Fluxos de Caixa



16. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

Tem por finalidade apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa do Governo do Estado ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras. Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira do governo, as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações e até mesmo os motivos de eventuais déficits.

Estrutura: O formato geral de apresentação da DFC abrange três classes de fluxos de caixa:

- a) As atividades Operacionais são as principais atividades geradoras de receitas e outras atividades diferentes de investimentos e financiamentos. Esta atividade nos permite enxergar como o Governo esta sendo gerido do ponto de vista operacional. Este fluxo nos dá uma visão do presente.
- b) As Atividades de Investimentos são as aquisições e vendas de ativos de longo prazo e outros investimentos não inclusos nos equivalentes a caixa. Esta atividade nos dá a visão estratégica de como o Governo está investindo e, também, uma visão de futuro.
- c) As Atividades de Financiamentos são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital e de empréstimos a pagar. Este fluxo nos mostra como o Governo está integrando a sua visão de presente com a visão de futuro, como o operacional e o estratégico interagem, e ajustando a sua estrutura de capital para realizar o seu Plano Estratégico.

Cada classe de atividade inclui transações e eventos característicos. O somatório dos três fluxos líquidos de caixa evidencia o acréscimo (ou decréscimo) líquido ocorrido ao caixa no período, o qual somado ao saldo existente no início produz seu montante final.

TABELA 226 - DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
Estado do Rio de Janeiro - 2010

EXERCÍCIO 2010 (Em R\$)

DAS OPERAÇÕES	VALOR	DAS OPERAÇÕES	VALOR
RECEITAS DERIVADAS	32.488.660.990,73	DESPESAS DE PESSOAL E CUSTEIO	24.280.010.639,51
RECEITAS TRIBUTARIAS	29.086.555.271,15	LEGISLATIVA	639.087.276,05
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.040.247.230,78	JUDICIÁRIA	1.851.723.577,85
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS	2.361.858.488,80	ESSENCIAL A JUSTIÇA	938.239.776,49
RECEITAS ORIGINARIAS	8.953.907.928,74	ADMINISTRAÇÃO	1.165.501.538,76
RECEITAS PATRIMONIAIS	8.609.317.395,89	SEGURANÇA PÚBLICA	2.712.379.245,99
RECEITA AGROPECUÁRIA	162.943,51	ASSISTÊNCIA SOCIAL	166.907.002,82
RECEITA INDUSTRIAL	214.108,71	PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.852.228.772,11
RECEITA DE SERVIÇOS	344.213.480,63	SAÚDE	2.686.121.959,49
		TRABALHO	38.761.836,74
		EDUCAÇÃO	3.520.600.764,62
		CULTURA	118.247.836,38
		DIREITOS DA CIDADANIA	151.022.023,91
		URBANISMO	17.406.808,12
		HABITAÇÃO	48.577.720,88
		SANEAMENTO	5.841.186,41
		GESTÃO AMBIENTAL	104.045.997,76
		CIÊNCIA E TECNOLOGIA	100.742.146,80
		AGRICULTURA	103.186.664,33
		ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	5.367.352,78
		INDÚSTRIA	42.380.183,19
		COMÉRCIO E SERVIÇOS	187.496.951,77
		COMUNICAÇÕES	179.157.644,13
		TRANSPORTE	681.454.219,47
		DESPORTOS E LAZER	67.850.598,12
		ENCARGOS ESPECIAIS	1.895.681.554,54
		DESPESAS FINANCEIRAS	2.334.114.226,65
		JUROS DA DÍVIDA INTERNA	2.271.275.933,12
		JUROS DA DÍVIDA EXTERNA	62.838.293,53
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	5.121.299.589,05	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	11.078.857.557,54
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	2.705.207.641,24	TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS - CONST. E LEGAIS	6.871.130.334,83
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS-FUNDEB	2.193.243.991,97	TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS - CONTRIBUIÇÕES	249.695.609,84
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO	219.229.271,65	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS - FUNDEB	3.923.785.364,08
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.618.684,19	TRANSFERÊNCIAS A INST. PRIVADAS	34.246.248,79
TRANSFERÊNCIAS INTERNAS RECEBIDAS	39.449.193.310,60	TRANSFERÊNCIAS INTERNAS CONCEDIDAS	39.452.290.639,23
COTAS RECEBIDAS	23.880.092.333,34	COTAS CONCEDIDAS	23.894.918.766,01
REPASSES RECEBIDOS	7.709.133.282,88	REPASSES CONCEDIDOS	7.697.404.178,84
SUB-REPASSES RECEBIDOS	7.859.967.694,38	SUB-REPASSES CONCEDIDOS	7.859.967.694,38
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.543.480.760,80	SAIDAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.960.850.275,15
OUTROS DEPOSITOS DE TERCEIROS	1.303.602.620,01	CONSIGNAÇÕES	4.787.256.435,94
ENTIDADES E AGENTES CREDORES	40.197.826,51	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	1.214.805.001,95
RECURSOS DA CONTA B	199.680.314,28	ENTIDADES E AGENTES CREDORES	21.801.648,16
		RECURSOS DA CONTA B	646.053.786,12
		BLOQUEIOS BANCÁRIOS	3.162.094,55
		RECURSOS VINCULADOS	175.166.514,32
		RECURSOS NÃO VINCULADOS	47.306.512,47
		OUTRAS SAIDAS FINANCEIRAS	65.298.281,64
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	87.556.542.579,92	TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	84.106.123.338,08
DOS INVESTIMENTOS		DOS INVESTIMENTOS	
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO	679.873.665,95	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	88.718.096,05
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	148.826.066,23	INVESTIMENTOS	4.570.741.669,87
ALIENAÇÃO DE BENS - MÓVEIS	905.743,69	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	272.695.599,26
ALIENAÇÃO DE BENS - IMÓVEIS	45.086.054,83		
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	54.108.537,98		
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	2.475.661,97		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.199.159,82		
DOAÇÕES RECEBIDAS	5.490.727,35		
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	946.965.617,82	TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	4.932.155.365,18
DOS FINANCIAMENTOS		DOS FINANCIAMENTOS	
EMPRÉSTIMOS RECEBIDOS - INTERNO	361.920.676,36	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	1.053.437.850,44
EMPRÉSTIMOS RECEBIDOS - EXTERNO	933.315.832,50	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	174.326.844,68
		AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESA	1.167,81
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.295.236.508,86	TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.227.765.862,93
DISPONIBILIDADES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	6.919.339.221,46	DISPONIBILIDADE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	6.452.039.361,87
TOTAL	96.718.083.928,06	TOTAL	96.718.083.928,06

Obs.: Excluídas as Empresas não Dependentes.

TABELA 227 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA SINTÉTICO – METODO DIRETO
Estado do Rio de Janeiro – 2010

Em Reais				
DESCRIÇÃO	OPERACIONAIS	INVESTIMENTOS	FINANCIAMENTOS	TOTAL
Ingressos	87.556.542.580	946.965.618	1.295.236.509	89.798.744.707
Dispêndios	84.106.123.338	4.932.155.365	1.227.765.863	90.266.044.566
SALDO	3.450.419.242	(3.985.189.747)	67.470.646	(467.299.860)

Fonte: SIAFEM/RJ

TABELA 228 – RESUMO DO FLUXO DE CAIXA
Estado do Rio de Janeiro – 2010

Em Reais	
CAIXA INICIAL	6.919.339.221
Incremento de Caixa	(467.299.860)
CAIXA FINAL	6.452.039.362

Comentários:

Com base no Demonstrativo do Fluxo de Caixa apurou-se um decréscimo de caixa no valor de R\$ 467.299.859,59. A composição deste incremento é evidenciada através dos Fluxos: Operacional, Investimento e Financiamento.

O fluxo líquido das atividades operacionais gerou um incremento de caixa no montante de R\$ 3.450.419.241,84. Este resultado operacional evidencia que o Governo gerou caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade operacional e fazer novos investimentos.

O fluxo líquido das atividades de investimento foi deficitário em R\$ 3.985.189.747,36, porém, compensado com o desempenho positivo dos fluxos operacionais e de financiamento. Esse resultado evidencia um aumento das atividades de investimento do governo.

O fluxo líquido das atividades de financiamento gerou um incremento de caixa de R\$ 67,5 milhões, devido, principalmente, ao empréstimo de R\$ 878,8 milhões obtidos junto ao Banco Mundial para o Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro – PRODESF. Além desta, devem ser consideradas as outras operações realizadas com o Banco Mundial, que são: Programa Estadual de Transportes II (PET II), que angariou R\$ 46,9 milhões; o RIO RURAL, programa que objetiva o Desenvolvimento Rural Sustentável e que coletou R\$ 5,178 milhões; e por fim, a arrecadação de R\$ 2,452 milhões para o Programa de modernização da Gestão Fazendária - PROFAZ.

17 – Conformidade Diária e Contábil



17. CONFORMIDADE DIÁRIA E CONTÁBIL

17.1 CONFORMIDADE DIÁRIA

Consiste na responsabilidade do servidor designado pelo Ordenador de Despesas nas respectivas Unidades Gestoras Executoras, quanto à certificação de existência de documento hábil que comprove e retrate a transação efetuada no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM. A certificação é realizada pela própria Unidade Gestora, diariamente, através da documentação suporte registrada no sistema, atestando que a documentação probatória está em conformidade com a legislação que disciplina as execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais.

Cabe informar que, com exceção do Fundo para Infância e Adolescência – FIA, os demais Órgãos e Entidades apresentaram-se em regularidade com a conformidade diária.

17.2 CONFORMIDADE CONTÁBIL

É a atestação das conferências efetuadas pelos responsáveis por setores de contabilidade das Unidades Gestoras Executantes – UGE, no Sistema SIAFEM/RJ, com base nos registros contábeis, de acordo com as documentações hábeis, relativos aos atos e fatos geridos pelas áreas financeiras, orçamentárias e patrimoniais.

No Estado do Rio de Janeiro as conformidades estão normatizadas pela Resolução SEF nº 6.024, de 27 de março de 2001 e Portaria CGE nº 62, de 26 de julho de 2001.

Cabe informar que, com exceção do Fundo para Infância e Adolescência – FIA, os demais Órgãos e Entidades apresentaram-se em regularidade com a conformidade contábil.

18 – Documentação Exigida no Decreto de Encerramento do Exercício



18. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO DECRETO DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

Relacionamos, abaixo, as respostas às exigências contidas nos incisos I a XV, do **artigo 11**, Decreto n.º 42.682 de 29 de outubro de 2010, referentes ao encerramento do exercício:

Inciso I – Sociedades de Economia Mista, não incluídas nos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social:

- os respectivos balanços do exercício de 2010, sem prejuízo da remessa das prestações de contas, nos termos do Decreto nº 3.148, de 28 de abril de 1980;

Atendimento: BERJ: Ofício AEL Nº 036, de 10/02/2011;
BD-RIO: Ofício AEL Nº 038, de 10/02/2011;
DIVERJ: Ofício DIVERJ Nº 008, de 02/02/2011;
CELLF: Ofício CELF Nº 008, de 07/02/2011;
INVESTERIO: Ofício Investerio/ DECON nº 001, de 04/02/2011;
CODIN: Ofício CODIN/DICON/PR Nº 030, de 03/02/2011;
IMPrensa OFICIAL: Ofício I.O. Nº 022, de 15/02/2011;
CEDAE: Ofício CEDAE/DP Nº 171, de 21/02/2011

Inciso II – Procuradoria da Dívida Ativa, da Procuradoria Geral do Estado – PGE:

- a) os Demonstrativos de Estoque da Dívida Ativa Tributária e não Tributária por Natureza de Débito, com posição em 31 de dezembro de 2010, destacando ainda os montantes do Rioprevidência, da Secretaria de Estado de Fazenda e o total geral;
- b) informar como está sendo executado o gerenciamento e o sistema de cobrança da Dívida Ativa;
- c) demonstrativos dos resultados alcançados pelas medidas adotadas, na sua área de competência, no que tange o art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
- d) as ações de recuperação de créditos na instância judicial, conforme dispõe o art. 58 da Lei Complementar nº 101/2000.

Atendimento: Ofício PGE/PG-5/NTJ Nº 121, de 02/02/2011

Inciso III – Subsecretária de Patrimônio, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG:

- a relação dos imóveis de propriedade do Estado, com a indicação de seus ocupantes e da sua utilização, fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, individualizados, e segregação dos bens por utilização, inclusive em meio magnético;

Atendimento: Ofício SEPLAG/SUBPA N. 066, de 28/01/2011

Inciso IV – Subsecretaria de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ:

- a) informações quanto a programas desenvolvidos e rotinas criadas referentes às Notas de Débito e Boletins de Operações encaminhadas à Procuradoria da Dívida Ativa, bem como os resultados alcançados;
- b) demonstrativos dos resultados alcançados pelas medidas adotadas, na sua área de competência, no que tange o art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
- c) demonstrativo que evidencie as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, e as ações de recuperação de créditos na instância administrativa, conforme dispõe o art. 58 da Lei Complementar nº 101/2000;

Atendimento: Ofício GAB/SUAR Nº 030, de 19/01/2011

- d) relatório contendo as seguintes informações:

- 1 - desempenho da arrecadação dos principais tributos estaduais no exercício de 2009;
- 2 - desempenho da arrecadação da dívida ativa e anistia, já compreendidos os juros, multas e, principalmente, seus reflexos em função da anistia;
- 3 - desempenho da arrecadação por segmento econômico;

Atendimento: Ofício GAB/SUAR Nº 030, de 19/01/2011;

Ofício GAB/SUACIEF Nº 056, de 02/02/2011.

- 4 - quais as ações e resultados numéricos e qualitativos acerca dos incentivos fiscais, renúncia fiscal, ações de incremento da arrecadação, e alterações na legislação tributária estadual com impacto significativo na arrecadação;
- 5 - quais as ações adotadas no âmbito da fiscalização tributária e seu impacto na arrecadação;

Atendimento: CI SSER/SEFAZ Nº 008, de 15/03/2011;

- 6 - quais as ações adotadas pelo Estado no âmbito da Educação Tributária.

Atendimento: CI EFAZ – Nº 033, DE 29 DE MARÇO DE 2011

Inciso V – Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM:

- relatório circunstanciado acerca do cumprimento do Termo de Ajuste de Contas, celebrado em 27 de agosto de 2009, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público do Rio de Janeiro, incluindo a demonstração da movimentação dos saldos contábeis das contas dos recursos a serem repassados ao FECAM.

Atendimento: Ofício SUPOF Nº 77, de 11/02/2011

Inciso VI - Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC:

- a) relatórios sobre o desempenho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

Atendimento: Ofício CG/ASCAN Nº 08, de 11/02/2011

- b) parecer do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB: acerca da repartição e aplicação dos recursos daquele Fundo.

Atendimento: Ofício CG/ASCAN Nº 11, de 15/03/2011

Inciso VII - Secretaria de Estado do Ambiente – SEA:

- a) informações quanto à valorização do passivo ambiental causado por danos ecológicos no âmbito do Estado.

Atendimento: Ofício SEA/DGAF Nº 106, de 04/03/2001 – Justificativa pelo não atendimento.

Inciso VIII - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG:

- a) relatórios dos projetos concluídos e em andamento nos termos do disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000;

Atendimento: Ofício SEPLAG/GAB Nº 183, de 18/02/11

- c) demonstrativos que apresente o valor do excesso de arrecadação ao final do exercício, por unidade gestora e/ou fonte de recursos, e o confronto deste excesso com o valor de crédito adicional aberto no exercício por excesso de arrecadação, e o valor da economia orçamentária gerada na referida unidade orçamentária e/ou fonte;

Atendimento: Ofício SEPLAG/GAPLA Nº 029, de 24/01/11

Ofício SEPLAG/GAPLA Nº 050, de 09/01/11

Inciso IX - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP:

- informações quanto aos incentivos à educação profissionalizante da população carcerária do Estado.

Atendimento: OF. Nº 113/SEAPCG, DE 30 DE MARÇO DE 2011

Inciso X – Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ:

- análise dos aspectos sociais da qualidade de vida da população do Estado do Rio de Janeiro.

Atendimento: - Ofício CEPERJ/DAF S/Nº, de 07/02/2011

Ofício CEPERJ/DAF Nº 51, de 15/03/2011

Inciso XI – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEDEIS:

- informações quanto a concessões de benefícios tributários a que se refere o § 1º do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Atendimento: Ofício SEDEIS/DGAF Nº 032, de 03/03/2011

Inciso XII - Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro – AGETRANSP:

- relatório de atividades realizadas no decorrer do exercício de 2010;

Atendimento: Ofício AGETRANSP/SECEX Nº 047, de 14/02/2011

Inciso XIII - Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA:

- relatório de atividades realizadas no decorrer do exercício de 2010;

Atendimento: Ofício AGENERSA/PRESI Nº 035, de 10/02/2011

Inciso XIV - Coordenadoria das Empresas em Liquidação, da Secretaria de Estado da Casa Civil:

- relatório contendo informações quanto ao estágio atual, problemas e perspectivas de conclusão do processo de liquidação das empresas em fase de liquidação/extinção.

Atendimento: Ofício AEL Nº 040/2008, de 31/01/2011;

Ofício AEL Nº 036, de 10/02/2011.

Inciso XV – Fundo Único de previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA:

- o Relatório Atuarial do exercício de 2009, bem como Nota Técnica explicativa das hipóteses atuariais ocorridas no período.

Atendimento: Ofício RIOPREVIDÊNCIA/PRE Nº 141, de 14/03/2011.

19 – Implementações e Aprimoramentos no Exercício



19. IMPLEMENTAÇÕES E APRIMORAMENTOS NO EXERCÍCIO

Em 2010 a Contadoria Geral do Estado implantou no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/RJ e do Sistema de Informações Gerenciais - SIG, as seguintes ferramentas de entrada de dados, controle e consulta:

19.1 NO SIAFEM:

Documento de Liquidação – DL – A transação “DL” implementada, através da Portaria CGE Nº 142, de 19 de março de 2010, com o objetivo de servir como documento único para o registro da liquidação da despesa no âmbito do sistema.

O Documento de Liquidação – DL traz informações adicionais que passam a integrar a base de dados sobre o documento a ser liquidado, tais como o número da nota fiscal ou outro documento, data de emissão, número do processo administrativo e competência, informações estas que ficavam em “campos livres” na transação Nota de Lançamento - NL.

Tipificação da Despesa na transação NE – Com o objetivo de adotar procedimentos para controle e geração de informações relativas à execução da despesa, no sentido do atendimento às regras de final de mandato e, com o objetivo de atender a Deliberação TCE/RJ nº 248, de 29 de abril de 2008, foi publicada a Portaria CGE Nº 143, de 29 de abril de 2010, incluindo na transação Nota de Empenho – NE, campo destinado à tipificação da despesa orçamentária.

Fontes de Recursos Extraorçamentários – Visando atender a necessidade de controle específico, por fonte de recurso dos ingressos e pagamentos e, a fim de não distorcer a avaliação do resultado orçamentário e financeiro foi criado, através da Portaria CGE n.º 146 de 14 de julho de 2010, fontes específicas para controle dos recursos extraorçamentários relativos aos Depósitos de Diversas Origens e Credores Entidades e Agentes.

Contrato Caixa Econômica Federal – Visando à execução e controle dos pagamentos efetuados pelo Poder Executivo da Administração Pública Estadual através SIAFEM/RJ, foi firmado contrato de prestação de serviços junto a Caixa Econômica Federal – CEF, viabilizando o pagamento em favor de Fornecedores e Credores junto àquela Instituição Financeira, sendo adotado novos procedimentos de confecção e execução das Programações de Desembolsos tendo como conta bancária pagadora os domicílios bancários cadastrados na Caixa Econômica Federal, cujos procedimentos encontram-se apostilados na Portaria SUTIC nº 016, de 16/04/2010 e Circular SUNOT/CGE nº 08, de 15 de junho de 2010.

SPED-CONTÁBIL – Visando o aperfeiçoamento das ferramentas contábeis com a finalidade de atender as exigências dos órgãos de Controle Externo contábil e fiscal, foi implantada ferramenta de transmissão digital de dados contábeis através da transação IMPORTSPED em atendimento a IN/SRF nº 787/2007 com as alterações introduzidas pela IN/SRF nº 926, de 11 de março de 2009.

19.2 NO SIG:

Módulo TCE Deliberação 248 – Cooperando para a obtenção das informações a serem prestadas, pelos órgãos da Administração Direta de todos os Poderes, Fundos Especiais, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista integrantes dos orçamentos fiscal e seguridade social, conforme a Deliberação TCE 248/2008, implementamos, através da Portaria n.º 147, de 25 de janeiro de 2011 o módulo “TCE Deliberação 248.

Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal – geração automática dos anexos em Reais, para atender a determinação do TCE (anteriormente eram gerados em Milhares).

Módulo Documental – consulta à tipificação da Despesa.

Módulo Relatórios Gerenciais – criação de área para relatórios da SUPOF.

20 – A Contabilidade do ERJ e o Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade



20. A CONTADORIA-GERAL DO ESTADO NO PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS

20.1 INTRODUÇÃO

Com o Brasil acompanhando a expansão dos mercados externos e a globalização da economia, surgiu a necessidade, nas entidades, da elaboração de demonstrações contábeis baseadas em critérios uniformes e homogêneos, de forma que os gestores, investidores, analistas e a sociedade possam utilizar informações transparentes, confiáveis e comparáveis, nos processos de tomadas de decisões e de controle.

20.2 O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA NO BRASIL

A padronização dos procedimentos contábeis para a área privada, com base nas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, é realizada por estudos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, formado pelas seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas -ABRASCA; Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC; Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA; Conselho Federal de Contabilidade – CFC; Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI; e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON. O CPC tem como objetivo *"o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais"*.

O Conselho Federal de Contabilidade criou também, através da Resolução CFC 1.103/2007, o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, integrado pelo próprio CFC, IBRACON, CVM – Comissão de Valores Mobiliários, BACEN – Banco Central do Brasil, SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, STN – Secretaria do Tesouro Nacional e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O CPC e o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, através da reforma contábil, dos setores privado e público, e de auditoria, vem contribuindo para o desenvolvimento do país. Identifica as ações a serem implantadas para viabilizar a convergência das normas contábeis brasileiras, a partir das Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo CFC, às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB, e às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público emitidas pela IFAC.

20.3 A CONVERGÊNCIA NA ÁREA PÚBLICA

Dando início ao processo de convergência para a área pública, a Resolução CFC nº 1.111/2007 aprovou o apêndice II da Resolução CFC nº 750/1993, o qual apresenta a interpretação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade com foco no setor público, tornando evidente que os princípios aplicados na área privada também devem ser observados na área pública.

A partir da edição das NBC T 16, as dez primeiras em 25 de novembro de 2008, foi dada a direção para as mudanças necessárias no sentido da adequação dos procedimentos contábeis aplicados na área pública. As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP balizam as regras que devem ser utilizadas nas entidades públicas brasileiras para o alcance da convergência com as normas internacionais.

Acompanhando o processo de convergência, o Governo Federal publicou a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184/2008 determinando à Secretaria do Tesouro Nacional - STN o desenvolvimento de ações no sentido identificar as necessidades de convergência às normas internacionais de contabilidade, editar normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e Plano de Contas Nacional, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os pronunciamentos da IFAC e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas ao setor público, adotando os procedimentos necessários para atingir os objetivos de convergência estabelecidos no âmbito do Comitê Gestor da Convergência no Brasil, instituído pela Resolução CFC nº 1.103, de 28 de setembro de 2007.

A Secretaria do Tesouro Nacional na condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, no intuito de consolidar as contas dos entes da Federação de que trata o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no sentido da convergência das normas contábeis, através de portaria, criou Grupos Técnicos, com caráter técnico e consultivo, para a adequação das normas e procedimentos, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON, com a composição e funcionamento normatizados pela Portaria nº 109, de 21 de fevereiro de 2011, é responsável pela análise e pela elaboração de diagnósticos e estudos visando à padronização mínima de conceitos e práticas contábeis, plano de contas e classificação orçamentária de receitas e despesas públicas.

O Grupo Técnico de Padronização de Relatórios – GTREL é responsável por elaborar análises, diagnósticos e estudos, visando à promoção, à harmonização e à padronização de relatórios e demonstrativos, destacadamente os previstos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101/2000. Sua composição e funcionamento são regradados pela Portaria nº 110, de 21 de fevereiro de 2011.

Através da Portaria nº 111, de 21 de fevereiro de 2011, foi criado um novo grupo técnico, GTSIS - Grupo Técnico de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais, com a responsabilidade de analisar e elaborar diagnósticos e estudos visando à harmonização das regras e funcionalidades dos sistemas contábeis e fiscais.

20.4 A CONTADORIA GERAL DO ESTADO NO PROCESSO DE CONVERGÊNCIA

Desde o início dos trabalhos do GTCON e GTREL, em 2008, a Contadoria- Geral do Estado do Rio de Janeiro tem enviado seus representantes para dar sua contribuição ao processo e adquirir os conhecimentos para a devida aplicação das normas no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Com a atual composição dos grupos técnicos, com representantes de instituições, a CGE tem cadeira garantida no GTCON e GTSIS como representante do Grupo de Gestores Financeiros – GEFIN/CONFAZ, e buscará a participação no GTREL como convidado.

Buscando o intercâmbio de práticas e soluções, a CGE participa do GT Contabilidade do GEFIN, instituído para subsidiar o Grupo de Gestores Financeiros do CONFAZ para o alcance do seu objetivo no que tange a área contábil.

Objetivando divulgar o processo de convergência e as principais mudanças nas regras da contabilidade pública a CGE promoveu a palestra “A CONTADORIA-GERAL DO ESTADO NO PROCESSO DE CONVERGÊNCIA”, realizada no dia 26 de agosto de 2010, por Paulo Henrique Feijó – Coordenador-Geral de Normas Aplicadas à Federação. Compareceram ao evento próximo de 300 servidores estaduais, da área de contabilidade e auditoria, e convidados de outros entes e instituições.

20.5 CONCLUSÃO

Um dos pontos principais da transição na contabilidade pública é a mudança do enfoque contábil, eminentemente centrado no controle orçamentário, para uma contabilidade pública patrimonial, com a adoção do regime de competência para as receitas e despesas públicas.

A Portaria nº 664, de 30 de novembro de 2010, aprovou as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, VI – Perguntas e Respostas e VII – Exercício Prático, da 3ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O artigo 7º da Portaria nº 664 trata do prazo para adoção das Partes IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público pelos entes. De forma facultativa, a partir de 2011 e de forma obrigatória a partir de 2012 pela União, pelos Estados e Distrito Federal e de 2013 pelos Municípios.

A implementação das novas regras ocorrem gradativamente, pois uma mudança dessa magnitude não é possível sem considerar os aspectos humanos envolvidos no processo, o comprometimento da gestão pública, o treinamento e a qualificação dos profissionais de contabilidade, além de sistemas de informação que atendam e suportem a adequação às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público.

21 – Glossário



21. GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamentos e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Ativo Real

É a soma do ativo financeiro com o ativo permanente.

Ativo Real Líquido

Ocorre quando o ativo real é maior que o passivo real.

Autarquia

Entidade administrativa de Direito Público Interno, criada por lei para desenvolver atividades típicas da administração pública.

Auxílio Financeiro a Estudantes

Concessão de auxílio concedido pelo Estado para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza científica, realizadas por pessoas físicas, comprovadamente carentes, na condição de estudante.

Auxílio Financeiro a Pesquisadores

Apoio financeiro concedido a pesquisadores, individual ou coletivamente, exceto na condição de estudante, no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas nas suas mais diversas modalidades.

BACEN

Banco Central do Brasil. É uma autarquia federal criada com a finalidade de fiscalizar as instituições financeiras. Dentre as muitas atribuições importantes do BACEN está a de regulador da política monetária do Governo, administrador das reservas internacionais e fiscalizador do Sistema Financeiro Nacional.

Balanço

Demonstrativo contábil que apresenta, num dado momento, a situação do patrimônio de uma entidade.

Balanço Financeiro

Demonstra a Receita e a Despesa Orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugando-se os ingressos com os saldos em espécie do disponível e do

vinculado em conta corrente bancária do exercício anterior, e os dispêndios com os saldos dos referidos subgrupos do Ativo Financeiro, transferidos para o exercício seguinte.

Balço Orçamentário

Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas evidenciando as diferenças entre elas. (Anexo 12, da Lei nº 4.320/64, artigo 102).

Balço Patrimonial

Demonstra, num determinado momento, a situação econômica e financeira do patrimônio público bem como os atos administrativos que possam vir a afetá-lo.

C-BOND

Títulos da dívida externa mais vendidos no mercado internacional.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

Órgão central da Profissão Contábil encarregado, dentre outras, de promover o desenvolvimento da profissão contábil, criador do Comitê Gestor da Convergência no Brasil, comitê esse, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil por meio da reforma contábil e de auditoria que resulte numa maior transparência das informações financeiras utilizadas pelo mercado, bem como no aprimoramento das práticas profissionais, levando-se sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

C.P.C. – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

Classificação Por Categoria Econômica

Agrupamento das receitas e despesas orçamentárias em correntes e de capital, com o objetivo de propiciar informações de caráter macroeconômico, ou seja, sobre os efeitos dos gastos do governo na economia, e destinadas aos respectivos acompanhamentos e controle administrativo e gerencial.

Commodities

São produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, que podem ser estocados por certo tempo sem perda sensível de suas qualidades, como suco de laranja congelado, soja, trigo, bauxita, prata ou ouro. Atualmente também são considerados commodities produtos de uso comum mundial.

Concessões e Permissões

Registra o valor total da arrecadação de receitas originadas da concessão ou permissão, ao particular, do direito de exploração de serviço público, os quais estão sujeitos ao controle, fiscalização e regulação do poder público.

Confiança do Consumidor

Indica o nível de confiança do consumidor na situação econômica do país.

COPOM

Comitê de política monetária. O Copom tem o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa básica de juros.

Créditos Adicionais

Autorizações de despesas públicas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual. Classificando-se em suplementar, especial e extraordinário.

Déficit de Capital

Ocorre quando a despesa de capital é maior que a receita de capital.

Déficit Comercial

Quando o resultado da diferença entre o que o país arrecadou com exportações e o que gastou com as importações for negativo.

Déficit Financeiro no Balanço Patrimonial

Diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Estado ou de uma entidade.

Déficit Fiscal

Ocorre quando os gastos do governo superam a arrecadação.

Déficit Orçamentário

Ocorre quando a despesa empenhada é maior que a receita realizada.

Demonstrativos das Variações Patrimoniais

Apresenta as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial apurado no exercício anterior.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades e a continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis e ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesa de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

Despesa de Custeio

São as necessárias à manutenção da ação da administração, como por exemplo, o pagamento de pessoal, de material de consumo e à contratação de serviços de terceiros, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

Despesa de Exercícios Anteriores

As relativas a exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito, com dotação suficiente para atendê-las, mas que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os com compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente. Poderão ser pagos, à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Despesa de Pessoal e Encargos

Despesas de natureza salarial decorrente do efetivo exercício de cargos, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, bem como soldo, gratificações e adicionais, previstos na estrutura remuneratória dos militares, e ainda, despesas com ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com contratação temporária para atender à necessidade de excepcional interesse público, quando se referir à substituição de servidores, e despesas com a substituição de mão-de-obra constantes dos contratos de terceirização quando se tratar de categorias funcionais abrangidas pelo respectivo plano de cargos do quadro de pessoal, exceto nos casos de cargo ou categoria em extinção.

Despesa de Transferências Correntes

São transferências destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

Despesa Financeira

Compreende a soma dos encargos e amortização da dívida.

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construção de escolas, estradas e hospitais.

Despesa não Financeira

Compreende o total empenhado menos as despesas financeiras, ou seja, subtraem-se os encargos e amortização da dívida.

Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Considera-se a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (Art. 17 da LC nº101/2000).

Despesa Orçamentária

Conjunto dos gastos públicos autorizados através do orçamento ou de créditos adicionais.

Despesa Pública

Constitui-se de toda saída de recursos ou de todo pagamento efetuado a qualquer título, para saldar gastos fixados na lei do orçamento ou em lei especial e destinados à execução dos serviços públicos, entre eles custeio e investimentos, pagamento de dívidas, devolução de importâncias recebidas a títulos de caução, depósitos e consignações.

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.

Despesas com Juros e Encargos da Dívida

Despesas com pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

Despesas não-Fiscais

São despesas não decorrentes das ações precípuas do governo, a exemplo da amortização da dívida e pagamento dos juros.

Dívida Ativa

Constitui-se nos créditos dos Estados, tributários ou não, inscritos em registro próprio, depois de apurada sua liquidez e certeza, de acordo com legislação específica. São os créditos que o Estado tem contra terceiros.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se, também, as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constatado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescido dos Restos a Pagar Processados.

Dívida Flutuante

Compromissos de pagamento, geralmente de curto prazo, independente de autorização orçamentária.

Dívida Mobiliária

É representada por títulos emitidos pelo Estado.

Elemento Despesa

É o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras, instalações e outros meios de que se serve a Administração Pública para consecução de seus fins.

Empresa Estatal Dependente

Empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária (Art. 2º, III, da LC nº 101/2000). De acordo com a portaria STN nº

589, será considerada dependente apenas a empresa deficitária que receba subvenção econômica do ente controlador. Da mesma forma, considera-se, ainda, subvenção econômica, a transferência permanente de recursos de capital para empresa controlada deficitária.

Empresa Pública

Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, participação exclusiva do Poder Público no seu capital e direção, criada por lei para a exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa tendo em vista o interesse público.

Entidade

É a denominação genérica de Estado, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, que são criadas por lei ou mediante prévia autorização legislativa, com personalidade e patrimônio próprios, para execução de atividades que lhes são atribuídas em lei.

Equipamentos e Materiais

Despesas com aquisição de aeronaves; aparelhos de medição; aparelhos e equipamentos de comunicação; equipamentos para informática; aparelhos, equipamentos, mobiliários e utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares; instrumentos cirúrgicos, aparelhos e equipamentos para esporte, ginástica e diversão; aparelhos e utensílios domésticos, fogões, geladeiras, freezer; baixelas, aparelhos de jantar; prataria, baterias e jogos de cristal; armamentos; bandeiras, flâmulas e insígnias; coleções e materiais para acervo de bibliotecas; embarcações; equipamentos de manobra e patrulhamento; equipamentos de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; instrumentos musicais e artísticos; máquinas, aparelhos e equipamentos de uso industrial; máquinas, aparelhos e equipamentos gráficos e equipamentos diversos; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório; máquinas, ferramentas de grande porte, ferramenta acionada por força motriz e jogos de ferramentas; máquinas, tratores e equipamentos agrícolas, rodoviários e de movimentação de carga; aeronaves; mobiliário em geral; obras de arte.

Excesso de Arrecadação

É o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício e o montante dos créditos extraordinários abertos.

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

FPE

Fundo de Participação dos Estados. Instrumento que funciona como mecanismo compensatório em favor dos Estados, em razão da centralização dos impostos de maior grau de elasticidade (Imposto de Renda e IPI) na esfera de competência da União.

FUNDEB

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB é um Fundo de natureza contábil, instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentada pela Medida Provisória 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, sendo iniciada a sua implantação em 1º de janeiro de 2007. Os Municípios receberão os recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, e os Estados com base nos alunos do ensino fundamental e médio. Da mesma forma, a aplicação desses recursos, pelos gestores estaduais e municipais, deve ser direcionada levando-se em consideração a responsabilidade constitucional que delimita a atuação dos Estados e Municípios em relação à educação básica. O Fundo é composto, na quase totalidade, por recursos dos próprios Estados, Distrito Federal e Municípios.

Função

Constitui o nível maior de agregação das ações governamentais, através da qual se busca identificar setores ou área da atuação do Governo, para fins de programação e orçamento público.

Fundação Pública

A entidade criada por lei específica, com personalidade de direito público sem fins lucrativos, para o desenvolvimento de atividades de interesse da coletividade tais como educação, cultura, pesquisas científicas, com autonomia administrativa, patrimônio próprio, e funcionamento custeado com recursos do tesouro e de outras fontes.

Fundo Especial

Parcela de receitas vinculada por lei à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

ICMS

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, também chamado de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. É um imposto estadual não-cumulativo. É a grande fonte de receita do Distrito Federal e dos Estados.

IGP

Índice Geral de Preços.

Intra-orçamentária

Conforme a Portaria Interministerial 338 de 26/04/2006, que define como intra-orçamentárias as operações que resultem de despesas decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade ou outra entidade no âmbito da mesma esfera de governo. Que criou as classificações de receita:

I – 7000.00.00 – Receitas Correntes Intra-Orçamentárias;

II – 8000.00.00 – Receitas de Capital Intra-Orçamentárias.

Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com planejamento e execução de obras, inclusive com aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

IPCA

Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

IPI

Imposto sobre Produtos Industrializados. Incide sobre quaisquer produtos que tenham sofrido algum processo industrial que de alguma forma os modifiquem.

IPVA

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. É um tributo estadual pago anualmente pelo proprietário de todo e qualquer veículo automotor ao qual seja exigido emplacamento.

IRRF

Imposto de Renda Retido na Fonte. Desconto sobre a renda/rendimentos do trabalho assalariado, de capital ou pela prestação de serviços, podendo ou não vir a ser compensado na declaração anual de rendimentos.

Lei Kandir

Compensação pelas perdas decorrentes da desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, de produtos primários e semimanufaturados remetidos ao exterior.

Lei Orçamentária Anual

Lei especial de iniciativa do Poder Executivo, que contém a discriminação da receita e despesa orçamentária para determinado exercício financeiro, de forma a evidenciar a política econômica financeira do Governo e o programa de trabalho dos Poderes, seus órgãos, fundos e entidades da Administração Indireta, compreendendo: Orçamento Fiscal, Orçamento de Investimento de Empresas Estatais e Orçamento da Seguridade Social.

Macroeconomia

Ramo da Economia que estuda o funcionamento da Economia como um todo no que diz respeito ao Produto Nacional Bruto, ao rendimento, à evolução dos preços (inflação), ao desemprego, à despesa, ao comércio internacional e a outras variáveis macroeconômicas. Uma política macroeconômica visa o alcance de uma taxa elevada do produto nacional e de emprego, a estabilidade dos preços e a expansão do comércio internacional.

Material de consumo

Despesas com álcool, gasolina, óleo diesel automotivos, outros combustíveis e lubrificantes; combustível e lubrificantes de aviação; gás engarrafado; alimentos para animais; animal para experimentos corte ou abate; sêmen; explosivos e munições; gêneros alimentícios; cestas básicas, medicamentos de alto custo, material biológico, farmacológico e laboratorial; medicamentos; órteses e próteses para uso em procedimentos cirúrgicos; material de cama mesa; copa e cozinha, e produtos de higienização; material de coudelaria ou de uso zootécnico; material de escritório; material de construção; material hidráulico; material de manobra e patrulhamento; material de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; material gráfico; insumos, peças e acessórios de utilização em informática; material para esportes e diversões; material para fotografia e filmagem; material para instalação elétrica e eletrônica; materiais, peças e acessórios para manutenção, reposição e aplicação; material odontológico, hospitalar e ambulatorial; substâncias e produtos químicos; material para telecomunicações; sementes e mudas de plantas; vestuário, fardamento, tecidos e aviamentos, material de acondicionamento e embalagem; suprimento de proteção ao vôo; suprimento de aviação sobressalentes de máquinas e motores de navios e esquadra; motores para viaturas policiais; livros didáticos e paradidáticos; tesouras; grampeadores e perfuradores de papel (de pequeno porte); ferramentas avulsas, de pequeno porte, não acionadas por força motriz; pisos e forrações; e outros materiais de uso não-duradouro.

Metas de inflação

São percentuais que o Governo estipula para a variação da taxa de inflação.

Metas fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Multas e Juros de Mora

Registra o valor da receita arrecadada com penalidades pecuniárias decorrentes da inobservância de normas, e com rendimentos destinados à indenização pelo atraso no cumprimento da obrigação, representando o resultado de aplicações impostas ao contribuinte faltoso, como sanção legal no campo tributário (impostos, taxas de contribuição de melhoria), não-tributário (contribuições sociais e econômicas, patrimoniais, industriais, de serviços e diversas) e de natureza administrativa, por infrações a regulamentos.

Mutação Patrimonial

Modificação que se verifica no patrimônio; o mesmo que Mutação Contábil; o mesmo que Movimento Patrimonial.

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Compilação das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público editadas pela Internacional Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB).

Orçamento da Seguridade Social

Orçamento que integra a Lei Orçamentária Anual, compreendendo as ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, desenvolvidas pelos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, seus órgãos, fundos, autarquias, fundações e empresa estatal dependente.

Obras e Instalações

Despesas com estudos e projetos; serviços de gerenciamento de obras; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; desapropriação de imóveis necessários à realização da obra; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel.

Orçamento de Investimento

Orçamento que integra a Lei Orçamentária Anual, compreendendo os investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com voto direto.

Orçamento Fiscal

Orçamento que integra a Lei Orçamentária Anual, que estima as receitas e fixa as despesas, de modo a demonstrar a programação dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal ou Municípios, seus órgãos, fundos, autarquias, fundações e empresa estatal dependente.

Outras Receitas Correntes

Registram o total da arrecadação de outras receitas correntes tais como multas, juros, restituições, indenizações, receitas da dívida ativa, aplicações financeiras e outras.

Outras Receitas Patrimoniais

Registra o valor total da arrecadação com outras receitas patrimoniais não enquadradas nos itens anteriores.

Outras Transferências de Capital

Registra o valor arrecadado com outras receitas vinculadas ao acréscimo patrimonial da unidade. Encontra-se no desdobramento desse título a integralização do capital social, os saldos de exercícios anteriores e as outras receitas.

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Despesas decorrentes de serviços prestados por pessoa física, pagos diretamente a esta e não enquadrados nos elementos de despesas específicos, tais como: remuneração de serviços de natureza eventual, prestado por pessoa física sem vínculo empregatício; estagiários, monitores diretamente contratados; diárias e ajudas de custo a colaboradores eventuais; locação de imóveis; salário de internos nas penitenciárias, e outras despesas pagas diretamente à pessoa física por quaisquer serviços prestados desde que não tenham vínculo empregatício com o órgão. Inclui-se no elemento, os encargos sociais e as obrigações fiscais decorrentes da contratação desses serviços.

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Despesas com prestação de serviços, realizadas por pessoas jurídicas para órgãos públicos, incluindo o material empregado, tais como: assinaturas de jornais, revistas e periódicos; fretes de carga e carretos; despesas miúdas e de pronto pagamento; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; manutenção, conservação e adaptação de bens móveis; conservação, manutenção, reparos e reformas de bens imóveis; colocação de revestimentos, cortinas e persianas; manutenção e conservação de rodovias e outros bens de domínio público; seguros em geral (exceto o decorrente de obrigação patronal); serviços de divulgação; publicidade decorrente de legislação específica; impressão, encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições, fornecimento de cestas básicas; assistência médico-hospitalar

e odontológica; contratação de escolas infantis e/ou creche para filhos de funcionários; serviços gráficos; serviços de confecção; serviços, programas e aplicativos de informática; acesso à “Internet”; manutenção e locação de equipamentos de informática; serviços de comunicação de dados (exclusive aqueles que correm à conta de serviços de Utilidade Pública); exames laboratoriais; fornecimento de gases medicinais; desratização, dedetização e desinsetização; fornecimento de alimentação preparada.

Passivo Real

É a soma do passivo financeiro com o passivo permanente.

Passivo Real a Descoberto

Ocorre quando o ativo real é menor que o passivo real.

Plano Plurianual

Programação global da gestão governamental, onde constam os programas e projetos de desenvolvimento setorial e/ou regional com previsão de ações a serem desenvolvidas num período de quatro anos. Serve de base para as programações anuais.

Política Monetária

A Política Monetária representa a atuação das autoridades monetárias, por meio de instrumentos de efeito direto ou induzido, com o propósito de se controlar a liquidez global do sistema econômico. Os objetivos principais são o controle das taxas de juros e de câmbio, da liquidez monetária e da distribuição seletiva do crédito. A política monetária tem sido utilizada como instrumento de combate à inflação.

Programa

É a unidade básica de planejamento e gestão do plano plurianual, constituída por um conjunto de ações articuladas, cujos produtos, bens e serviços ofertados à sociedade concorrem para a consecução de objeto comum preestabelecido, mensurado por um indicador, tendo em vista a solução de um problema ou atender uma necessidade ou demanda da sociedade.

Programa De Reestruturação e Ajuste Fiscal

É parte integrante do contrato de assunção e renegociação da dívida ao amparo da já mencionada Lei e consiste num documento por meio do qual um estado se propõe a adotar ações que possibilitem alcançar metas ou compromissos relativos a:

- Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real;
- Resultado Primário;
- Despesas com Funcionalismo Público;
- Receitas de arrecadação Própria;

- Reforma do Estado e/ou Alienação de ativos;
- Despesas com Investimento.

Receita Agropecuária

Registra o valor da arrecadação da receita de produção vegetal, animal e derivados e outros. Receitas decorrentes das seguintes atividades ou explorações agropecuárias: Agricultura (cultivo de solo), inclusive hortaliças e flores; Pecuária (criação, recriação ou engorda de gado e de animais de pequeno porte); Atividades de beneficiamento ou transformação de produtos agropecuários em instalações existentes nos próprios estabelecimentos (excetua-se as usinas de açúcar, fábricas de polpa, de madeira, serrarias e unidades industriais com produção licenciada que são classificadas como industriais).

Receita Corrente

São meios financeiros de origem tributária, contributiva, patrimonial, industrial e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinados a atender gastos classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Art. 60 dos ADCT).

Receita das Operações de Crédito

São as receitas que possuem como origem fatos administrativos ou de operações realizadas, como meio de conseguir recursos a fim de suprir a deficiência de caixa ou para atender às despesas que a arrecadação normal orçamentária não comporta. As operações de créditos podem ser “reais” ou “compensativas”. As reais gravam o patrimônio e as compensativas não afetam o mesmo nem o modificam.

Receita de Capital

São meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receita de Contribuições

Valor total da arrecadação da receita de contribuições sociais. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas. Os Estados, o Distrito Federal

e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social. (Ministério da Fazenda / Secretaria do Tesouro Nacional - Portaria Nº 180, de 21 de maio de 2001, alterações contempladas na Portaria Nº 326, de 27/08/2001).

Receita de Privatizações

Registra o valor total da receita decorrente da alienação de bens móveis e imóveis.

Receita de Serviços

Registra o valor da arrecadação da receita originária da prestação de serviços, tais como atividades comerciais, financeiras, de transporte, de comunicação, de saúde, de armazenagem, serviços científicos e tecnológicos, de meteorologia, agropecuária, entre outras.

Receita de Transferências Correntes

Dotações destinadas a terceiros sem a correspondente prestação de serviços, incluindo as subvenções sociais, os juros da dívida, a contribuição de previdência social, entre outras.

Receita do Tesouro

Recursos cuja arrecadação é da competência do tesouro federal, estadual ou municipal. É também chamada de Recursos do Tesouro.

Receita Industrial

Registra o total da arrecadação da receita da indústria de extração mineral, de transformação, de construção e outros, proveniente das atividades definidas como tais pelo IBGE.

Receita Financeira

As receitas financeiras são aquelas que não constam da apuração do resultado fiscal, sendo derivadas de aplicações no mercado financeiro e de privatizações, bem como da rolagem e emissão de títulos.

Receita Fiscal

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Receita Não Financeira

As receitas não-financeiras, por sua vez, são aquelas decorrentes da atividade fiscal do Governo, incluindo, entre outras, as receitas tributárias e de contribuições sociais e, também, aquelas condicionadas à aprovação de dispositivos legais.

Receita Não-Fiscal

São receitas não decorrentes das ações precípuas do governo, a exemplo de operações de crédito e aplicações financeiras.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constem do orçamento, sendo, classificado em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita arrecadada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Patrimonial

Registra o valor total da arrecadação da receita patrimonial referente ao resultado financeiro da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens imobiliários ou mobiliários, seja de participação societária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta e Indireta, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Receita Pública

Todo e qualquer recolhimento aos cofres públicos, em dinheiro ou outro bem representativo de valor, que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis, contratos, convênios e quaisquer outros títulos, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertençam. É o conjunto de ingressos financeiros provenientes de receitas orçamentárias e receitas extra-orçamentárias.

Receita Tributária

É a arrecadação de tributos, impostos, taxas e contribuição de melhoria e respectivos adicionais.

Redução de Valor Recuperável (Impairment)

Ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor contábil.

Restituições e Indenizações

Registra o valor das receitas recebidas através de indenizações aos Estados pela exploração de recursos minerais, de petróleo, xisto betuminoso e gás e pela produção de energia elétrica; registra, também, o valor total das receitas recebidas através de restituições, por devoluções em decorrência de pagamentos indevidos, e reembolsos ou retorno de pagamentos efetuados a título de antecipação.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida.

Resultado Patrimonial ou Econômico

É a diferença apurada entre as Variações Ativas e as Variações Passivas. Quando as variações ativas são maiores, ocorre o superávit econômico. Sendo as variações passivas maiores, ocorre o déficit econômico. Ocorre o equilíbrio quando as Variações Ativas e as Variações Passivas têm valores iguais.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, ao serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

Retorno-Risco

O retorno sobre o investimento deve ser proporcional ao risco envolvido. Risco é uma medida da volatilidade dos retornos e dos resultados futuros.

Risco Internacional do País

É o nível de confiança, ou falta dela, que os investidores internacionais têm em que um país irá honrar suas dívidas.

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

Registra títulos e depósitos interfinanceiros em nome de seus participantes, e o processamento de operações de movimentação, resgate, ofertas públicas e respectivas liquidações financeiras.

Sentenças Judiciais

Despesas resultantes de pagamento de precatórios; cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgamento, de pequeno valor; cumprimento de decisões judiciais, proferidas em mandados de segurança e medidas cautelares, referentes a vantagens pecuniárias concedidas e ainda não incorporadas em caráter definitivo às remunerações dos beneficiários. Quaisquer despesas decorrentes de ações judiciais movidas contra a Fazenda Estadual, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, e empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do Orçamento Fiscal, inclusive ações trabalhistas.

SPREAD de Risco

É a diferença entre os juros pagos pelos títulos da dívida externa brasileira e os juros pagos pela dívida pública americana.

Superávit Financeiro no Balanço Financeiro

Ocorre quando no Balanço Financeiro o saldo que passa para o exercício seguinte é maior que o saldo do exercício anterior.

Superávit Financeiro no Balanço Patrimonial

É a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Estado ou de uma entidade.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa empenhada é menor que a receita realizada.

Taxa de Câmbio

É o preço de uma moeda estrangeira, ou seja, o custo de uma moeda em relação a outra.

Taxa de Juros

É o custo do dinheiro no mercado. O Banco Central é o órgão regulador da política de juros.

Taxa SELIC

É a taxa que reflete o custo do dinheiro para empréstimos bancários, com base na remuneração dos títulos públicos.

Taxas

É o tributo cobrado pelo Poder Público a título de indenização pela produção e oferecimento "de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição". Não pode, no entanto, ser confundido com os valores cobrados pela prestação de serviços públicos, através de empresas públicas ou de economia mista, tais como tarifas telefônicas, fornecimento de força/energia elétrica, água, entre outras.

Títulos Mobiliários – CFT

Título de responsabilidade do Tesouro Nacional, emitido para a realização, na CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos), de operações financeiras definidas em lei, exclusivamente sob forma escritural.

Transferência a Municípios

Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Estados aos Municípios, inclusive para suas entidades da administração indireta.

Transferência de Capital

Registra o valor total das transferências de capitais (transferências inter e intragovernamentais, instituições privadas, ao exterior e a pessoas), tendo por finalidade concorrer para a formação de um bem de capital, estando vinculadas à constituição ou aquisição do mesmo.

Transferências Intragovernamentais

Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades pertencentes à administração pública, dentro da mesma esfera de governo.

Transferências do SUS

Transferências dos recursos do SUS, da União para os Estados que possuam capacidade de gestão plena, ou seja, que possuam um nível mínimo de estrutura operacional e gerencial para atenderem a sua população; o valor dos recursos repassados a cada Estado depende da complexidade da estrutura operacional e gerencial da área de saúde da região.

Variações Ativas

São alterações nos valores dos elementos do patrimônio público que aumentam ou modificam a situação patrimonial. Provocam movimentações quantitativas e qualitativas no patrimônio, pelo aumento de valores ativos, redução de valores passivos ou por modificação nos elementos patrimoniais através de fato permutativo.

Variações Passivas

São alterações nos valores dos elementos do patrimônio público que diminuem ou modificam a situação patrimonial. Provocam movimentações quantitativas e qualitativas no patrimônio, pelo aumento de valores passivos, redução de valores ativos ou por modificação nos elementos patrimoniais através de fato permutativo.

22 – Equipe da Contadoria Geral do Estado – CGE



22. EQUIPE DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO – CGE

As equipes da Contadoria Geral do Estado trabalharam em conjunto, com todo o empenho, buscando apresentar de forma clara e compreensiva o relatório sobre as Contas de Gestão do Excelentíssimo Governador do Estado do Rio de Janeiro, referentes ao exercício de 2010.

CONTADORA-GERAL DO ESTADO

Francisco Pereira Iglesias

ASSESSORIA DO CONTADOR-GERAL

Rosangela Dias Marinho – Assessor

Jose Valter Cavalcante - Assessor

GABINETE DO CONTADOR-GERAL

Eliane Figueiredo de Menezes – Assessor

Suany Corrêa Soares – Assessor

Vera Lucia Nunes Barreto – Assistente

SUPERINTENDÊNCIA DE ANÁLISE E RELATÓRIOS GERENCIAIS

Leonel Carvalho Pereira – Superintendente

Joel Fernandes Barbosa – Coordenador

Ronald Marcio Guedes Rodrigues – Coordenador

Cristina Helena Marcelino – Assessor

Luiz Felipe Martins Correa – Assessor

Adalberto Soares de Melo – Analista de Controle Interno

Alexandre Mota Barbosa – Assessor

Kátia Soares de Matto Araujo – Analista de Controle Interno

Ana Cristina S. Camello – Assistente

Ana Maria Cupertino Soares de Castro – Secretário

Danilo Costa Silva – Assistente

Eliane Capeloni dos Santos Costa – Assistente

Galdina Marques de Matos – Assistente

Loize Romilda Zanella – Assistente

Jorge Pedrote – Assessor

Raquel Macedo Mendes – Assistente

Renato Ferreira Costa – Secretário

SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Luis Alfredo Ribeiro – Superintendente

Welson Baptista de Salles Junior – Coordenador

Carlos Oliveira Soares – Diretor

Elias Santos Menegatte – Assessor

Gilson Magrani – Assessor

Maria Ivone do Nascimento – Assessor

Doris Regina Jorge dos Santos – Assistente

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS TÉCNICAS

David Lopes de Souza – Superintendente

Luis Antonio da Cruz Pinheiro – Coordenador

Carlos Adalberto Pinheiro Prata – Assessor

David de Brito Dantas – Assessor

Renaldo Vieira de Gouvea – Assessor

Eduardo Lurnel Gonçalves – Analista de Controle Interno

Delson Luiz Borges – Diretor

Márcio Alexandre Barbosa – Assessor

Paula Valéria Lopes de Castro Gomes – Secretário

DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Almerinda Oliveira da Silva – Assessor

Luis Claudio Correa Picanço – Assistente

Dayana Batista Braga – Assistente

Lucilene da Costa Ribeiro – Assistente

Viviane Alves Martins – Assistente

23 – Responsáveis pela Contabilidade nos Órgãos e Entidades



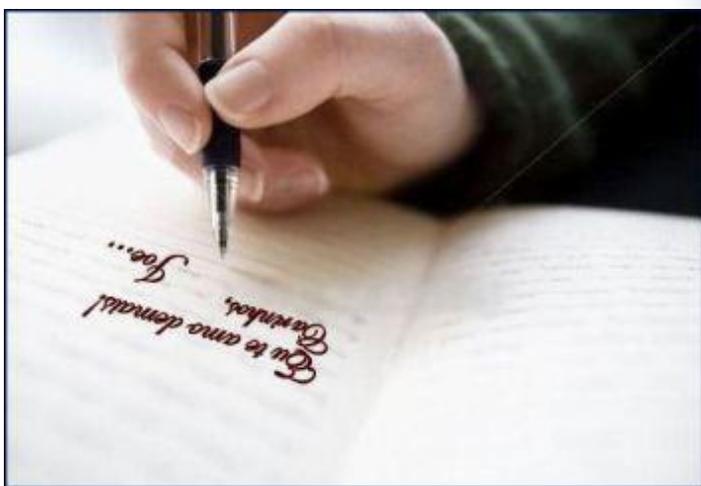
23. RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES

PODER / ADMINISTRAÇÃO	ÓRGÃO	RESPONSÁVEL
Poder Executivo		
Administração Direta	Secretaria de Estado Da Casa Civil – Casa Civil	Glauco Pinheiro de Oliveira
	Secretaria de Estado De Governo – SEGOV	Ricardo Meirelles
	Secretaria de Estado de Planejamento E Gestão –SEPLAG	Mário Sérgio de Faria
	Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ	Sheila de Souza Pereira
	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia Indústria e Serviços – SEDEIS	Damião José da Silva
	Secretaria de Estado de Obras – SEOBRAS	Raquel Guimarães da Silva
	Secretaria de Estado de Segurança – SESEG	Celso Santos de Oliveira
	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP	Jair Martins Guimarães
	Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil – SESDEC	Ademir Cesar Rodrigues
	Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC	Oswaldo Gomes de Souza
	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT	Edson Francisco de Oliveira
	Secretaria de Estado de Habitação – SEHAB	Luiz Antonio Pires de Oliveira
	Secretaria de Estado de Transportes – SETRANS	Maria das Dores Macharet
	Secretaria de Estado do Ambiente – SEA	Carmélio Cesar de Andrade Silva
	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA	Alexandre Pantoja Correa Maia
	Secretaria de Estado de Trabalho e Renda – SETRAB	Francisco Carlos Rodrigues Coelho
	Secretaria de Estado de Cultura – SEC	Robson Ribeiro Escovedo
	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH	José Roberto Cabral de Mendonça
	Secretaria de Estado de esporte e Lazer – SEEL	Sandra Rodrigues Fernandes
	Secretaria de Estado de Turismo	Aureny Martins de Carvalho
Fundações	Procuradoria Geral do Estado – PGE	Berenice Leite Souza
	Defensoria Pública Geral do Estado – DPGE	Mauro Venícius do Nascimento
	Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro – CEPERJ	Angélica Maria dos Santos Gonçalves
	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo À Pesquisa do ERJ –FAPERJ	Eliane Ferreira de Souza
	Fundação de Apoio a Escola Técnica do ERJ – FAETEC	Nelson Oliveira dos Santos Cunha
	Fundação para Infância e Adolescência – FIA	José Luiz Almeida Santos
	Fundação Casa França Brasil – FCFB	Sandra Helena da Silva
	Fundação Museu da Imagem do Som – FMIS	Antonio Eduardo de Figueiredo
	Fundação Instituto de Pesca do ERJ – FIPERJ	José Augusto Duarte Ranquine
	Fundação Leão XIII – FLXIII	Genildo Ribeiro de Souza

Autarquias	Fundação Santa Cabrini – FSC	Marcilio Santos de Macedo
	Fundação Theatro Municipal – FTM	Sandra Rodrigues Fernandes
	Fundação Universidade do ERJ – UERJ	Marcia Carvalho
	Fundação Centro de Ciências e Educação a Distância do ERJ –CECIERJ	Luciana Cabisieri Macedo
	Fundação Anita Mantuano de Artes do ERJ – FUNARJ	Ramilde Fernando Ferreira Santo
	Fundação Departamento de Estrada de Rodagem do ERJ – DER	Maria Margarida Lima Santos
	Fundação Estadual do Norte Fluminense – FENORTE	Carlos Antonio Santiago
	Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Norte – UEZO	Edson Ferreira da Silva
	Departamento Estadual de Trânsito do ERJ – DETRAN	Maria Ribeiro de Lemos
	Instituto de Assistência dos Servidores do ERJ – IASERJ	Virginia Maria Cotrofe da Silva
	Superintendência de Desportos do ERJ – SUDERJ	Tania Maria Junge
	Instituto de Pesos E Medidas – IPEM	Cristiane Monte Chaves
	Departamento de Transportes Rodoviários – DETRO	Célio Cunha da Silva
	Departamento de Recursos Minerais – DRM	Elenilson da Conceição Martins
	Junta Comercial do ERJ – JUCERJA	Isabel Alves Lourenço
	Loteria do Estado do RJ – LOTERJ	Rita Luzinete de Oliveira Costa
	Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do ERJ –PRODERJ	Paulo Spínola de Oliveira
	Instituto de Segurança do ERJ - RIOSEGURANÇA	Everaldo Antônio da Silva Cruz
	Fundo Único de Previdência Social do ERJ – RIOPREVIDÊNCIA	Milton Gusmão do Nascimento
	Instituto Estadual de Terras e Cartografias – ITERJ	José Luiz Souza Netto
Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura – IEEA	Vanda Sueli Landim Sales	
Agência Reguladora de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do ERJ – AGETRANSP	Carlos Alberto Saramago Bonifácio	
Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do ERJ - AGENERSA	Ademir Lage	
Instituto Estadual do Ambiente – INEA	Luzia Mariz de Araújo	
Sociedade de Economia Mista		
BERJ– Em Liquidação	Sheila da Costa Nunes	
Banco de Desenvolvimento do RJ – BD-RIO	Alberto Silveira Conde	
Central Elétricas Fluminense – CELF	Guarino Luiz Pinho Tortora	
Companhia Central de Armazéns e Silos do ERJ – CASERJ	Nilcimar Do Nascimento Ximenes	
Companhia de Desenvolvimento do ERJ – CODIN	Luiz Antonio Correia Machado	
Companhia Estadual de Habitação do ERJ – CEHAB	Ana Maria do Couto	
Companhia de Turismo do ERJ – TURISRIO	Neide Fonseca de Souza	
Companhia Estadual de Trens Urbano – FLUMITRENS	Marcio Luiz Moraes Marchi	
Instituto Vital Brazil – IVB	Nara Maria Franco Araújo	
Companhia de Transporte Coletivo do ERJ – CTC	Débora Vaz Gonçalves	

Empresas Públicas	Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários do ERJ – DIVERJ	Guarino Luiz Pinho Tortora
	Centrais de Abastecimento do ERJ – CEASA	Venilton Mantes de Farias
	Companhia Estadual de Água e Esgotos –CEDAE	Orlando Eduardo Bezerra
	Companhia de Transportes sobre Trilhos do ERJ – RIOTRILHOS	Delma Sodré Moreira
	Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do ERJ – CODERTE	Sandra da Silva Soares
	Companhia Estadual de Engenharia de Transportes – CENTRAL	Sérgio Gutierrez de Medeiros
	Companhia do Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro – METRÔ	Alessandro Barbosa Soares
	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do ERJ –EMATER	Gelson Reis Candido
	Empresa de Obras Públicas do ERJ – EMOP	Pedro Augusto Filgueira de Lima
Empresa de Pesquisa Agropecuário do ERJ – PESAGRO	Guilhermino Albano da Costa	
Imprensa Oficial –IO	João Baptista da Encarnação	
Empresa Estadual de Aviação – SERVE	Luiz Carlos Gama	
Poder Legislativo		
	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ	Josué Alves Gouveia
	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ	Eli Barcelos
Poder Judiciário		
	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro –TJ	Andréa Andrade de Souza e Silva
	Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro	Janaína Mange de Souza
Ministério Público		
	Procuradoria Geral de Justiça – PG	Gelber Carvalho Carvalhosa

24 – Considerações Finais



24. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentando as Contas de Gestão do Exmo. Senhor Governador, referente ao exercício de 2010, cumprindo atribuição privativa desta Contadoria-Geral do Estado – CGE, chegamos ao momento em que os resultados do desempenho financeiro do Estado podem ser analisados em sua totalidade, com a absoluta transparência e exatidão as quais buscamos incessantemente, permitindo-nos, também, avaliar o trabalho que desenvolvemos durante todo o Exercício, além de registrar e preservar a memória estadual e de nossas principais instituições, servindo como importante fonte de pesquisa, por parte de vários setores de nossa sociedade.

A elevada dedicação e qualificação do corpo técnico da Contadoria-Geral do Estado facilitaram nosso objetivo que foi o de alcançar o máximo de eficiência e acertos no desempenho desta atribuição, e, para tanto, realizamos treinamento específico para os servidores e implementamos vários mecanismos de controle que possibilitassem melhorar a qualidade das informações contábeis .

No Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, Implementou-se novo documento específico para o registro da liquidação da despesa, contribuindo para um melhor controle dos gastos público.

Em nosso portal na internet, novos manuais e instruções foram disponibilizados, orientando e proporcionando condições para o correto desempenho das funções de todos os profissionais, no âmbito do poder público. Implementamos e disponibilizamos também, o Informativo semanal, ferramenta de comunicação para reforço de atualização sobre normas e orientações técnicas, apresentando de forma resumida: leis, decretos, resoluções, portarias, comunicas do SIAFEM/RJ, avisos e outras informações de interesse geral, que afetam o desempenho cotidiano da gestão governamental, e também, o boletim quinzenal que apresenta informações de interesse da classe contábil.

Entretanto, não damos por encerrada nossa missão que é a de garantir o entendimento e a confiabilidade dos registros contábeis aqui disponibilizados, Nosso novo desafio será o de desenvolver ações para promover a harmonização das Normas Brasileiras de Contabilidade, de acordo com as determinações do Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASB – International Accounting Standards Board) e com as Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC – International Federation of Accountants).

As diretrizes de convergência atingem de forma radical a contabilidade pública. A expectativa para a área pública é que já no ano de 2012 haja a convergência das normas contábeis brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – International Public Sector Accounting Standards). Um dos pontos principais da transição na contabilidade pública é a mudança do enfoque contábil, hoje com foco no controle orçamentário e financeiro, para uma contabilidade pública patrimonial, com a adoção do regime de competência para as receitas e despesas públicas.

A implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público será muito importante para o atendimento de dispositivos contidos na LRF e Lei 4.320/64, tais como a implementação de sistema de custos, ampliação do controle contábil sobre o cumprimento das metas estabelecidas no planejamento estadual, tais como o PPA, LDO e LOA.

O trabalho de convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público será um dos mais árduos já efetuados pelos profissionais da contabilidade, no entanto este trabalho não será, de forma alguma, restrito a estes profissionais. Terá que ser uma meta de governamental cuja responsabilidade recairá sobre todos os dirigentes estaduais, dos mais simples aos mais graduados. Para finalizar, não podemos deixar de enfatizar que, o sucesso ou não de uma empreitada nunca poderá ser atribuído a uma só pessoa. Ele será sempre o resultado de um grupo, caminhando em uma direção, e com um objetivo em comum.

Agradecemos a todos que direta ou indiretamente participaram desta jornada, em especial ao Exmo. Secretário de Estado de Fazenda, Sr. Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, pelo enorme apoio confiança e incentivo.

Encerramos, aqui, mais uma etapa, na certeza de que empenhamos nossos maiores esforços para atingir as metas as quais nos propusemos.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2011.



FRANCISCO PEREIRA IGLESIAS
Contador-Geral – Matr. 816.250-5